

A CIDADE ESTILHAÇADA
Reestruturação Econômica
e Emancipações Municipais
na Baixada Fluminense

MANOEL RICARDO SIMÕES

A CIDADE ESTILHAÇADA
Reestruturação Econômica
e Emancipações Municipais
na Baixada Fluminense

Manoel Ricardo Simões



Mesquita, 2007

Direitos autorais © 2007 Manoel Ricardo Simões

Direitos de publicação reservados pela Editora Entorno

É proibida a reprodução total ou parcial, por quaisquer meio, bem como a produção de apostilas, sem autorização prévia, por escrito, da Editora ou do Autor.

Editor: Manoel Ricardo Simões

Editoração eletrônica e Projeto Gráfico: Adailton Estanislau

Capa: Adailton Estanislau

Dados internacionais de catalogação na publicação

S593 Simões, Manoel Ricardo

A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense/Manoel Ricardo Simões. - Mesquita: Entorno, 2007.

298 p.: il.

Bibliografia: 285-296

1. Reestruturação Econômica e política. 2. Emancipações Municipais. 3. Baixada Fluminense

CDD 330.8153

Este trabalho é dedicado a quem já foi
Meus pais Manuel e Rosa, que estudaram pouco
e amaram muito
Cláudio Barbosa da Costa que lutou muito
e viveu pouco

Também é dedicado a quem fica
Meus filhos Bruna, Breno e Hugo, que eu espero
que estudem, lutem, vivam
e amem muito.

Agradecimentos

São 45 anos de vida, 30 de estudo, são tantas as pessoas a quem devo agradecer, professores, amigos, companheiros, colaboradores, alunos...que tenho medo de esquecer alguém. Para não cometer injustiças, escolho o meu orientador de doutorado, Marcio Piñon de Oliveira, para representar a todos vocês, que de alguma forma contribuíram para que eu chegasse aqui e terminasse esta tarefa. Um abraço a todos vocês.

“A novidade é que o Brasil não é só litoral
É muito mais, é muito mais que qualquer Zona Sul...”

Milton Nascimento e Fernando Brandt – Notícias do Brasil

SUMÁRIO

Apresentação, p. 16

Introdução, p. 19

Conceitos de Baixada Fluminense e delimitações para esta análise, p. 20

Considerações teóricas acerca do processo de ocupação do território, p. 23

Modelo econômico e urbanização, p. 24

Economia, espaço e urbanização, p. 24

Município e poder local, p. 30

O município como ente federativo e a sua autonomia, p. 30

Municípios, descentralização e poder local, p. 31

Município poder local e os agentes, políticos, econômicos e sociais, p. 32

Capítulo I

Considerações teóricas acerca das emancipações políticas

Introdução, p. 40

Município e território, p. 40

Município e lugar, p. 42

O lugar, p. 43

O bairro, p. 46

Da consciência do lugar à luta pelo território, p. 48

A questão da identidade, p. 49

O processo de produção da identidade, p. 51

Para quê se criam identidades?, p. 53

Identidade e movimento emancipatório, p. 56

Identidade de bairro e movimentos emancipatórios, p. 56

Identidades territoriais e lutas urbanas, p. 58

Da luta pelo bairro à luta pela cidade, p. 58

O movimento no bairro, p. 59

O movimento ampliado, p. 60

O movimento por uma cidade, p. 63

O papel do discurso, p. 65

Conclusão, p. 66

Capítulo II

O Processo de ocupação da Baixada Fluminense

Introdução, p. 70
A natureza na Baixada, ontem e hoje, p. 70
Considerações iniciais acerca do processo de ocupação, p. 73
O surgimento das cidades no Brasil, p. 73
A fundação da cidade do Rio de Janeiro e a ocupação inicial da Baixada Fluminense, p. 75
O extermínio dos indígenas, p. 75
Os primeiros assentamentos coloniais e o cultivo da cana-de-açúcar, p. 76
Os caminhos e a ocupação da Baixada, p. 78
O ciclo do café, a decadência do transporte fluvial, o surgimento das ferrovias e o seu impacto na Baixada Fluminense, p. 80
As ferrovias, a mudança do eixo e a ascensão dos novos núcleos urbanos, p. 81
A economia cafeeira e a urbanização no Estado do Rio de Janeiro, p. 83
O café e a industrialização do Rio de Janeiro, p. 84
A cidade do café e do poder, p. 86
O crescimento urbano do Rio de Janeiro e o embrião da segregação, p. 87
As origens do modelo de expansão urbana segregada, p. 91
A aplicação do modelo e consolidação do padrão de segregação, p. 93
O surgimento da Metrópole, a Baixada e a consolidação do processo de segregação sócio-espacial, p. 95
A descentralização da indústria e da população pobre, p. 96
O papel dos transportes e sua articulação com o mercado imobiliário, p. 96
As mudanças no mercado imobiliário e o surgimento do loteamento popular no início do século XX, p. 97
O surgimento do mercado de terras e a expansão dos subúrbios, p. 99
Ferrovias, mercado de terras e a ocupação urbana da Baixada Fluminense, p. 102
A Estrada de Ferro Central do Brasil e os primeiros loteamentos urbanos na Baixada Fluminense, p. 102
A incorporação de Nilópolis a mancha urbana do Rio de Janeiro, p. 104
A Estrada de Ferro Rio D'Ouro e os primeiros loteamentos urbanos, p. 105
A incorporação de São João de Meriti, p. 108
A Estrada de Ferro Melhoramentos do Brasil – Linha Auxiliar e os primeiros loteamentos urbanos, p. 109
A incorporação de Belford Roxo, p. 111
A Estrada de Ferro Leopoldina e os loteamentos urbanos: Duque de Caxias, p. 113
A EFCB e a segunda fundação de Iguaçú, p. 116
O ciclo da laranja: do núcleo de Maxambomba a “nova” Iguaçú, p. 117

A citricultura em Nova Iguaçu e a consolidação de Maxambomba, p. 121
O fim da citricultura, a urbanização e a terceira fundação de Iguaçu, a “nova”
Nova Iguaçu, p. 128
O fim da citricultura no distrito sede, p. 130
Os loteamentos e a ocupação urbana em Nova Iguaçu, p. 132
O terceiro elemento: a autoconstrução, p. 135
A autoconstrução dos bairros, p. 140
O processo de urbanização dos demais distritos, p. 142

Capítulo III

O processo de emancipações municipais: poder local e as articulações
escalares

Introdução, p. 146
Fragmentação territorial no Brasil: da criação de vilas e cidades às
emancipações municipais, p. 146
Emancipações na Baixada Fluminense, p. 152
Duque de Caxias e o Estado Novo, p. 153
A Constituição de 1946, redemocratização e emancipações, p. 160
São João de Meriti, p. 160
Nilópolis, p. 162
O hiato das emancipações na Baixada Fluminense: 1947-1988, p. 165
A primeira tentativa de emancipação de Mesquita, p. 166
A primeira tentativa de emancipação em Queimados, p. 169
A primeira tentativa de Belford Roxo, p. 173
A suspensão das emancipações no regime militar, p. 174
Belford Roxo: emancipação na Nova República, p. 174
A nova onda de emancipações pós-constituição de 1988, p. 177
Queimados, p. 177
Japeri, p. 181
Mesquita : três plebiscitos e uma batalha judicial, p. 186
As tentativas fracassadas e os novos focos emancipacionistas, p. 190

Capítulo IV

A geografia econômica e política da Baixada após as emancipações

Introdução, p. 196

Baixada Fluminense: estrutura e configuração sócio-espacial, p. 196
A divisão territorial do trabalho na Baixada, p. 201
Japeri, p. 202
Queimados, p. 205
Belford Roxo, p. 210
Mesquita, p. 213
Nilópolis, p. 216
São João de Meriti, p. 220
Os núcleos centrais, p. 224
Duque de Caxias, p. 224
Nova Iguaçu, p. 233
As articulações políticas na Baixada Fluminense, p. 248
O pós –guerra, p. 248
O regime militar, p. 249
A redemocratização, p. 251
A rearticulação pós-emancipações, p. 253
A atual geografia do voto, p. 256
As eleições - 2004 e 2006, p. 258
As eleições para prefeito de 2004 na baixada, p. 258
As eleições de 2006, p. 262
Concluindo, p. 269

Conclusão, p. 273

Referências Bibliográficas, p. 285

Anexos, p. 297

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAPQ	Associação dos Amigos para o Progresso de Queimados
ABC	Santo André, São Bernardo e São Caetano, municípios da Grande São Paulo.
ABM	Associação de Bairros e Moradores - Federação das Associações de Moradores de São João de Meriti
ALERJ	Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
APA	Área de Proteção Ambiental
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BF	Baixada Fluminense
BNH	Banco Nacional da Habitação
CBD	Central Business District – Distrito Central de Negócios
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CEDAE	Companhia estadual de Águas e Esgoto
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CENPES	Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello
Cia	Companhia
CIDE	Centro de Informações e Dados do Estado do Rio de Janeiro
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
DNA	Ácido Desoxirribonucleico
DTT	Divisão Territorial do Trabalho
EF	Estrada de Ferro
EFCB	Estrada de Ferro Central do Brasil
EFRD	Estrada de Ferro Rio D’Ouro
ERJ	Estado do Rio de Janeiro
EUA	Estados Unidos da América
FALERJ	Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNM	Fábrica Nacional de Motores
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEF	Fundo Nacional da Educação Fundamental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBT	Indústria Brasileira de Toldos
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPAHB	Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências

Sociais da Baixada Fluminense

IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IQV	Índice de Qualidade de Vida
ISS	Imposto Sobre Serviços
JAL	José Alves Lavoura
Km	Quilômetro
MAB	Movimento dos Amigos do Bairro – Federação das Associações de Moradores de Nova Iguaçu
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MUB	Movimento União dos Bairros – Federação das Associações de Moradores de Duque de Caxias
NI	Nova Iguaçu
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCs	Partidos Comunistas
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDDUS	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável
PDS	Partido Democrático e Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PHS	Partido Humanista Social
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Partido Liberal
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPS	Partido Popular Socialista
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrata
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido do Socialismo e Liberdade
PST	Partido Social Trabalhista
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
Rebio	Reserva Biológica

Reduc	Refinaria Duque de Caxias
RJ	Rio de Janeiro
AS	Sociedade Anônima
SAMES	Sociedade dos Amigos de Mesquita
SEPE Janeiro	Sindicato dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro
STF	Supremo Tribunal Federal
TCE	Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TV	Televisão – emissora de televisão
UDN	União Democrática Nacional
UGB	Universidade Geraldo de Biasi
Unhabitat	United Nations Centre for Human Settlements - Agência para Assentamentos Humanos da ONU
UNIG	Universidade Iguazu
UPC	União Popular Caxiense
URG	Unidade Regional de Governo

Prefácio

Esse livro é o resultado de dois projetos de vida: o primeiro é difundir para fora dos muros da academia o resultado do meu doutoramento, transformando a minha tese de doutorado em um livro, como forma de tornar esse trabalho mais acessível para aqueles que se interessam pelos temas abordados aqui, principalmente a Baixada Fluminense e as emancipações municipais.

O segundo projeto é o de tentar retribuir a sociedade o investimento que foi feito na minha pessoa. Afinal, são 30 anos de estudos em instituições públicas pagas com o dinheiro de contribuintes, que muitas vezes não tiveram o acesso ao ensino público de qualidade que tive oportunidade de usufruir. Divulgar o resultado de todos esses anos de estudo, e em particular os que me permitiram completar o doutorado, é o mínimo que posso fazer para agradecer a todas essas pessoas, especialmente aos moradores da Baixada Fluminense.

Finalmente, o terceiro projeto inicia-se com esta publicação. A criação de uma editora na Baixada é um sonho de alguns anos, que espero que se concretize daqui para frente. A idéia de publicar livros sobre a Baixada e de pessoas da Baixada esteve presente em vários momentos da minha vida acadêmica e de professor.

A Entorno nasceu para preencher uma lacuna e, principalmente, abrir caminhos para a produção científica, cultural e literária dos moradores da Baixada. É uma tentativa de poupar as pessoas dos constrangimentos e dificuldades que passei durante esses anos em que venho tentando despertar o interesse de editoras localizadas na cidade do Rio de Janeiro e mesmo dos meios acadêmicos, a respeito da Baixada Fluminense.

O próprio nome da editora é uma tentativa de romper com o rótulo pejorativo de “periferia” utilizando um termo que procura dar um novo sentido para a posição da Baixada Fluminense com relação ao núcleo da Metrópole, nem perto nem longe, nem mais nem menos, simplesmente no Entorno.

Mais do que um negócio, publicar e vender livros sobre essa região e escritos por seus moradores, é uma forma de tentar mostrar a qualidade do trabalho que se faz por aqui, mas que, na maioria das vezes, acaba por ficar na penumbra por falta de um veículo de divulgação.

Para finalizar, espero que o livro e a editora cumpram o seu papel, iniciar um processo de reflexão sobre a produção cultural da, e sobre a, Baixada Fluminense e que esse debate extrapole as fronteiras dessa região e atinja um número cada vez maior de pessoas no Rio de Janeiro e no Brasil como um todo.

Baixada Fluminense, maio de 2007.

Apresentação

Esse livro é uma versão da Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense sob a orientação do Professor Doutor Marcio Piñon de Oliveira e que foi aprovada pela banca formada pelos professore(a)s doutore(a)s Floriano Godinho de Oliveira, Tâmara Tânia Cohen Egler, Jacob Binztok e Fernanda Ester Sanchez Garcia, que contribuíram com críticas e sugestões.

Todo trabalho científico tem mais objetivos dos que estão explicitados nas suas linhas escritas e deve servir aos propósitos acadêmicos que fazem com que o conhecimento se renove e se difunda para os que vêm depois. Todo trabalho também deve ter uma dimensão de compromisso do cientista com o seu povo e com a humanidade de modo geral.

Escrever sobre o espaço em que se vive é uma dupla responsabilidade, manter o rigor acadêmico e deixar transparecer os sentimentos de afetividade para com as pessoas que estão tão próximas. Razão e emoção, como diria o nosso saudoso Mestre, Milton Santos. Esse foi o caminho que escolhi para desenvolver esse livro, é o pesquisador olhando com carinho para a terra em que vive, tendo às vezes que fazer observações duras e críticas severas, mas sem perder a crença na transformação.

Escolher o espaço sobre o qual se pesquisaria não foi difícil, assim como o tema. Difícil foi deixar, por falta de tempo e espaço, questões de fora. Se não fosse a banca da qualificação, a tese e esse livro teriam mais de 500 páginas, que aliás já estão prontas e guardadas para futuros trabalhos.

O fio condutor deste trabalho é demonstrar que os processos de emancipações na Baixada Fluminense são resultado de um intenso processo de diferenciação, comandada pela dinâmica econômica, entre os diversos sub-espacos da região. Essa diferenciação do território deu origem a diversas identidades territoriais, sociais e culturais. Assim constatamos que há diversas identidades na Baixada, em cada um de seus municípios, em cada um dos seus bairros.

Com base nesta multiplicidade de identidades e de desejos, de antemão refutamos os argumentos daqueles que enxergam as emancipações como meros arranjos eleitoreiros realizados por grupos dominantes. Em todos os casos, verificamos que os anseios da população apontavam para as emancipações e nos caso em que houve consulta popular, a vontade da maioria caminhou nesta direção. É no sentido de comprovar essa afirmativa que nortearemos esse trabalho.

Esse livro está estruturado em seis módulos: uma introdução,

quatro capítulos, uma conclusão. Na introdução apresentamos o objeto a ser investigado e tecemos algumas considerações teóricas sobre os processos que iremos analisar. No primeiro capítulo nos dedicamos a fazer um balanço teórico acerca dos principais conceitos e categorias que serão utilizadas no decorrer da análise.

No segundo capítulo investigamos o processo de ocupação e urbanização da Baixada Fluminense e sua articulação com os processo mais amplos de inscrição material da dinâmica econômica no Brasil e principalmente no Rio de Janeiro. No terceiro capítulo nos atemos aos processos de emancipações propriamente ditos, articulando-os com os processos anteriores e de construção de identidades territoriais produzidas pela diferenciação sócio-espacial ocorrida nesses distritos. O quarto capítulo é dedicado a análise da atual Geografia econômica e política da Baixada Fluminense resultante dos processos de reestruturação econômica e política das últimas décadas, em particular após as emancipações municipais.

O último item, a conclusão, pretende fazer um rápido balanço das transformações provocadas pelas emancipações a Baixada Fluminense e indicar algumas tendências e possibilidades de transformação nas estruturas econômicas, sociais, políticas e territoriais na região.



Introdução

A Baixada Fluminense sofreu intensas transformações econômicas, sociais e espaciais ao longo de sua história relacionadas ao papel que possuía em cada contexto e momento histórico. A sua divisão político-administrativa acompanhou a evolução destes processos se modificando de acordo com o peso e importância política que os diversos grupos e classes sociais da região possuíam nestes momentos.

Observando-se essa trajetória verificamos que determinados núcleos urbanos surgiram, se desenvolveram e colocaram sob a sua influência determinadas áreas, que tomaram formas jurídicas diversas: freguesias, distritos e municípios. Entretanto, as transformações econômicas fizeram com que muitos desses núcleos entrassem em decadência e perdessem o seu “status”, se transformando em áreas dominadas por outros núcleos emergentes ou simplesmente desaparecendo, literalmente, do mapa. Desse modo, lugares como Pilar, Estrela, Marapicu, Santana das Palmeiras e Iguaçu, se transformaram em lembranças vagas ou estão colocados num segundo plano, num cantinho dos mapas de Duque de Caxias, Magé, Queimados e Nova Iguaçu.

A dinâmica econômica que cria e destrói formas, funções, classes e relações sociais e modifica fluxos, também é responsável, dialeticamente, pelas transformações políticas, culturais, ideológicas e jurídicas e, conseqüentemente, espaciais. Esse livro tem como objetivo primordial acompanhar a evolução da malha administrativa municipal da Baixada Fluminense a partir destas transformações. Para tanto vamos delimitar o objeto espacial de nossa análise.

Conceitos de Baixada Fluminense e delimitações para esta análise

O objetivo deste trecho não é apresentar um conceito do que vem a ser a Baixada Fluminense, nem lhe dar os limites definitivos e sim delimitar o objeto de nossa análise. Partiremos das abordagens existentes sobre o tema para justificar o nosso recorte territorial e nos dedicarmos à análise do mesmo.

Não existe um consenso geral do que seja a Baixada Fluminense, quais os seus limites e os municípios que a compõem. A cada trabalho sobre essa região reabre-se o debate, pois cada autor se coloca de maneira diferenciada com relação à área a ser delimitada. Contudo, existem alguns consensos que devem ser ressaltados. Os municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias são apontados, com unanimidade, como núcleos dessa região, assim como não há questionamento sobre a inclusão de seus “satélites” imediatos, como Belford Roxo, São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita, Queimados e Japeri, que são incluídos como parte da Baixada Fluminense por todos os autores, mas nem sempre analisados com a mesma profundidade que o “núcleo duro”. Os problemas se encontram nos limites leste, oeste e norte. Dependendo dos autores, Magé

e Guapimirim podem ser ou não inseridos na Baixada Fluminense, o mesmo ocorrendo com Itaguaí, Seropédica e Paracambi.

Nesse livro nos interessa apenas deixar claro os limites territoriais que serão analisados com mais profundidade neste trabalho, daí a necessidade de uma breve discussão inicial acerca da opção sobre estes, que norteará o desenvolvimento desse texto. Em trabalho anterior, havíamos feito uma opção de conceito e limite ao afirmarmos que “a despeito de inúmeras tentativas de delimitar esta região, geopoliticamente este é um termo (Baixada Fluminense) que cada vez mais se identifica com a área original do antigo município de Iguaçu, nome oficial de Nova Iguaçu até 1916” (Simões, 2004, 48), ou seja, o que chamaremos daqui por diante de “Grande Iguaçu”. Entretanto, a pesquisa realizada para esse livro tem trazido novas questões e nos impele a repensar se a Grande Iguaçu pode ser sinônimo de Baixada Fluminense.

Este conceito de Baixada Fluminense, enquanto Grande Iguaçu, está próximo dos limites adotados por Monteiro, no seu trabalho sobre Belford Roxo, onde afirma que

“municípios como Itaguaí, Paracambi e Seropédica também classificados como pertencentes à Baixada Fluminense nunca foram partes de Nova Iguaçu e não apresentam as mesmas características sociais desses sete municípios surgidos a partir de Nova Iguaçu. Na realidade assemelham-se mais aos municípios de Magé e Guapimirim “(2001, 18).

Essa abordagem se assemelha ao que Rafael de Oliveira (2004), chama de “Baixada Política”, embora este pondere que “considerando apenas os municípios que se desvincularam de Nova Iguaçu, limitaríamos por demais a região” (Oliveira, R., op cit, 29). Assim este autor incorpora os municípios remanescentes dos desmembramentos dos antigos municípios de Nova Iguaçu, Magé e Itaguaí.

Em contraponto a esta Baixada Política encontramos um conceito de “Baixada Histórica” presente nos trabalhos do IPAHB (Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense) que reconhece como tal a Grande Iguaçu e os municípios de Magé e Guapimirim, (Torres, 2004) que é muito semelhante à delimitação formulada por Prado (2000). Ambos deixam Itaguaí e Seropédica de fora, mas o segundo inclui Paracambi nesta região.

Concordamos, em parte, com Oliveira no que diz respeito à noção de Baixada Política mas insistiremos numa delimitação diferenciada e focaremos nosso trabalho no que chamamos de “Grande Iguaçu” e na extinta Estrela, ou seja num conceito que poderíamos chamar de “Baixada Geopolítica”. Portanto,

à medida que não existe um conceito e uma delimitação única para a Baixada Fluminense, assumimos a responsabilidade de considerar neste trabalho, a partir de um conceito geopolítico, a Baixada Fluminense como sendo a parcela da Região Metropolitana que engloba os municípios e distritos que fizeram parte dos antigos municípios de Iguazu e sua vizinha Estrela, ou seja, os atuais municípios de Nova Iguaçu, Japeri, Queimados, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias e o distrito de Inhomirim do município de Magé.

Esta região tem em comum um passado histórico ligado aos portos fluviais e caminhos que ligavam o Rio de Janeiro ao interior do país e uma ocupação recente baseada nos loteamentos populares próximos aos ramais ferroviários e suas estações. Obviamente que estamos reduzindo processos extremamente complexos a estes poucos itens. Contudo o desenvolvimento do texto desse livro irá demonstrar estas complexas relações que se estabelecem a partir desses elementos articuladores que nos autorizam a tomar esse procedimento de caráter meramente didático. A chave para esta compreensão está no seu processo de produção do espaço e nas relações políticas que se estabelecem nestes contextos.

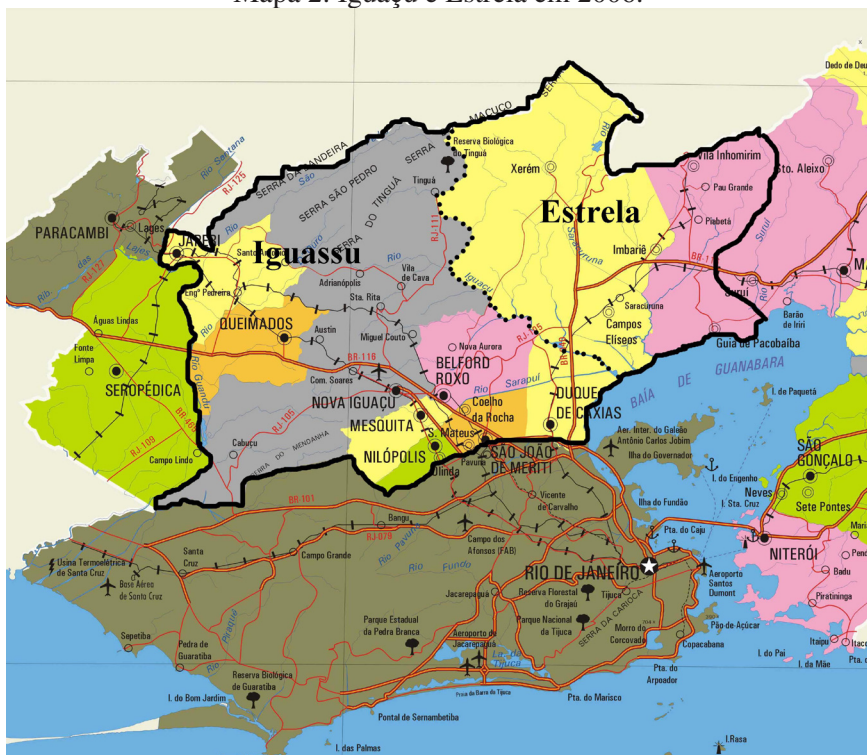
Iguaçu e Estrela estão hoje fracionados em nove municípios diferentes, fazendo parte da região Metropolitana do Rio de Janeiro ou como se diz popularmente, do Grande Rio. Iguazu teria hoje aproximadamente uma área de 1320 km² e uma população de três milhões de habitantes (ver mapa 3 e tabelas nos anexos), sem contar os 500 km² e 200 mil habitantes de “Estrela”. Para analisar o processo de fragmentação administrativa desses municípios é necessário, antes de tudo, resgatar o seu processo histórico de ocupação e modo como este espaço foi se diferenciando.

Mapa 1: municípios de Iguassú e Estrela em 1872



Fonte: CIDE, 1993, adaptado pelo autor , 2006

Mapa 2: Iguaçu e Estrela em 2006.



Fonte: CIDE, 2004 adaptado pelo autor, 2006

Considerações teóricas acerca do processo de ocupação do território

Os processos de ocupação e urbanização da Baixada Fluminense devem ser entendidos como manifestações locais e particulares de processos mais amplos que vão da inscrição material no espaço das relações sociais e econômicas do capitalismo em geral e no seu modelo brasileiro, até a inserção desta região no processo de metropolização do Rio de Janeiro. O objetivo deste trecho é analisar e articular estes diferentes processos em diferentes escalas a esta materialidade explicitada anteriormente que é o espaço urbano produzido na Baixada Fluminense, de maneira a deixar claro que este espaço é um produto social, fruto de múltiplas determinações. A primeira das determinações a ser analisada é a relação entre o modelo econômico e o processo de urbanização.

Modelo Econômico e Urbanização

A relação entre economia e espaço tem sido trabalhada por diversos autores de diversos matizes ideológicos e epistemológicos e em diferentes ramos da ciência que concordam em alguns pontos, a despeito das divergências em vários outros. Em primeiro lugar não existe uma economia descolada do espaço, nem um espaço que não expresse as atividades e relações econômicas sobre ele. Em segundo lugar é na cidade que essa relação se manifesta de maneira mais evidente. Desse modo podemos afirmar que as cidades são produtos da relação entre economia e espaço ao longo da história e a história do desenvolvimento econômico pode ser analisada através dos processos de constituição das cidades em cada contexto temporal e espacial.

Estes consensos nos permitem analisar o processo de urbanização à luz das transformações econômicas que ocorreram ao longo da história no território brasileiro de um modo geral e na Baixada Fluminense, de maneira específica. É claro que as relações entre economia e espaço não se estabelecem de forma direta e mecanicista, sendo mediadas, dialeticamente, por um sem-número de condicionantes políticos, jurídicos e sociais. Todavia cabe aqui um esforço analítico no sentido de compreender esta relação e sua articulação com a materialidade do espaço construído.

Economia, Espaço e Urbanização

O surgimento das cidades está intimamente ligado a duas pré-condições: a existência de um excedente econômico que pode ser acumulado e o surgimento de uma estrutura de classes que determina quem administrará e/ou se apropriará desse excedente (Singer, 1971, Sjoberg, 1965). Desse modo, a evolução da cidade depende, em primeira instância, do desenvolvimento econômico e da estrutura de classes que se forma a partir deste. Assim quanto maior for o excedente a ser apropriado, e mais complexa for a estrutura social, tanto maior e mais complexa será a cidade e o território sob seu controle e domínio. Evidentemente esta capacidade de agregar riqueza e poder dependerá dos sistemas políticos e militares que se estabelecem para tal finalidade e a sua organização dependerá da luta entre classes e frações de classes inter e intra-espaço urbano e região dominada (Singer, 1971).

Ao analisar o surgimento e a evolução das cidades Sjoberg (1965) identifica uma forte relação entre estruturas de poder centralizadas e o tamanho e a complexidade das cidades e das redes, desde o seu surgimento nas teocracias da Mesopotâmia e Vale do Nilo até a cidade industrial, demonstrando que os ciclos de expansão urbana estão ligados ao surgimento de grandes impérios e os ciclos de retração são associados ao declínio destes e instalação de economias naturais descentralizadas, como foi o caso do período feudal europeu.

Todavia é a partir do surgimento e consolidação do capitalismo que a cidade consolida o seu domínio sobre o campo e passa a ser a sede efetiva do comando da organização social e econômica. A expansão do capitalismo pelo mundo, via colonização européia, vai mudar o caráter da cidade na Europa e nos territórios conquistados, tanto do ponto de vista da sua organização interna, quanto da sua articulação com o seu entorno. É a partir da Revolução Industrial e/ou da consolidação do capitalismo no plano mundial que podemos falar de uma Divisão Internacional do Trabalho dentro de uma lógica comandada por uma rede de cidades “mundiais” (Singer, op cit).

Contudo, a cidade sob a égide do capitalismo não será única, ela irá se diferenciar espacial e temporalmente neste sistema e ao longo do seu processo de transformação do sistema, embora exista uma tendência do capitalismo em homogeneizar o espaço, principalmente o urbano. Soja (1983) demonstra essa estreita relação entre capitalismo e espaço recorrendo a uma análise sob o ponto de vista do materialismo histórico e geográfico, tomando como ponto de partida os estudos de Lefebvre, Harvey e Lipietz.

Para ele o capital necessita do espaço para materializar as relações sociais e se realizar enquanto processo de acumulação. Desse modo produz um espaço que atenda as suas necessidades de produção e circulação da mais valia. Como nunca existe um espaço absolutamente vazio de conteúdo o capital precisa modificar o espaço herdado a partir de um espaço projetado (Lipietz, apud Soja, 1983), foi assim que o capitalismo destruiu o espaço feudal na Europa e transformou o espaço nas suas colônias. Onde houve a possibilidade, se construiu algo completamente novo, como é o caso do Brasil.

Contudo, depois de algum tempo esse mesmo espaço produzido pelo capital se torna um obstáculo ao seu processo de reprodução e o padrão de acumulação vigente. Nesse momento, o sistema entra em crise e necessita de uma reestruturação dos seus processos de produção e distribuição, de inovação tecnológica e das relações sociais, jurídicas e políticas. Está claro que diante de tantas transformações o espaço, reflexo, condicionante e materialidade destas relações, não pode permanecer o mesmo.

Como afirma Santos (1987), há uma intrínseca relação entre as estruturas e as formas urbanas, pois é a estrutura que estabelece, através de processos, as funções necessárias à realização das relações sociais, que por sua vez são viabilizadas por formas criadas ou adaptadas para estas. Essa relação somente pode ser compreendida numa abordagem holística. Desse modo, temos como resultado o espaço físico transformado, um produto global da produção de objetos e ações através de práticas econômicas, políticas e cultural-ideológicas ao longo de um processo histórico de consolidação de uma

formação sócio-espaical (Barrios, 1986). Logo, transformações nas estruturas levam, necessariamente, ao surgimento de novas funções que serão exercidas se utilizando de formas espaciais, construídas ou adaptadas, que se adequam a estas de modo a viabilizar a consecução dos objetivos do sistema.

Assim, periodicamente o capital encontra os seus limites nas próprias estruturas sociais e espaciais que criou para sua existência. Estes momentos são entendidos como de crise sistêmica que podem resultar em períodos de grande turbulência, que são na verdade de crise do padrão de acumulação vigente. Faz-se necessário, então uma reestruturação de todo o sistema de maneira a eliminar ou amenizar os problemas derivados da ordem anterior.

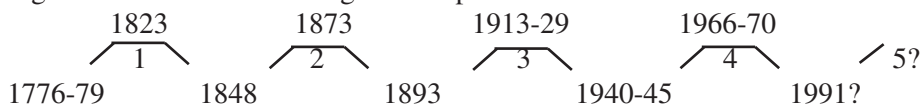
Estes ciclos de expansão, crise e reestruturação, foram identificados pelo economista russo Kondratieff que os batizou de ciclo de ondas longas do Capital (apud Soja, 1983). Com base nestes ciclos Mandel (apud Soja, op cit) elaborou uma periodização para o capital, relacionando cada ciclo como uma etapa do desenvolvimento e consolidação do capitalismo. Assim estes ciclos são momentos em que há a

“existência de um período de expansão máxima do capital (um ‘boom’ nas taxas de lucro e, conseqüentemente, na acumulação de capital) seguida de um primeiro período de crise, uma posterior acumulação desacelerada (período de reestruturação) e uma segunda crise.(...) levando no final a um novo impulso, uma nova ‘onda’ acelerando a acumulação capitalista” (Soja, 1983, 23-24).

Cada um desses períodos ganha um nome para identificá-lo, assim temos os períodos:

1. Formador ou do capitalismo comercial – 1776-79 -1848
2. capitalismo empresarial ou competitivo industrial – 1848-1893
3. capitalismo monopolista e imperialista – 1893-1940-45
4. capitalismo tardio ou monopolista financeiro de estado – 1945- ? (1991?)

Figura 1: Ciclo de ondas longas do Capital



Fonte: Soja, 1983

Naquele momento em 1983, Soja já assinalava o fato de após as crises de 1973-75 se “configurar na fase atual um quinto período, a que poderíamos denominar capitalismo global” (Soja, op cit, 24). Na nossa opinião esse período

inicia a sua decolagem em 1991, com o fim da União Soviética, e o temos chamado de “Globalização” ou de “Neoliberalismo”. Esta periodização é bastante semelhante à utilizada por Hobsbawm na sua série de livros: a Era do: Capital, das Revoluções, dos Impérios e dos Extremos, havendo nesse último uma subdivisão em eras da catástrofe, de ouro e o desmoronamento, (Hobsbawm, 1995) que são muito semelhantes aos períodos três, quatro e cinco de Soja.

As preocupações de Soja (e as nossas também), no entanto, não são de apenas periodizar o capitalismo, mas, principalmente, compreender as configurações espaciais que se estabelecem para viabilizar a reprodução do capital em cada uma dessas fases e as transformações ocorridas em cada reestruturação. Ele vai mais além ao afirmar, categoricamente, que é o espaço que possibilita ao capital superar estas crises, ao criar novas espacialidades que permitem a realização de novas ordens econômicas e jurídicas através do estabelecimento de novas ordens e novas divisões territoriais do trabalho que permitem a reconstituição e o aprofundamento dos padrões de acumulação. Isto faz com que o capital siga construindo – destruindo - reconstruindo o seu espaço através de um processo contínuo que, no entanto, possui momentos de agudização e acomodação.

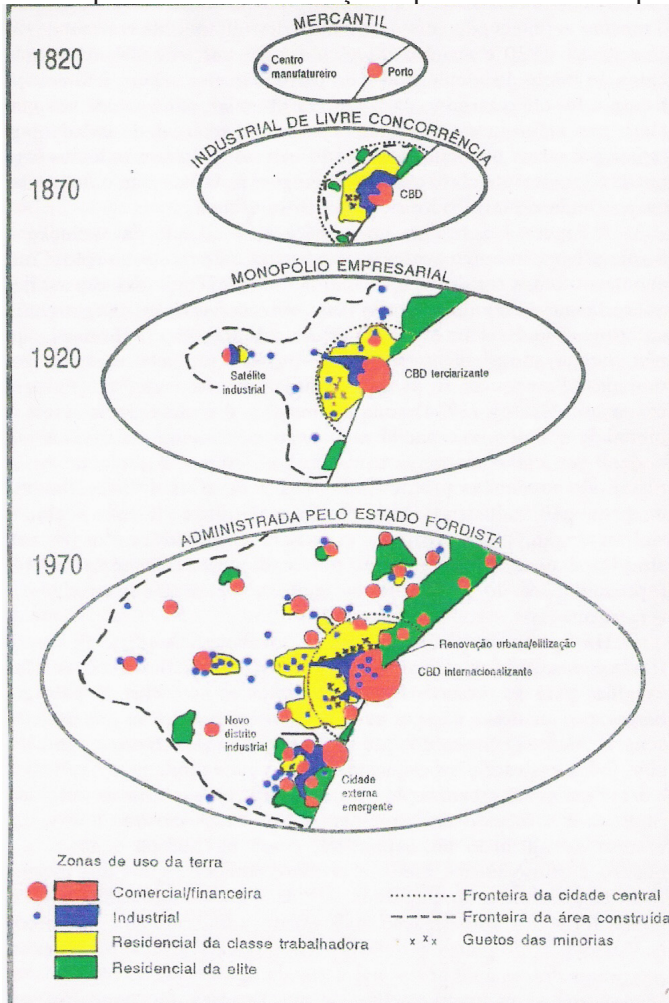
Embora faça considerações acerca das escalas nacionais e globais destas reestruturações, Soja se preocupa em analisar, principalmente, os efeitos destes ciclos na escala urbana, pois as cidades são poderosos instrumentos de viabilização desses padrões de acumulação em cada período, e com isso também concordamos plenamente. Desse modo para cada fase do capitalismo existe um padrão de organização interna e externa de cidade que atende as demandas do sistema neste determinado período.

Contudo, as contradições deste mesmo sistema são mais agudas e visíveis nestas cidades, e por isso é nelas que se iniciam os processos de questionamento da ordem vigente e as crises se mostram mais evidentes. Assim as reestruturações também se mostram mais claras na cidade, embora saibamos que as marcas dos períodos pretéritos permaneçam por um bom tempo lado a lado com as novas formas surgidas no novo padrão, até porque a velocidade das transformações econômicas e sociais é maior que a da transformação espacial. Isto explica a existência de zonas degradadas ou obsoletas, geralmente no entorno das áreas centrais das grandes cidades em todos os momentos do desenvolvimento da cidade capitalista o que tem sido mais acentuado no período atual (Correa, 1986).

A clarividência desta relação - reestruturação econômica - reestruturação urbana - tem fomentado pesquisas nesta área, embora com diferentes abordagens,

inclusive questionando a exclusividade da relação – mudanças econômicas – reestruturação urbana - e a presença de uma lógica única (Preteceille e Valladares, 1990) e de um modelo geral para todas as cidades e países. Concordamos com esta crítica e incorporamos elementos das outras vertentes, que dão ênfase às relações políticas entre estado e movimentos sociais como agentes desta reestruturação urbana. No entanto, não podemos deixar de afirmar que o peso das determinações econômicas que mediam estas relações, embora de maneira não mecanicista e reducionista.

Figura 2: Esquema da Reestruturação espacial da cidade capitalista.



Fonte: Soja, 1993, adaptado pelo autor, 2006

O próprio Soja avança nesta questão com a re-elaboração da dinâmica desta relação em um texto escrito originalmente em 1989, publicado no Brasil em 1993. Embora mantenha quase a mesma nomenclatura para os períodos da evolução do capitalismo a partir das ondas longas, os modelos de evolução urbana incorporam um conteúdo político e da relação do estado com os movimentos sociais que não são explicáveis somente pelas as determinações econômicas.

Estes modelos esquemáticos apontam para a evolução da forma urbana nestes períodos de reestruturação de maneira a identificar em cada um deles uma série de transformações que vão “refletindo mudanças pronunciadas nas geografias do investimento, da produção industrial, do consumo coletivo e da luta social (onde) cada corte transversal contém representações do passado e os contextos para a nova rodada de reestruturação” (Soja, 1993, 212)

A advertência inicial de Soja, de que os modelos que desenvolve são simplificações que abandonam o detalhamento e são baseados na experiência norte americana, serve para tomarmos a precaução de não fazermos uma transposição acrítica destes. Todavia, o caso brasileiro é bastante semelhante à medida que aqui como nos EUA

“a paisagem básica não pressupõe cidades preexistentes que projetem seus ambientes construídos pré-capitalistas no panorama urbano (e que) todas as descrições esquemáticas são mais diretamente aplicáveis áreas em que a urbanização e a industrialização tenham se originado junto com a difusão do capitalismo” (Soja, 1993, 212)

O que fica claro neste modelo evolutivo é a crescente complexificação do tecido urbano, com a nítida tendência à separação de usos e classes sociais no espaço urbano, que se intensifica à medida que há uma expansão da área construída e uma maior complexidade das funções a serem exercidas pela cidade. Percebe-se que o processo de metropolização avança e a mancha urbana da cidade central extrapola os seus limites administrativos, e incorporando e subordinando territórios vizinhos à sua lógica e estrutura. Essa abordagem teórica será o fio condutor de nossa análise do recorte espacial explicitado anteriormente.

Esta complexidade social leva a uma ordem jurídica e administrativa também bastante complexa. Não pretendemos analisar profundamente o sistema político administrativo brasileiro, mas devemos tecer algumas considerações sobre o ente federativo que é o foco de nossa análise: o município, onde a questão do acesso ao poder local permeia todo o debate entre os grupos que se contrapõem nos processos de emancipações.

Município e Poder Local

Para falarmos de emancipações municipais é necessário, em primeiro lugar, falarmos do município, enquanto fração do território nacional e ente federativo. Contudo, entendemos que o município é muito mais do que isto, pois como afirma Fávero “o município no Brasil, precedeu o próprio Estado e constitui o fundamento da nação” (2004, 24), ou seja antes mesmo da Coroa Portuguesa definir o status jurídico da terra recém-descoberta, ela já havia transplantado para cá a estrutura básica de controle territorial existente em Portugal que era o município. Podemos dizer que os primeiros colonos já estavam subordinados a um município assim que colocaram os pés em terras brasileiras. A imensa colônia mal tinha nome, mas os primeiros colonizadores já tinham as suas vidas ligadas às primeiras vilas.

Não pretendemos aqui fazer um exaustivo estudo histórico sobre o município, alguns autores já o fizeram de forma mais aprofundada que os objetivos desse livro, principalmente Noronha (1997), Cataia (2001) e Fávero (2004). O que desejamos é compreender a importância dos municípios na vida das pessoas e como se iniciam e se consolidam os processos de criação de novos municípios através das emancipações.

De antemão, podemos perceber que o sentimento predominante para a população de modo geral, e em especial, a de pequenos núcleos, de que o município é “o governo”, responsável pelo atendimento de algumas necessidades individuais que só podem ser providas de forma coletiva. O município também é a “terra” na qual se está ligado por laços afetivos, a “célula” do grande organismo nacional do qual fazemos parte.

Daí não aceitarmos alguns argumentos contrários às emancipações que as definem como meros re-arranjos políticos entre frações da elite, e os novos municípios como instrumentos de apropriação de dinheiro público. Sem querer romantizar os processos e fechar os olhos para os casos explícitos de politicagem mesquinha, esperteza eleitoral e montagem de máquinas de corrupção, consideramos justas, até prova em contrário, todas as tentativas de emancipação política e criação de novos municípios. Para sustentar esta nossa posição iremos nos aprofundar na análise dos municípios enquanto entes territoriais jurídicos, políticos e simbólicos.

O município como ente federativo e a sua autonomia

Embora exista desde os primórdios da colonização portuguesa no Brasil, o município só se tornou um ente federativo com a Constituição de 1988. Até então estava subordinado a instâncias superiores como províncias e estados, que eram efetivamente membros do Estado nacional. Esse status de ente federativo

reflete o atual momento histórico de maior autonomia dos municípios, entre tantos altos e baixos de sua trajetória.

Entretanto, essa autonomia é relativa, à medida que os recursos financeiros continuam insuficientes para que os municípios possam cumprir as suas funções constitucionais, pois uma parte considerável das atribuições dos estados e da União foi sendo, sutilmente, transferida para os municípios sem as devidas dotações automáticas, obrigando-os a solicitarem estes recursos a governadores e órgãos federais, criando uma dependência econômica que é facilmente transformada em dependência política.

Entendemos que sem autonomia econômica não existe autonomia administrativa, muito menos autonomia política, pois a incapacidade dos municípios em prestar os serviços básicos com recursos próprios os torna reféns de um jogo político que, em geral, caminha na direção de uma subordinação a interesses alheios à vontade da população local. Não se trata aqui de defender uma autonomia total e irrestrita dos municípios, até porque uma parte considerável dos serviços públicos, principalmente nas áreas metropolitanas não pode ter a sua resolução remetida à escala local. O que se questiona é a desproporção na relação recursos –atribuições que cria uma falsa sensação de incompetência administrativa das prefeituras, o que tem sido utilizado para desqualificar a autonomia dos municípios, o processo de descentralização administrativa e política, as emancipações municipais e, por fim, o princípio básico da democracia que é aproximar o poder dos seus principais interessados, o povo.

Municípios, descentralização e poder local

Os debates que resultaram na legislação específica sobre os municípios na Constituição de 1988 refletiram uma discussão mais ampla sobre a relação entre descentralização administrativa, poder local e democracia, acompanhando uma tendência surgida nos países centrais e na América Latina. O que estava em questão era, de um lado, a busca de uma maior eficiência e racionalidade na gestão dos recursos públicos, e de outro, aproximar o poder dos cidadãos e sua participação cotidiana na gestão da coisa pública (Jacobi, 1990).

Estas duas visões, aparentemente não antagônicas, refletiam duas estratégias de cunho político – ideológico distintas. Na perspectiva neoliberal representava uma redução de gastos públicos com diminuição de competências do Estado como um todo e a transferência de parte de suas atribuições para a iniciativa privada, abandonando o viés social de determinados serviços e transformando-os em mercadorias a serem pagos diretamente pelo cidadão–consumidor, como ocorrera na Inglaterra no governo Thatcher (Massolo, 1988 e

Jacobi, 1990).

Por outro lado, na perspectiva da esquerda, os modelos a serem seguidos eram os da Espanha, onde houve efetivamente uma repartição do poder (Jacobi, 1990) e da França, que em 1982 relegou aos municípios um conjunto de atribuições e competências, que fizeram da instância local o gestor do desenvolvimento urbano e dos equipamentos urbanos próximos do cotidiano, associando eficiência administrativa com democracia de base (Massolo, 1988).

No caso brasileiro esta dicotomia passou a ser a principal questão da descentralização, pois este processo cria situações onde sempre se está no “fio da navalha”, ora se criam estruturas de efetiva participação popular e democratização do poder local, ora se instala uma rede de proteção ao estado central e ao sistema capitalista com suas contradições, ao mesmo tempo em que se legitima politicamente desigualdades sociais e econômicas.

Este perigo está presente na criação de novos municípios, uma das formas correntes de descentralização administrativa. Isto ocorre porque os objetivos iniciais desses movimentos, que seriam a maior participação popular, a proximidade do aparelho administrativo e a possibilidade de pressão política sobre os órgãos, agentes e instituições não são garantia de democratização das políticas públicas, tanto quanto a eleição direta de representantes políticos em qualquer nível também não garante a democratização e a representatividade da sociedade como um todo.

Devemos, portanto, fazer uma análise da relação entre descentralização e poder local para entender os limites e possibilidades deste processo. Entendendo o município como o lócus da manifestação do poder local, a análise desta relação se dará nos limites desta unidade administrativa, embora tenhamos que reconhecer a existência de instâncias inferiores a esta unidade, como bairros, distritos, regiões administrativas ou outra subdivisão formal ou informal que existe nos municípios, principalmente nos de maior extensão ou mais densamente povoados. A existência destas sub-unidades, inclusive, pode apontar para o padrão de resolução dos conflitos na luta pela hegemonia no poder local, à medida que podem representar “distribuição” deste poder pelos grupos de poder dentro da unidade.

Município, poder local e os agentes políticos, econômicos e sociais

O município é, então, o lócus do exercício do poder político local e se manifesta, concretamente, no controle do aparato administrativo municipal e de alguns órgãos de instâncias superiores, cujas chefias podem ser ocupadas por pessoas ligadas ao grupo político que domina a prefeitura. Entretanto, este não é o único poder existente no mesmo, há também os poderes econômicos e o

social que se estabelecem como instrumentos de legitimação e questionamento do poder político, ao mesmo tempo em que podem ter como objetivo conquistar esse poder.

Sendo assim, conforme Daniel (1988), o poder político local é exercido pelo governo municipal e pela Câmara de Vereadores. Estes órgãos são controlados por pessoas e grupos políticos que representam interesses diversos que estão em permanente conflito e buscam apoio nas outras formas de poder para se legitimarem e terem apoio para atingir seus objetivos.

O governo municipal é formado pelo prefeito, seus secretários e dirigentes de empresas, órgãos e instituições ligadas ao poder executivo. A princípio os ocupantes destes cargos e o poder que possuem refletem a aliança política que permitiu a eleição do prefeito. Não é sem razão que estes são chamados de “cargos de confiança” e o seu preenchimento se dá através de um “loteamento” que aponta para uma divisão do poder político no seio do executivo e para sua relação com o poder legislativo.

Na Câmara Municipal, o poder de cada vereador no legislativo, mas também no executivo, é determinado pela quantidade de votos individuais e de seu grupo político obtidos na eleição, mas também pela força do grupo social que representa e a sua relação com o executivo. Deste modo, a Câmara pode estar sob o controle do prefeito, fazer oposição sistemática a este ou ser o lócus permanente da negociação política. Dentro da estrutura formal de poder nos municípios, controlar a Câmara pode ser tão importante quanto controlar o executivo, daí a construção prévia de alianças nas eleições ter uma importância fundamental para o exercício do poder no mandato do prefeito. Contudo, é bom lembrar que qualquer que seja a aliança feita antes, durante e depois das eleições, o exercício do poder político local é palco de permanente conflito de interesses, motivados, principalmente, pelos desejos dos grupos de poder existentes na sociedade.

Vale lembrar também que a legislação partidária e eleitoral e as próprias características do sistema político brasileiro dão um peso pequeno às siglas partidárias, à medida que o voto é dado, na maioria dos casos, às pessoas e não aos partidos. Sendo assim, são comuns as infidelidades partidárias como trocas de partidos e formação de alianças locais completamente diferentes das alianças nacionais e estaduais e mesmo, repentinas mudanças nas alianças políticas. Devido a essas características é melhor, nestes casos, fazer uma análise a partir dos grupos de interesse e não por siglas partidárias ou mesmo classes sociais, o que nos leva à investigação das outras formas de manifestação do poder local.

Segundo Daniel (1988), nos municípios existem dois poderes locais que se relacionam com o poder político: o econômico e o social. O poder econômico

é exercido por empresas que possuem interesses no local, seja indiretamente, como as empresas capitalistas instaladas no município que dependem da regulamentação e do valor do solo urbano e do custo dos impostos locais para manterem suas condições de rentabilidade, seja diretamente a partir da atuação de empresas que formam “o conjunto de setores ligados as ações de produção e regulamentação de serviços necessários às condições de reprodução dos trabalhadores” (p 29).

Essas empresas com interesse local direto, atuam em dois setores: no ramo imobiliário e na produção de equipamentos e serviços de uso coletivo local. A diferença entre as que estão indireta ou diretamente ligadas às ações do poder político local está no fato de que o segundo grupo depende de contratos diretos e de regras favoráveis para garantirem a sua existência e não somente uma determinada rentabilidade como no caso das primeiras. Daí a pressão deste segundo grupo sobre o poder local ser mais intensa do que a do primeiro grupo. Para ter acesso a contratos, licitações e concessões num determinado governo, é necessário ter pessoas de confiança dentro deste, seja para garantir a transparência destas, seja para garantir o acesso privilegiado às mesmas. Assim sendo, o apoio a candidatos e partidos políticos pode garantir a indicação de pessoas para postos-chaves dentro do futuro governo.

Esse tipo de relação permite entender o apoio que determinadas empresas e grupos dão a alguns movimentos emancipacionistas e a resistência de outros. A falta de acesso ao poder político municipal existente, a pouca força diante deste e a falta de perspectiva de mudança no quadro a curto e médio prazo faz com que empresas, sediadas ou de propriedades de empresários de fora do núcleo territorial de poder do município, apoiem agentes locais na luta pelo desmembramento, na perspectiva de um acesso facilitado ao futuro governo local. Assim estas empresas podem contribuir para a formação de fundos financeiros dos movimentos, ceder material e pessoal para as campanhas ou emprestar apoio político aos grupos que lideram o movimento. Por outro lado, aquelas que contam com as benesses do poder municipal reagem às tentativas de emancipação por motivos óbvios, o principal deles é o receio de não ter acesso a contratos e privilégios no novo município e perder arrecadação no que foi desmembrado.

Outro tipo de poder existente no município é o que Daniel (op cit, 1988) chama de poder social, que ele divide em dois grupos distintos. De um lado temos uma “elite” local e do outro os movimentos sociais. A elite local é composta de “agentes do poder econômico, empresários, profissionais liberais e de parte da classe média, comprometidos com a manutenção e legitimação das desigualdades sociais e territoriais” (p. 30). Esse grupo se beneficia da desigual distribuição

dos equipamentos e serviços coletivos e das oportunidades concedidas pelo governo local à reprodução do capital e do recebimento de renda através de contratos públicos. Assim manter o “status quo” significa garantir as condições de sobrevivência e/ou acumulação de capital desses grupos, daí o apoio ao poder político local, quando não se tornam membros efetivos do governo ou possuem representantes no mesmo.

É claro que esta elite está fracionada em sub-grupos que disputam o acesso ao poder político e divergem no “varejo”, mas a sua atuação no “atacado” tende a ser convergente, principalmente no que diz respeito à aplicação de investimentos em equipamentos sociais e serviços, pois estes indivíduos tendem a estar localizados espacialmente próximos uns dos outros, em bairros de elite ou de classe média. Em geral formam o núcleo mais duro de resistência às emancipações, pois vislumbram uma perda de arrecadação que pode comprometer os investimentos e a sua melhor qualidade de vida garantida por esta aplicação diferenciada.

Por outro lado, frações dessa elite, localizadas em bairros afastados dos núcleos centrais e seus representantes políticos, costumam ser agentes ativos e, muitas vezes, os pioneiros nos movimentos de emancipação, pois percebem esta distribuição desigual dos investimentos e das oportunidades de negócios e passam a fazer oposição aos governos municipais e, conseqüentemente, às elites do núcleo municipal. Deste modo podem ser aproximar dos movimentos sociais locais na luta pela emancipação, o que aliás, é bastante comum.

Outra fonte de poder social são os movimentos sociais que surgem a partir da organização de setores da população em torno de carências e interesses comuns que são percebidos como de resolução coletiva. Esses movimentos podem possuir um enfoque classista, de base sindical ou associações profissionais, ou com base territorial, em geral associações de moradores. Na origem de seu surgimento estão carências de base material que se agudizam em determinados momentos, provocando a formação de movimentos organizados que atuam no sentido de reivindicar junto ao capital ou ao Estado o que consideram como direitos sociais (ver Simões, 1993).

No caso dos municípios a atuação dos sindicatos é mais direcionada para os agentes do poder econômico, com exceção dos sindicatos de servidores públicos que têm o governo como patrão. Há casos em que a reivindicação se dá de forma indireta como na luta por mudanças de itens da legislação local que favorecem o poder local, como por exemplo, a abertura de estabelecimentos comerciais nos fins de semana, o tamanho da jornada de trabalho e o excesso ou fragilidade da fiscalização de atividades econômicas. Nesse caso também é comum a solidariedade classista com apoio de diferentes sindicatos a

reivindicações de uma determinada categoria.

No que diz respeito aos movimentos emancipatórios, a diversidade de posições varia de acordo com os interesses corporativos dos sindicatos e associações classistas e/ou suas políticas de alianças. Em geral tendem a somar esforços naqueles movimentos de base popular e onde enxergam um sentido de justiça na reivindicação dos moradores das áreas em movimento, a não ser quando lideranças estão cooptadas pelos padrões e/ou partidos e se posicionam segundo os interesses destes. Também convém lembrar que as lideranças e associados são moradores do município e sua localização neste se sobrepõe a sua condição de classe, assim a sua posição enquanto membro do sindicato não é necessariamente a mesma enquanto morador, podendo haver contradições nesses posicionamentos.

Outro tipo de movimento social são os movimentos de bairros que possuem uma ligação muito mais forte com o território que os demais. Nestes a carência material está diretamente ligada a sua localização no município e é a força motriz de sua entrada em movimento. Como vimos anteriormente, o modelo de ocupação do território da periferia e a política de atendimento seletivo às demandas por equipamentos e serviços coletivos cria uma diferenciação espacial na qualidade de vida dos moradores. Esta carência e o não atendimento das demandas leva a movimentos reivindicatórios junto ao poder político local. Embora os movimentos de bairro possam extrapolar este horizonte de objetivos, a maioria deles se organiza em função do confronto com o estado na sua instância municipal.

O peso deste tipo de movimento no jogo do poder local é diretamente proporcional ao seu grau de organização e de autonomia frente às tentativas de cooptação por parte de políticos e partidos políticos locais, que se utilizam de medidas clientelistas e fisiológicas para controlarem as lideranças e o conjunto de moradores de um bairro ou localidade. É sabido que estas práticas, fisiológicas e clientelistas, têm suas limitações, á medida que não é possível e/ou não há o desejo de atender todos os bairros e todas as pessoas. Desse modo, a percepção desta cooptação cria a perda de representatividade do movimento e das lideranças (ver Monteiro, 2001), o que acaba por tornar sem eficiência, naquele local, essa política.

No caso das emancipações, os movimentos sociais de base territorial possuem um papel importantíssimo, à medida que possuem a capacidade de mobilizar, ainda que por um curto período, a massa de moradores de um determinado território. Neste caso uma aliança política entre movimentos de bairros e demais grupos políticos dá ao movimento emancipatório uma legitimidade e poder de mobilização que pode garantir uma presença maciça

nos plebiscitos e garantir o quorum mínimo exigido pela legislação. Podemos dizer que estas alianças são fundamentais para criarem as identidades territoriais necessárias à luta pela criação de novas unidades territoriais sob a forma de municípios.

Devemos lembrar que até para chegar a esse ponto, à realização de plebiscito, é necessária essa aliança, pois o poder de mobilização popular não é condição *sine qua non*, mas é uma forma de pressão que pesa consideravelmente nos debates que antecedem à aprovação de um plebiscito junto as assembleias legislativas estaduais.

Podemos perceber, então, que a análise do jogo do poder local em cada momento e contexto histórico é de fundamental importância para se entender os processos emancipatórios ocorridos na Baixada Fluminense. É necessário mapear os atores e agentes dos diferentes grupos de poder político, econômico e social e suas articulações no plano local e nos níveis de poder hierarquicamente acima, nas esferas estaduais e até mesmo federais.

O que faremos a partir de agora é investigar estas relações nos processos de emancipação dos municípios da Baixada Fluminense, iniciando pela discussão teórica sobre os processos de emancipação. A seguir, investigaremos o seu processo histórico de ocupação, responsável em grande parte pelas grandes desigualdades sócio-espaciais que se transformaram numa das motivações das emancipações.



Capítulo I

Considerações teóricas acerca das emancipações políticas

Introdução

O caso das emancipações na Baixada Fluminense está inserido num processo mais geral de reestruturação econômica e político-administrativa, embora possua suas especificidades. Assim, analisar este processo na Baixada Fluminense exige um esforço de contextualizá-lo num âmbito mais geral que o jogo do poder na região, significa entender as emancipações políticas como um conjunto de questões mais profundas que o simples redesenho do mapa estadual e nacional. O surgimento de novas unidades territoriais significa um novo equilíbrio no jogo das forças políticas nas escalas que vão do local ao nacional, à medida que se criam novos territórios com novos grupos no poder e que implica em novas alianças políticas regionais.

Fazer uma análise das emancipações consiste, então, em mergulhar nas categorias e conceitos que giram em torno da disputa pelo poder em frações territoriais. Devemos então, fazer um balanço acerca das abordagens teóricas que entrelaçam as relações entre espaço e poder. Assim, cabe iniciar esta discussão pelo território, onde esta relação é mais que evidente.

Município e território

Independentemente da definição jurídica, que torna o município uma fração do território nacional (CIDE, 1993), portanto um território, na concepção da geografia política clássica, acreditamos, mesmo, que o município seja realmente um território, à medida que “é um espaço definido por e a partir de uma relação de poder” (Souza, 1995, 78). Esta relação de poder está explicitada não somente na existência de um aparato jurídico que garante aos seus detentores, o poder, visto aqui como o direito e “a capacidade de agir, de produzir efeitos (...) de obter resultados favoráveis utilizando-se uma miríade de recursos” (Lima, 1999, 40), mas também na aceitação, por parte da população local, desse domínio, não pela força, mas pela identificação com “o território e por tabela, com o poder controlador desse território” (Souza, 1995, 85).

Todavia, a existência legal do município enquanto território, que é garantida através de legislação própria, pouco diz a respeito das relações de poder que se estabelecem, antes e após a sua consolidação formal. A constituição federal determina que o município é uma subunidade do território nacional, mas por diversas vezes determinadas frações do espaço já são territórios antes de adquirirem este status jurídico. Muitas vezes a luta emancipatória é parte de um processo que objetiva o reconhecimento formal de territórios já consolidados de fato e que exigem a sua existência de direito.

Essa existência, jurídico-formal, garante ao grupo ou aliança política

que detém o poder de fato nesse território, o seu exercício formal, ou a luta pelo direito de exercer esse poder formal através da conquista das prefeituras que surgem. Assim estes passam a ter a capacidade de exercer o poder que, como vimos, garante alguns direitos. Entre estes direitos está o de normatizar o território, ainda que respeitando a hierarquia jurídico-formal da União e dos estados e a capacidade de firmas e instituições imporem normas próprias.

Os processos de luta pela emancipação política de distritos ou localidades se iniciam a partir da mobilização de um grupo em torno da insatisfação da maioria ou de uma minoria bem articulada. Em geral, há três motivações básicas: quando há interesses eleitorais (pessoais ou de grupos) distintos do grupo dominante, nos casos de penúria e miséria extrema de uma fração do território municipal ou, pelo contrário, quando uma fração deste possui fontes de riqueza maiores que a sede ou “onde existe uma atividade econômica local e uma infraestrutura de serviços satisfatória que já não justifica subordinação ao governo do município a que pertence” (Pateis e Braga, 2002, 9). Em outras palavras, quando um grupo ou aliança política local almeja o poder institucional para reverter um determinado jogo de forças, onde se sente qualitativa e quantitativamente não representado, ou quando não obtém os resultados esperados.

Na verdade esses processos demonstram uma crise de representatividade do poder instituído perante os seus representados. Isto significa que é, também, uma crise de identidade com relação aos seus representantes e com relação ao ente ao qual se faz parte, mais por força da lei do que por desejo próprio. Este ente, no caso, é um determinado município, o território juridicamente estabelecido. Como adverte Lima Jr. “ao território, na prática política brasileira, tem-se atribuído identidade social e política própria, em adição ou substituição às verdadeiras identidades sociais” (1997, 119, apud Lima, 1999, 43). Até porque, continua,

“não vejo como justificar contemporaneamente o princípio da representação territorial na política a não ser diante de duas condições: primeiro se houver coincidência entre territorialidade e identidade social; segundo, caso essa identidade social seja politicamente relevante” (Lima Jr, op. cit., 119).

Neste ponto está o cerne da questão das emancipações. As lutas emancipatórias são detonadas quando o território jurídico-formal já não representa mais as diferentes territorialidades e identidades existentes dentro de seus limites formais. Como afirma Rafesttin (1993), a questão do limite é fundamental para exprimir a relação do grupo com o espaço, pois é dentro deste que se expressa e “se manifesta o poder numa área precisa (pois) exprime a área de exercício dos poderes ou de capacidade dos poderes” (1993, 154).

Todavia, como o próprio Rafesttin reconhece, as relações de produção e de poder estão em constante reestruturação, o que afeta as suas relações com o espaço, criando e recriando novos territórios e territorialidades. Todavia, estas transformações no campo econômico e político são mais instáveis e dinâmicas que os limites políticos-administrativos, pois estes são a “expressão de um estado de direito, de soberanias (cujas) transformações se fazem por subdivisões ou reagrupamentos” (Rafesttin, 1993, 155).

Temos, então, algumas direções e caminhos a serem percorridos na nossa análise. O primeiro deles aponta para uma investigação acerca da luta pela emancipação como manifestação da busca pelo controle de um território jurídico-formal por parte de um grupo ou aliança política que se sente alijada do exercício do poder dentro dos limites de um território que considera seu.

Uma segunda direção vai ao encontro da insatisfação de determinados grupos ou classes que se sentem explorados ou aviltados nos seus direitos e percebem uma repartição desigual do produto social, explicitada na forma de carências absolutas e relativas de direitos sociais e territoriais, expressas na distribuição desigual de equipamentos de uso coletivo e serviços no âmbito da escala municipal.

A terceira linha remete a uma crise de representação e de identidades entre a população de uma localidade e o seu território formal. A falta de identificação com o ente político-administrativo formalmente existente, no caso um município, pode detonar o questionamento sobre os sentimentos de pertencimento a este, provocando a busca por outras formas de representação que podem desembocar na luta por um novo ente político-administrativo.

Na verdade, de maneira geral os processos de luta pela emancipação política que fazem surgir novos municípios são movidos por estas três motivações básicas, citadas anteriormente, que se articulam de diferentes maneiras com diferentes pesos para cada uma delas em cada caso específico. No nosso próprio estudo de caso específico, a Baixada Fluminense, esses elementos se encontram presentes em todos os municípios emancipados. O que pretendemos é investigar mais detalhadamente cada uma destas linhas de análise e, principalmente, tentar compreender como se dá a articulação entre estas motivações, muitas vezes contraditórias entre si e encabeçadas por grupos e pessoas com interesses, por vezes, absolutamente distintos e opostos. Interessa investigar o que leva moradores de um bairro extremamente carente caminhar lado a lado com executivos de grandes transnacionais na luta pela emancipação do seu distrito.

Município e lugar

Um município, seja qual for o seu tamanho, além de ser um território,

ou melhor, por sê-lo, é antes de tudo um conjunto de lugares. Lugares estes que são diferenciados e articulados entre si, de maneira hierárquica, tomando o nome de bairros, distrito, povoados, localidades, etc. O conhecimento da totalidade de um município, portanto, da totalidade dos seus lugares, é privilégio de poucos, daqueles dotados de uma mobilidade tal, que lhes permite vivenciar os diferentes lugares a partir do seu próprio lugar. Mesmo em municípios muito pequenos, com raríssimas exceções, essa premissa é verdadeira.

Na maioria dos casos as pessoas efetivamente moram e vivem nos lugares, restando ao município muito mais uma função simbólica de cimentar identidades num nível acima de sua experiência cotidiana. Mesmo sem conhecer a totalidade de um município, pode-se perceber o arranjo hierárquico dos lugares, à medida que se desloca para alguns lugares específicos, onde se adquire determinados bens, utilizam-se serviços e se resolve problemas. A direção e a frequência dos deslocamentos, salvos aqueles de caráter estritamente pessoal, como visitar parentes ou similares, indica o grau de importância dos lugares na vida dos moradores de um município. Pode-se ter de ir ao centro da cidade ou sede do município quase todos os dias e jamais ir a determinada localidade ou bairro, do qual mal se ouve falar.

Nos interessa, na análise dos movimentos emancipatórios, investigar como se dá a criação de identidades para além daquelas existentes no lugar. Em outras palavras, queremos compreender o que leva moradores de lugares distintos, considerarem como pertencentes a um mesmo ente, que seria o novo município, o que implica renegar a identidade “municipal” anterior e substituí-la por esta nova. É necessário alertar que o novo município pode ser tão abstrato para os seus moradores quanto o anterior, mas mesmo assim durante algum tempo, ele se torna parte da vida das pessoas. Para tanto devemos fazer um esforço no sentido de deixar claro o que entendemos por lugar e como o seu conjunto hierarquizado vai se consolidar num território.

O lugar

O que se percebe é uma tendência a usarmos o termo “local” em oposição a “global”. Um remete ao lugar e outro ao mundo, assim “a vinculação da escala local a um certo conceito de lugar implica a identificação desta escala com uma delimitação espacial restrita vinculada à ocorrência de fenômenos pertinentes à vida cotidiana e às formas próximas do convívio pessoal” (Oliveira, F, 2003, 154).

Como nos alerta Holzer (1995), durante um bom tempo o lugar foi tido como um conceito menor dentro da Geografia, em todas as suas vertentes e correntes. O seu resgate vem através da Geografia Humanista,

pela via da fenomenologia, a partir de Carl Sauer e Eric Dardel nos anos 50 e, principalmente, pelos geógrafos americanos nos anos 70, que na contramão do marxismo e do positivismo, vão valorizar de sobremaneira a intersubjetividade e a intencionalidade da conduta da vida cotidiana.

Nesta corrente da Geografia Humanista quem mais se dedicou ao estudo do cotidiano e das relações subjetivas que as pessoas estabelecem com o espaço, foi, sem dúvida Yi Fu Tuan. Em Espaço e Lugar (1977) a palavra chave é a experiência, é através dela que se pode sentir e interpretar o espaço, gerando emoções e sentimentos com relação a este, utilizando-se os demais sentidos e não somente a visão. Ao mover-se por entre espaços diferenciados a percepção gera as familiaridades e cria os lugares. Assim “um lugar atinge realidade concreta quando nossa experiência com ele é total, isto é, através de todos os sentidos, como também através de uma mente ativa e reflexiva” (Tuan, 1977, 35).

Desse modo, o local em que se vive passa a ser o seu lugar a partir da “identificação de locais significantes, como esquinas e referências arquitetônicas dentro do espaço de um bairro”.(Tuan, op cit, 33). Em suma, lugar “é o centro ao qual atribuímos valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação” (Tuan, op cit, 31). Em outras palavras é o lar, numa acepção mais ampla, já do lado de fora da moradia, mas que possui espírito, personalidade e sentido.

Está claro que, embora esta abordagem tenha o seu valor explicativo, dentro de suas limitações epistemológicas, a definição e o conteúdo do conceito de lugar, não podem se esgotar numa só ciência, corrente, muito menos num só autor. Uma contribuição importante vem da antropologia, principalmente quando foca o seu olhar sobre o “pedaço” que é “um tipo especial de espaço que fica entre o universo privado e íntimo da casa (espaço qualitativo) e o mundo público do resto da cidade (espaço quantitativo)” (Caldeira, 1984, 19). Este “pedaço” pode ser entendido como o lugar onde se vive, o conjunto de ruas e objetos que são familiares aos indivíduos de maneira particular e que são percebidos também pelo coletivo dos moradores, que têm em comum uma visibilidade cotidiana, com troca de favores e cumprimentos, onde quase não há estranhos.

Muitas vezes, o pedaço se confunde com o bairro, logo, este pode, em alguns momentos, ser confundido com o lugar, principalmente quando os sentimentos e valores atribuídos a este são compartilhados por outros, seus vizinhos. Assim “as redes de vizinhança, parentesco e amizade que prevalecem em um bairro, agem no sentido de estar o tempo todo fornecendo para as pessoas uma identidade e uma referência grupal, uma idéia do nós” (Caldeira, 1984, 48).

Todavia é no velho Mestre, que podemos encontrar uma definição mais clara de lugar e de seu papel na análise geográfica. Para Milton Santos (1996) o lugar é o intermédio entre o Mundo e o indivíduo, onde se estabelece a relação dialética entre o global e o local, onde o conflito e a cooperação se apropriam e re-apropriam da lógica da ação global, assim “o lugar é quadro de uma referência pragmática do Mundo (...) de onde vem o condicionante e a ordem e onde se instala a espontaneidade e a criatividade” (Santos, 1996, 258). Isto porque, é nele que se estabelece um “cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições” (idem, 258) onde a cooperação e o conflito são a base da vida em comum.

É no lugar que as pessoas estão mais próximas, e a proximidade não é somente física, mas também das relações na sua totalidade. Assim a vizinhança é fundamental na produção da consciência, que pode “criar a solidariedade, laços culturais e desse modo a identidade” (Santos, op cit, 255). Principalmente nos lugares habitados pelos mais pobres, onde os objetos e as normas da cidade formal ganham novos usos através de novas práticas. É a partir das carências e do não atendimento que se estabelece um “desconforto criador” (idem, 263) e se cria uma cultura popular a partir da cultura de massas recriada.

Quem também percebeu esta questão foi Guattari, ao apontar a instalação de equipamentos coletivos como instrumentos que servem para fabricar espaços, tornando “lisos” os territórios e assim, o bairro passa ser um ponto numa rede de fluxos, uma expressão da racionalidade. No entanto quando um bairro não se adequa à função programada, cria um constrangimento ao “alisamento” ao afirmar uma subjetividade que nega a massificação e por que “até nos piores espaços concentracionários, há investimentos de micro-territórios, há o desvio das finalidades de certos equipamentos que passam a ter usos exatamente opostos para o qual foram criados” (Guattari, 1985,114).

É no lugar, a partir da comparação com outros lugares da cidade, que começa a nascer uma nova consciência. O atordoamento inicial dá lugar ao entendimento da diferença e permite uma tomada de consciência do seu papel social e do lugar do seu lugar na cidade. Assim “a nova consciência olha para o futuro e o espaço é dado fundamental nessa descoberta. Ele é o teatro dessa nova ação por ser, ao mesmo tempo, futuro imediato e passado imediato, um presente ao mesmo tempo concluído e inconcluso, num processo sempre renovado” (Santos, 1996, 264). Em suma a consciência pelo lugar se superpõe à consciência no lugar. O lugar, portanto, não é uma abstração, é uma coisa concreta, seja qual for a forma espacial que toma. Ao nosso ver, a forma espacial mais concreta que o lugar pode adquirir é o bairro.

O bairro

Podemos afirmar que nem todo lugar é um bairro e que nem todo bairro é um lugar, mas com certeza, podemos afirmar que com relação ao município, enquanto território e enquanto rede de lugares hierarquicamente articulados, os bairros tomam para si os atributos de lugares, pontos de partida para um sistema de referência espacial, individual e coletivo, que pode detonar processos identitários.

Souza, em sua tese de mestrado (1988) apontava para a carência de trabalhos sobre bairros na Geografia, e acaba por enumerar aqueles que considera como mais significativos. Entre estes está o de Kevin Lynch, que trata o bairro como “um espaço vivido e sentido a partir de imagens mentais” (apud Souza, 1988, 63), numa abordagem muito próxima do conceito humanista de lugar. Da Antropologia vem a contribuição de Gilberto Velho em “A utopia urbana”, onde analisa Copacabana agregando elementos funcionais, paisagísticos, históricos e até naturais, resgatando o bairro como elo entre sociedade e espaço numa relação de subjetividade-objetividade das formas espaciais e da dinâmica urbana (Souza, 1988).

Ainda na busca de contribuições expressivas, Souza encontra na Sociologia alguns elementos de análise que se concentram na tentativa de delimitar e consolidar parâmetros de identificação, mas que esbarram nas limitações do culturalismo ou na naturalização do *status quo* oriunda do conceito de áreas naturais da Escola de Ecologia Humana de Chicago, ou seja, um bairro desprovido de conteúdo político.

Este conteúdo político e econômico vai estar presente nos estudos marxistas que vêem o bairro como uma manifestação local da divisão territorial do trabalho e das estruturas de reprodução, mas negligenciam o seu conteúdo cultural e humanista, além da dimensão espacial dos conflitos que nele acontecem.

Diante desse quadro e na tentativa de compreender o bairro enquanto unidade de abordagem política, resgatando a sua espacialidade e seu conteúdo político, percebe-se que o bairro, “define territorialmente a base social de um ativismo, de uma organização, aglutinando grupos e por vezes classes sociais diferentes; catalisa referência simbólica e politiza o enfrentamento de uma problemática com imediata expressão espacial” (Souza, op cit, 42).

Esse resgate vai propiciar uma nova concepção de bairro e de seu papel na questão política e, numa proposta holística, coloca o bairro como pertencente, “àquela categoria de pedaços da realidade social que possuem uma identidade mais ou menos inconfundível para todo um coletivo; o bairro possui uma identidade intersubjetivamente aceita pelos seus moradores e pelos moradores

dos outros bairros da cidade , ainda que com variações” (Idem, 54).

Uma outra abordagem, em que o bairro é visto como elemento articulador de um mosaico aparentemente desconexo da Metrópole, pode ser encontrada em Seabra (1999), que considera o bairro “como uma espacialização do processo social (que) guarda e corresponde a um âmbito de vida imediata” (Seabra, 1999, 84) onde o sentimento de pertencimento reforça os laços locais em oposição a uma cidade/metrópole que desagrega e fragmenta o indivíduo.

No entanto, o bairro não consegue ficar imune ao contato com a cidade. Ela chega até os seus moradores de forma indireta, através do rádio, TV, jornais, etc., ou de maneira direta, por meio dos deslocamentos que estes fazem para trabalhar, comprar e se divertir fora dos limites do bairro. Estes contatos se transformam em momentos de troca, não só de bens e serviços, mas também de conteúdos ideológicos, de novos valores, hábitos e costumes que vão ser assimilados em diferentes graus, pelo conjunto de moradores do bairro, afetando as relações e práticas sociais que acontecem no interior do bairro e desses mesmos moradores com pessoas e instituições do restante da cidade.

No mesmo texto Seabra chama atenção para essa articulação, que cresce à medida que a cidade se desenvolve. A crescente complexidade social e econômica implica no aparecimento de novas funções e papéis que vão sendo preenchidos pelos bairros e seus moradores, que necessariamente têm que se adaptar a estas demandas, sob pena de não ter lugar na cidade. Obviamente, esta articulação se dá sob comando da cidade, sob a forma de ordens emitidas pelo conjunto de instituições e grupos sociais estabelecidos nela.

Com o tempo, essa articulação pode se transformar em fusão, assim, cidade e bairro tornam-se uma coisa só. Contudo, esse processo não acontece sem conflito. As instituições e grupos sociais sediados no bairro se colocam em oposição a estas ordens, comandos e influências, tentando preservar valores e comportamentos que não se enquadram no que se chama de “vida de bairro”, que existiria em oposição a uma “vida urbana”. O resultado deste embate define o grau de assimilação do bairro pela cidade, se este permanece como um lugar diferenciado ou se desaparece na mancha urbana. O resultado deste processo contínuo, que só é válido para um determinado momento, é que vai definir a existência do bairro como tal e se ele ainda merece este nome.

Definidos os conceitos de lugar e bairro e os seus papéis na análise geográfica, devemos avançar e partir para a compreensão do processo de incorporação da população dos bairros nas luta pela criação de um ente mais amplo, o território do novo município. Deve ficar claro que estes processos estão longe de serem mecânicos e servirem de modelo para qualquer tempo e lugar. A complexidade dos fatos e dos lugares leva a uma relativização das relações

dialéticas entre tomada de consciência e inserção em lutas mais amplas. O que se pretende aqui é avançar neste debate através de uma contribuição analítica mais aprofundada.

Da consciência do lugar à luta pelo território

A luta pela emancipação política é uma luta pela consolidação formal de um território já existente e do qual o bairro faz parte. Está claro que a emancipação nunca é de um bairro e sim de um conjunto de bairros que para terem força para tal, devem agir em conjunto. Essa ação conjunta só é possível quando se estabelece uma identidade comum para todos estes bairros. Portanto a palavra chave no entendimento do processo de construção de movimentos emancipatórios é a identidade.

Estas identidades não se estabelecem apenas no plano social, mesmo porque a heterogeneidade de classes é flagrante quando se analisa a composição dos participantes desses movimentos. É no plano espacial que se consolida mais claramente esta identidade. É o fato de fazer parte de um mesmo “espaço” que permite o surgimento de uma aliança de lugares em busca de um território comum.

Segundo Claval (1999), é nos territórios que estão os lugares, onde estão inscritos os marcos construídos pelos homens, nas suas relações materiais e simbólicas com o meio e que oferece aos que os habitam condições fáceis de intercomunicações e fortes referenciais simbólicos. São, desse modo, bases para uma classe espacial, numa hierarquia que vai do bairro à nação.

No caso dos municípios, é necessário lembrar que as identidades não são imutáveis, logo, pode surgir um outro ente territorial que substitua a identidade anterior. Em outras palavras, o antigo município pode não mais corresponder aos desejos de representação simbólica de um determinado grupo, que elege como seu e se identifica com outra parcela de território, que pode ser um distrito, um conjunto de bairros ou uma fração qualquer do antigo município, que passa a ter, então, a dimensão simbólica e material do território ao qual se quer pertencer.

Isto acontece, geralmente, quando se percebem as diferenças entre o lugar onde se vive e o “centro” do território municipal ao qual se está legalmente subordinado. É o momento em que se tornam sensíveis às relações assimétricas entre um “centro e uma periferia” (Reynaud, 1985). As pessoas passam a ter uma sensação de que dão muito mais do que recebem ou recebem muito menos do que merecem. Obviamente, a simples percepção da diferença não faz com que haja um movimento em direção à mudança, como já dissemos antes, essa relação não é automática nem mecânica. Devemos, então, investigar o processo de criação de identidades e criação de consciências que desemboquem em

movimentos emancipatórios.

A questão da identidade

Antes de iniciarmos a análise das identidades parciais: de bairro, de movimento e municipais, é necessário retomar o debate em torno do conceito de identidade e do seu processo de construção. Castells (2003) afirma que a identidade é inerente aos grupos humanos, seja qual for o recorte escalar que se faça. Sempre haverá um “nós” e um “eles”, ou como afirma Silva (2000), eu tenho que dizer que sou para me diferenciar daquilo que não sou. Nesta concepção, identidade é algo de simples definição: “é aquilo que se é” (Silva, op cit, 73), algo que remete uma afirmação de positividade autocontida e auto-suficiente, que existe, sempre, em função da necessidade de negar semelhança com algo ou alguém diferente, ou seja, “aquilo que não se é” (Silva, idem, 73). É necessário deixar claro que identidade e diferença são conceitos dialeticamente relacionados. Um não existe sem outro, um somente existe para o outro. Não há identidade absoluta, ela é sempre relativa a outras identidades.

Esta definição simples esconde um complexo debate teórico acerca da identidade. O primeiro ponto a ser discutido é a negação da naturalidade da identidade. O fato de ser inerente não significa ser natural e espontânea. Todo indivíduo ou grupo tem uma identidade, mas ela é produzida, construída e elaborada ao longo de um processo. O fato de ter nascido em território brasileiro não faz de ninguém um brasileiro. As pessoas se tornam brasileiras. A própria identidade brasileira foi construída ao longo de quinhentos e poucos anos de história e tem sido transformada ao longo desse tempo, inclusive, definindo quem pode ser chamado de brasileiro.

Se a identidade não é única e naturalmente inerente aos indivíduos e grupos sociais ela deve ser produzida e definida em função de determinado objetivo de um indivíduo ou grupo “diferente”, dentro de um determinado momento e contexto histórico e isto quer dizer que ela não dura para sempre.

Castells ao definir o que é identidade já dá as primeiras pistas para o entendimento desta formulação, pois para ele a identidade é um “processo de construção de significado com base em um atributo cultural (ou vários) que prevalece(m) sobre outras fontes de significado” (2003, 22). Hall (2000) reafirma este ponto de vista ao retomar o debate sobre a identidade exatamente com uma “crítica a noção de uma identidade única, integral e original do indivíduo” (Hall, op cit, 103).

Fica claro então que não existe somente uma identidade e sim uma “cesta” de identidades que indivíduos e grupos utilizam, de acordo com o antagonista em questão. O indivíduo poder ser e se reconhecer como parte de

um grupo: brasileiro, carioca, vascaíno, heterossexual, etc., quando se coloca e se diferencia diante de um alemão, paulista, cruzeirense ou homossexual, em situações e contextos em que, algo ou alguém, por algum motivo lhe exige tal definição.

Desse modo, temos então, uma inversão no modo com se vê a identidade, pois é a partir da necessidade se opor ao “diferente” que posiciono a minha identidade. É essa interdependência da identidade com a diferença que inicia o processo de construção das identidades, que, segundo Silva (2000), é na verdade um processo de diferenciação, de afirmação da diferença para com os outros que cria uma identidade para o indivíduo ou grupo.

De outra maneira, Castells reafirma essa concepção ao dizer que “quem constrói a identidade coletiva e para que é construída, são em grande medida determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem” (op. cit., 24). Ele também nos lembra de que essas identidades são escolhidas ou internalizadas pelos indivíduos que organizam significados a partir de uma identidade primária que serve de base para as demais identidades e significados.

Essa identidade primária também está presente no pensamento de Hall que a define como “aquele eu coletivo ou verdadeiro que se esconde dentro de muitos outros ‘eus’ – mais superficiais ou mais artificialmente impostos - que um povo, com uma história e ancestralidade partilhadas, mantém em comum” (Hall, 2000,108). Essa identidade “base” está ligada à nacionalidade, que é a mais forte de todas as identidades. Tão forte que nos parece inata, pois “pensamos nela como se fosse parte de nossa natureza essencial” (Hall, 2002, 47). Todavia o que é inato e inerente ao ser humano é a necessidade de fazer parte de algo, que nos dê um sentido e nos represente. No mundo moderno, esta identidade é a nacional.

No entanto, todos concordam que mesmo esta identidade está em constante processo de transformação e mudança, do ponto de vista coletivo e individual, pois está sujeita a um sem número de pressões e perturbações externas e internas. Hall vai mais longe, ao afirmar que na pós-modernidade a identidade fixa e única é uma fantasia, à medida que os processos de fragmentação das identidades criam a possibilidade de identidades múltiplas e contraditórias constantemente deslocadas. Acontece o que ele chama de “erodibilidade da identidade mestra” (Hall, 2002, 58) que possibilita o surgimento de múltiplas identidades para múltiplos contextos.

Esse fenômeno acontece porque a identidade nacional é, na verdade, o modo como a nacionalidade é representada, pois, segundo Hall, a Nação é um sistema de representação cultural que cria uma comunidade simbólica baseada

na identidade e lealdade a partir de uma língua única, instituições, símbolos e sistema de ensino, construídos a partir de estórias, mitos e memórias que dão sentido coletivo aos sentimentos de pertencimento do povo. Muitas vezes com base mais na imaginação do que nos fatos, mais nas estórias do que na História. A nação é, na verdade, uma comunidade imaginada, assim como todas as demais comunidades que extrapolam os limites de uma casa onde vive uma família, pois como afirma Anderson

“na medida que não existe nenhuma ‘comunidade natural’ em torno da qual se possa reunir pessoas que constituem um determinado agrupamento nacional, ela precisa ser inventada” daí ser “necessário criar laços imaginários que permitam ligar pessoas que, sem eles, seriam simplesmente indivíduos isolados” (apud Silva, 2000, 38).

O processo de produção da identidade

Toda identidade, seja ela a nacional, seja ela “parcial”, é produzida/construída. Nos limites e objetivos desta pesquisa nos interessam as identidades parciais, mais especificamente a identidade “municipal” que possui certas especificidades que serão abordadas mais a frente. Num primeiro momento vamos abordar a produção de identidades de maneira genérica para depois nos direcionarmos para as particularidades do nosso foco principal.

Para Castells (2003), a identidade, então, é produzida a partir de matérias primas básicas, que seriam um conjunto de informações e condicionantes presentes na história, geografia, biologia e sociologia de um indivíduo ou grupo, oriundas de instituições, memórias e mesmo fantasias, que são processadas e trabalhadas por estes no sentido de reorganizar esses significados, em função dos seus objetivos e dos “antagonistas”.

Se a identidade é construída/produzida através da necessidade de afirmação diante do outro, este deve ser informado disto. O modo como se faz isto é através da linguagem, da verbalização, pois quando afirmamos “nós somos brasileiros”, “nós somos iguaçuanos” é para que os “outros” que não são brasileiros e iguaçuanos saibam disto, e os que também são, escutem e repitam conosco. Estas afirmações também podem ocorrer de forma não oral, através de textos escritos em placas, camisetas, pôrticos, etc., ou através de signos e símbolos como cores, brasões, etc.

Segundo Silva (2000) identidade e diferença são criações da lingüística, pois não são elementos da natureza, diferentemente de um rio, por exemplo, que existe como tal, independentemente de alguém dizer que ele é um rio. Já estes conceitos, identidade e diferença, não existem até que alguém os crie, ou seja,

dê uma designação, um nome e um “não nome”. Ambas pertencem ao mundo cultural e social e “devem ser ativamente construídas através de um conjunto de relações culturais e sociais que se manifestam através da fala”. (Silva, op. cit., 47).

Entretanto, como afirma Silva (op cit), inspirado em Saussure, a linguagem é um sistema de diferenças onde os signos sempre têm um valor relativo a outros signos, pois ao falar “vaca”, não estamos dizendo “faca” e fica claro que uma coisa é diferente da outra, do mesmo modo que “brasileiro” é diferente de “italiano”. Contudo, deve ficar claro que este processo não é simples e mecânico, há todo um conjunto de operações culturais que dão sentido às diferenças entre os signos e isto só é válido para aqueles que estão embebidos desta cultura, que se manifesta verbalmente através da língua, até porque as diferentes nacionalidades/identidades podem, e geralmente têm nomes diferentes nas diferentes línguas, as vezes tão diferentes que se tornam “irreconhecíveis”, como é o caso, por exemplo, do “País das Águias”, ou SQUIPERIA, que em português chamamos de Albânia.

Independentemente da maneira como é explicitada a afirmação da identidade, o que precede a esta afirmação é um processo de criação lingüística. Pois as palavras: “brasileiro” e “iguaçuano” carregam um conjunto de signos, letras e fonemas, que dão sentido e significado para quem as emite e para quem as escuta e deixam claro que eu não estou afirmando que sou “alemão” ou “queimadense”, que, por outro lado, formam um outro conjunto de signos que dão significados a outra coisa.

Deve ficar claro que o signo, a palavra, não é a coisa, mas o sinal que está no lugar da coisa, logo há uma ilusão de que signo é a coisa, no dizer de Derrida (apud Silva,2000) “é a metafísica da presença”, sem a qual a linguagem não funcionaria. A mesma coisa acontece com a identidade. O seu enunciado determina o significado que se quer que seja explicitado, mas em momento algum esses signos, “brasileiro” ou “iguaçuano”, são o brasileiro ou o iguaçuano, mas sim uma representação que se faz dessas identidades.

Esta perspectiva também está presente em Hall (2000), quando ele remete o processo de criação de identidades a um trabalho discursivo de fechamento e marcação de fronteiras simbólicas que permitem diferenciar o “nós” do “eles”. Para isso, se lança mão de recursos da história, da cultura e da linguagem para produzir a imagem e o significado daquilo que “somos” ou nos tornamos e que nos faz diferentes dos outros.

Entre esses recursos estão a utilização do mito fundacional, a invenção da tradição e a eliminação das diferenças através do simbolismo do povo “puro” (Hall, 2002, 54-55). Embora no texto de Hall esses recursos se refiram à criação

da cultura imaginada da nação, guardadas as devidas proporções, podemos utilizá-los na análise do processo de criação das identidades parciais.

No que diz respeito ao mito fundacional, Hall (2002) chama atenção para a estratégia do resgate positivo de um determinado acontecimento histórico que passa a ser considerado como chave para o surgimento de uma comunidade. Este acontecimento pode ter sido uma grande derrota ou desastre, que através do revisionismo histórico pode ser transformado num triunfo de proporções épicas, considerado o ponto de partida da mudança, da virada que o grupo dá no curso da história. (Hall, 2002, 55).

O segundo recurso é a invenção da tradição. É um expediente muito utilizado para cimentar diferenças e eliminar questionamentos sobre o destino comum do grupo, à medida que se trabalha a tradição como se ela fosse antiqüíssima e estivesse lá desde os “primeiros tempos”. Na definição de Hobsbawn e Ranger, a tradição inventada é um “conjunto de práticas, de natureza ritual e simbólica, que busca inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, a qual automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado”. (1983, apud Hall, 2002, 54). Em suma, transformar anos em décadas e décadas em séculos no curso da história de uma comunidade.

O terceiro recurso é o simbolismo do povo puro. Quando se diz respeito a uma nação, o que se pretende é eliminar as diferenças entre os grupos étnicos formadores da mesma. Isto se faz em geral com a predominância da cultura e da tradição de um grupo majoritário ou dominante.

Numa escala sub-nacional, a principal escamoteação diz respeito às diferenças de classe. É muito comum tratar um interesse classista ou corporativo como se fosse o de todo o grupo. Assim é possível criar uma identidade entre o grande empresário e seu grupo com os habitantes mais pobres desta comunidade. Em geral se consegue isto através de uma estratégia de prestidigitador, que desloca o foco do olhar para uma questão, onde o inimigo é bem nítido, desviando-o de questões mais profundas no seio da comunidade. A palavra de ordem é “somos uma só comunidade (ou povo) que está sendo atacada/oprimida por uma outra” logo a solução é, então, caminharmos juntos e esquecermos nossas diferenças.

Para quê se criam identidades?

Toda identidade é criada por um grupo ou indivíduo para fazer frente ao “outro”, seja lá quem for. Isto se faz pela afirmação das diferenças entre o “eu” ou “nós” e “eles”, e não se têm mais dúvidas quanto a isso. Faz-se necessário, então, recolocar a questão sob outra ótica, por quê e para que se faz isso. Quando se afirma uma identidade e, conseqüentemente, uma diferença,

estamos incluindo e excluindo exatamente do quê? Silva aposta na disputa por recursos simbólicos e materiais. Para ele a afirmação de identidades não tem nada de inocente e está visceralmente vinculada às relações de poder e à disputa por este poder. Assim, afirmar identidades e definir quem são os diferentes é definir quem vai ter acesso aos bens materiais e simbólicos disponíveis naquele território.

A partir desta relação com o poder Castells (2003) apresenta três formas de identidade, como sendo legitimadora, de resistência e de projeto. A identidade legitimadora, como o próprio nome já diz, é construída a partir de um grupo dominante através de suas instituições culturais que têm como objetivo expandir e racionalizar os mecanismos de dominação. Embora apareça como uma estratégia de Estado, ela é produzida e reafirmada pela sociedade civil, na sua ambígua relação com o Estado. Castells se inspira em Gramsci para afirmar que é a Igreja, os partidos, as cooperativas e outras instituições não estatais que vão definindo estas identidades, até porque o que se quer é a manutenção da vida em comum e não uma ruptura.

Desta maneira o que se pretende é fixar uma identidade, que aliás, não é uma, é a identidade. Para isso, segundo Silva (2000), é necessário um processo de definição da identidade e de diferenciação que determina quem é e quem não é. Isto se dá através de práticas discursivas que remetem a sub-processos que incluem, excluem, classificam, hierarquizam e normalizam. Assim sabemos e definimos os que serão incluídos ou excluídos, quem é privilegiado ou desfavorecido, quem tem direito e quem não tem e, quem é “normal” e quem é “desviante”.

A identidade legitimadora é, por definição, um instrumento de dominação de um grupo sobre outro. Todavia, ao se basear na diferença e na hierarquização entre grupos e indivíduos ela fornece os elementos necessários à criação de um novo tipo de identidade. Quando o grupo dominado ou que esteja em posição de inferioridade se dá conta de que está nesta condição por ter sido diferenciado no processo de afirmação da identidade principal, ele passa a construir uma nova identidade que seria de “resistência” a esta dominação.

A identidade de resistência, segundo Castells (op cit), é criada nas comunidades que estejam em situação ou condição de inferioridade perante o grupo dominante. É um expediente necessário para suportar situação de pressão que exige uma inserção na ordem dominante sem as contrapartidas consideradas necessárias. Desse modo a partir do momento em que o outro nos exclui ou estigmatiza, nós criamos uma identidade defensiva que nos dá o poder de excluir os que nos excluíram e prepara o terreno para uma luta política em torno de ideais e princípios comuns aos que, como nós, também foram excluídos.

Necessariamente não há uma negação absoluta nem uma ruptura com a identidade principal, a luta pode não ser pela emancipação total, mas pelo reconhecimento e respeito pela diferença no interior desta identidade mestra. Os negros norte-americanos em momento algum se declararam não norte-americanos, mas fizeram questão de deixar claro as diferenças e o tratamento diferenciado que recebiam por serem “diferentes”. Como diz Silva, esses movimentos “complicam e subvertem identidades” (Silva, 2000) através do desmonte da pureza e da indissolubilidade destas, questionando, não só a identidade, mas, principalmente, seus mecanismos de hierarquização, diferenciação, exclusão e manutenção destas identidades.

Se a identidade de resistência não leva, necessariamente, a uma ruptura, ela inicia um processo de questionamento da coesão social baseada na identidade mestra, que é, por definição, legitimadora. Esse questionamento e a luta política que se estabelece pode levar a situações de impasse em que se percebe a impossibilidade de manutenção do status quo ou da vida em comum, provocando o surgimento do desejo de constituir uma vida diferente em oposição à opressão dominante. Neste momento pode-se falar de uma identidade de “projeto”.

Para Castells (2003) na identidade de projeto os atores redefinem sua posição na sociedade questionando a ordem vigente e buscando uma transformação social, pois está claro que não há condição de continuar aceitando os termos de convivência na ordem vigente. Busca-se então, alterar as regras e estatutos que regem a ordem social e as relações sociais que se estabelecem entre os grupos. A partir deste ponto não há mais reforma possível, o que se quer é a ruptura. O que se pretende é uma nova sociedade, com novos sujeitos, daí esses movimentos terem um caráter emancipatório ou revolucionário. Nesta categoria Castells coloca, com um certo exagero, penso eu, os movimentos feministas. Eu acrescentaria os movimentos pela independência e, quem sabe, os movimentos emancipacionistas, guardadas as devidas proporções, dos municípios.

Não existe um evolucionismo mecanicista nesta proposição, mas o próprio Castells (op cit) reconhece que “obviamente, identidades que começam como resistência podem acabar resultando em projetos ou mesmo tornarem-se dominantes nas instituições da sociedade, transformando-se assim em identidades legitimadoras para racionalizar a sua dominação” (Castells, op cit, 24). Isto fica claro em movimentos pela independência onde a resistência ao colonizador se transforma num projeto de nação que depois cria mecanismos de dominação étnica. Isto também pode ocorrer nos movimentos emancipatórios dos municípios, onde o processo ocorre de forma semelhante numa outra escala.

Identidade e movimento emancipatório

As emancipações são resultantes de processos detonados a partir de uma luta coletiva por autonomia de um grupo, que exige o envolvimento, em diferentes graus, de toda a comunidade envolvida. Mesmo nos casos em que uma pequena elite comanda o processo durante quase todo o tempo, a “massa” deve participar nos momentos chaves, no plebiscito, por exemplo. Deste modo, a atuação das lideranças não pode ser totalmente desconexa da maioria, ela tem que ser, no mínimo, representativa deste todo. Em outras palavras, a população tem que se identificar com a proposta de ruptura com a lógica estabelecida.

O modo como se consegue este “caminhar junto” é através da organização do movimento em torno de “algo em comum” em oposição ao “diferente que nos oprime”. Estamos falando então em identidades e diferenças, assim um movimento emancipatório só é bem sucedido se conseguir criar esta identificação da massa com as lideranças, muitas vezes bastante diferentes entre si. Desse modo, os movimentos emancipatórios são baseados em identidades de resistência que se transformam em projetos, ainda que parciais e limitados, de emancipação e libertação.

É necessário, pois, criar uma identidade municipal a partir das frações de território que querem se emancipar. Porém, como já vimos, esta identidade deve ser construída e para a maioria dos moradores, a identificação com um “distrito” é tão abstrata quanto a com o município, pois muitas vezes a sede distrital está tão distante, do ponto de vista geométrico e afetivo, quanto a sede municipal. Para se chegar a uma nova identidade municipal é necessário partir de identidades mais próximas da realidade dos moradores, é necessário chegar até o bairro e incorporar a identidade de bairro a esta identidade maior, a do novo município. Devemos, então, analisar como se dá esta incorporação.

Identidade de bairro e movimentos emancipatórios

Como nascem as identidades de bairro? Como pensar o processo de produção de identidades locais? Estas questões são essenciais para o entendimento do processo de emancipação e devem ser aprofundadas, pois entendemos que a ligação com o espaço local vivido é essencial, embora não suficiente por si só, para o início e a consolidação deste processo. Partimos, desse modo, para a investigação desses mecanismos.

Podemos começar com Milton Santos em sua bela obra: “o Espaço do Cidadão”. Neste livro se encontram elementos para pensar o espaço como mediador e detonador de lutas políticas, à medida que nele, o espaço, pode se perceber a falta de objetos que garantem um mínimo de cidadania e direitos sociais, pois “olhando-se o mapa (da cidade), é fácil constatar extensas áreas vazias de hospitais, postos de saúde, escolas, etc. Enfim, áreas desprovidas de

serviços essenciais à vida social e individual (...) é como se as pessoas nem lá estivessem” (Santos, 1987, 43).

Nos municípios estes espaços são aqueles que estão distantes do centro ou da sede, onde moram os mais pobres “que estão condenados a não dispor de serviços sociais ou utilizá-los precariamente” (Santos, op cit, 47). Isto leva a um conformismo e a uma alienação, que deixa uma sensação de impotência, pois é “diante da consciência das impossibilidades de mesmo atingir aquele mínimo essencial que os pobres descobrem o seu verdadeiro lugar, na cidade e no mundo, isto é, sua posição social” (Santos, op cit, 65).

É do nosso conhecimento que os mais pobres possuem uma menor mobilidade espacial, o que acaba por diminuir a sua capacidade de compreender a cidade na sua totalidade. Contudo, ainda assim eles se deslocam pela cidade e podem perceber, com o tempo, a diferença entre o lugar onde vivem e os lugares da cidade melhor atendidos por equipamentos e serviços.

A partir daí o próprio espaço pode se tornar revelador, pois o cotidiano, lugar da alienação e “fábrica de preconceitos (...) é também o lugar da descoberta. Aí o homem se recusa a reproduzir como certos os comportamentos impostos pela sociedade de massa” (Santos, op cit, 53). Entre estes, o de esperar pela boa vontade dos governantes em atender as suas necessidades sociais e territoriais básicas.

Percebe-se então, que o valor de indivíduo e o seu poder político depende de sua localização geográfica, pois estar perto do “núcleo” significa ter acesso a bens, serviços, informações e mesmo aos agentes do poder, em geral localizados na sede ou centro do município. Assim, estar na periferia significa ser penalizado duas vezes, pois “a distância geográfica é duplicada pela distância política (...), é dispor de menos meios efetivos para atingir as fontes e os agentes do poder, dos quais se está mal ou insuficientemente informado”.(Santos, op cit., 91)

Sendo assim, tentar trazer a sede do município, e do poder para mais perto de si é uma forma de ter acesso a este. Com o poder, ou próximo a ele, consegue-se o atendimento de necessidades elementares, que para serem satisfeitas, se utilizam do território como instrumento de extensão dos bens e serviços a esta população, que é uma das formas de se propiciar a cidadania. A “igualdade dos cidadãos supõe para todos, uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços, sem os quais a vida não será vivida com aquele mínimo de dignidade que se impõe (e que) se leve em conta pelo menos dois tipos de franquia, a serem abertas a todos os indivíduos: os direitos territoriais e os direitos culturais” (Santos, op cit, 116).

Todavia, conforme já afirmamos anteriormente, esse processo de tomada de consciência não é automático e muito menos mecânico. É necessária uma série de pré-condições para que a consciência do lugar desemboque em processos de lutas, seja de que forma for. Também é certo que movimentos sociais com grande potencial de transformação surgiram em ambientes e situações como os descritos acima. Os movimentos de bairros das periferias de São Paulo e, principalmente, do Rio de Janeiro são os exemplos mais marcantes desse fenômeno. Devemos então investigar como esses processos de lutas urbanas surgem no e a partir do território da cidade.

Identidades territoriais e lutas urbanas

Antes de entrarmos propriamente na análise do processo de criação de identidades territoriais, vale a pena pontuar algumas advertências. A primeira delas é que nem todos os movimentos sociais urbanos têm um vínculo estreito com o território, eles podem estar organicamente ligados a identidades sociais, seja de classes, seja de caráter cultural ou mesmo étnico. Por outro lado, nem todos os movimentos identitários possuem o caráter classista ou cultural, assim a base de sua identidade pode ser de caráter quase exclusivamente territorial, comportando um amplo espectro social e cultural que tem como unidade o compartilhamento de um determinado território.

Também é importante ressaltar que toda e qualquer identidade não nasce espontaneamente, ela é, em geral, construída no movimento, no engajar da luta, principalmente no caso dos segmentos mais pobres da sociedade, onde a alienação e o conformismo são quase endêmicos. Nestes casos é no processo de luta que se descobre como parte de um coletivo, como nos diz Sader

“não se trata de uma suposta identidade essencial, inerente ao grupo e pré-existente às suas práticas, mas sim uma identidade derivada da posição que se assume (pois) a constituição dessas classes depende da experiência, das condições dadas(...) e é na elaboração dessas experiências que se identificam interesses, constituindo-se então, coletividades políticas, sujeitos coletivos, movimentos sociais” (1988, 43-45).

Para não cairmos na metafísica, questionando se a identidade nasce no movimento ou o movimento nasce a partir da identidade, devemos entender a relação dialética que se estabelece entre identidade e movimento nos bairros.

Da luta pelo bairro à luta pela cidade

Em trabalho anterior que tinha os movimentos de bairros como foco (Simões, 1993), fizemos uma análise do papel da criação de identidades como

fundamental para a eclosão desses movimentos. Neste trabalho já identificávamos um consenso entre os autores da época que afirmavam que “as péssimas condições de vida nesses bairros periféricos é um elemento fundamental para a emergência dos movimentos de bairro, porém estas condições por si só, não são suficientes” (Simões, 1993, 105) pois “não é, necessariamente a miséria crescente, mas a consciência da pobreza que contribui para a mobilização popular” (Durham, 1984, 25).

No caso destes bairros, o contraste com áreas atendidas é fundamental para a percepção de sua espacialidade “que é diferenciada em relação a outros segmentos sociais e que significa não ter acesso a bens e serviços que são direitos adquiridos por tais segmentos” (Simões 1993, 106). Assim é o reconhecimento desses direitos territoriais, que os outros possuem e eles não, que faz com que os pobres procurem maneiras de resolver esta situação, como nos diz Bernardes “o descompasso entre as condições dadas e as condições necessárias à reprodução dessa população vai gerar uma pressão cotidiana sobre a mesma. É essa pressão que impulsiona para as práticas coletivas” (1983, 147).

Muitas vezes, a saída encontrada pelos pobres para resolverem os seus problemas é entrar no jogo do clientelismo. Os apelos e pedidos a um político local, ou intermediários da própria comunidade, por determinadas obras em troca de promessa de votos, é um expediente muito utilizado que tem lá a sua eficácia e é largamente utilizado pelos prefeitos e vereadores e demais políticos que agem no município.

Por mais simples que possam parecer, mesmo nos bairros da periferia há uma complexidade social que faz com que no seu interior surja uma reprodução dos mecanismos de dominação, discriminação e segregação existente na escala da cidade, que estimula o individualismo e a fragmentação do tecido social local em “micro-classes”. Instala-se nesses lugares, uma luta constante entre o imediatismo individualista da maioria e a perspectiva coletivista e de longo prazo de algumas lideranças. No entanto, o clientelismo tem alcance limitado, assim como o seu fôlego. Em pouco tempo, na maior parte da cidade, esse atendimento cessa e deixa muito por fazer e as pessoas nas comunidades passam a perceber que esse caminho é inviável.

O movimento no bairro

Nos bairros, então, podem surgir movimentos organizados de luta por melhores condições de vida. Esses movimentos surgem através da mobilização dos moradores em torno de carências crônicas que podem se tornar agudas. O movimento pode deslanchar a partir de acontecimentos pontuais que levam a uma mobilização, é o que chamamos de momentos de agudização da tensão,

que fazem com que uma ameaça ao nível coletivo se torne tão concreta que “os problemas podem ser concebidos novamente como problemas comuns, dando lugar a tentativas de solução também coletivas” (Evers et alli, 1985, 130).

O agir coletivo depende então de um reconhecimento de interesses comuns, neste caso, ligados a uma realidade espacial comum. Um laço orgânico que seja suficientemente forte para que as pessoas tenham confiança e respeito mútuo. É necessária uma identidade. No caso do bairro, uma parte da identidade é criada no convívio diário e nas relações de vizinhança. Contudo, essa identidade não é suficiente para iniciar um processo de luta. É preciso algo mais.

Quando se inicia um movimento, a desconfiança de alguns só pode ser superada quando se percebe que se luta por objetivos comuns. A eclosão de um movimento num momento de agudização de um determinado problema pode se tornar elemento de reforço das identidades latentes, pois

“durante o processo de mobilização há a percepção de que nessas lutas os laços de solidariedade que iam sendo fortalecidos, conformando uma identidade comunitária própria. Isto significa um reforço do processo de percepção da igualdade que estava latente nestes bairros e que foi detonado pela eclosão do movimento” (Bernardes, 1983, 148).

Sendo assim, podemos afirmar que essa identidade de base territorial é dialeticamente construída pelo compartilhamento de um espaço vivido e pela luta pela melhoria das condições de vida no mesmo, no enfrentamento com os “outros”. A luta não define a identidade local, esta na verdade já se encontra latente, o que o processo de luta faz é liberar as sinergias que alimentam o processo de criação dessa identidade.

O movimento ampliado

Está claro que a desigualdade espacial é o “leitmotiv” dos mais pobres para entrarem em movimento, que pode começar no bairro e atingir a escala do distrito, num movimento emancipatório, principalmente quando se percebe que não há como atingir os seus objetivos dentro da estrutura de poder existente no território municipal do qual se faz parte.

Todavia, entre as classes médias e setores dominantes, que também entram nestes movimentos com o intuito de emancipar determinada área de um município, a motivação pode não ser a mesma, pois mesmo em municípios extremamente desiguais no atendimento dos direitos territoriais, os bairros habitados por estes segmentos, em geral nas áreas centrais destes distritos, são bem atendidos e apresentam uma qualidade de vida próxima do centro ou sede do município, com poucas e raras exceções.

Sendo assim, não dá para pensar a formação de um “nós” com base na semelhança entre os lugares, muito menos entre as pessoas. É necessário que se acredite que aqueles lugares diferenciados e com aquelas pessoas, absolutamente diferentes, fazem parte de uma coisa maior, uma classe específica e um território específico, um novo município.

O caráter heterogêneo dos movimentos emancipatórios nos coloca diante de outras questões. O que une as diferentes classes e grupos sociais de um conjunto de lugares desiguais em torno de uma luta comum? É certo que a identidade territorial entre estes é parte da resposta, é o cimento que consolida as diferentes matérias-primas do qual o movimento é composto. Mas como se constrói esta identidade? Como se definem os limites deste novo território? Como se constroem as alianças políticas entre movimentos sociais populares e os arranjos políticos dos setores dominantes? Para responder a estas questões é necessário compreender de que maneira este tipo específico de identidade territorial é criado e quais são os discursos que constroem esta identidade entre pessoas e território e, principalmente, entre grupos sociais heterogêneos.

Este tipo de identidade se baseia numa conjugação de elos culturais, sociais que não negam as suas contradições, mas que se ligam por fortes laços territoriais, criando um novo modelo de classe que se orienta não pelo lugar das pessoas no processo produtivo, mas sim pela sua localização geográfica. Quando isso ocorre podemos falar em classes sócio-espaciais (Reynaud, 1985, 18) que é um conceito chave para entendermos os processos de formação de identidades territoriais.

Reynaud nos diz, então que essa classe sócio-espacial se ordena a partir de seis noções, sendo essas duas primeiras fundamentais: a desigualdade e a escala, pois “la notion d’inegalité, sans laquelle tous les autres éléments n’ont plus de raison d’être, et la notion d’échelle, qui multiplie lês reponsés possible et lês relativise donc”.(1985, 21). As outras quatro pertencem de um lado ao domínio do “objetivo” como a articulação e a mobilidade, e, do outro, estão no domínio do subjetivo: a consciência e o conflito.

Como síntese do pensamento de Reynaud, podemos afirmar a noção de classe sócio-espacial como aquela que se define quando um grupo se reconhece como tal a partir das desigualdades espaciais percebidas numa determinada escala através da sua movimentação pelo espaço e na articulação do seu espaço vivido com os outros lugares, de modo que a consciência dessa desigualdade espacial aponte para uma exigência de justiça espacial. Essa exigência pode facilitar a eclosão de um conflito, que pode ir desde reivindicações por melhores condições de vida no bairro a uma guerra civil ou separatista. Ficaremos com uma escala intermediária que é a emancipação de novo municípios.

O que interessa neste conceito é a possibilidade de compreender composições tão heterogêneas de alguns movimentos, que aparentemente só possuem em comum uma determinada espacialidade. É porque, muitas vezes, realmente é esta espacialidade comum o fundamento para um agir coletivo de um grupo.

As lutas emancipatórias possuem este caráter heterogêneo. É comum existir uma composição política da qual fazem parte movimentos de associações de moradores de bairro de pobres, associações de empresários comerciais e industriais, ruralistas, igrejas católicas e evangélicas; partidos de todos os matizes. Está claro que grande parte destas alianças se desfaz assim que o novo município é emancipado. Até porque, o processo eleitoral que se segue recoloca as coisas no seu devido lugar, dando início a um novo processo de costura de alianças.

Todavia, enquanto dura a luta, todos se comprometem com o mesmo discurso e com as mesmas ações e, na maioria das vezes, se constroem relações identitárias verdadeiras. O morador mais pobre do pior bairro se sente tão parte daquele novo município quanto o mega-empresário e futuro candidato a prefeito. Esta unidade parece artificial? Talvez sim, mas como nos diz Reynaud ao analisar a aliança entre franquistas e comunistas na luta pela autonomia da Catalunha com relação ao poder central de Madrid, “cette unanimité traduit le sentiment d’appartenance à ce que l’on peut une même classe socio-spatiale.(...) Unanimité artificielle? Inconstestablement oui, dans une large mesure, car des inégalités socio-économique existent en Catalogne. (...) Mais l’unité d’une classe socio-économique n’est-elle par parfois non moins artificielle?”(1985,19)

Esta artificialidade da unidade fica mais aparente quando se sabe que os movimentos populares lutam não só pela melhoria da qualidade de vida nos seus bairros, mas também por novas práticas políticas e novas relações de poder que não se coadunam com os modelos políticos de dominação existentes no cerne do capitalismo como sistema e nas características do modelo “made in Brazil”.

Esta unidade conjuntural e o questionamento das práticas políticas tradicionais evidenciam as rachaduras no edifício da dominação. Poderíamos dizer que, num certo sentido, estaríamos diante de um conflito entre práticas “hegemônicas” e “contra-hegemônicas”, numa perspectiva gramsciana. Os grupos dominados se colocam diante da tarefa de criar uma cultura política alternativa a do grupo dominante, que por sua vez tenta manter coeso o bloco histórico construído com base em uma identidade comum (Gramsci, 1981).

Contudo, ao que parece, o resultado final está muito mais próximo da manutenção do bloco histórico original do que numa transformação radical

da cultura política, pelo menos, nesses movimentos de caráter local, onde a identidade de classe social “proletária” é frequentemente substituída pela identidade de “morador”, o que não deixa de ser uma estratégia de “unificar o bloco social não homogêneo, numa vontade coletiva” (Gramsci, *idem*).

O Movimento por uma cidade

Do ponto de vista das frações dos setores dominantes e seus aliados eventuais - a classe média e pequena burguesia -, a luta pela emancipação política se remete muito mais a questão das relações de poder. De modo geral, existe uma composição política nas instâncias executivas e legislativas do município que estabelece uma hierarquia entre os lugares dando a primazia a grupos políticos ligados territorialmente à sede ou centro do município. Neste jogo de forças, determinados grupos enraizados territorialmente fora do centro se sentem sub-representados e/ou alijados dos processos decisórios, principalmente quando verificam que há uma alocação diferenciada de recursos públicos, que beneficia os lugares daqueles que detêm o poder em detrimento dos demais lugares.

Nestes casos inicia-se o processo de ruptura do que Márcio de Oliveira (1999) chama de pacto político-territorial, o que leva à denúncia e negação do contrato social vigente. Em outras palavras, o rompimento dos pactos e acordos entre classes sócio-espaciais de um determinado município leva a um questionamento do aspecto legal que consolida esse pacto, a lei que determina que a localidade X faz parte do município Y. Assim a classe sócio-espacial da localidade X entra em movimento para tornar X um município diferente de Y e isto só é possível alterando esta lei que determina que esses lugares estejam dentro de um mesmo território jurídico-formal.

Para ficar mais claro, Oliveira se utiliza de Hobbes para distinguir pacto de contrato. Desse modo

“contrato pressupõe um documento escrito que funciona como garantia de seu cumprimento, pois estabelece a possibilidade de recursos a terceiros – a justiça e seus organismos institucionais. (...) No pacto ou convenção, as partes não estão obrigadas a cumprir imediatamente o que foi estabelecido como compromisso (...) dá liberdade às partes de não querer aceitá-lo, mesmo depois de firmado” (1999, 59).

No entanto o próprio Oliveira adverte que, no caso brasileiro “em que a sociedade civil é frágil (...), o cumprimento de qualquer contrato social fica necessariamente vulnerável. (...) que agregada em pactos políticos, buscam incessantemente formas de escapar ao contrato ou reatualizá-lo” (*idem*, 59).

Talvez este seja o caso das emancipações. A maioria dos municípios

brasileiros não foi criada a partir de pactos que se tornaram contratos, e sim o contrário. Foram criados por instâncias superiores, na maioria das vezes por atos do executivo estadual e federal sem passar pela discussão política no legislativo, onde se poderia minimamente estabelecer acordos que legitimassem a sua criação.

Assim, depois de criados os municípios, por força de lei, as diferentes classes sociais e sócio-espaciais, dentro das limitações da escala local, estabeleciam seus pactos políticos de gestão do território e, principalmente, de aplicação dos recursos públicos pelo território. Como define Oliveira

“o contrato social (...) traduzido, ao nível da cidade, num pacto político-territorial, que de tempos em tempos, também é renovado. Esse pacto, que retém também, a herança histórica e cultural daquela sociedade, estabelece uma espécie de estatutos de convivência entre as pessoas para que a cidade cumpra as finalidades contidas em seu discurso de origem” (1999, 59).

Aí está a chave para a dissensão. E quando a cidade não cumpre, como um todo, a sua finalidade original? E quando as transformações econômicas, sociais e políticas fazem com que certos lugares da cidade não se identifiquem mais com o discurso e as funções pré-estabelecidas neste? O próprio autor ressalta que esse processo é dinâmico por sua própria natureza, pois o pacto “de tempos em tempos é renovado” Quando isto não ocorre há a ruptura do pacto e o questionamento do contrato, o que é perfeitamente plausível e até normal, pois “o território da cidade é, por excelência, território de exercício do poder e o pacto resulta da disputa entre classes, grupos, corporações e indivíduos no seu interior, delimitando territórios nos quais se materializa a luta pelo espaço urbano” (Oliveira, M., op cit, 59). Os contextos históricos e políticos é que vão definir como se dará a resolução desses conflitos.

Diante destas observações podemos repensar os processos de emancipação como uma ruptura nos pactos político-territoriais vigentes que leva a um questionamento do contrato social formal estabelecido. No entanto, mais do que denunciar o contrato e romper com o pacto político, as emancipações rompem com o elo afetivo e identitário que unia o antigo município. Emancipar-se é deixar de fazer parte da cidade, renegar os seus símbolos, seus referenciais. É não ter o desejo de continuar participando de uma vida em comum. Como o próprio Oliveira reconhece, ao afirmar que sem desejo não há convívio e “isto quer dizer que mesmo que haja um contrato (lei orgânica, constituição, etc.) não haverá um pacto que viabilize satisfatoriamente a vida entre as pessoas no território da cidade, se não houver um desejo de cidade expresso (traduzido num pacto cívico territorial, do qual os cidadãos se sintam parte)”(op cit, 57).

O papel do discurso

As cidades nascem e se desenvolvem a partir de processos econômicos, sociais e políticos que tomam a sua materialidade em formas espaciais que cumprem suas funções, papéis e finalidades numa determinada estrutura sócio-econômica (Santos, 1985). Ao mesmo tempo, elas possuem um caráter simbólico, pois “elas guardam sentidos que lhes são inerentes desde a origem, constituindo elementos que estão na base do seu discurso fundante e geram o desejo de cidade” (Oliveira, 1999, 54).

Esse discurso fundante tem um papel preponderante no sentido de manter a coesão social e a integridade territorial da cidade, à medida que serve para criar uma identidade dos habitantes com a sua cidade. Contudo é necessário ressaltar que esse discurso pode mudar conforme as transformações no tecido social e no espaço, que criem uma contradição entre o que é dito e o que a realidade sócio-espacial revela para os habitantes.

Quando estas contradições chegam a um limite de ruptura, algumas medidas são tomadas no sentido de resgatar a identidade que está se perdendo. Uma das maneiras é reestruturar o espaço para que ele retome a “cara” da cidade e recupere o seu sentido original (Oliveira, 1999). Um exemplo disto são os processos de revitalização e refuncionalização de algumas cidades históricas, onde, diante da impossibilidade de empreender uma reforma radical, seja por força da lei, seja pela sua inviabilidade econômica, se recria o discurso de que o “antigo é charmoso” ou que a memória deve ser preservada e admirada.

Uma outra forma de recuperar o sentido original é radicalizar e acelerar as transformações, operando grandes intervenções urbanas que destroem a cidade “velha” substituindo-a por uma “nova”, sem os vícios da anterior, ao mesmo tempo em que se segue resgatando e valorizando formas naturais e construídas que guardem o sentido da beleza original, é o caso das reformas urbanas do Rio de Janeiro no século XX, de Pereira Passos a César Maia, passando por Carlos Sampaio e Carlos Lacerda (Abreu, 1987).

É necessário lembrar que a cidade do Rio de Janeiro superou uma tentativa de desmembramento na década de 90, quando houve o plebiscito pela emancipação da Barra da Tijuca. Na época o discurso da Cidade Maravilhosa foi resgatado e valorizado para sensibilizar os cariocas “legítimos” que foram morar neste bairro, lembrando-lhes suas origens e sua identidade com a cidade. O discurso lembrava ainda a composição “alienígena” de uma parte dos moradores do bairro que tinham suas origens nos subúrbios e, principalmente, na Baixada Fluminense e que acabaram, ao fim do processo, ganhando o estigma de “emergentes”, que ainda hoje diferencia este segmento dos “verdadeiros” cariocas lá foram morar.

Uma terceira forma de resgatar o desejo de cidade através do discurso é a utilização do “city marketing”, cujo exemplo pioneiro no Brasil foi Curitiba (Sanchez, 1992) e que tem Niterói como a sua “discípula” mais bem sucedida. Esta estratégia é uma mistura de intervenções urbanas de renovação, reforma e revitalização acompanhada por doses maciças de publicidade que valorizam cada pedaço marcante da cidade. A campanha “I love New York” iniciada após a falência da metrópole pode ser um exemplo, assim como a recente “Tolerância Zero” na mesma cidade. O resultado esperado é a recuperação da auto-estima dos moradores, mesmo que algumas contradições permaneçam agudas, e exista um simbolismo “para fora” que vende a imagem da cidade para o restante do país e até no exterior.

Todavia, o feitiço pode virar contra o feiticeiro. Se a utilização do discurso fundante como forma de manter o desejo de cidade e reafirmar sua identidade é uma forma de manter a integridade territorial de uma cidade, ele pode ser utilizado para o objetivo contrário, principalmente quando a “cidade-mãe” está em crise, seja ela administrativa, política, econômica ou mesmo de identidade. Nesses casos, o discurso é re-elaborado no sentido de desvincular-se da imagem da Cidade original, negando sua identidade e incorporando novos valores simbólicos.

O teor do discurso vai no sentido de criar uma nova identidade, renegando a anterior. Este discurso identitário para atender a primeira função procura

“orientar escolhas (identidade) tornar normal, lógico, inevitável o sentimento de pertencer com uma forte intensidade a um grupo, fazer passar de um estado latente àquele de comunidade em que os membros são persuadidos a ter interesses comuns, a “ter alguma coisa a defender juntos” (Claval, 1999, 22).

Para atingir o segundo intento procura “distinguir um do Outro, de maneira a excluir o outro, a fazer dele responsável, um perigo. Esta distinção, esta divisão penetra nas mentes” (idem, 22) e cria uma oposição entre o “nós” e “eles” que torna inviável a convivência sob um mesmo território.

Conclusão

Estas considerações de caráter teórico-conceitual fazem parte de uma reflexão sobre os processos de emancipações municipais que vão para além das questões administrativas e financeira-tributárias. Vimos que a complexidade do tecido social e da organização espacial das áreas metropolitanas exige novas configurações territoriais que desembocam em novas territorialidades da população moradora, gerando novas identidades territoriais.

As lutas pela formalização de territórios, fundadas em novos pactos político-territoriais, levam à re-elaboração dos discursos identitários que servem como legitimação destas novas alianças que se instalam, rompendo com velhos pactos e alianças que se impuseram ou foram construídos em outros momentos históricos, devidamente superados e que agora se colocam como empecilhos a uma gestão mais eficiente desta fração do território original.

Esses movimentos e seus discursos agem no sentido de delimitar formalmente, através da lei, aquilo que já se estabeleceu de fato, uma aliança de lugares em torno de uma noção de classe sócio-espacial em oposição a uma outra classe sócio-espacial detentora do poder no território municipal. A superação desta contradição caminha para a criação de um novo município, desmembrado daquele, onde se estabelece, mais do que uma nova administração, um novo ente territorial ao qual se possui muito mais sentido de pertencimento do que o ente anterior.

Está claro também que este texto não esgota a discussão e serve para alimentar o debate acerca das emancipações sob uma ótica particular, resgatando conceitos e processos que consideramos como fundamentais para o entendimento da questão. Os capítulos que se seguem vão procurar percorrer o caminho que vai do processo de formação sócio-espacial da Baixada Fluminense a sua fragmentação político-territorial em diversos municípios, a partir de lutas emancipatórias, que tiveram como fundamento identidades territoriais construídas a partir da consciência das diferenças espaciais contidas neste território aparentemente homogêneo.



Capítulo II

O processo de ocupação da Baixada Fluminense

Introdução

O processo de emancipação dos municípios da Baixada Fluminense está intimamente ligado ao processo de ocupação desses e sua relação com a cidade do Rio de Janeiro. A criação dos núcleos urbanos estava associada à existência de vias de circulação em cada contexto histórico e estrutura sócio-econômica em que essas surgiram. As condições do ambiente e a capacidade de alterá-lo nesses momentos também influenciaram na localização destas vias e no desenvolvimento ou não dos núcleos, fazendo com que houvesse uma série de padrões locais, que foram sendo alterados gradualmente ou, em alguns momentos, de forma abrupta.

O objetivo deste capítulo é resgatar o processo histórico de ocupação do território da Baixada Fluminense até a sua conformação atual, identificando os padrões de localização e de desenvolvimento dos núcleos urbanos que formam as atuais cidades da Baixada Fluminense. Iniciaremos esta análise investigando o papel da natureza enquanto condicionante desta ocupação.

A natureza na Baixada, ontem e hoje.

Se politicamente é difícil delimitar a Baixada Fluminense, quando observamos somente os chamados aspectos naturais, este trabalho, aparentemente, é mais simples. Este termo nasce a partir da nítida diferenciação entre as partes mais elevadas do Estado e sua parte rebaixada, se referindo, portanto, a uma unidade física de caráter geomorfológico, cuja principal característica era de apresentar-se num patamar inferior ao paredão da Serra do Mar.

Este conjunto de terras, relativamente baixas, se estendia de Mangaratiba até os limites com o Espírito Santo, alternando áreas planas com maciços e colinas, com uma grande diversidade de paisagens naturais, mesmo considerando somente a Grande Iguazu e Estrela como referência. Essas condições naturais se colocaram como de capital importância no processo de ocupação da região, tanto como facilitadora quanto como obstáculo a ser superado ou eliminado.

A principal característica da Natureza da Baixada Fluminense, então, é o contraste altimétrico entre essa e a Serra do Mar, que se apresenta como um dos limites desta região. Este desnível, que chega a quase dois mil metros em alguns pontos está intimamente ligado a processos e ciclos tectônicos, orogênicos e erosivos que remontam a mais de dois bilhões de anos atrás e que foram reativados há pouco mais de 150 milhões de anos. De lá pra cá, ocorreram processos erosivos e deposicionais de caráter local que passaram a alterar, com menor intensidade e dimensão, as formas do relevo até chegarmos ao padrão atual.

Esta geomorfologia, aliada as atuais condições climáticas, vai dar origem a uma rede hidrográfica que será de vital importância para a ocupação da Baixada Fluminense, haja vista que quase todos os núcleos iniciais que deram origem as atuais sedes de municípios surgiram como portos fluviais.

A existência de precipitações o ano inteiro nas encostas da Serra do Mar e dos maciços, aliada a uma cobertura florestal ainda intacta em grandes extensões garantiam a esses rios a sua perenidade, mesmo depois de prolongados períodos de estiagem, o que permitiu por um longo tempo a navegação em grande parte destes rios.

As obras de engenharia ao longo da ocupação da região, principalmente no século XX, criaram uma série de barragens e represas nas partes altas, drenaram as áreas inundáveis ao longo dos rios e retilinizaram nos seus baixos cursos, modificando as suas características originais. Essas alterações associadas ao desmatamento das encostas, à ocupação urbana e impermeabilização do solo em grandes áreas levaram ao conseqüente assoreamento dos seus leitos, e deram origem a transformações das bacias e sub-bacias hidrográficas, que guardam hoje muito pouco de sua configuração original.

Atualmente essas alterações e a configuração geomorfológica, de grande diferença altimétrica nas cabeceiras seguida de baixa declividade no restante do curso dos rios, é responsável, em parte, pela formação de grandes áreas inundáveis no médio e baixo curso dos rios. A ocupação humana nestas áreas agravou este problema e quando há ocorrência de temporais ou longos períodos chuvosos ocorrem inundações.

A cobertura vegetal remanescente nos dias atuais pode ser representada no mapa síntese abaixo. Verificamos a existência de uma pequena mancha de manguezais bastante degradados no litoral de Duque de Caxias, junto ao estuário artificialmente unificado dos rios Iguaçú e Sarapuí. No baixo curso desses, fora da influência das marés e da salinidade, encontra-se uma regenerada área de vegetação de brejo, que também aparece nos trechos dos rios Pavuna e Sarapuí dentro do campo de Instrução de Gericinó, onde foram construídas as barragens de contenção que represam periodicamente as águas das chuvas mais intensas.

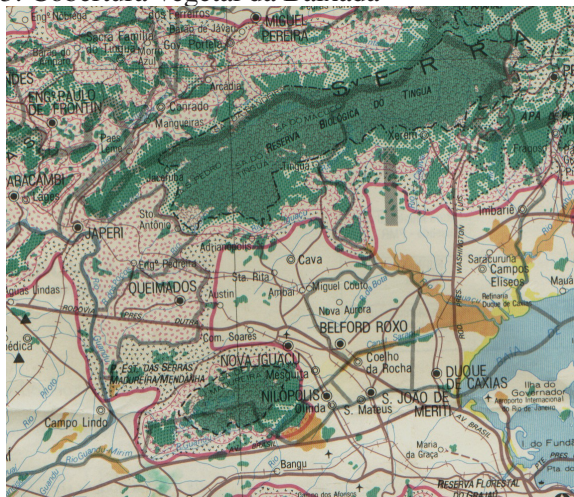
Nas margem esquerda dos rios Iguaçú, Inhomirim e direita do Pilar, encontra-se uma área inundável que não chegou a desenvolver plenamente a vegetação de brejo, tomando a aparência de um pasto degradado que se alaga periodicamente, mas que pode vir a se regenerar caso não tenha uma ocupação urbana. Esse mesmo fenômeno ocorre nas margens do Guandu e seus afluentes, rarefeitamente ocupadas e sujeitas a inundações periódicas. Nesta bacia, o brejo só se regenerou no baixo curso entre os canais que deságuam na Baía de Sepetiba e também junto à confluência dos rios Queimados e Ipiranga com o

Guandu, próximo a captação de água da Cedae.

Na encosta norte do Maciço Mendanha – Gericinó, sul do maciço de Tinguá e na maior parte das colinas e pequenos maciços encontramos áreas originalmente florestadas que se encontram degradadas, cobertas por capim ou capoeiras herbáceas. São áreas utilizadas como pasto e que sofrem constantes queimadas, o que dificulta o processo de regeneração em curso. Esta regeneração deu origem a uma floresta secundária nas áreas mais protegidas destes locais como no topo de algumas das colinas e maciços, na encostas baixas do maciço de Tinguá e do Parque Municipal de Nova Iguaçu no Maciço Mendanha-Gericinó.

Somente nas partes mais altas dos maciços do Mendanha – Gericinó e Tinguá e da Serra do Mar é que encontramos a Mata Atlântica nativa ou completamente regenerada. Pode parecer pouco, mas essas florestas ocupam 33% do território de Nova Iguaçu, 40% de Mesquita e 20% de Duque de Caxias. Vale a pena lembrar que tais áreas foram poupadas somente por serem bastante íngremes, altas, de difícil acesso e por estarem atualmente em áreas legalmente protegidas.

Mapa 3: Cobertura Vegetal da Baixada



Fonte: CIDE, 1997

O restante da Baixada Fluminense encontra-se totalmente ocupada por áreas urbanas de maior ou menor densidade, algumas ainda em processo de consolidação e expansão, o que ameaça tensionar as áreas de contato entre estas e as coberturas remanescentes, exigindo uma constante vigilância da sociedade e do Poder Público para que essas áreas de preservação não sejam indevidamente

ocupadas e se repetam os erros cometidos ao longo da história da ocupação da Baixada Fluminense.

O processo de ocupação da Baixada Fluminense, do século XVI até os dias de hoje, alterou profundamente o seu ambiente natural. Entretanto, essas características naturais foram e ainda são de fundamental importância para orientarem, através das facilidades e dificuldades, o processo de ocupação do solo nesta região. É este processo de ocupação antrópico que será analisado daqui por diante.

Considerações iniciais acerca do processo de ocupação

Como vimos na introdução desse livro, a relação entre reestruturação econômica e espacial é essencial para compreendermos a forma que o espaço toma em algum trecho da superfície terrestre. Desse modo antes de investigarmos a Baixada Fluminense temos que analisar como esse processo se deu numa escala mais ampla, o território brasileiro.

A construção do espaço no Brasil se dá a partir de uma base material dominada pela Natureza, à medida que as estruturas espaciais dos povos indígenas que habitavam o território até a chegada dos portugueses pouco alteravam este ambiente. Havia, entretanto, uma variedade de organizações sociais pretéritas, com diferentes graus de complexidade que, embora destruídas na sua essência, deixaram alguns resquícios de relações entre os homens e destes com a natureza, que foram sendo incorporados seletivamente pela nova ordem, que foi imposta com a conquista e a colonização. Devemos então começar por essas sociedades e os arranjos espaciais que criavam para a sua reprodução.

Diferentemente de algumas partes da América, colonizada pelos espanhóis, onde havia grandes impérios com cidades e redes urbanas consolidadas, no Brasil dos índios não havia um traço sequer de organização espacial que pudesse ser chamada de urbana. Sendo assim, esse tipo de organização espacial foi criado a partir da implementação de um sistema sócio-econômico totalmente novo em um território praticamente virgem, livre de condições espaciais pretéritas que atuassem no sentido de resistência à nova ordem espacial, embora, em hipótese alguma, possa se dizer o mesmo da ordem social e da resistência a esta nova ordem.

O surgimento das cidades no Brasil

As aldeias indígenas eram aglomerados humanos de caráter eminentemente rural e muitas vezes nem mereciam esta classificação, sendo consideradas meras concentrações esparsas de povos coletores. Assim podemos afirmar que a urbanização brasileira se dá sobre tábula rasa e se consolida com

a instalação de um modo de produção de base escravista, mas plenamente articulada a um capitalismo que se consolida e se afirma a partir do século XVI.

A cidade no Brasil nasce no século XVI, tributária de uma economia essencialmente agrícola, organizada para fora e com um baixíssimo grau de articulação interna, é o período de predominância do “arquipélago mercantil”. A cidade colonial é dominada pelo campo e este subordinado a lógica da acumulação metropolitana. Em outras palavras, como afirma Santos, “no começo a ‘cidade’ era bem mais uma emanção de um poder longínquo uma vontade de marcar presença num país distante” (Santos M., 1994, 17). Nesse período, que vai até o século XVIII, a dispersão é tal que é a Igreja e não o comércio, que vai agregar a população que vive nos engenhos e fazendas espalhadas pela imensidão do território. Estas unidades rurais se articulam com o mundo metropolitano através de umas poucas vilas e cidades litorâneas de onde parte a produção agrícola e chega os bens não produzidos por elas próprias. Há poucos aglomerados em meio a essa dispersão rural, à medida que esses oferecem muito pouco a vida nos engenhos. A população desses somente vai aos núcleos urbanos, em ocasiões especiais, para tratar de questões jurídicas ou para ir a missa, fazendo com que esses núcleos tenham uma vida urbana esporádica e sazonal.

Por outro lado, havia um rigoroso controle por parte da Coroa na fundação de vilas e cidades, que se estendeu até 1720, numa tentativa de evitar a autonomia dos colonos. Mesmo assim, segundo Goulart Reis, “ao fim desse período, a rede urbana estava constituída por respeitável conjunto de sessenta e três vilas e oito cidades” (apud Santos M., op cit, 18). Esses números são explicados, em parte, pela atividade mineradora que por necessitar de um aparato burocrático e comercial essencialmente urbano para viabilizar esta atividade, fez com que a coroa e particulares fundassem diversos núcleos urbanos.

A partir do século XVIII os núcleos urbanos passam a ter maior importância em virtude da transferência da moradia dos senhores de engenho para esses e da maior complexidade da economia surgida com a Revolução Industrial na Europa (Santos, M, op cit.). A articulação dos espaços coloniais com as metrópoles se intensifica e exige transformações espaciais significativas. Há a incorporação de novas áreas para o plantio de novos produtos que vão abastecer ao mercado europeu, com isso há uma maior circulação de mercadorias, o que exige o desenvolvimento de uma malha viária que ligue estas áreas produtoras aos pontos de escoamento no litoral.

O crescimento do comércio incrementa a concentração populacional nos núcleos portuários e complexifica a estrutura social dessas cidades, mas

consolida um padrão de concentração de da propriedade fundiária e da renda que se refletirá na estrutura do espaço urbano que se constrói a partir de então (Sunkel, 1975).

Na América Latina a rede urbana se caracterizará pela concentração população e das atividades econômicas em poucos pontos do território, mais precisamente nos núcleos surgidos no processo de conquista e colonização e nos enclaves incorporados à lógica do capitalismo comercial. Essas cidades, em muitos casos permanecem como principais núcleos urbanos destes países até os dias de hoje, como é o caso do Rio de Janeiro.

A fundação da cidade do Rio de Janeiro e a ocupação inicial da Baixada Fluminense

A ocupação do território da Baixada Fluminense está intimamente ligada à fundação da cidade do Rio de Janeiro, marco que possibilitou a efetiva ocupação do território no entorno da Baía de Guanabara. Entretanto, para isso foi necessário conquistar esse território dos indígenas, seus ocupantes iniciais, e dos franceses, que se estabeleceram antes dos portugueses.

O extermínio dos indígenas

Observando a toponímia da Baixada Fluminense verificamos um sem-número de localidades e acidentes geográficos que ainda guardam seus nomes originários da língua tupi-guarani, falada pelos Tamoios e Temiminós que habitavam a região quando da chegada de portugueses e franceses. O exemplo maior é Iguazu, mas há casos em que nomes portugueses foram trocados para a forma tupi já no século XX, como é o caso de Belém que virou Japeri. Praticamente não resta mais nada da cultura indígena nesta região, pois os sambaquis foram transformados em cal ou destruídos pela ocupação urbana e não há uma única comunidade que se possa dizer descendente dos antigos indígenas.

Os primeiros contatos que se tem notícia entre europeus e os indígenas aconteceram quando da chegada de duas expedições portuguesas a Baía de Guanabara. A primeira de 1502, enviou um grupo para um reconhecimento da região, penetrando pelos rios. A segunda, em 1503, penetrou mais profundamente no interior chegando a subir a Serra do Mar e permaneceu por mais tempo na região.

Em 1531 uma nova expedição, desta vez sob comando de Martim Afonso de Souza e nenhuma ocupação efetiva. Em 1534 inicia-se o regime de capitanias hereditárias e de doações de sesmarias, assim a Baixada Fluminense passou a pertencer a Martim Afonso de Souza. No entanto quem se apropria

de fato dessas terras são os franceses que se estabelecem em 1555 na ilha do Serigipe (atual Villegaignon) e iniciam a ocupação dos arredores da Baía de Guanabara.

Os indígenas espalhavam-se pelo litoral e ao longo dos rios onde erguiam aldeias que tinham em média de 500 a 3.000 índios, delimitando territórios de subsistência entre tribos vizinhas. (Peres, 2004). Os primeiros relatos feitos pelos franceses davam conta de cerca de 32 a 35 aldeias no entorno da Baía de Guanabara e nos seus rios. Esse contato permitiu aos europeus se apropriarem da toponímia tupi que, em alguns casos, permanece até hoje.

Em 1560 os portugueses iniciam a luta para reconquistar a região e a ofensiva final se dá a partir de 1565 com a fundação da cidade do Rio de Janeiro e a distribuição de sesmarias na Bacia da Guanabara aos nobres e militares portugueses. Finalmente em 1567, Estácio de Sá, com a ajuda dos Temiminós, expulsa os franceses e persegue os Tamoios destruindo as aldeias ao redor da Guanabara. Os remanescentes fogem para Cabo Frio e lá são definitivamente exterminados. Os Temiminós se estabelecem na Aldeia de São Lourenço em Niterói e em 1873 são considerados extintos.

A última referência explícita a um aldeamento indígena na Baixada Fluminense é de 1570 quando “colonizadores encontraram na região de Santo Antônio de Jacutinga uma tribo de Temiminós (..) chamados de jacutingas” (Prado, 2000, 51). Depois disso não há mais registro da presença indígena e, ao que parece, os poucos que restaram, foram rapidamente assimilados e desapareceram como grupo distinto.

Os primeiros assentamentos coloniais e o cultivo da cana-de-açúcar

A toponímia não foi a única herança deixada pelos indígenas. O seu conhecimento sobre a geomorfologia e hidrografia da região foi apropriado pelos portugueses que fizeram dos rios os caminhos naturais para a ocupação da Baixada Fluminense, procurando se instalar as margens destes em áreas onde o brejo e as inundações não chegavam.

O sistema de ocupação proposto à época, baseado na doação de sesmarias contribuía para a dispersão, à medida que estas eram grandes latifúndios que necessitavam de grande aporte de capital para serem explorados. Entre a primeira sesmaria doada para Cristóvão Monteiro em 1565, até a última, em agosto de 1805, para João Cardozo da Fonseca, ambas no Rio Iguçu, a lógica permaneceu a mesma.

Na Baixada Fluminense, a população, livre e escrava, estava dispersa nos diversos engenhos de açúcar e fazendas policultoras que se estabeleceram próximas aos rios de onde partiam barcos carregados de açúcar e gêneros

alimentícios para a cidade do Rio de Janeiro, onde eram consumidos ou embarcados para Portugal. Em geral as fazendas tinham os seus próprios atracadouros, não necessitando dos portos das localidades situadas ao longo dos rios. Daí a pouca importância dos primeiros núcleos urbanos.

Se as atividades econômicas não eram agregadoras de população caberá a atividade religiosa tomar para si este papel, pois o projeto de ocupação da colônia é também um projeto de expansão da fé católica pelo Novo Mundo. Sendo assim, começam a surgir ainda no século XVI as primeiras capelas onde se reuniam os fiéis dispersos nas fazendas e engenhos. Desses templos pioneiros quase não há registros históricos, materiais ou documentais. O que se consegue comprovar é atuação das ordens religiosas na região. Em 1570 os jesuítas já estão instalados em Jacutinga, atualmente no município de Mesquita e em 1591 ou 1596 os beneditinos adquirem terras para o Mosteiro de São Bento às margens do Rio Iguaçu, mas não há relato de capelas nestas localidades (Prado, 2000 e Torres, 2004).

No início do século XVII se estabelece um modelo espacial de organização da Igreja Católica através das freguesias e distritos (Torres, 2004, 18). Na Baixada Fluminense, a primeira freguesia que se tem registro foi instalada em Pilar, atual Duque de Caxias, em 1612 com o nome de Nossa Senhora do Pilar, às margens do rio e em torno da igreja de mesmo nome. (Prado, 2000, 96).

Ainda neste século foram implantadas as freguesias de São João Baptista de Trairaponga em 1647, na atual São João de Meriti e as de Nossa Senhora da Piedade de Magé (1696) e Inhomirim (1698) atualmente em Magé (Torres, 2004, 19). Todas essas freguesias eram próximas aos portos onde se iniciava uma incipiente urbanização

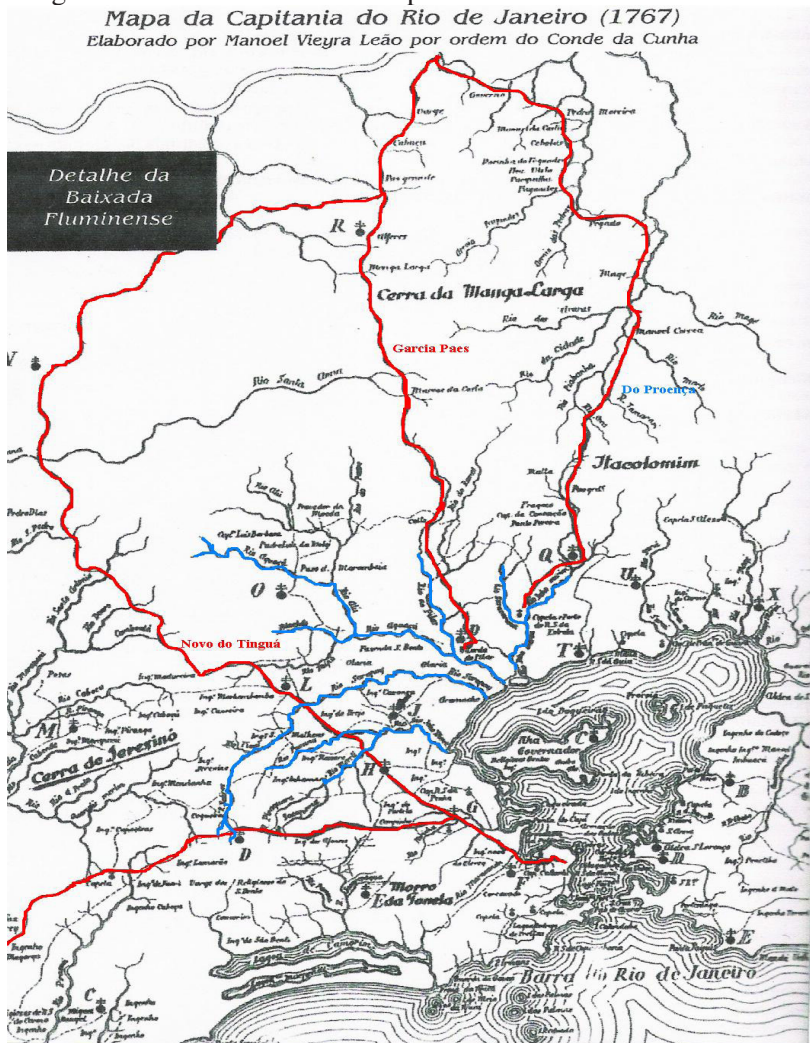
Até esse momento não podemos falar de vilas na Baixada Fluminense. A ausência de núcleos urbanos estava em consonância com o projeto português de ocupação, pois “a ocupação urbana portuguesa em terras brasileiras teve um interesse marginal ou subsidiário em um projeto eminentemente rural, ou nem mesmo rural, de explorador de riquezas naturais” (Rolnik, 1997, 17).

Na virada do século XVII para o XVIII inicia-se a construção de novos caminhos entre a região das Minas Gerais e o porto do Rio de Janeiro, escolhido pela Coroa Portuguesa para escoar o ouro. Esses caminhos vão determinar mais uma função para a Baixada Fluminense, a de passagem entre a cidade do Rio de Janeiro e o restante do país. Será então, ao longo dos diversos caminhos construídos, que surgirão os primeiros núcleos urbanos da Baixada Fluminense.

Os caminhos e a ocupação da baixada

O primeiro caminho a ser construído ligando as Minas Gerais ao porto do Rio é o de Garcia Paes Leme, iniciado em 1699 e concluído em 1704. O tempo dessa viagem se reduz de 90 para 15 dias e isto foi fundamental para a captura da região das Minas à órbita de influência do Rio de Janeiro.

Figura 3: Detalhe da carta da Capitania do Rio de Janeiro de 1767



Fonte: Torres, 2004, adaptado pelo autor, 2006

Este caminho oficialmente se iniciava no, então modesto, porto de Pilar,

onde era possível chegar pelo Rio Iguaçu, do qual o rio Pilar era afluente ou por terra, partindo de Irajá e atravessando os atuais municípios de São João de Meriti e Belford Roxo (Torres, 2004). A partir do porto de Pilar o caminho acompanhava o rio e iniciava a subida da Serra do Mar próximo ao atual distrito de Xerém, seguindo até o Rio Paraíba do Sul e daí entrando em terras mineiras.

O segundo caminho a ser construído atravessando a Baixada Fluminense será o de Bernardo Proença, também conhecido por Caminho de Inhomirim, iniciado em 1721 e concluído em 1724. Partindo do porto de Estrela no rio Inhomirim (ou Estrela) em direção a Minas, passava pelo Córrego Seco (que será mais tarde a cidade de Petrópolis) entrando pelo vale do Rio Piabanha até o rio Paraíba do Sul. Este trajeto encurtou a viagem para apenas 11 dias, daí ser bastante utilizado a partir de então (Torres, 2004). Esse caminho, também atingido pelo rio, levará dinamismo à localidade de Estrela, que chegará até se transformar em município em 1846, mas que se extinguirá em 1891 após a adoção da ferrovia como principal meio de transporte.

Em 1728 é concluído o Caminho Novo do Tinguá, também conhecido por Caminho da Terra Firme ou do Mestre Estevão Pinto, seu construtor (Torres, 2004). Ele se iniciava próximo ao que seria hoje o bairro São Cristóvão no Rio de Janeiro e vinha seguindo o sopé do Maciço da Tijuca, fugindo das áreas alagadas do litoral da Baía de Guanabara, com um percurso muito semelhante ao da atual EFCB. Depois da freguesia de Irajá esse caminho entrava na Baixada Fluminense passava pela Fazenda São Matheus e pelos, então, insignificantes engenhos da Cachoeira e de Maxambomba. Daí continuava pelo sopé do Maciço de Gericinó, atravessava o rio Santana e a fazenda de Belém, atual Japeri e contornava o Maciço de Tinguá por uma subida menos íngreme nas atuais localidades de Engenheiro Paulo de Frontin, Sacra Família e Morro Azul do Tinguá, se encontrando com o caminho de Garcia Paes logo após a localidade de Pati do Alferes.

Mais tarde, em 1734 foi construída uma variante que passava por São João Marcos, atual município de Piraí, encontrando-se com o caminho que saía de Campo Grande e seguia pelo Vale do Paraíba em direção a São Paulo. Esse caminho se diferenciava dos demais por não se utilizar da via fluvial em nenhum momento do seu percurso. Esse fato foi fundamental para que servisse de leito para a ferrovia nos meados do século XIX.

Esses caminhos não criaram grandes aglomerações na Baixada Fluminense, mas estabeleceram alguns dos padrões que vão determinar o seu processo de ocupação e urbanização nos séculos seguintes. Em primeiro lugar consolida a primazia da cidade do Rio de Janeiro e a subordinação dos

núcleos urbanos, que margeavam estes caminhos, a sua órbita de influência. Esta primazia se torna regional e nacional a partir da transferência da capital da Colônia da cidade de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763.

Em segundo lugar, a falta de ligação entre estes caminhos criou uma rede urbana do tipo “dendrítica” e macrocefálica, em que os núcleos urbanos se relacionam, econômica, social e politicamente e se comunicam ao longo de eixos e, quase que diretamente, com o núcleo central, havendo pouquíssimas relações entre si e quase nenhuma com núcleos dos outros eixos.

Finalmente, esta estrutura cria condições para que a cidade do Rio de Janeiro se integre muito mais a uma hinterlândia distante do que ao seu próprio entorno, desestimulando o surgimento de uma forte agricultura voltada para o abastecimento da metrópole que irá surgir mais adiante.

O ciclo do café, a decadência do transporte fluvial e o surgimento das ferrovias e o seu impacto na Baixada Fluminense.

O início do ciclo do café no Vale do Paraíba, após um curto período de plantio na Baixada Fluminense, realçará ainda mais essa função de passagem dessa região. Com o crescimento da produção de café e o seu escoamento através do porto do Rio de Janeiro, os velhos caminhos ganham nova importância. Neles são realizadas melhorias tais como drenagem, retificação e pavimentação com macadame, como foi o caso do Caminho do Inhomirim entre 1800 e 1809. Os portos fluviais também ganharam uma sobrevida neste período com a reativação do transporte fluvial que havia entrado em decadência com o assoreamento dos rios. Para resolver esse problema foram realizadas obras de dragagem e limpeza dos canais.

A necessidade de maior agilidade e rapidez fez com que fosse criada uma nova estrada ligando o Vale do Paraíba ao porto do Rio. Em 1811 iniciase a construção da Estrada Real do Comércio, concluída em 1822. No seu percurso, saía de Ouro Preto, atravessava o rio Paraíba do Sul, atingia Pati do Alferes e descia a Serra do Tinguá após passar pelo extinto povoado de Santana das Palmeiras, chegando ao porto de Iguazu. Daí o café seguia em chatas e barcas até o porto do Rio de Janeiro (Torres, 2004). O intenso comércio que se estabeleceu nesse período fez com que o povoado de Iguazu conhecesse o seu apogeu e chegasse à condição de vila em 1833.

Em geral o café não se adaptou ao clima quente e úmido e aos solos alagados das partes baixas. A introdução desse cultivo no período, foi muito mais uma tentativa de sair da falência da cultura da cana do que uma opção econômica viável, pois “em Iguazu, o café substituiu a cana, mas apenas se adaptou as terras mais altas e, ainda hoje podemos encontrar cafeeiros perdidos

dentro da mata agreste, em Estrela, Adrianópolis, Tinguá, Jaceruba e Japeri, remanescentes das fazendas das quais restam poucas ruínas” (Pereira, 1977, 25).

Sem uma agricultura forte, restou a Baixada Fluminense, então, o papel de intermediação entre as áreas produtoras e o porto do Rio de Janeiro. No entanto, mesmo nesse momento as aglomerações que surgem próximas aos portos não chegam a impressionar pelo tamanho e pela grande variedade de funções. O comércio, o beneficiamento e demais serviços ligados a atividade cafeeira continuam concentrados na cidade do Rio de Janeiro, restando aos núcleos da Baixada Fluminense um papel secundário neste ciclo.

A pavimentação da Estrada do Comércio em 1837 acelerou o fluxo de mercadorias através do porto de Iguazu, mas as péssimas condições de navegação do rio criavam um entrave ao comércio do café. A concorrência do porto de Estrela, também beneficiado pela pavimentação do caminho do Inhomirim e a construção da Estrada União e Indústria deslocou parte do comércio para essa localidade que se transforma em município em 1846. O transporte de passageiros já estava se deslocando para o Caminho da Terra Firme que passava por Maxambomba, ainda mais a partir do momento em que esse caminho, através de uma variante por São João Príncipe, passou a ligar o Rio a São Paulo e o, então, riquíssimo Vale do Paraíba no Sul Fluminense. Era o prenúncio de mais uma mudança de eixo.

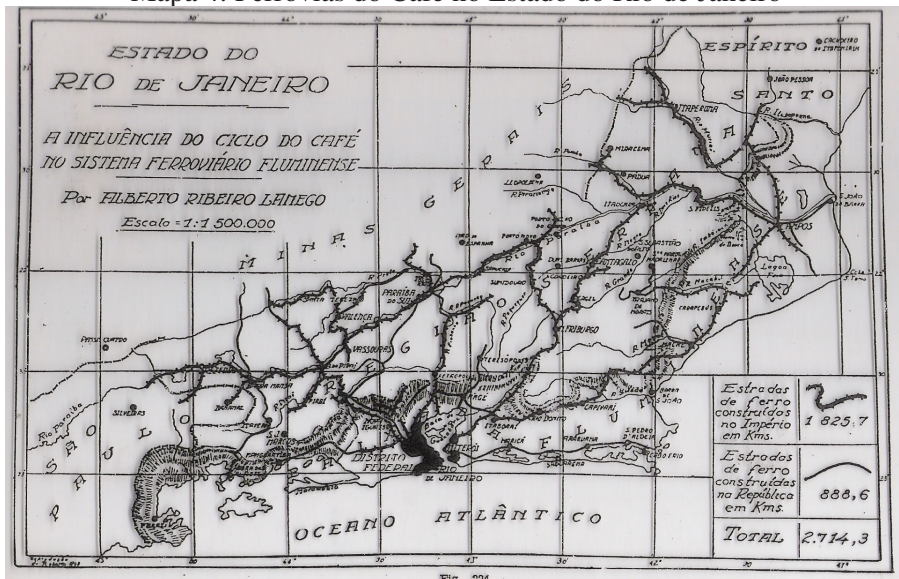
As ferrovias, a mudança do eixo e ascensão dos novos núcleos urbanos

As limitações do transporte por tropas de mulas não tardam a aparecer no período cafeeiro. O volume da produção cafeeira aumenta enormemente e o transporte por animais já dá sinais de esgotamento além de ser relativamente lento e caro. Mesmo com a pavimentação de alguns caminhos, esses continuavam precários e sujeitos a interrupções de tráfego, principalmente no período das chuvas na subida da Serra. Tornava-se necessário, então, buscar alternativas que viabilizassem o grande fluxo dessa mercadoria que se estabeleceu entre o Vale do Paraíba e o porto do Rio de Janeiro. Essa solução seria o trem.

A partir de 1840 surge uma série de projetos e propostas para a construção de ferrovias que ligassem o Rio de Janeiro às áreas produtoras de café ao longo do Vale do Paraíba. A primeira a sair do papel foi construída pelo então Barão de Mauá em 1854, ligando o porto de Guia de Pacobaíba no fundo da Baía de Guanabara, atualmente localizada em Magé, até a estação de Frágoso, na subida da serra no Caminho de Inhomirim (Torres, 2004, 118). A segunda etapa, de Frágoso ao alto da serra em Petrópolis, só ficará pronta em 1883 se transformando na Estrada de Ferro Príncipe do Grão-Pará. Em 1886 chega até

Areal para finalmente chegar ao rio Paraíba do Sul em 1900 na localidade de Três Rios, quando já tinha sido incorporada a Estrada de Ferro Leopoldina com qual se conectara em 1886. (Torres, op. cit,119).

Mapa 4: Ferrovias do Café no Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Lamego , 1954

Esta ferrovia, ainda que incompleta no período, retirou do porto de Estrela a sua função de intermediação, que passou a ser feita pelo porto de Pacobaíba, sendo esse fato fundamental para o processo de esvaziamento e decadência da vila de Estrela e a extinção desse município em 1891. Com a construção da EF Leopoldina a ligação se fará diretamente por trem com o Rio de Janeiro e o trecho inicial, entre o porto e o entroncamento em Piabetá, também entra em decadência e é desativado, assim como o trecho de Petrópolis a Três Rios construído já no século XX.

Se a EF Mauá não foi uma grande indutora de ocupação, o mesmo não pode se dizer das demais ferrovias construídas depois dela. Em primeiro lugar elas vão roubar o transporte de carga dos rios e caminhos, esvaziando e até extinguindo os antigos portos e localidades ao longo destes.

Em segundo lugar, vão se tornar o meio de transporte de massa da população na primeira metade do século XX, transformando pequenas paradas em estações de grande porte, que agregarão população e ganharão uma multiplicidade de funções tipicamente urbanas. Todavia é necessário entender

este processo na sua plenitude, à medida que esta transformação não se deu de maneira mecânica e imediata.

Entre as primeiras ferrovias e a ocupação urbana intensa no entorno das estações se passarão quase 50 anos. A ferrovia por si só não foi geradora da urbanização como poderia se pensar. Isto é explicado pelo fato de que no final do século XIX as ferrovias servem apenas para o transporte de cargas. O transporte de passageiros vai sendo implantado aos poucos e assim mesmo em poucos horários sujeitos a atrasos e com tarifas diferenciadas de acordo com as distâncias que induzem a uma ocupação mais próxima ao núcleo urbano do Rio de Janeiro.

A economia cafeeira e a urbanização no Rio de Janeiro

No caso do Estado do Rio de Janeiro, a economia cafeeira foi fundamental para a criação de uma série de cidades, mais acentuadamente no Vale do Paraíba, mas a sua principal herança foi o desenvolvimento econômico e a expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro. Embora fosse plantado inicialmente na cidade do Rio de Janeiro, o café se consolidou no Vale do Paraíba onde surgirão inúmeras fazendas e uma série de cidades que darão suporte a esta atividade, como afirma Limonad

“não é exagero afirmar que o período entre meados do século XIX até o início do século XX caracterizou-se pela subordinação de a urbanização à dinâmica da economia rural-exportadora regida pelo café, responsável no Estado do Rio de Janeiro pelo surgimento de cidades com cartórios, entrepostos de coleta, estocagem e beneficiamento do produto e mercado para a compra de insumos importantes para os agricultores” (Limonad, 1996, 94).

Entretanto, essas cidades não darão conta de todas as necessidades da economia cafeeira gerando uma numa divisão territorial do trabalho bem nítida entre estas áreas produtoras e a cidade-porto do Rio de Janeiro, pois

“apesar da importância conferida pelas culturas voltadas para exportação a certas cidades, era na cidade do Rio de Janeiro onde se concentravam os comerciantes ligados às atividades exportadoras. O café produzido em terras fluminenses, Zona da Mata mineira, Espírito Santo e nordeste de São Paulo era exportado pelo porto do Rio de Janeiro, o que permitiu uma maior participação do Rio de Janeiro nas transações comerciais que passam a comandar as relações internacionais. A função portuária do Rio de Janeiro reafirmou-se com o escoamento da

produção cafeeira, que manteve a liderança nas exportações até 1890” (Limonad, op cit, 95).

Além da função portuária, a cidade do Rio de Janeiro centralizará uma parte considerável das atividades ligadas a produção do café. Num primeiro momento será o grande centro distribuidor de escravos para as fazendas do Vale do Paraíba. Era pelo porto do Rio de Janeiro que chegavam os escravos vindos da África e onde se fazia a triagem e revenda desses. Com o fim do tráfico em 1850, os escravos passam a vir de outras províncias onde esse tipo de trabalho estava sendo abandonado.

Entre os setores que mais se desenvolveram durante a economia cafeeira no Estado do Rio de Janeiro estavam, sem dúvida, o comércio exportador – importador e os bancos. A concentração das casas comissárias (cerca de duas mil no final do século XIX) na cidade do Rio de Janeiro permitiu a transferências de consideráveis somas de capital para esta e o seu posterior investimento em outros ramos.

De importância fundamental para esta centralização do escoamento foi a construção de uma malha ferroviária centralizada na cidade do Rio de Janeiro. A construção da EFCB em 1858, da EF Leopoldina em 1886 e da EF Melhoramentos (depois Linha Auxiliar em 1893), permitiram a captura de uma vasta hinterlândia que passou a abastecer o Rio de Janeiro não só de café, mas também de gêneros alimentícios. Por outro lado essas ferrovias transformam o Rio de Janeiro num grande centro distribuidor de artigos importados e bens industriais fabricados na cidade para toda essa hinterlândia, o que irá contribuir para a acumulação de capital na cidade.

Ao mesmo tempo, esta articulação regional e nacional enfraquece os vínculos com a sua periferia imediata que se transforma em local de passagem, perdendo grande parte das funções originais como a de abastecimento agrícola e mesmo a de entrepostos comerciais. A decadência do café significou a estagnação do Vale do Paraíba, mas pouco afetou a economia da cidade do Rio de Janeiro, que acumulou capital suficiente para reorganizar a sua economia em novas bases.

O café e a industrialização do rio de janeiro

Embora tivesse havido um pequeno surto de industrialização com a chegada da família real e sua corte em 1808, em virtude do aumento do número de consumidores potenciais e da liberação da criação de manufaturas, até então proibidas. Podemos afirmar que a industrialização do Rio de Janeiro também está ligada a economia cafeeira no que tange a seu impulso e no que diz respeito aos entraves a esta.

Nos momentos de crise, alguns capitais excedentes do café se deslocam para as indústrias, principalmente de bens de consumo como vestuário e têxtil mas também para fundições e a indústria naval. No entanto, ainda nesse período a economia cafeeira que estimula também se encarrega de colocar os limites a esta expansão industrial, à medida que os interesses da oligarquia cafeeira estavam acima da nascente burguesia industrial de então.

Entretanto foi a própria dinâmica escravista do café que determinou a transição para o trabalho livre na cidade e a formação de um mercado consumidor mais amplo. O fim do tráfico de escravos aliado a manutenção desta forma de trabalho gerou, de um lado, a transferência de capitais deste comércio para outros setores, como a indústria, por exemplo. Por outro lado, a demanda contínua por mão de obra escrava no campo provocou “o aumento do preço dos escravos e houve uma transferência de escravos alocados nas atividades urbanas para a cafeicultura, impulsionando a introdução do trabalho livre naquelas” (Pignaton, 1977, 144)

A partir de 1850 inicia-se um lento processo de substituição de mão de obra escrava por trabalhadores livres nas atividades urbanas na cidade do Rio de Janeiro, esses passam de 51,2% em 1849 para 81,7% do total de moradores da cidade em 1872 (Pignaton, op cit, 145). Este processo foi fundamental para a constituição de um mercado consumidor mais expressivo que irá fomentar o terceiro surto industrial da cidade a partir de 1870.

A partir de 1870 a cidade do Rio de Janeiro vive um novo surto industrial no setor de bens de consumo freqüentes e cotidianos como têxtil, vestuário, calçados, alimentos, limpeza e bebidas, tendo a maior produção do país no período. Essa supremacia, no entanto estava com os dias contados pois essa produção estava voltada para o grande mercado consumidor da cidade, das cidades cafeeiras e de uma hiterlandia distante. Com a perda da hegemonia cafeeira para São Paulo todas as pré-condições que estavam presentes para a industrialização do Rio de Janeiro no século XIX se transferem para São Paulo.

O século XX marca, então o início da decadência relativa do Rio de Janeiro e sua nova inserção na economia nacional, agora num papel subalterno a São Paulo. As tentativas de reverter esse quadro, acabaram por subordinar ainda mais a economia do Rio de Janeiro ao novo padrão de acumulação de capital centrado em São Paulo, numa nova divisão territorial do trabalho que articulou o Rio de Janeiro na condição de lócus de atividades auxiliares a industrialização paulista, seja com a prestação de serviços, seja no fornecimento de bens intermediários de baixo valor agregado (Moreira R., 2003).

A cidade do café e do poder

Como vimos anteriormente, o processo de industrialização do Rio de Janeiro no século XIX foi condicionado pela economia cafeeira de maneira direta e indireta. O aumento das funções da cidade que possibilitou a criação de um mercado de trabalho que, paulatinamente, se transformou em assalariado e propiciou o surgimento de um mercado consumidor para as indústrias que se instalaram na cidade. Esta variada gama de atividades urbanas atraiu grande quantidade de mão de obra que se dirigiu para a cidade, iniciando um processo de crescimento populacional, o que vai se refletir na evolução da sua forma urbana.

Outro fator que pesou consideravelmente para o crescimento populacional da cidade do Rio de Janeiro neste período, foi o fato de se tornado capital da colônia a partir de 1763 e ter continuado com tal nos períodos do vice-reinado, Reino Unido, Império Brasileiro e República. As estruturas administrativas mais complexas levaram “a instauração de um aparelho de Estado e sua localização na capital também foram importantes para a economia local e para a expansão da cidade(...) a intensificação das atividades comerciais e financeiras e o aumento das despesas públicas permitiram que a economia se dinamizasse” (Pignaton, 1977, 140).

Aliado a isto, uma razoável melhoria nas condições gerais de vida que permitiu um incremento vegetativo considerável, embora sujeito a quedas cíclicas causadas por epidemias recorrentes em virtude do agravamento periódico das condições ambientais.

Desse modo, há no século XIX um grande crescimento populacional na cidade e na província, principalmente no Vale do Paraíba. Na Baixada Fluminense esse crescimento foi menos intenso e, por vezes, até negativo em devido às péssimas condições de saneamento que a região possuía, com epidemias frequentes.

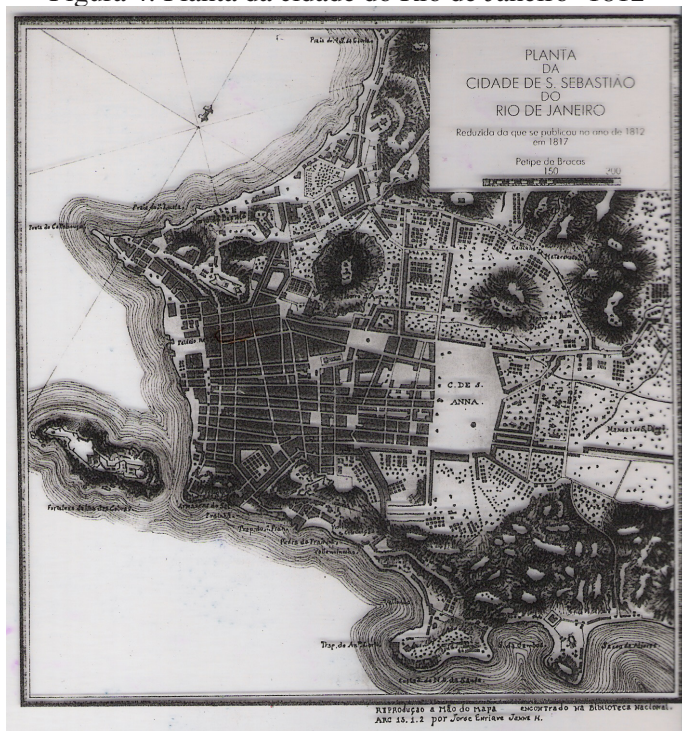
Este crescimento populacional foi acompanhado pela crescente concentração na cidade em relação à província e depois Estado, passando essa de uma proporção de 20 % em 1872 para 40% do total da população do Estado em 1900. Entretanto, até o final do século XIX a cidade pouco se expandiu em termos físicos o que causou uma série de problemas nesse período. Não vamos nos alongar neste tema que já foi muito bem analisado por Abreu (1987), nos interessa aqui investigar o processo de expansão urbana verificado nas últimas décadas do século XIX e como ele se transforma no padrão de segregação social no espaço urbano que condicionará a ocupação da Baixada Fluminense no século seguinte.

O crescimento urbano do Rio de Janeiro e o embrião da segregação

Segundo Lysia Bernardes até os primórdios do ciclo do café no início do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro estava confinada ao quadrilátero formado pelos quatro morros (Castelo, Santo Antonio, São Bento e Conceição) que fora conquistado pelos sucessivos aterros dos brejos e drenagem das lagoas que contornavam a estreita faixa de restinga que ligava o morro do Castelo, marco inicial da cidade, ao de morro de São Bento. Esta “Cidade Velha” era limitada a oeste pelo mangue de São Diogo (1992, 44).

Em 1821 as freguesias urbanas se limitavam a essa área central e a alguns tentáculos que seguiam as encostas norte e sul do maciço da Tijuca. A falta de um sistema mínimo de transporte coletivo, fazia com que somente uma minoria, possuidora de cavalos e carruagens, pudesse morar fora do centro. Assim as freguesias rurais próximas ao centro (Glória, Botafogo, Engenho Velho) se transformaram em áreas retalhadas por chácaras habitadas por uma elite que começava a abandonar a área central, destinada aos negócios e as habitações populares (Abreu, 1987).

Figura 4: Planta da cidade do Rio de Janeiro -1812



Fonte: Abreu, 1987

O aterro do mangue de São Diogo em 1854 criou a possibilidade de uso urbano para essa área, criando a Cidade Nova e melhorou o acesso a freguesia do Engenho Velho. Isto fez com que se acelerasse o retalhamento das fazendas em forma de chácaras na Tijuca e se criasse loteamentos urbanos no Catumbi e Rio Comprido. As primeiras linhas de ônibus a tração animal fazem a ligação desta área com centro da cidade. Para a Zona Sul se dirigem os enriquecidos Barões do café que passam a construir, neste bairro, as suas residências de veraneio que com o tempo se transformam na casa principal. (Abreu, op cit, 41)

É preciso ressaltar que neste momento a Área Central também passa por transformações, com a concentração dos negócios nas freguesias da Candelária e de São José que passam a receber melhoramentos e serviços urbanos. No seu entorno imediato passarão a morar os mais pobres, aqueles que não possuem condições de arcar com os custos dos transportes e necessitam buscar a cada dia o seu sustento no centro da cidade.

Este padrão de segregação logo se tornaria hegemônico ao longo deste século e do início do século XX, com exceção da localização dos mais pobres que irão ser deslocados para as áreas ao longo das vias férreas ou para as favelas. É importante ressaltar que é nesse período que nasce, ainda que de forma não explícita, um padrão de atuação conjunta do Estado e do nascente capital imobiliário.

O surgimento do bonde e da ferrovia vão permitir a expansão da cidade para as freguesias rurais. O primeiro servirá as freguesias mais próximas nas zonas norte e sul e se tornará o grande indutor do modelo de ocupação voltada para os ricos e a nascente classe média. A ferrovia terá maior importância como indutora de urbanização já na virada para o século XX, quando as populações mais pobres passarão a ocupar as antigas freguesias rurais através dos loteamentos populares.

A partir de 1870, inicia-se um período de aceleração do crescimento demográfico, principalmente pela intensa migração de escravos e ex-escravos que começam a abandonar as fazendas cafeeiras que entraram em processo de decadência. Esse fluxo de pessoas determina dois processos simultâneos e contraditórios, a expansão em direção as freguesias rurais e uma maior concentração de pobres na área central. Paralelamente à ocupação de novos espaços e aumento da construção de prédios, emerge a crise habitacional.

Segundo Ribeiro, isto é explicado, em primeiro lugar, pelo fato da população crescer mais rapidamente que o número de domicílios. A primeira cresce no período de 1870 a 1890 a uma taxa de 3,6% ao ano enquanto que o número de domicílios aumenta 2,5% ao ano neste período. Para agravar a situação, nas áreas centrais a maior parte dos prédios construídos passam a ser

destinados aos negócios, com isso a densidade domiciliar passa de 6,2 para 7,2 moradores por domicílio (Ribeiro, 1997, 173).

Este aumento da densidade domiciliar significa que mais pessoas passam a dividir a mesma habitação. Isto poderia ser consequência do aumento do tamanho das famílias, mas não há dados que confirmem esta hipótese. Sendo assim, a hipótese mais viável é subdivisão das casas e a sua transformação em habitação coletiva. No Rio de Janeiro essas habitações tomam a forma de cortiços, casas de cômodos e estalagens. Inicialmente os cortiços surgem com a subdivisão das antigas casas de famílias abastadas que deixam o centro em direção as freguesias periféricas.

Num segundo momento haverá uma produção sistemática desse tipo de moradia voltada para esta população pobre, para a obtenção de renda através do aluguel de quartos e casas. Esta produção será conhecida como pequena produção rentista (Ribeiro, 1997, 203) e é realizada por pequenos comerciantes e proprietários de terrenos na área central. Vale lembrar que o grande capital, tanto o nacional quanto o estrangeiro, irá procurar se reproduzir em grandes obras públicas, comércio, transporte, indústrias ou na concessão de serviços públicos, deixando pouco espaço para o pequeno capital. A este resta a produção de cortiços e estalagens.

Neste setor a lógica é bastante simples, investe-se uma pequena quantidade de capital produzindo, em terrenos próprios ou de terceiros, pequenos prédios com quartos e casas de cômodos que serão alugados por preços baixos a uma população com renda igualmente baixa. Mesmo com aluguéis de baixo valor este tipo de negócio possui um alto retorno, à medida que o capital aplicado é muito pequeno, pois o material utilizado na construção é de baixa qualidade e há uma maximização do uso dos terrenos (Ribeiro, 1997, 206). Muitas vezes havia uma conjunção entre o aluguel de quartos com a compra compulsória, a preços mais altos que os praticados no comércio, no armazém de propriedade dos donos do cortiço, fornecendo a estes uma renda adicional. Embora não haja estatísticas precisas, estima-se que de 10 a 20% da população do Rio de Janeiro morassem em cortiços no final do século XIX.

A opção dos pobres pela moradia em cortiços num momento em que a cidade se expande para as freguesias rurais onde o valor do lote também é bastante baixo é explicada, não somente pelo baixo preço do aluguel, mas por um conjunto de fatores articulados. Em primeiro lugar, havia uma grande pressão demográfica pois a cidade teve um acelerado crescimento populacional devido à intensa migração por parte de escravos libertos oriundos das falidas fazendas de café do Vale do Paraíba, associada a uma grande imigração portuguesa. Formou-se, então, um grande exército industrial de reserva de baixa qualificação que não

possui emprego fixo à medida que não há uma economia de base industrial forte o suficiente para absorver esta mão de obra, que necessita assim, procurar trabalho diariamente no comércio ou setor de serviços no centro de negócios

Em segundo lugar a precariedade dos empregos obrigava a esta parcela da população a buscar trabalho diariamente no centro, num momento em que o transporte ferroviário era deficiente e com tarifas crescentes com a distância, o que anulava a economia feita com a compra do lote e o bonde se dirigia para áreas onde o valor dos terrenos era muito alto para essas pessoas (Ribeiro, 1997, 208)

Assim, a procura por moradia próxima ao centro era muito grande e dava um grande poder aos corticeiros, gerando um monopólio de localização que permitia a esses o uso de expedientes de cobrança bastante rigorosos que incluía despejos freqüentes e garantia um fluxo freqüente de renda que compensava, e muito, o investimento inicial (Ribeiro, op cit, 210).

Este modelo começa a entrar em crise a partir do combate sistemático às habitações coletivas que se intensificou na década de 1890. Este tipo de moradia era objeto de crítica desde a década de 1870, devido às péssimas condições de higiene e a promiscuidade gerada pelas altas densidades encontradas nesses nas ruas e freguesias onde eles predominavam. Em 1875, a Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro já apontava para a necessidade de reformas na área central que tinham como linhas mestras, melhorar a circulação e as condições de higiene, o que significava abrir ruas e eliminar o que era considerado como foco de doenças, ou seja os cortiços insalubres (Abreu, 1987, 49).

Nos anos seguintes o discurso sanitarista ganhou força na luta pela extinção dos cortiços, principalmente devido à intensa valorização da área central, onde os negócios passaram a disputar espaço com as habitações coletivas. A solução para os pobres já estava sendo desenhada: a remoção para os subúrbios, explicitada no relatório do Conselho Superior de Saúde Pública de 1886 que “deplorando as condições dos cortiços e concordando que as habitações eram higienicamente perigosas e que os moradores deveriam ser removidos para os arredores da cidade em pontos por onde passem bondes e trens” (apud Abreu, 1987, 50).

Em 1893 o prefeito Barata Ribeiro inicia uma luta contra os cortiços no centro da cidade que vai culminar com a demolição do mais famoso destes: o Cabeça de Porco. Esse fato é o marco inicial do embrião da política pública carioca e quiçá, brasileira, com relação à habitação popular, remove-se os pobres mas não há uma realocação em melhores condições, e às vezes, não há realocação nenhuma. Assim, os pobres são obrigados a dar uma solução por

conta própria para um problema que eles não criaram, o que geralmente toma a forma da transferência do problema para outro lugar, neste caso para outros cortiços e posteriormente para as nascentes favelas próximas ao centro e, mais tarde, a ida para a periferia distante.

A partir deste ato simbólico, a demolição do Cabeça de Porco, o combate aos cortiços se intensifica, não somente com demolições sistemáticas mas também com a elaboração de uma legislação edilícia cada vez mais exigente. Sob o véu do discurso higienista está a intenção de recuperar o centro da cidade para o uso das elites, tanto como fonte de renda, com a instalação de negócios mais rentáveis e a produção capitalista de prédios destinados a esses, como também para o lazer e o estar desta burguesia

Havia também a preocupação de adequar a cidade ao padrão funcional e estético do capitalismo que se instalava no país através do incremento do comércio e dos investimentos estrangeiros onde

“a importância cada vez maior da cidade no contexto internacional não condizia com a existência de uma área central ainda com características coloniais, com ruas estreitas e sombrias, e onde se misturavam as sedes dos poderes políticos e econômicos com carroças, animais e cortiços” (Abreu, 1987, 60).

O discurso higienista brasileiro de então é uma visão adaptada e distorcida dos modelos europeus que culminaram nas grandes reformas urbanas, cujo melhor exemplo é a do Barão Haussmann em Paris. Na verdade esse discurso representa uma afirmação da nova lógica republicana baseada no lema “Ordem e Progresso”. A nova ordem burguesa vai criar para a cidade novos padrões estéticos, comportamentais e de valores e costumes, que passam pela eliminação da velha ordem ligada ao escravismo representada pelos miasmas, pela sujeira, insalubridade, promiscuidade, maus hábitos e feiúra. Os pobres e ex-escravos serão estigmatizados como portadores de doenças e de um potencial de revolta que ameaça a nova ordem, daí a necessidade “limpar” a área central destas classes perigosas (Cavalcante, 1985, 102).

As origens do modelo de expansão urbana segregada

Este modelo de cidade que é pensado e adotado no Rio de Janeiro derivou da miscelânea que se fez das concepções e modelos dos chamados pré-urbanistas europeus principalmente o chamado modelo progressista (Choay, 1965). Esses modelos nasceram da crítica que se fez a cidade industrial ou capitalista no início do século XIX, quando o acelerado crescimento demográfico e o aumento da urbanização fez surgir as grandes metrópoles como Paris e Londres. Nessas

idades a aglomeração de trabalhadores pobres muito próximos das elites vai gerar um sentimento de ameaça iminente, representado pela multidão que está pelas ruas.

Segundo Bresciani, (1984, 39), em Londres e Paris há um grande contraste entre a opulência material da enriquecida burguesia e a degradação e desumanização do homem comum que reside em péssimas condições habitacionais. Neste período surgem teorias médicas sobre a degeneração moral e física do homem pobre que vive na cidade, tanto numa ótica conservadora como libertária. Os estudos de Engels apontam como causa desta situação a superexploração da força de trabalho, não somente pelo aviltamento dos salários mas também através das péssimas condições de moradia. Ele alerta para a necessidade desta mesma burguesia de limitar a dilapidação desta força de trabalho (apud, Lopes,1984).

No entanto a maioria dos estudos aponta para soluções conservadoras através de medidas de caráter higienista que possuiriam uma missão civilizatória e domesticadora da classe operária. Desse modo, intervir na cidade era garantir a reprodução da sociedade nos termos burgueses. A principal missão destas intervenções era separar os trabalhadores do

“resíduo”, assim, as medidas combinavam o arrasamento dos bairros infectos com a produção de vilas operárias onde se poderia controlar o cotidiano dos trabalhadores (Bresciani, op cit, 40).

Os modelos teóricos abriam caminho para pensar a transformação da sociedade através da transformação do espaço, assim propunha-se criar uma separação de usos e classes através de um “zoneamento” e da criação de novas formas de moradia em oposição ao caos existente então (Choay, 1965). Na prática se assiste a uma destruição seletiva dos edifícios da velha ordem e imposição da modernidade burguesa, principalmente no que diz respeito a circulação e a habitação. Os boulevards do Barão Haussmam e a Ringstrasse de Camilo Site são dois exemplos de mudanças da adequação da cidade a circulação capitalista (Bresciani, 1984, 43)

No campo da habitação são criados dois modelos básicos que orientarão a separação das classes sociais na cidade. De um lado a criação de vilas e bairros operários onde se percebe uma alta taxa de ocupação do solo com a utilização quase total dos terrenos, localizados próximos as áreas industriais e/ou centros de negócios e serviços. Do outro lado surge o típico bairro burguês, inspirado num antiurbanismo e na recuperação de elementos da natureza. Este modelo se baseia na produção de bairros onde há ruas arborizadas e largas para facilitar a circulação do ar, sistemas de coleta de esgoto, pavimentação, espaços verdes

e uma pequena taxa de ocupação de terrenos com a incorporação de jardins e quintais, com casas construídas em centro de terreno e com grandes afastamentos frontais e laterais.

É necessário ressaltar que esse último padrão seria destinado a massa trabalhadora na visão da maioria dos pré-urbanistas e urbanistas como Robert Owen, Charles Fourier, Etienne Cabet e Ebenezer Howard (Choay, 1965). No entanto o baixo rendimento dos terrenos e o alto custo desse modelo inviabilizavam a sua venda a preços baixos, por isso esse padrão será apropriado pela burguesia e pela nascente classe média, que criarão estes bairros no entorno da cidade gerando o conceito de “suburb” ou bairro exclusivo.

No Brasil a importação desse modelo será feita com adaptações e distorções. As vilas operárias terão uma participação residual no total de casas destinadas aos trabalhadores, mas os bairros exclusivos serão difundidos para os dois grupos, com uma substancial diferença, é claro. Nas áreas destinadas às classes mais abastadas o padrão será semelhante ao europeu, mas para os mais pobres pouca coisa do modelo original será implementada. Assim teremos dois padrões distintos, o bairro exclusivo e o loteamento popular. Aparentemente a diferença entre eles será determinada, em primeiro lugar pela sua localização relativa na cidade e, em segundo lugar, pelo grau de respeito à legislação existente. Todavia, na essência, o que irá determinar a forma como a terra será parcelada serão os efeitos das estratégias de frações do capital imobiliário, a inserção desse padrão de alocação da população no modelo econômico vigente e as correspondentes políticas públicas do Estado em suas várias instâncias nesses contextos.

A aplicação do modelo e consolidação do padrão de segregação

A Reforma Pereira Passos iniciada em 1903 está inserida nesse contexto de política pública articulada ao modelo de acumulação capitalista mais geral e de reprodução do capital imobiliário. Ela é muito mais que um conjunto de demolições e obras, estando imbuída deste espírito de modernidade que acredita que o meio físico era capaz de mudar o meio social. Com relação aos cortiços o impacto não se restringiu à demolição de vários deles para a abertura de ruas e instalação de equipamentos urbanos, também houve mudanças profundas na legislação que regulamentava a construção de habitações e a relação dessa com a propriedade dos terrenos.

Em primeiro lugar houve a proibição pura e simples de se construir novos cortiços e casas de cômodos (Ribeiro, 1997, 214). Em segundo lugar, o material de construção a ser utilizado nos novos prédios não poderiam ser de qualidade inferior, além disso os terrenos deveriam ter uma testada mínima de

seis metros além de reservar um afastamento frontal com relação a rua de seis a dez metros para criação de jardins (Ribeiro, op.cit, 214).

Essas exigências inviabilizavam a construção de habitações populares na área central, ou pelo menos, onde a legislação foi aplicada com rigor. Isto acabava com a rentabilidade dos corticeiros à medida que os custos de produção se elevaram e o quociente de aproveitamento do terreno diminuiu sensivelmente, logo, não se podia cobrar aluguéis baixos. Assim deu-se um novo impulso ao processo de erradicação dos cortiços e expulsão dos pobres da negócio da área central de negócios. As reformas seguintes, de Carlos Sampaio, Henrique Dodsworth e Carlos Lacerda, deram continuidade a essa política e efetivaram esse objetivo. Atualmente os cortiços são uma forma residual de habitação no Rio de Janeiro, ocupando alguns poucos casarões degradados na Lapa, Gamboa, Saúde e na área próxima à Central do Brasil.

É necessário dizer que os pobres ainda continuaram, em proporções bem pequenas, na área central, em locais onde a legislação não era cumprida a risca, como a Gamboa e Saúde ou nos morros de Santo Antonio e Providência e no Maciço da Tijuca onde as favelas já estavam instaladas e a legislação urbana era completamente ignorada. Este fato também marca o nascimento desta ambigüidade com relação a legislação no Rio de Janeiro e no Brasil como um todo, extremo rigor nas áreas a serem apropriadas pela produção capitalista e pouca ou nenhuma exigência nas áreas destinadas aos pobres e para os usos considerados sujos. Como afirma Rolnik é o caso típico de uso da “lei como garantia de proteção ao espaço das elites” (1997, 46).

Se não conseguiu expulsar definitivamente os pobres de toda a área central, a Reforma Passos acabou com o monopólio de localização que garantia aos corticeiros uma clientela permanente e sem opções. O afrouxamento da legislação no entorno do centro e a possibilidade de se construir avenidas de casas nas freguesias mais próximas, foi seguida da melhoria dos transportes com a maior regularidade dos trens suburbanos e a introdução definitiva do bonde elétrico que permitiram aos pobres se localizarem nestes locais.

No caso da construção das casas em avenidas, vilas e corredores de casas, conhecido como produção pequena burguesa (Ribeiro, 1997, 232) existe a possibilidade de um aproveitamento maior dos terrenos em condições de habitações mais decentes, ao mesmo tempo em que se reduz os custos e o preço final, garantindo o acesso de uma classe social de renda intermediária entre as elites e os pobres, o que poderíamos chamar de uma nascente classe média. Ainda hoje podemos encontrar resquícios desta forma de produção em bairros como Tijuca, Vila Isabel, e os subúrbios da Central mais próximos do centro, situados entre esse, Bonsucesso, São Cristóvão e o Méier.

Consolidado o modelo de distribuição das camadas médias e dos ricos, restava, naquele momento, resolver o problema dos mais pobres. A destruição dos cortiços na área core do Centro deslocou-os para a periferia do centro, em parte reproduzindo o modelo da aglomeração em cortiços e casas de cômodos, e por outro lado consolidando um novo modelo criado no final do século XIX, a favela.

Nenhum dos dois casos resolvia, a contento, a questão da alocação dos pobres na cidade, pois continuavam demasiadamente próximos e em condições de higiene tão ruins quanto antes e visualmente passaram ser mais evidente no alto dos morros. A migração para a cidade do Rio de Janeiro continuava intensa e era necessário criar alternativas para a grande massa de pobres longe da área central, até porque não haveria nesta, espaço disponível suficiente para alocar tantas pessoas.

A solução será a expansão em direção aos subúrbios servidos pelas ferrovias através do loteamento popular e da autoconstrução, que serão os três elementos fundamentais do processo de expansão urbana e formação da aglomeração metropolitana que se consolidará ao longo do século XX. A Baixada Fluminense, que até então era uma grande área insalubre e vazia com pequenos núcleos urbanos em torno de estações ferroviárias, será paulatinamente integrada a essa lógica de ocupação urbana.

O surgimento da metrópole, a Baixada e a consolidação do processo de segregação sócio-espacial

Devemos retomar a análise da relação dialética entre esses processos no território da cidade do Rio de Janeiro e do seu entorno imediato. Entretanto é necessário entendê-los dentro da contínua reestruturação sócio-espacial da cidade em função das transformações econômicas e políticas pela qual o país passará ao longo do século XX.

O modelo econômico brasileiro do período apontava para uma concentração espacial das atividades econômicas e da população em poucas cidades entre estas, a cidade do Rio de Janeiro. Esse crescimento demográfico vai gerar uma pressão ainda maior e uma disputa mais intensa pelo uso do solo urbano na cidade, acirrando a questão habitacional e a dos transportes públicos. Iniciam-se então, dois processos simultâneos, uma centralização cada vez maior de atividades econômicas ligadas ao terciário no centro da cidade e uma descentralização das atividades industriais e da população, gerando uma nova onda de expansão da mancha urbana da cidade que chegará até a Baixada Fluminense e ao eixo Niterói-São Gonçalo na segunda década desse século.

A descentralização da indústria e da população pobre

O início do século XX é marcado pelas profundas transformações na forma urbana da cidade do Rio de Janeiro, tanto na sua área central através da Reforma Passos, quanto nas freguesias urbanas e nas rurais que assistem um processo de urbanização acelerado.

Nesse período tivemos um crescimento industrial com surtos que aconteciam em momentos de crises de exportação que geravam uma crise de importação e estimulavam a produção de bens no país, como no período da I Guerra Mundial. Nesses momentos, há o redirecionamento dos investimentos para as indústrias, tanto na instalação de novas plantas quanto na ampliação de velhas unidades.

Do ponto de vista espacial, verificamos neste período a consolidação da tendência à descentralização industrial iniciada no final do século XIX. As pequenas indústrias ainda se localizam próximas as áreas centrais, pois “realizavam o comércio varejista nas mesmas instalações em que produziam suas mercadorias” (Abreu, 1987, 80). As empresas de porte médio que haviam migrado para São Cristóvão pela sua infra-estrutura e proximidade do porto e do próprio mercado consumidor, vão permanecer neste bairro.

No entanto, as grandes fábricas já não têm como se localizarem nesses locais, devido aos altos custos dos terrenos, os impedimentos da legislação e as deseconomias que se verificam pelo adensamento das construções comerciais e de negócios, assim passam a se expandir em direção aos subúrbios servidos pelas ferrovias. A geração de empregos industriais nos subúrbios atrai parcelas da população para esses locais. Contudo, estas indústrias não são grandes geradoras de postos de trabalho e os empregos continuam se concentrando no centro da cidade. Desse modo a expansão da ocupação dos subúrbios nesse período é muito mais consequência da melhoria relativa dos transportes e das mudanças no mercado imobiliário do que dessa descentralização industrial. Assim devemos analisar essa relação entre transporte e expansão urbana

O papel dos transportes e sua articulação com o mercado imobiliário

Nas últimas décadas do século XIX é que começa se delinear a separação entre as classes sociais na cidade do Rio de Janeiro e os meios de transporte terão papel fundamental nesse processo. Ao longo das linhas de bonde em direção a Zona Sul e a Tijuca irão surgir bairros nobres ocupados pela população de maior poder aquisitivo e ao longo das ferrovias se localizarão os mais pobres.

A primeira vista pode se ter a impressão que essa separação se daria pelo custo do transporte, o que é um equívoco. Na verdade, o que ocorre é uma ação conjunta entre o capital imobiliário, o setor de transporte e o Estado. Essa associação se dá de modo quase explícito e em alguns casos se confundem os

personagens.

O esquema era simples, ao receber a concessão para uma linha de bonde, os empresários se apropriavam de terras ao longo desta ou já as possuíam e conseguiam a concessão da linha. A seguir criavam loteamentos voltados para as classes mais abastadas oferecendo melhores condições de vida que na área central. O Estado participava concedendo as linhas de bonde e investindo na infra-estrutura desses novos loteamentos em detrimento das áreas ocupadas há muito tempo pelos mais pobres. Os casos de Vila Isabel, Copacabana e Ipanema são exemplares (Abreu, op. cit.).

Esse modelo de investimentos seletivos se instala e se consolida no Rio a partir do final do século XIX e início do XX. Nesse momento a cidade acelera ainda mais o seu crescimento demográfico necessitando se expandir em direção aos subúrbios, ainda mais quando os pobres passam a ser expulsos da área central em virtude das reformas urbanas. É nesse momento que a ferrovia ganha importância no processo de “suburbanização” da população e se torna o eixo na qual os pobres se instalarão à medida que a outra alternativa é a localização nas favelas que começam a surgir nas encostas dos morros na área central e na Zona Sul.

Como dissemos antes, a simples passagem da ferrovia não garante a urbanização de um lugar, é necessário que se crie condições para que a população pobre se instale nesse. A primeira condição é o surgimento do transporte de passageiros nos trens com uma certa regularidade e com preços de passagens mais acessíveis. A segunda condição é a possibilidade de acesso à propriedade da casa. Como as iniciativas de política habitacional popular na cidade do Rio de Janeiro, tais como vilas operárias, conjuntos habitacionais e mesmo a produção pequena burguesa, são insuficientes numericamente para atender a massa de trabalhadores pobres, é necessário criar uma alternativa que seja acessível a esta massa e não custe muito aos cofres públicos, já comprometidos com investimentos nas áreas mais abastadas e na infra-estrutura voltada para a indústria. Essa alternativa será o loteamento popular.

As mudanças no mercado imobiliário e o surgimento do loteamento popular no início do século XX

Com dissemos anteriormente, esse tipo de loteamento voltado para a população pobre será uma degeneração da forma original dos bairros burgueses criados na Europa e EUA no século XIX e que chegou ao Brasil como uma alternativa para a população mais abastada e com o intuito de ser um novo modelo de vida. No entanto, as condições sociais e econômicas específicas do país fazem com que se crie uma dicotomia na instalação desses loteamentos.

Uma parte desses, e em determinados locais da cidade, será destinada às classes de maior poder aquisitivo e outra parte, também espacialmente bem definida, será destinada aos pobres.

Para garantir essa diferenciação com relação aos loteamentos destinados aos pobres criou-se para estes loteamentos de alto padrão, uma série de exigências que seriam cumpridas nos bairros destinados aos ricos elevando o seu preço e inviabilizando a sua compra pelos mais pobres. Este tipo de postura do Estado permite segregar a população, pois como afirma Rolnik ao analisar o caso de São Paulo

“a chave da eficácia em demarcar um território social preciso reside evidentemente no preço. Lotes grandes, grandes recuos, nenhuma coabitação é formula para quem pode pagar. A lei, ao definir que num determinado espaço pode ocorrer somente um certo padrão, opera o milagre de desenhar uma muralha invisível e, ao mesmo tempo, criar uma mercadoria exclusiva no mercado de terras e imóveis” (1997,47).

Assim são criados os bairros exclusivos nas cidades do Rio e de São Paulo. Essas exigências criam um baixo rendimento do lote, obrigando aos loteadores cobrar preços mais altos. É sabido também, que nesses loteamentos o Estado atua provendo a infra-estrutura necessária para garantir uma qualidade de vida acima da média da cidade.

Nas áreas destinadas aos pobres a legislação não será cumprida e a fiscalização será débil, à medida que isto elevaria por demais o preço do lote, inviabilizando a sua aquisição por parte destes. Desse modo o que vale para uma região da cidade: Grande Tijuca e Zona Sul, não vale para outras, os subúrbios servidos pelas ferrovias. Isto é constatado já na década de 1920 como confirma Ribeiro,

“vejamos o exemplo de Irajá onde há 2.329 casas de madeiras e casebres que representam 4,7% dos existentes na em todo o Distrito Federal e 24% do total de prédios da circunscrição; (...) o mesmo fato observamos na Pavuna, em Anchieta, Madureira(...) Tais fatos conduzem-nos a pensar que o fenômeno do lote comprado pelo trabalhador na periferia da cidade para nele autoconstruir sua moradia, já surge no período 1920/33” (1997,198).

Esta duplicidade de caráter do loteamento está ligada, em primeiro lugar a uma estratégia de garantia da reprodução social da força de trabalho em condições de salários baixos, vinculada a separação das classes sociais no espaço urbano com o intuito de diminuir as tensões sociais ligadas a

proximidade de classes “perigosas” junto aos ricos. Em segundo lugar, mas articulado ao primeiro, está a existência de uma duplicidade de estratégia de reprodução da fração do capital ligado ao mercado imobiliário, que se volta para o atendimento das elites mas que também obtém lucros altos fazendo negócios com os pobres.

O surgimento do mercado de terras e a expansão dos subúrbios

O mercado de terras para fins urbanos surge na cidade do Rio de Janeiro na última década do século XIX e se consolida nas duas primeiras décadas do século XX. A princípio se associa este fenômeno à melhoria dos transportes públicos, bondes e trens, como o principal fator de surgimento deste mercado e a incorporação das terras das freguesias rurais mais próximas do centro ao processo de urbanização. Contudo, este fator, por si só, não seria capaz de detonar tal processo. Era necessário a articulação desse fato com outros de ordem mais geral.

Antes de tudo, verificamos que essas terras só foram incorporadas porque nelas inexistia uma agricultura forte o suficiente para gerar uma renda capaz de evitar o seu retalhamento. A política de importação de gêneros alimentícios de outras regiões e o custo, relativamente alto, do transporte, desestimulou e inviabilizou a formação de um cinturão verde ao redor da área central do Rio de Janeiro pois “as plantações surgidas nas zonas periféricas da cidade muito provavelmente enfrentam altos custos, só tornando-se viáveis na base da baixa capitalização. Tais fatos tornarão interessante a venda de chácaras, sítios e pequenas fazendas para fins de loteamento” (Ribeiro, 1997, 277). Assim, o uso agrícola nessas áreas foram sendo paulatinamente abandonados, deixando as terras sem nenhum uso e facilitando a sua venda para fins urbanos.

Paralelamente, surge no Rio de Janeiro uma demanda intermediária por habitação entre os ricos e os muito pobres, um segmento de trabalhadores relativamente bem remunerados, que incorpora valores morais e estéticos burgueses, mas não possui renda suficiente para comprar grandes chácaras e também já não desejava morar nos cortiços insalubres.

Essa “classe média” vai procurar terrenos menores, relativamente próximos ao centro, servidos por uma rede transporte razoável e a preços acessíveis. Começam a surgir, então, loteamentos de caráter urbano ao longo das linhas de bonde e no entorno das estações ferroviárias mais próximas, principalmente na Zona Norte e ao longo dos troncos da EFCB e da EF Leopoldina, onde alguns serviços públicos, como o esgotamento sanitário por exemplo, também haviam chegado (Ribeiro, op cit, 221).

O terceiro fator, e talvez o mais importante, foi a entrada do grande

capital neste mercado. A política de valorização do café do início do século XX, conhecida como encilhamento, gerou uma verdadeira ciranda financeira com uma enxurrada de títulos públicos no mercado que levaram a uma grande especulação financeira e a um processo inflacionário. Alguns setores do capital passam a procura ativos não monetários como forma de se proteger de futuras crises. A compra de terras para a construção de moradias, para fins de loteamento e como reserva de valor torna-se então uma opção bastante segura num momento em que há uma grande demanda por habitação (Ribeiro, op cit, 222).

Já em 1891 surgem as primeiras empresas imobiliárias, como a Companhia Melhoramentos dos Subúrbios e a Empresa de Construções Civas, que vão atuar no mercado de terras. No entanto, foi nas primeiras décadas do século XX que assistimos o surgimento de grandes companhias imobiliárias como a Cia Territorial do Rio de Janeiro (1912), Cia Suburbana de Terrenos e Construções (1912), Cia popular de Imóveis (1918), Cia Predial SA (1912), Rocha Miranda e Filhos (1919). Essas companhias vão lotear grandes áreas ao longo da EFCB e EF Leopoldina, formando os atuais bairros da Penha, Vila da Penha, Ramos, Honório Gurgel, Deodoro, Marechal Hermes, Vila Valqueire, Irajá e etc. (Ribeiro, op cit, 240-243).

Finalmente, para dar grande impulso aos loteamentos, temos um conjunto de mudanças na economia e na legislação que transfere grandes parcelas de capital para esse mercado no início do século XX. Em primeiro lugar surgiu a possibilidade de altos lucros, à medida que se compra terras baratas e pode se vender a preços relativamente mais altos.

Em segundo lugar, um conjunto de mudanças na legislação edilícia, que se tornou mais rigorosa nas áreas mais próximas do centro, e do inquilinato, que buscou beneficiar os inquilinos. Isto acabou elevando o valor dos imóveis, mas desestimulou a construção de casas para fins de aluguel, pois os riscos de não se conseguir reajuste e as dificuldades de despejar os inadimplentes não eram compensados pela renda obtida.

Paralelamente, há uma diminuição na fiscalização e na rigidez na construção de casas nos subúrbios, assim

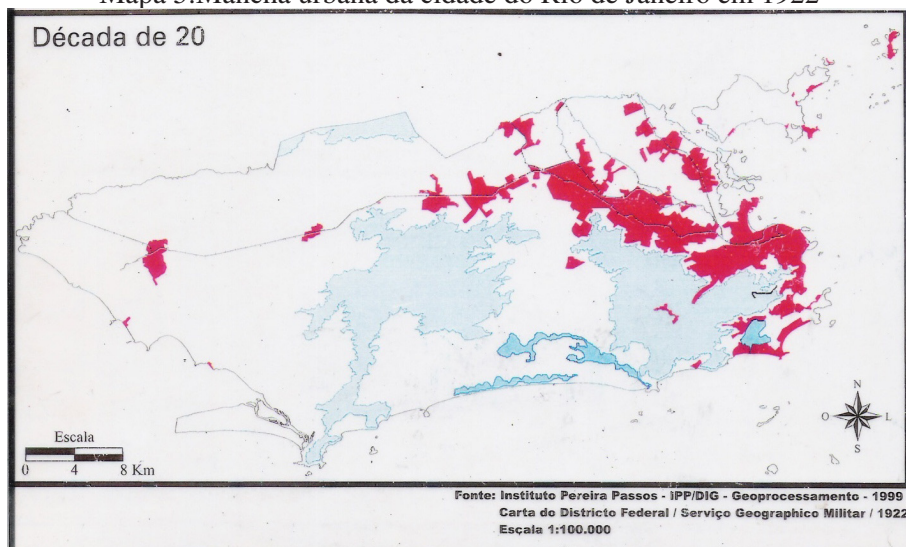
“o efeito deste conjunto de decretos é a paralisação das construções habitacionais, já que promove a desvalorização do pequeno capital imobiliário, ou seja, o principal agente produtor de moradias no Rio de Janeiro. Desta forma, a crise de moradia urbana perdura mesmo após o fim da I Guerra, fazendo com que se tornassem economicamente viáveis os extensos loteamentos realizados pelo grande capital comercial. As companhias imobiliárias promovem seus empreendimentos

anunciando a possibilidade dos inquilinos livrarem-se dos aluguéis comprando um lote e construindo a sua própria moradia” (Ribeiro, 1997, 248).

Esse momento marca a incorporação do mais pobres a esse mercado, com a diminuição das exigências em relação à dotação de infra-estrutura e o aumento da distância há também a queda do preço dos terrenos, o que viabiliza a sua compra por parte desses. Paralelamente se verifica a consolidação de outra característica dessa periferia, o descaso do poder público para com estes locais, pois “ao contrário da área nobre, a ocupação suburbana se realizou praticamente sem qualquer apoio do Estado ou das concessionárias de serviços públicos, resultando daí uma paisagem caracterizada pela ausência de benefícios urbanísticos” (Abreu, 1987, 82).

O resultado desse processo é a expansão mancha urbana do Rio de Janeiro em direção aos seus limites administrativos, levando esse padrão de precariedade para além desses, exportando-os para a Baixada Fluminense, consolidando esse modelo “loteamento popular –autoconstrução” na formação e expansão da periferia do Rio de Janeiro. Com essa realidade, acaba-se com a utopia do loteamento como forma do novo espaço que irá formar o caráter do novo homem, pois “o espetáculo dos arredores suburbanos é caso para decepção. Aí... não existem preparos, tudo é deitado à rua por falta de esgotos” (Reis, apud Abreu, op cit, 82).

Mapa 5:Mancha urbana da cidade do Rio de Janeiro em 1922



Fonte: Atlas escolar da cidade do Rio de Janeiro, 2000

Assim, se forma um grande número de bairros, caracterizados pela baixa qualidade de vida, reproduzindo, em parte, os mesmos problemas que haviam sido a causa do surgimento dos loteamentos. Se nesses não há mais amontoamento de pobres em ruas estreitas sem circulação de ar, a precariedade das construções e das condições sanitárias vão continuar assolando os pobres e determinado uma degradação ambiental e das condições gerais de vida.

Em suma, esse modelo de ocupação do espaço urbano permitiu a exportação dos problemas que assolavam a área central do Rio de Janeiro para bem longe das vistas da burguesia, que teve seu espaço exclusivo protegido das epidemias, endemias e da violência que vão continuar grassando nas periferias e favelas, demonstrando a permanência das contradições que impregnam o “DNA” do sistema sócio-econômico brasileiro.

Na década de 1910 este modelo chega a Baixada Fluminense para se tornar, ao longo do século XX, a forma hegemônica de produção de moradia nessa região. A partir de agora vamos deixar em segundo plano os processos de transformação do mercado imobiliário da cidade do Rio de Janeiro e nos deter com mais profundidade no caso da ocupação da Baixada Fluminense.

Ferrovias, mercado de terras e a ocupação urbana da Baixada Fluminense

A incorporação da Baixada Fluminense à mancha urbana do Rio de Janeiro se dá a partir do momento em que as terras disponíveis para loteamentos no núcleo, pelo menos próximas a EFCB e Leopoldina, começam a escassear e, conseqüentemente, a encarecer. A proximidade relativa dos distritos limítrofes leva a um transbordamento das estratégias dos agentes imobiliários para esses, onde as pré-condições para a urbanização: agricultura estagnada, terras baratas e acesso a transporte de massa, já estavam presentes. Assim se inicia a captura desta região à lógica da urbanização carioca.

Esse processo marca a redefinição do papel da Baixada Fluminense na economia do Rio de Janeiro, ela deixa de ser um mero local de passagem para ser definitivamente integrada na condição de espaço urbano periférico subordinado ao núcleo. Para entendermos a consolidação dessa transformação devemos começar pela análise do papel das ferrovias, principal meio de ligação entre a Baixada Fluminense e o Rio de Janeiro no início do século XX.

A Estrada de Ferro Central do Brasil e os primeiros loteamentos urbanos na Baixada Fluminense

A Estrada de Ferro Central do Brasil ou Dom Pedro II teve a sua construção iniciada em 1855, exatamente no ano em que uma grande epidemia

de cólera morbus assolava as áreas e vilas próximas aos rios onde o transporte fluvial se realizava. Pode ter sido coincidência, mas a partir desse ano se acelerou a criação de uma rota alternativa para o escoamento do café, já bastante prejudicado pela ineficiência do transporte pelos rios.

Em março de 1858 é inaugurado o trecho inicial da ferrovia que saía do Campo de Santana, onde se localizava a estação de Aclamação (depois Central), até a estação de Benedito Ottoni (atual Queimados). Meses mais tarde, após vencer o Brejo dos Caramujos, a ferrovia chega a Belém (atual Japeri). A falta de capital e as dificuldades técnicas atrasaram a chegada da ferrovia ao Vale do Paraíba, o que vai ocorrer somente em 1863 quando os trilhos chegam a Barra do Piraí (Peres, 2004), de lá até Juiz de Fora em 1875 e até São Paulo em 1877, quando se encontra em Cachoeira Paulista com a linha EF do Norte que vinha sendo construída em sentido oposto (Giesbretch, 2005). Entretanto, como as bitolas eram diferentes havia a necessidade de baldeação. Com a incorporação da EF do Norte pela EF Dom Pedro II, surge a EFCB em 1890. Em 1902 iniciam-se as obras de unificação das linhas com a transformação do trecho paulista de bitola métrica para a de 1,60 metros. Assim a ligação direta entre Rio e São Paulo só se completa em 1908 com o fim dessas obras.

A inauguração do primeiro trecho foi suficiente para deslocar o transporte do café para a estação de Belém, acelerando a decadência do porto de Iguaçú e dos povoados ao longo da Estrada do Comércio. Este trecho inicial atravessava uma área totalmente rural, mesmo no então Distrito Federal, onde só existiam três outras estações Vargem Grande (Engenho Novo), Cascadura e Sapopemba (Deodoro). Na Baixada Fluminense, além de Belém, somente duas outras estações são construídas: Maxambomba e Benedito Ottoni, que mais tarde se tornarão sedes dos municípios de Japeri, Nova Iguaçu e Queimados.

A princípio essas estações eram insignificantes paradas onde havia um pequeno movimento de cargas, já que a região havia sofrido um processo de esvaziamento populacional e econômico por conta das epidemias. A exceção era a estação de Belém, que em pouco tempo ganhará dinamismo devido à baldeação das tropas de mulas e depois dos trens carregados de café. Mesmo com a inauguração da linha de passageiros em 1870, pouca coisa muda nestes lugares até o final do século XIX, quando se inicia o cultivo da laranja.

Nesse mesmo ramal foram inauguradas, ainda no século XIX, as estações de Engenheiro Neiva (Nilópolis), Jaceaba (Comendador Soares), Mutambo (Mesquita), Austin e Caramujo (Engenheiro Pedreira). No século XX mais três estações: a “estação do Boi” (Edson Passos), Olinda e Presidente Juscelino.

Com a chegada dos loteamentos populares nos limites do, então, Distrito

Federal, as pressões sobre as terras rurais da Baixada Fluminense se tornam mais intensas, pois seus proprietários começam a perceber a maior rentabilidade do uso urbano. Como não podia deixar de ser os loteamentos se iniciam no entorno das estações mais próximas do Distrito Federal. Na EFCB a primeira estação na Baixada Fluminense era Engenheiro Neiva, futura Nilópolis.

Mapa 6: Malha Ferroviária da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2005



Fonte: www.supervia.com.br, 2005

A incorporação de Nilópolis a mancha urbana do Rio de Janeiro

Como dissemos antes, a primeira estação deste ramal a ter loteamento ao seu redor foi a de Engenheiro Neiva construída nas terras da fazenda São Matheus, próxima a igreja de mesmo nome. O primeiro loteamento se forma com o retalhamento de parte das terras de João Mirandela em 1913 (Prado, 2000). Os terrenos, embora grandes para os padrões atuais, com 12,5 metros de testada por 50 metros de comprimento, já apontavam para um uso urbano, à medida que eram insuficientes para qualquer tipo de cultivo. Para incrementar as vendas um dos proprietários do loteamento, Coronel Júlio de Abreu, passou a chamá-lo de Nilópolis em homenagem ao Presidente Nilo Peçanha, uma figura muito mais significativa que o, até então homenageado, Engenheiro Neiva. Pode-se afirmar que este foi o primeiro loteamento urbano da Baixada Fluminense que surge em função do transporte ferroviário. Isso se explica pela proximidade, cerca de dois quilômetros, entre esta estação e a de Anchieta no Distrito Federal que já

apresentava uma ocupação urbana.

No ano seguinte um novo loteamento é aberto e nele são construídas as primeiras casas para a venda que se tem notícia, a Vila Ema, localizada, também, junto à estação. A ocupação do loteamento e da vila promovem um aumento da população que passa a reivindicar a elevação da localidade a condição de distrito. Isto ocorre em 1916, quando da redefinição da divisão territorial do agora município de Nova Iguaçu. Engenheiro Neiva passa a ser o 7º distrito. Com o tempo a população esquece o nome original e em 1921 o distrito passa a se chamar oficialmente Nilópolis. Em 1940 já não há mais terras disponíveis para loteamento, ocorrendo somente a ocupação efetiva dos terrenos já loteados. Nesse período, nas demais localidades do ramal da EFCB após a estação de Nilópolis, a citricultura será uma barreira à urbanização que se dará, com maior intensidade, em outras ferrovias.

A Estrada de Ferro Rio D'Ouro e os primeiros loteamentos urbanos

A segunda ferrovia a atravessar a Baixada Fluminense foi a EF Rio D'Ouro. Originalmente foi criada para viabilizar a captação de água no maciço de Tinguá e na Serra do Mar. A sua função original era, inicialmente, transportar o material necessário às obras de captação e distribuição e, num segundo momento, servir de acesso à área para a manutenção do sistema.

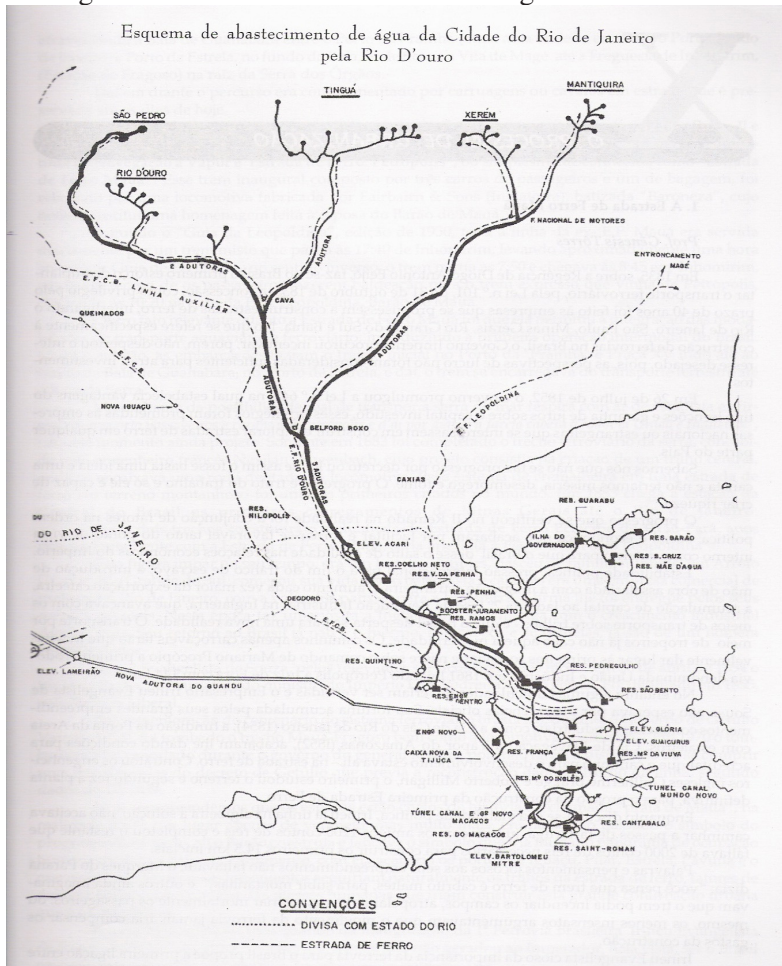
O abastecimento de água sempre foi problemático na cidade do Rio de Janeiro, desde a sua fundação, mas agravou-se na segunda metade do século XIX em virtude do crescimento populacional e o comprometimento dos mananciais do maciço da Tijuca, bastante desmatado para o cultivo de café. Após mais uma crise aguda de abastecimento que havia se tornado um problema crônico, cria-se em 1870 uma comissão para resolver a questão e “a sugestão de se buscar, na serra do Tinguá, a água de que a cidade tanto precisava foi novamente oferecida. Somente cinco anos, e algumas estiagens, mais tarde é que o governo decidiu finalmente adotá-la” (Abreu, 1992, 82).

O problema passou a ser então como chegar lá. Não havia estradas para a região do Tinguá. Os caminhos historicamente utilizados, os rios, eram inviáveis, devido ao estado de assoreamento destes e o tamanho e peso da tubulação, das máquinas e equipamentos e do material de construção a ser empregado. Essa exigência descartava a opção pelo transporte terrestre através de carruagens ou mulas. Restou então, a opção ferroviária.

As obras se iniciaram em 1876, a partir da Quinta da Ponta do Caju, onde se construiu um terminal para receber a tubulação importada da Inglaterra. Esta ferrovia ficou pronta em 1880, com a construção dos sub ramais. O primeiro deles saía de Belford Roxo em direção a Serra do Mar. Próximo a ao local onde

se instalaria a FNM, havia outra bifurcação, uma em direção a Xerém e outra em direção a Mantiqueira. No seu percurso de Belford Roxo em direção ao maciço de Tinguá haveria uma segunda bifurcação em Vila de Cava, numa direção corria o sub-ramal de Tinguá e para outra o ramal de Rio D'Ouro propriamente dito, que ainda possuía uma extensão até São Pedro, atual Jaceruba.

Figura 5: Sistema de abastecimento de água do Rio D'ouro



Fonte: Torres, 2004

Embora tenha sido construída apenas para viabilizar a captação de água no Tinguá, esta ferrovia era preciosa demais para um uso tão restrito. A carência de transporte nas freguesias de Irajá e Inhaúma, que já ganhavam contornos

urbanos, criou uma pressão para que se instalasse o serviço de passageiros, assim “em 1883 foi aberta em caráter provisório, a EF Rio D’Ouro, ligando a Quinta Imperial do Caju à represa do Rio D’Ouro” (Abreu, 1987, 50). Havia ainda um sub ramal que se iniciava na extinta cais de Maria Angu e encontrava com a EFRD em Vicente de Carvalho (Macedo, 2004).

Figura 6: Estrada de Ferro Rio D’Ouro - 1930



Fonte: site www.estradasdeferro.com.br

O serviço regular de passageiros foi firmado em 1896, mas ao contrário das demais ferrovias, é notório que a E F Rio D’Ouro “jamais tenha tido o mesmo papel indutor da D. Pedro II, já que seu ponto terminal era distante do centro” (Abreu, 1987, 53). O que implicava numa baldeação em São Francisco Xavier para se pegar um outro trem para a estação Dom Pedro II.

A sua pouca importância levou a “a desativação de suas linhas, ocorrida no começo da década de 70, a maior parte do seu leito foi utilizada para a implantação da Linha 2 do Metrô que, gradativamente, foi se expandindo até atingir, em 1998, a sua atual estação final, Pavuna” (Macedo, 2004). Contiguamente ao seu leito desativado também foi implantado, na Avenida Automóvel Clube, o protótipo do que seria a Linha Verde, uma via expressa nos moldes das outras linhas cromáticas do Rio de Janeiro, que ligaria Avenida Suburbana a Presidente Dutra em Parque Colúmbia, mas que também não cumpriu o projeto original e se transformou numa avenida urbana.

Embora reconheçamos que, em comparação a EFCB, a EF Rio D'Ouro não tenha sido tão importante enquanto indutora de urbanização, não podemos negar este seu papel, principalmente no início do século XX para as futuras sedes dos municípios de São João de Meriti e Belford Roxo. A sua instalação, associada à ligação com a futura Linha Auxiliar vai ser decisiva na incorporação de São João de Meriti a metrópole carioca mais cedo do que o distrito sede de Iguaçu.

A incorporação de São João de Meriti

São João de Meriti era, como tantos outros núcleos neste período, um decadente lugarejo que havia surgido como porto às margens do então assoreado Rio Meriti, rodeado de fazendas semi-abandonadas em meio a brejos e alagados. O núcleo inicial nasceu em torno da igreja de São João Batista de Trairaponga de 1647, que é elevada a categoria de freguesia no mesmo ano. Em 1660 a igreja é transferida para mais perto do rio Meriti formando um aglomerado único com Pavuna, que ficava do outro lado do rio (Torres, 2004).

O povoado era local de passagem dos antigos caminhos como o de Tinguá e da variante terrestre do caminho de Garcia Paes Leme. Junto à igreja foi construído o porto, que durante dois séculos teve a função de escoar a produção das fazendas e engenhos da região. Posteriormente, em 1828 foi aberto o Canal da Pavuna que retilinizou uma parte do Rio Meriti e dividiu fisicamente os dois núcleos (Prado, 2000). Em 1833 acontece a separação política, pois São João passa a fazer parte do município de Iguaçu e Pavuna permanece como parte do Município Neutro do Rio de Janeiro.

A decadência do núcleo de São João, inicia-se, tal como os demais portos da região, com o assoreamento dos rios, as dificuldades de navegação e a existência de brejos e alagados. A epidemia de cólera de 1855 se espalha rapidamente pela região e leva ao esvaziamento populacional. As primeiras obras de saneamento e a construção da nova igreja em 1875, onde se localiza a atual matriz, trazem de volta parte da população do povoado. Com a mudança da sede de Iguaçu para Maxambomba em 1891, bem mais próxima e acessível, São João passa a ter maior poder de pressão política e em 1892 se transforma no 4º distrito de Iguaçu, abrangendo os atuais municípios de Nilópolis e Duque de Caxias.

A abertura da EF Rio D'Ouro 1876 irá dar novo alento ao lugarejo, principalmente com a instalação do serviço de passageiros em 1886. O resultado imediato é o retalhamento das grandes fazendas em chácaras e sítios que passam a praticar uma policultura voltada para o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro (Torres, 2004). As primeiras obras de saneamento junto à foz

do rio Meriti melhoram, temporariamente, as condições das terras no entorno da estação, possibilitando a fixação de população ao seu redor.

Em 1898 é concluída a construção da EF Melhoramentos do Brasil, futura Linha Auxiliar da EFCB, a poucos quilômetros da EF Rio D'Ouro. Em 1905 é criado um desvio que liga a Linha Auxiliar a Rio D'Ouro, com isso a primeira passa a ser destinada, na área da Baixada Fluminense, principalmente ao transporte de carga. Em 1910 é construído o ramal Circular da Pavuna que liga a Rio D'Ouro a São Mateus passando por São João de Meriti que passa a ser um importante centro de baldeação de passageiros.

Esta situação privilegiada, de se localizar junto a um entroncamento ferroviário de passageiros e fazer limite com o Distrito Federal, que já sofria um intenso processo de urbanização, foi fundamental para o processo de retalhamento da terra e sua venda em lotes urbanos, a semelhança do que acontecia junto a estação de Engenheiro Neiva na EFCB e de Meriti junto a EF Leopoldina.

As primeiras décadas do século XX foram de grande retalhamento da terra e intenso crescimento populacional. Junto as paradas de trens vão surgindo loteamentos e localidades tais como, Vila Rosaly, Agostinho Porto e Coelho da Rocha na EF Rio D'Ouro; Tomazinho e Éden na Linha Auxiliar e Engenheiro Belford e São Matheus no ramal de mesmo nome.

O interessante é que exatamente neste momento de grande crescimento, que o antigo distrito de São João começa a ser desmembrado, em virtude do crescimento acelerado das outras localidades localizadas ao longo das outras ferrovias, confirmando a nossa tese de que força política de cada uma dessas localidades está ligada influência que consegue exercer ao longo do eixo ferroviário que estão inseridas.

Em pouco tempo São João passa a não ter nenhuma influência sobre as áreas servidas pelas outras ferrovias. Assim, em 1916 a localidade de Engenheiro Neiva se transforma em distrito sendo desmembrado de São João de Meriti, o mesmo vai ocorrer em 1931 com o núcleo urbano de Merity junto a EF Leopoldina, que se transforma no distrito de Caxias. O grande crescimento desse distrito na década de 1930 e início da de 40, aliada a pouca força política do grupo de São João vai provocar uma inversão de hierarquia e São João será incorporado como distrito de Duque de Caxias, quando da emancipação deste em 1943, para somente se transformar em município em 1947.

A Estrada de Ferro Melhoramentos do Brasil – Linha Auxiliar - e os primeiros loteamentos urbanos

Das ferrovias que cortam a Baixada Fluminense a que teve menos

impacto direto no processo de urbanização foi a EF Melhoramentos do Brasil que foi construída por um grupo de empresários a partir de 1892 com objetivo de alcançar o Rio Paraíba do Sul. O seu percurso original iniciava-se na Estação de Mangureira (daí o nome da Escola de Samba Estação Primeira de Mangureira) mais tarde transferida para Alfredo Maia (depois Lauro Müller, atual Praça da Bandeira) e posteriormente para a Central do Brasil (Macedo, 2004). A partir daí a ferrovia corria paralela ao tronco da EFCB se aproximando dessa na altura de Madureira, onde existe a estação de Magno (atual Mercadão de Madureira). Em Honório Gurgel, há um desvio para a EFCB e em Costa Barros, outro desvio para Pavuna na EF Rio D'Ouro.

Na Baixada Fluminense a Linha Auxiliar entrava pelo então distrito de São João de Meriti, onde havia as estações de Tomazinho e Itinga (Éden), atravessava o Rio Sarapuí e entrava pelo então distrito sede de Iguazu, com as estações de Rocha Sobrinho, Prata, Andrade de Araújo, Engenho Pequeno, Ambaí, Santa Rita, Ahiva, Parada Amaral, Carlos Sampaio, Alzejur e Teófilo Cunha.

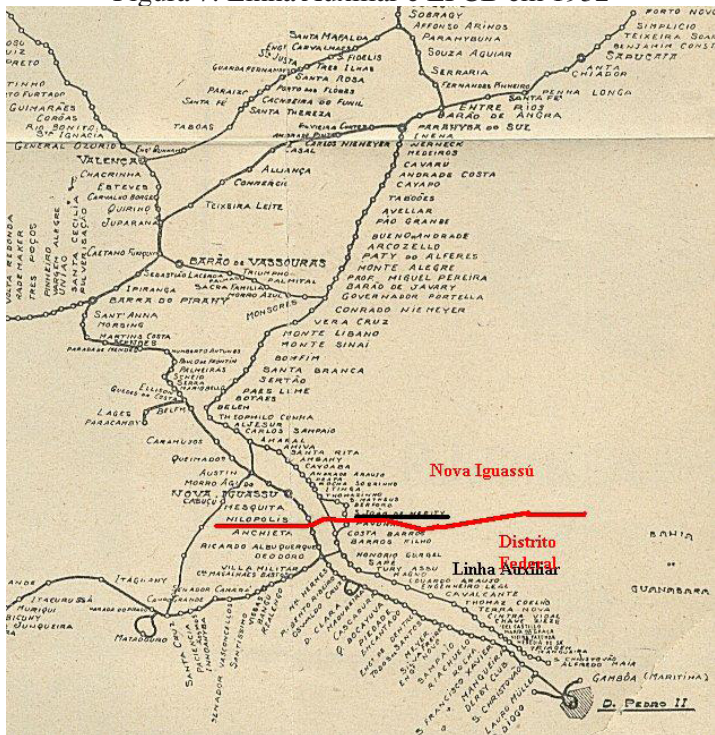
Em Belém (Japeri), há o entroncamento com a EFCB e as duas seguem juntas por cerca de dois quilômetros. A partir daí as duas ferrovias se separam novamente, a Melhoramentos segue paralela ao Rio Santana passando por Conrado e subindo a serra a partir de Bonfim (atual Arcádia) chegando a Miguel Pereira. Daí seguia até Três Rios onde chegou em 1898 (Giesbrecht, 2005) e dessa localidade se dirigia até Porto Novo em Minas Gerais, ponto final do antigo trem de passageiros.

O desvio para a EF Rio D'Ouro e sua eletrificação somente até a Costa Barros, fez com que a linha de passageiros no trecho que cortava a Baixada tivesse poucos passageiros e uma importância limitada no processo de ocupação da região. Os loteamentos ao longo desse trecho não eram muito atraentes, pois num primeiro momento os trens eram lentos e com horários irregulares, tanto que os moradores que aí residiam preferiam caminhar alguns quilômetros ou tomar uma outra condução até os ramais onde havia o serviço de passageiros com trens elétricos. Na década de 1970 o trem de passageiros foi definitivamente extinto e o trecho entre Costa Barros e Japeri passa a ser somente dedicado ao transporte de cargas como ocorre até os dias de hoje. Assim, essa opção se transforma em obrigação, o que torna menos interessante a moradia nestes lugares. Somente a partir do final da década de 1970, com a implantação de linhas de ônibus que ligarão diretamente ao centro do Rio de Janeiro que esses locais passam a ser mais atraentes e são efetivamente ocupados.

A inauguração do serviço de passageiros em 1910 da Linha Auxiliar com o desvio para a EF Rio D'Ouro acabou por dinamizar, como já vimos, a

ocupação urbana de São João. No entanto, outro lugarejo vai renascer a partir da inauguração desta linha de passageiros e se transformar num município se emancipando de Nova Iguaçu, o povoado do Brejo, atual Belford Roxo.

Figura 7: Linha Auxiliar e EFCB em 1932



Fonte: www.estaçõesferroviárias.com.br, 2005

A Incorporação de Belford Roxo

Quase todos os núcleos urbanos da Baixada Fluminense têm a sua história ligada ou a um porto ou a uma igreja. No caso de Belford Roxo nunca houve nas suas proximidade uma igreja que tivesse expressão suficiente para ser matriz de uma freguesia. A igreja mais próxima do lugarejo, com porte para isso, foi a de Santo Antonio de Jacutinga, originalmente construída em 1657 onde hoje é um bairro de Mesquita. (Torres, 2004). Com a decadência dessa igreja, uma segunda é construída em 1733 no atual bairro da Prata e se transforma na sede da Freguesia de Santo Antonio de Jacutinga em 1755. Em 1862 a matriz desta freguesia é transferida para Maxambomba. Esta igreja existe até hoje, mas o bairro da Prata, na atual divisão territorial pertence a Nova Iguaçu.

A ocupação inicia-se em Belford Roxo quando da instalação do

Engenho do Calhamaço, que já aparece como Engenho do Brejo na carta do Rio de Janeiro de 1767, próximo ao Caminho Novo do Tinguá e como ponto de passagem da Estrada da Polícia que seguia em direção ao porto de Pilar (Torres, 2004). O Engenho do Brejo ficava às margens do Rio Sarapuí e possuía um porto que servia para escoar, não somente a sua produção, mas de fazendas e engenhos vizinhos. No entanto não há registros históricos de que tenha tido uma grande importância com essa função.

Com a divisão da Província do Rio de Janeiro em municípios em 1833, o Engenho do Brejo passou a fazer parte de Iguazu e tal como esta vila entra em decadência com as epidemias de 1835 e de 1855. O renascimento do Engenho e a formação do povoado se dá quando o fazendeiro Coelho da Rocha cede parte das suas terras para a passagem da E F Rio D'Ouro em 1876. Um pouco afastada do rio Sarapuí é construída uma estação que recebe o nome de Belford Roxo, em homenagem ao engenheiro chefe da inspetoria de águas.

A estação de Belford Roxo ganha importância a partir do momento em que será o local da primeira bifurcação da EFRD para o ramal de Xerém-Mantiqueira e quando se inaugura o serviço de passageiros em 1886. A partir daí inicia-se um lento processo de urbanização que é freado pela presença da citricultura ao longo do ramal, a semelhança da vizinha Nova Iguazu. Mesmo quando o trem passa a vir pela Linha Auxiliar em 1910, a urbanização não se acelera, pois os loteamentos urbanos não ultrapassam o rio Sarapuí.

A ligação ferroviária com o Rio de Janeiro será precária e com poucos trens movidos a locomotivas a vapor e depois a diesel, até porque essa área era muito pouco ocupada até a década de 50. A eletrificação da Linha Auxiliar se iniciou em 1945 até Honório Gurgel, chegando a Pavuna em 1947, chegando em Belford Roxo somente em 1950 e parou nesta estação. Com isso, o núcleo em torno da estação passa a conhecer um maior desenvolvimento, pois os moradores dos bairros vizinhos tinham que se deslocar até essa estação para fazer a baldeação para o trem elétrico. A construção da Rodovia Presidente Dutra em 1951 e do Complexo da Bayer em 1958 também foram decisivos para a atração de moradores e a consolidação da ocupação nos loteamentos abertos nas décadas de 40 e 50.

Em 1966, Belford Roxo passa a ser estação terminal com a desativação do ramal e a retirada dos trilhos da EFRD. Cresce a sua importância como ponto de baldeação e a sua influência sobre os bairros surgidos ao longo da EFRD e das estradas vicinais abertas no período da laranja se acentua, pois como afirma Monteiro

“Belford Roxo a partir daí apresentou-se como um local próspero para os loteadores, pois apresentava uma estação

terminal e propagandas a respeito do fato de poder embarcar no trem elétrico sem precisar estar em pé durante as viagens até a Central do Brasil costumavam surtir efeito durante as décadas de 1950 e 60". (2001, 108).

A partir daí há um intenso processo de ocupação do espaço e crescimento da população, não somente no centro, mas também nos bairros surgidos nos loteamentos que possuem como grande (e às vezes o único) atrativo a ligação direta com a estação terminal de Belford Roxo.

A precariedade destes bairros que se localizam na esfera de influência de Belford Roxo e que se sentem abandonados pela Prefeitura de Nova Iguaçu vai ser fundamental no processo de emancipação que, liderado pela sede do distrito, ocorrerá em 1990. No entanto, é necessário ressaltar que esta influência se deu pela forma como estes loteamentos e bairros se estruturaram em função do transporte ferroviário e a primazia que Belford Roxo possuiu no período em questão.

O melhor exemplo deste fato é que no plebiscito de 1988 a localidade de Miguel Couto não quis se emancipar com Belford Roxo, embora contasse com as mesmas carências dos demais bairros. Ocorre que, mesmo tendo sido servida pela EFRD, a distância desta localidade a Belford Roxo aliada a uma maior facilidade de acesso a Nova Iguaçu fez com que após a desativação da ferrovia esta localidade passasse a se ligar mais ao distrito sede. Com isso foram necessárias uma redefinição de limites e a recontagem de votos para que, sem Miguel Couto, Belford Roxo se emancipasse.

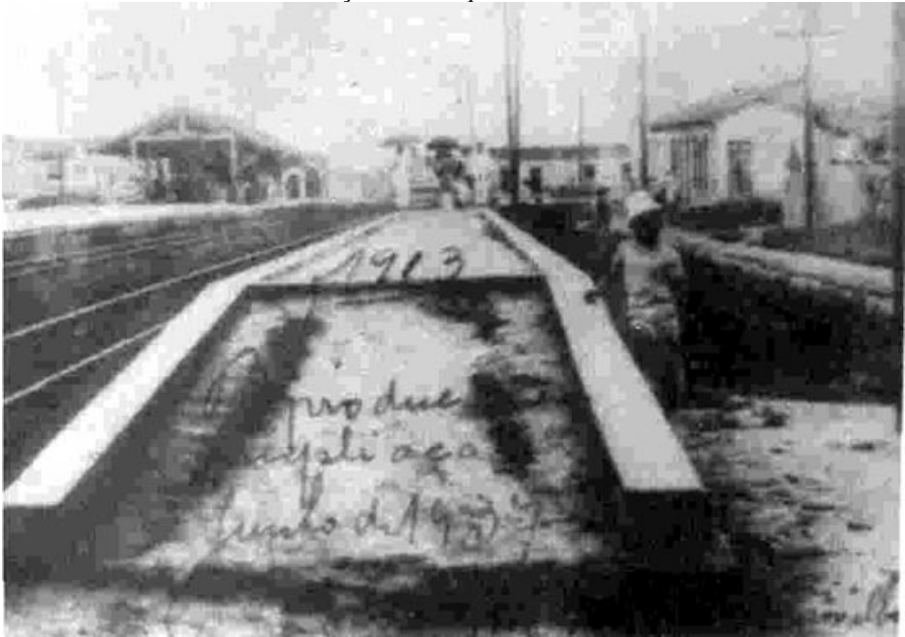
A Estrada De Ferro Leopoldina e os loteamentos urbanos: Duque De Caxias

Esta ferrovia, chamada inicialmente de Estrada de Ferro Rio de Janeiro Northern Railway teve a sua concessão liberada em 1882 e sua construção iniciada em 1884, a partir da estação de São Francisco Xavier onde se interligava com a EFCB. Em 1886 é inaugurada com chegada na localidade de Merity, próxima ao porto, quase na foz do rio de mesmo nome onde se instala uma estação (Torres, 2004). Essa localidade que em 1795 teria 17 mil habitantes encontrava-se em estado de abandono completo, não possuindo mais de 400 habitantes, que resistiram às sucessivas epidemias que assolaram a região, extremamente pantanosa, a partir de 1855 (Torres, R., 2004).

Mesmo após a inauguração da estação a situação permaneceu a mesma, tanto que em 1910 este contingente era de apenas 800 pessoas. O principal empecilho era a existência de imensos brejos e alagados que ainda eram foco de doenças. A Comissão de Estudos e Saneamento da Baixada iniciou seus estudos

e trabalhos em 1894 com o intuito de recuperar as áreas alagadas, assim “na época foram alargados, aprofundados e retificados, trechos do Canal da Piedade e dos rios Estrela e Imbariê, (...) essas iniciativas beneficiaram terras de grandes proprietários para fins agrícolas e navegação dos rios” (Costa, e Teuber, 2001, 84), ou seja, ainda não se vislumbrava um uso urbano para esta região, pelo menos explicitamente.

Foto 1: Estação de Duque de Caxias - 1913



Fonte: www.cemobafluminense.com.br, 2006

A situação de Merity começa a mudar no Governo de Nilo Peçanha. Em 1910 é criada a “Comissão Federal de Saneamento e Desobstrução dos Rios que Deságuam na Baía de Guanabara” que funcionou até 1916. Os trabalhos foram realizados pela Companhia Melhoramentos do Brasil e “alterou, em definitivo, a configuração física dos trechos inferiores dos principais rios afluentes à Baía” (Costa e Teuber, 2001, 85).

Nessa região as principais obras foram a

“retificação, alargamento e dragagem de 2,2 km junto a desembocadura do rio Meriti (além da) retificação do Rio Sarapuí até a Estrada de Ferro Leopoldina e sua interligação com o Rio Iguaçu, através da abertura de um canal artificial (e)

retificação, alargamento e dragagem de 2,7 km do rio Iguaçú” (idem, 85).

Embora essas obras não resolvessem definitivamente o problema dos alagamentos, melhoraram por algum tempo as condições dessa região ao rebaixar o lençol freático e eliminar os alagadiços permanentes, tornando-os temporários. Assim, essas terras passaram a ser inundadas somente em curtos períodos, durante as combinações de chuvas torrenciais e marés cheias. Mesmo nessas condições iniciaram-se os primeiros loteamentos urbanos.

Há controvérsias a respeito do primeiro loteamento urbano em Merity. Segundo Rogério Torres “o primeiro loteamento legalizado que se tem notícia é o Parque Artur Goulart, aprovado em 1914 junto a estação de Merity” (2004,162). No mesmo livro, em outro artigo, Peres afirma que “o primeiro loteamento feito em Meriti foi realizado pelo engenheiro Abel Furquim Mendes, que em 1918 dividiu uma área ao longo da via férrea (...) entretanto, a venda foi um fracasso” (2004a, 167). Em ambos os casos a ocupação efetiva demorou a se consolidar devido a permanência dos alagamentos periódicos.

Em 1918, já no governo de Delfim Moreira é criado o Serviço de Profilaxia Rural com o intuito de combater os focos de malária que ainda existiam na região. Os resultados não foram animadores, mas a pressão da urbanização, que já havia chegado aos limites do então Distrito Federal, era maior do que as dificuldades encontradas nos loteamentos, assim a população em 1920 já era de 2920 pessoas (Torres, R, 2004,162). Deve-se ressaltar que esta população não estava concentrada somente no entorno da estação de Merity. A expansão da EF Leopoldina rumo a Inhomirim havia criado, já em 1911, as estações de Gramacho, São Bento, Campos Elíseos, Primavera e Parada Angélica em território, então, iguaçuano e que fariam parte do futuro município de Duque de Caxias.

A partir de 1920 inicia-se um “boom” de “loteamentos que dariam origem a alguns bairros. O primeiro foi a Vila Centenário (...) no local do antigo sítio da Jaqueira. A seguir veio o loteamento da Vila Itamarati (...) e o terceiro foi o do Parque Lafaiete” (Peres, 2004a, 167) É interessante ressaltar que estes loteamentos são próximos mas já não são contíguos a estação, inaugurando um sistema de especulação baseado na reserva de valor de áreas deixadas vazias entre loteamentos.

Em 1928, é construído o novo traçado da rodovia Rio-Petrópolis, que havia sido inaugurada em 1926. Como já dissemos antes, inicialmente ela aproveitou-se dos leitos da Avenida Automóvel Clube, paralela a EF Rio D’Ouro, e da antiga estrada da Polícia, passando pelas localidades de Pavuna e São João de Meriti, margeando o rio Sarapuí. Entretanto em apenas dois anos

a estrada se encontrava em péssimas condições devido ao grande número de brejos e alagados da região e das constantes enchentes nas margens deste rio. Embora a região de Merity também fosse pantanosa, as obras para a construção da EF Leopoldina puderam ser aproveitadas para o uso rodoviário e tornaram este traçado mais viável que o anterior.

Assim estabeleceu-se um novo leito para esta rodovia acompanhando a ferrovia desde Bonsucesso até Gramacho, partindo da avenida dos Democráticos e passando pela rua Uranos, Largo da Penha, Bulhões de Maciel e avenida Presidente Kennedy. Com a construção da Avenida Brasil em 1946, este traçado é abandonado e a Rio Petrópolis passará a ser paralela à ferrovia e mais próxima do litoral com o nome de Washington Luís, criando então, um novo eixo de urbanização no município, como veremos mais tarde.

Em 1930 acontece um fato de grande valor simbólico para os moradores de Merity, a chamada “mudança da placa”. Um grupo de moradores troca a placa com o nome de Merity, que designava o nome da estação, por uma com o nome Caxias em homenagem ao Duque de Caxias que havia nascido na Fazenda Taquara em território do distrito. Esta medida tinha o sentido de renegar o passado, considerado negativo, que o nome anterior carregava, sendo chamada até então, de “Meriti do Pavor” (Lacerda, 2004).

Novo nome, nova pressão política. Em 1931, já sob o novo regime pós-Revolução de 30, foi criado o 8º distrito de Nova Iguaçu com o nome de Caxias, que será trocado para Duque de Caxias quando da emancipação do município em 1943.

É interessante notar que na Baixada Fluminense, a cada mudança de status político administrativo ou econômico há também a mudança de nome, como se isto apagasse um passado repleto de negatividades que precisavam ser esquecidas, talvez isto explique a falta de respeito para com os resquícios dos tempos históricos anteriores predominante durante quase todo o século XX e a necessidade atual de alguns grupos de resgatarem esse passado, à medida que o que se seguiu, parece ter sido pior do que o tal passado sombrio. Esses momentos marcam quase que uma refundação destas cidades que, ao trocarem de nome, tentam trocar de destino.

A EFCB e a segunda fundação de Iguaçu

Como vimos anteriormente, as ferrovias tiveram um papel fundamental na ocupação urbana da Baixada Fluminense nas três primeiras décadas do século XX, principalmente para as localidades situadas no limite de Nova Iguaçu com o antigo Distrito Federal. Desse modo já na década de 1930, São João, Nilópolis e Duque de Caxias já eram localidades tipicamente urbanas, com populações

superiores ao distrito sede. Não é por acaso que a fragmentação territorial de Nova Iguaçu se inicia por esses distritos na década de 1940. Nesse momento histórico não fazia mais sentido que a administração dessas localidades ficasse subordinada ao pequeno núcleo semi-rural de Nova Iguaçu, muito menos a uma elite política fundamentalmente agrária.

Assim para entendermos o tardio processo de urbanização de Nova Iguaçu é necessário entendermos porque esta cidade não se urbanizou nas décadas de 1920 e 1940, quando os demais distritos do município estavam em pleno processo de incorporação à metrópole carioca. A chave para esta questão está na consolidação de uma agricultura voltada para a exportação baseada na citricultura. A estrutura sócio-espacial voltada para o cultivo da laranja foi a grande barreira a urbanização neste período e depois foi o seu grande facilitador

A existência de uma vigorosa agricultura baseada no cultivo da laranja, durante as décadas de 1920 e 1930, inibiu no distrito sede o surgimento de loteamentos populares voltados para a população de baixa renda. O principal motivo era a, relativamente, elevada renda da terra auferida por proprietários e arrendatários ligados a citricultura, em parte, apropriada pelos beneficiadores e exportadores do fruto. Este fato elevava o preço da terra desestimulando o seu retalhamento em forma de lotes urbanos.

Nunca é demais lembrar que os lucros auferidos pelos loteadores urbanos nos distritos fronteiriços ao Rio de Janeiro eram de caráter eminentemente especulativo, o que exigia uma conjunção de retalhamento e reserva de terras que implicava na perda temporária de renda numa das áreas. Nesses distritos não havia nenhuma renda agrícola que pudesse ser perdida, diferentemente do caso de Nova Iguaçu, onde deixar um terreno vazio para esperar pela sua venda futura significava perder dinheiro ou deixar de ganhar, o que dá no mesmo.

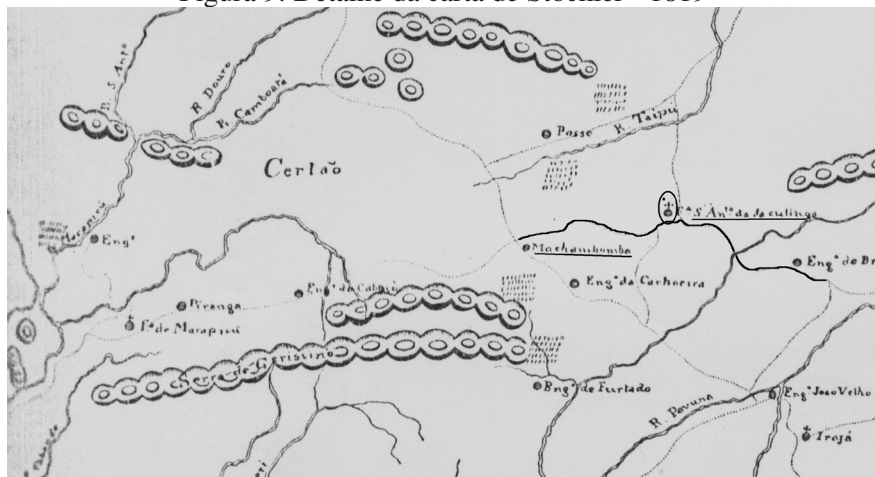
O ciclo da laranja: do núcleo de Maxambomba a “nova” Iguaçu

Quando se conta a história de Nova Iguaçu partimos da história de Iguaçu, o antigo núcleo do município, que praticamente se extinguiu. O nome Iguaçu conseguiu permanecer por ter sido incorporado pelos grupos políticos de Maxambomba, ao contrário da extinta vila e município de Estrela que teve suas terras distribuídas por outros municípios e não achou um herdeiro que lhe conservasse a memória. Analisando a toponímia atual e a localização das sedes municipais, somente em São João de Meriti há a coincidência entre o núcleo inicial e a sede atual e o nome ainda é o mesmo. Nos demais mudaram-se os nomes ou os núcleos, ou mudaram-se ambos, os nomes e os núcleos.

Em Nova Iguaçu, a mudança do núcleo foi acompanhada, posteriormente,

aproximadamente cinco quilômetros de distancia do núcleo de Maxambomba.

Figura 9: Detalhe da carta de Stockler - 1819



Fonte: Soares,1962

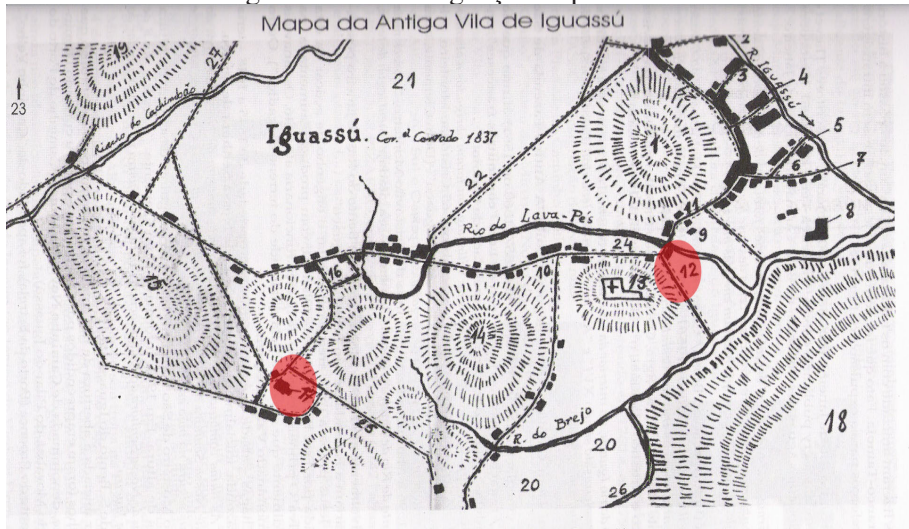
A construção da parada de trem em Maxambomba vai ser o marco fundador do novo núcleo urbano. É quando se constrói um depósito de mercadorias junto a essa parada, o que possibilita a convergência da produção agrícola da região para esta localidade para o seu posterior embarque no trem rumo a corte (Soares, 1962). Paralelamente, a crise da Vila de Iguazu após a epidemia de cólera de 1855, transferiu parte da população desta para Maxambomba e esse adensamento, ainda que tímido, possibilitou a transferência da sede da freguesia de Jacutinga para o núcleo em 1862.

É preciso deixar claro que estes fatos estão ligados muito mais às crises dos demais núcleos do que a uma dinâmica própria de Maxambomba. Além da parada de trem, que posteriormente será de vital importância para o desenvolvimento do núcleo, o único atrativo da localidade era o fato de estar localizado no sopé do maciço de Gericinó, localmente chamado de Serra de Madureira, o que o deixava a salvo dos brejos, das inundações periódicas e das epidemias de veiculação hídrica ou através de vetores que grassavam na Baixada Fluminense neste período.

Embora tenha havido a transferência da sede do município para Maxambomba em 1891 e a mudança do seu nome para Iguazu, a sua consolidação como centro agregador de atividades econômicas está ligada diretamente ao surgimento e evolução cultura da laranja nos seus arredores. Este cultivo se inicia no final do século XIX quando as primeiras obras de saneamento surtem

feito, eliminando os brejos e alagados na região próxima a Maxambomba. Com a retificação dos rios nos seus baixos cursos, há um escoamento mais rápido das águas nas áreas dos seus altos e médios cursos, possibilitando a utilização destes terrenos.

Figura 10: Vila de Iguazu: mapa de 1837



Em destaque, o antigo porto de Iguazu e a igreja matriz

Fonte: Torres, 2004

É importante ressaltar que Maxambomba conseguiu desenvolver esta característica de centro coletor mesmo quando da inauguração da ferrovia EF Rio D'Ouro e da estação de Iguazu nessa. Em primeiro lugar porque a laranja ou qualquer outra atividade agrícola relevante não se estabeleceu na região da antiga Iguazu com a mesma força de Maxambomba. Em segundo lugar, a EFRD não vai atravessar Serra do Mar parando no sopé do Maciço de Tinguá, daí nunca ter tido a importância que a EFCB conseguiu alcançar. Em terceiro lugar, já no período da urbanização, a eletrificação da EFRD jamais chegou a Iguazu, tendo sido retida em Belford Roxo, o que levou a uma captura de passageiros para essa estação ou para a própria Maxambomba de onde partirão os trens elétricos a partir de 1937 e, por último, somos levados a crer que a construção da ferrovia tenha acontecido tarde demais para recuperar a combalida economia da velha Iguazu, o que determinou o seu completo abandono.

A nova história de Iguazu, portanto, passa a ser contada a partir da consolidação do cultivo da laranja no entorno de Maxambomba. O curto, mas significativo, ciclo da citricultura consolida a captura de grande parte da Baixada

Fluminense para a sua órbita de influência e, principalmente, cria as condições para a permanência desta primazia após a decadência e o fim deste ciclo. Devemos, então, passar a análise deste processo de nascimento, consolidação e extinção da citricultura na Nova Iguaçu.

A citricultura em Nova Iguaçu e a consolidação de Maxambomba

Segundo Soares, a existência de condições naturais propícias, como o clima quente e úmido, terrenos férteis em colinas, morros e mesmo planícies livres do encharcamento, aliadas a presença da ferrovia e sua estação e de um incentivo oficial as exportações, fizeram com que, aos poucos, a laranja fosse substituindo as culturas tradicionais, já em franca decadência.

Pela suas características de seu cultivo, que exige freqüentes tratos culturais e um acompanhamento constante da plantação a laranja exige uma grande quantidade de mão de obra. A abolição da escravatura havia esvaziado as fazendas da região e deixado os latifundiários locais sem pessoal disponível para realizar qualquer tipo de trabalho agrícola, ao mesmo tempo, estes se encontravam descapitalizados e, conseqüentemente, sem condições de arcar com os custos de uma força de trabalho assalariada. A solução foi a fragmentação das grandes áreas em chácaras que facilitava a venda ou arrendamento para pequenos produtores, igualmente descapitalizados, mas que contavam com a mão de obra familiar.

A consolidação da citricultura abriu caminho, então, para dois processos simultâneos e articulados: a intensa fragmentação da terra, com o surgimento de um grande número de propriedades, e o crescimento da população rural. Embora este processo tenha se iniciado ainda no final do século XIX, o marco desta fragmentação foi a morte do Comendador Francisco Soares em 1916, por coincidência, o ano em que o município troca de nome, acrescentando o “Nova” ao seu nome. Este vai ser o início de uma verdadeiramente “Nova” Iguaçu.

O Comendador Soares era um legítimo representante da antiga classe dominante e latifundiária da velha Iguaçu. Suas terras se encontravam improdutivas e semi-abandonadas, embora se localizassem bem próximas à ferrovia e a estação de Maxambomba. As disputas internas entre os seus filhos e a sua recusa em vender tais terras fizeram com que estas ficassem por um bom tempo como uma imensa reserva de valor. Ao morrer ele doou toda a área para a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, mas permitiu que seus herdeiros tivessem o usufruto das mesmas até morrerem.

Essas terras se compunham em “uma grande área contígua a Nova Iguaçu, constituída de quatro fazendas (Madureira, Morro Agudo, Tinguá e São José) e abrangendo uma superfície de 745,3 alqueires” (Soares, 1962, 205), com

a sua morte estas fazendas passaram a ser retalhadas, arrendadas e vendidas pelos seus herdeiros embora legalmente não pudessem fazê-lo pois somente possuíam o seu usufruto, mas não a propriedade. Mais tarde a própria Santa Casa vai fazer o mesmo nas áreas sob o seu controle.

Assim, os demais latifundiários de Nova Iguaçu começam a fazer o mesmo. A partir daí, inicia-se um acelerado processo de fragmentação da terra. Seja por venda e arrendamento feitos diretamente pelos antigos proprietários, seja pela atuação de capitais oriundos do Rio de Janeiro que investiam,

“quer financiando a constituição de laranjais para obtenção de fruta para exportação, quer pela compra de grandes áreas para a fragmentação e venda, sob a forma de chácaras já plantadas com laranjeiras, quer pela aquisição e plantio de imensas propriedades com laranjais” (Soares, 1962, 204).

O resultado desse processo foi uma mudança considerável na estrutura agrária do município, principalmente no distrito sede, onde “o número de estabelecimentos de até 40 hectares passou de 213 em 1920 para 1451 em 1940; os de 40 a 200 hectares passaram de 29 a 62; os de mais de 200 hectares reduziram-se de 38 para 18” (Soares, op cit, 206).

É interessante ressaltar as características das formas de exploração da terra neste período. Segundo Sonali Souza (2004), em 1940, Nova Iguaçu possuía a maior proporção de arrendatários do Estado do Rio de Janeiro na condução da propriedade, pois existiam no município 523 arrendatários que ocupavam uma área plantada com laranja de 7.531 hectares, para 704 proprietários que ocupavam 13.162 hectares em 1940 (Souza, S., op cit, 142).

É preciso deixar claro que esta fragmentação foi acompanhada de uma intensa luta pela terra. Uma parte considerável das terras vendidas e arrendadas pelos grandes proprietários estavam sendo ocupadas por posseiros desde o seu abandono, inclusive por ex-escravos abandonados a própria sorte por seu senhores quando da abolição. Esta retomada nem sempre se deu de forma pacífica e inúmeros conflitos se instalaram na região, até por que com a sua valorização a região passa a ser interessante para a atuação de grileiros (Alves, JCS 2003).

Nesse período, de auge do ciclo laranjeiro, os distritos que se limitam com o Rio de Janeiro apresentam um grande crescimento populacional de caráter eminentemente urbano, pois uma população ligada à atividades urbanas se instala nos loteamentos populares que se multiplicam nesses. No distrito sede, a fragmentação da terra em lotes rurais é acompanhada de um crescimento acelerado da população rural, o que também ocorre, em menor escala, nos distritos vizinhos ainda com características rurais.

Para suprir esta necessidade de mão de obra há um grande afluxo de assalariados e meeiros para a região, mas a maior parte deste acréscimo provém do grande número de famílias que passa a morar nas chácaras produtoras de laranja, pois estas passam a ser, não somente unidades produtoras, mas também local de moradia desta massa de migrantes que chega a região. Como afirma Soares, entre 1920 e 1940

“somente nos quatro distritos essencialmente agrícolas (Nova Iguaçu, Cava, Queimados e Bonfim) o crescimento assinalado foi da ordem de 24.467 habitantes (de 18.707 em 1920, para 43.167 em 1940) (sendo que) a Nova Iguaçu se devem 22.585 dos 24.467 habitantes acima referidos” (1962, 207),

o que indica um intenso processo migratório.

Esta concentração populacional em Nova Iguaçu é explicada pela sua maior fragmentação e também porque não havia laranja em Bonfim e muito pouca em Cava. Já em Queimados a produção era centralizada nas Fazendas Reunidas Normandia, um latifúndio com quase 80 mil hectares com poucos arrendatários e parceiros.

A organização do espaço do município se dava na forma de três ‘arcos’.

“O primeiro, nos limites com o então Distrito Federal, era ocupado pelos distritos já urbanizados de Nilópolis, São João e Duque de Caxias. O segundo, formado pelas planícies dessecadas e pequenos morros e colinas era ocupado pelos laranjais e abrangia o distrito sede, que ainda contava com Mesquita e Belford Roxo. O terceiro era a região das grandes fazendas improdutivas que ocupavam morros, colinas, as serras e os brejos e alagados dos distritos de Queimados, Cava, Xerém, Estrela e Bonfim” (Soares, 1962).

Verificamos, então, dois tipos de migrantes que chegavam à Nova Iguaçu. O primeiro grupo se dirigia para os distritos urbanos em busca de moradia próxima aos centros de empregos do Distrito Federal. O segundo grupo se dirigia ao distrito sede em busca de oportunidades na citricultura. Nesse segundo grupo de migrantes vinham pessoas de quase todo o país e do exterior também,

“merecendo ser acentuada a contribuição do elemento luso, que afluíu em grande número ao município, quer espontaneamente, comprando ou arrendando sítios, quer trazidos, por compatriotas enriquecidos, diretamente de Portugal para o trato dos laranjais” (Soares, 1962, 207).

Em pouco tempo esse último de migrantes vai se juntar aos grupos locais para formar o núcleo da elite local que mais tarde se diferenciará da massa de migrantes pobres que chegará quando se iniciar a urbanização de Nova Iguaçu.

Esse grande crescimento populacional é, neste período, essencialmente agrícola, com a maioria dos habitantes do distrito morando em chácaras espalhadas pela área rural contígua a estação de Nova Iguaçu. Este núcleo urbano crescerá lentamente neste período assumindo funções de beneficiamento e transporte da laranja através da ferrovia até o porto do Rio de Janeiro onde eram exportadas.

Foto 2: Vista de Nova Iguaçu em 1919



Fonte: www.cemobafluminses.com.br. observa-se a concentração de construções ao longo da via férrea e transversalmente a essa atual rua Nilo Peçanha, ponto inicial da estrada Iguaçu.

Para isso foram construídas dezenas de “packing-houses”, um misto de barracões de beneficiamento e depósitos do fruto. As primeiras datam do início do século XX e se localizavam próximos à estação nos dois lados da via férrea. No auge do ciclo laranjeiro o número de packing houses era considerável, pois “em 1932, eram em número de quatorze (...) e, em 1940, vinte instalações deste tipo estavam registradas” (Soares, 1962, 207).

Foto 3: Antiga packing house Laranjas Fama



Fonte: o Autor, 2005

Foto 4: Prédio de 1920 Avenida Marechal Floriano refuncionalizado



Fonte: o autor, 2005

Todas as atividades econômicas do núcleo estavam voltadas para o atendimento da população rural que vivia no seu entorno “que na pequena cidade se vinham aprovisionar em gêneros, fazer compras, cumprir os seus deveres religiosos, educar os seus filhos e divertir-se” (Soares, op cit, 208). Desse modo os prédios desta época eram essencialmente comerciais, no máximo com um segundo andar destinado a moradia do proprietário do estabelecimento.

A única área próxima à estação que era residencial e de caráter urbano localizava-se no sopé da Serra de Madureira, do lado sul da ferrovia, onde os donos dos barracões, exportadores e profissionais liberais construía suas casas na subida dos morros, fugindo do tumulto, do grande movimento comercial das áreas próximas a estação e do calor que fazia nas partes mais baixas. Esta área vai ser o embrião do sub-bairro “Outro Lado”, habitado pelos mais ricos nos dias atuais e onde há o maior valor do solo urbano em Nova Iguaçu (foto 5).

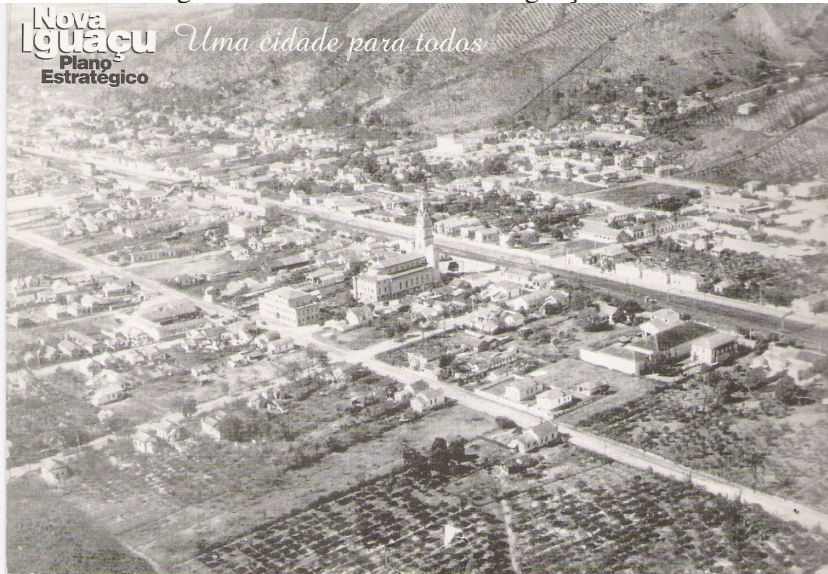
Foto 5: Casa de 1930 – Avenida Abílio Augusto Távora



Fonte: o Autor, 2006

Mesmo com toda esta centralidade Nova Iguaçu vai ser um acanhado núcleo urbano até a década de 1940, concentrando, até então um pequeno contingente de moradores. Como vimos, isto se dava pelo fato da população morar nas chácaras.

Figura 11: Vista aérea de Nova Iguaçu - 1940



Fonte: Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu, 1999

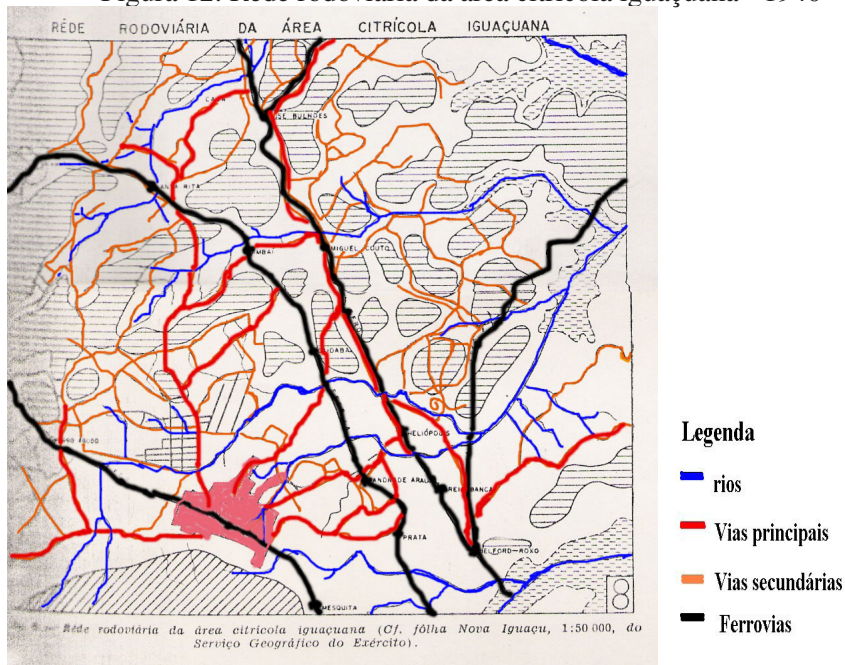
Entretanto, isto só era possível devido à proximidade desta população rural da área central da cidade, o que permitia deslocamentos diários sem grande perda de tempo.

É bom lembrar que o distrito sede que abrangia ainda Mesquita e Belford Roxo “contava em 1932 com 83% das laranjeiras do município e dentro do distrito, a área vizinha à cidade contava com metade do total de número de pés” (Soares, 1962, 208). Num raio de quatro quilômetros se concentrava a grande maioria das chácaras e da população que podia ir a pé, de bicicleta ou em charretes até o centro. Literalmente os laranjais chegavam até o centro da cidade (figura 11).

Mesmo os que moravam mais afastados não estavam a mais de 10 quilômetros do centro. A construção de uma vasta rede de estradas vicinais ligava as chácaras até os barracões próximos a estação possibilitava o transporte da laranja e também permitia o deslocamento diário dos moradores até o centro (figura 12). Era mais econômico, então, morar na chácara e ir ao centro do que morar neste e voltar para cuidar desta, até porque não se construíam imóveis no centro para aluguel e/ou venda para fins residenciais, a não ser para a elite local. Desse modo, podemos afirmar que, embora tenha havido um crescimento do

núcleo urbano no período laranjeiro, a Nova Iguaçu da laranja era um acanhado aglomerado urbano em meio a um mar de laranjeiras

Figura 12: Rede rodoviária da área citrícola iguaçuana - 1940



Fonte: Soares, 1962, modificado pelo autor, 2006

Os saudosistas relembram esta época como os anos dourados da cidade, que era conhecida como “Cidade Perfume”. No entanto, a Segunda Guerra Mundial vai ser o elemento chave que irá transformar o cenário econômico da cidade e provocar a sua profunda transformação e o que nós chamaremos de sua terceira fundação.

O fim da citricultura, a urbanização e a terceira fundação de Iguaçu. a “nova” Nova Iguaçu

A Nova Iguaçu de hoje começa a nascer a partir de 1939, exatamente quando ocorre a maior produção de laranja de sua história. A partir deste momento o acanhado lugarejo inicia um processo de urbanização intenso que se espalhará por quase toda a área rural do então primeiro distrito, alcançando Mesquita e Belford Roxo e parte dos distritos de Queimados, o recém anexado Japeri e uma parte ainda pequena de Cava.

A crise que atingirá a citricultura a partir da eclosão da segunda Guerra

Mundial irá reconfigurar o uso do território iguaçuano, mas, paradoxalmente reforçará a centralidade de Nova Iguaçu. A reestruturação econômica exigirá a recomposição do tecido social, o que provocará o surgimento de novas classes sociais e extinção de algumas. A elite local terá que se readaptar às transformações econômicas e migrar para outras atividades não ligadas à agricultura, que será praticamente extinta do município numa velocidade impressionante. Como afirma Sonali Souza

“o declínio da citricultura pode ser avaliado pela queda do número de estabelecimentos voltados para essa lavoura, em vinte anos, no ano de 1939 registravam-se 1414 estabelecimentos voltados para o cultivo de laranjeiras, em 1950 eles decresceram para 1281 em 1960 foram registrados 742 estabelecimentos” (2004, 144).

Esta mudança atinge também os não-proprietários e os trabalhadores rurais, que têm o seu número bastante reduzido no período. Já na década de 1950 diminuiu sensivelmente o número de arrendatários que caiu para 241 estabelecimentos e eles praticamente desaparecem em 1960 (Souza, S., op cit). O mesmo se dá com relação aos trabalhadores, já que em 1950 houve uma redução de 97,8% no total de parceiros, 85% nos trabalhadores temporários e 35% nos permanentes (Grynszpan, 1987 apud Souza, S., 2004). O volume de produção também caiu de maneira vertiginosa, no auge do ciclo foram produzidas mais de 46 milhões de frutos em 1939, para 12 milhões em 1956 e cerca de dois milhões de laranjas em 1967. Na década de 70 não há mais registro de produção de laranja no município.

Na verdade as causas da derrocada da citricultura já estavam sendo gestadas desde o seu surgimento na virada do século XIX para o XX. O principal fator era a extrema dependência do comércio externo para a realização dos lucros que dependiam, em grande parte, da generosa política de subsídios e incentivos fiscais e de uma política cambial que tornava barata a laranja brasileira no exterior.

Embora o país estivesse passando por um surto industrial, em momento algum se cogitou o aproveitamento industrial dos frutos sob a forma de sucos, refrescos, geléias ou doces. Ao mesmo tempo não existia uma política de armazenamento em silos frigoríficos, para que a laranja pudesse suportar prazos um pouco mais longos do que os necessários à espera do navio seguinte. O próprio embarque era feito em navios frigoríficos estrangeiros, devido à absoluta inexistência destes no território brasileiro. Desse modo percebemos que a citricultura sempre andou no “fio da navalha”, contando com uma conjunção de fatores absolutamente fora do controle dos plantadores e dos exportadores para

poder realizar seus lucros.

Mesmo no período de auge aconteceram diversas crises de superprodução geradas por questões cambiais e infra-estruturais. A cada oscilação para baixo dos preços da laranja no mercado externo um número considerável de produtores e exportadores passavam por dificuldades financeiras por não conseguirem comercializar a sua safra ou vendê-la a um preço abaixo dos custos de produção. A cada praga surgida da excessiva concentração de pomares numa área relativamente pequena, mais uma porção de agricultores se via em dificuldades para acompanhar os custos de erradicação das mesmas. E para finalizar a cada aumento do combustível e/ou dos fretes rodoviários ou ferroviários, mais uma leva de chacareiros via seu lucro se esvaír. Como diz o ditado popular “um dia a casa cai” e realmente caiu. Na Segunda Guerra Mundial todos esses fatores se colocaram de modo simultâneo, levando a uma crise de superprodução que levou a derrocada dos produtores e exportadores de laranja.

O fim da citricultura no distrito sede

A pressão exercida pela expansão da metrópole carioca sobre as terras ocupadas pela citricultura sempre foram intensas porém, o que retardou o processo de incorporação das terras próximas à sede do município foi a, relativamente, elevada renda da terra obtida com produção e exportação da laranja neste período, se comparada a possível renda a ser auferida com a venda de lotes urbanos. Conseqüentemente, a extinção desta renda agrícola levaria a necessidade de obter outra fonte de renda.

A renda originada com a atividade citrícola começa a declinar com o início da Segunda Guerra Mundial pelo fato de que, com o início dos combates o mercado europeu se fecha, pois estes países agora encontram-se, ou ocupados, ou sob esforço de guerra, o que limita a sua capacidade de importação, ainda mais de um produto não essencial e facilmente substituível como a laranja. Haveria ainda a opção dos mercados norte e sul-americanos, no entanto o transporte da laranja era feito basicamente por navios frigoríficos estrangeiros, principalmente europeus, com o bloqueio naval alemão estes navios não chegam e não há como exportar. Além do mais, a Califórnia passa a produzir laranja em grande quantidade abastecendo o imenso mercado norte-americano.

Por outro lado os mercados, interno e sul-americano, não absorvem as safras e a falta de combustível e/ou seu altíssimo preço inviabilizam o transporte e a comercialização dentro do próprio estado, quanto mais para o restante do país. Paralelamente, a região de Limeira em São Paulo vai se consolidando como grande produtora, abastecendo o mercado da capital paulista e seus arredores.

Sem comercialização não há colheita e a laranja começa a apodrecer

no pé, favorecendo o aparecimento de pragas, como a mosca do Mediterrâneo, eliminando o maior trunfo da laranja iguaçuana, a sua excelente qualidade e a sua capacidade de permanecer no pé até a entressafra. Assim, os laranjais começam a ser paulatinamente erradicados, se transformando em lenha e carvão para uso como combustível. Alguns chacareiros ainda tentam manter alguma atividade agrícola se transformam em plantadores de banana ou de hortaliças.

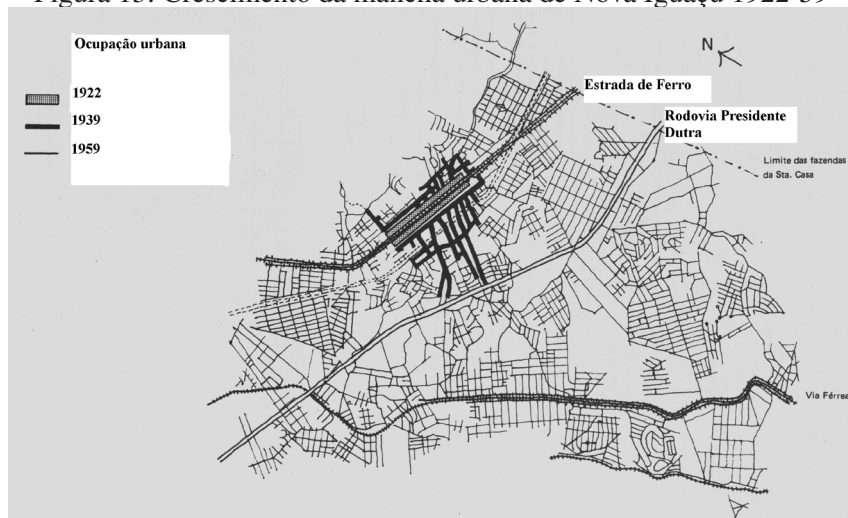
Entretanto, essas atividades não possuem a mesma rentabilidade da laranja. A maior parte está endividada com os exportadores e/ou bancos e passa a ter poucas opções rurais e inicia um processo de incorporação a economia urbana. Assim, os que escapam da falência e não perdem suas terras conseguem vendê-las para incorporadores e se tornam comerciantes ou loteadores, transformando as suas chácaras em loteamentos, seja por conta própria, seja em parceria com imobiliárias locais ou do Rio de Janeiro.

O golpe final ao cultivo da laranja em larga escala é dado ao final da Segunda Guerra Mundial quando se proíbe a exportação do fruto com a intenção de se evitar o desabastecimento do mercado interno. Com essa medida os preços começam a cair e a renda auferida com o cultivo começa a declinar, à medida que os preços praticados no mercado interno são inferiores ao que se conseguia no exterior. Desse modo, a última barreira à transformação da terra agrícola em urbana vai cair, liberando grandes parcelas de terras do município para o uso urbano.

Os laranjais vão desaparecendo da paisagem de Nova Iguaçu. Em 1950 a planície em torno da sede do município já está totalmente loteada. Os que ainda resistem se localizam onde não há condições de se criar loteamentos, como é o caso da encosta da Serra de Madureira e nas terras da Santa Casa ainda em litígio (Soares, 1962). Entretanto, mesmo nessas áreas a laranja será abandonada na década de 1960, abrindo caminho para a consolidação da ocupação urbana em praticamente toda área do distrito sede e nos demais distritos (figura 13).

No entanto não podemos analisar as transformações ocorridas em Nova Iguaçu sem fazer uma análise das condições sociais e econômicas e políticas estruturais do período em que há a expansão da metrópole carioca em direção a Nova Iguaçu. Para isso é necessário retroceder temporalmente para entendermos as pressões que foram exercidas e porque o fim da citricultura possibilita o avanço final da metrópole sobre o território da Baixada Fluminense.

Figura 13: Crescimento da mancha urbana de Nova Iguaçu 1922-59



Fonte: Soares,1962

Os loteamentos e a ocupação urbana em Nova Iguaçu

À medida que as barreiras econômicas impostas ao parcelamento do solo em Nova Iguaçu vão caindo, as limitações legais também vão sendo deixadas para trás. Toda a legislação restritiva e/ou normativa acerca do parcelamento do solo vai sendo retirada ou simplesmente ignorada. A prefeitura de Nova Iguaçu, que tanto se esforçou para evitar o retalhamento da terra, se torna a partir do final da década de 1940, uma grande aliada desse processo, à medida que reduz ao mínimo as exigências legais para a criação de loteamento e praticamente abandona a fiscalização nas áreas periféricas.

A facilidade legal de se lotear e a necessidade premente dos chacareiros e exportadores a beira da falência em Nova Iguaçu se juntam a aceleração do processo migratório para o Rio de Janeiro e um acirramento do problema habitacional no núcleo da metrópole. Os grandes contingentes populacionais chegam ao Rio de Janeiro em busca de local para moradia e verificam que não há uma política habitacional massiva, nas diversas instâncias do estado, voltada para o atendimento da população de baixa renda existente na cidade, quanto mais para essa massa recém chegada.

Ao mesmo tempo, nesse período, a prefeitura do Rio de Janeiro impõe uma legislação restritiva ao parcelamento do solo e quase não há grandes extensões de terra livre ao longo dos ramais ferroviários, com exceção da, então, Zona Rural, ao longo do ramal de Santa Cruz. Todavia esses terrenos ainda possuem algum uso agrícola e, embora estejam no território do Distrito Federal,

estão mais distantes do centro da cidade e são piores servidos de transporte do que Nova Iguaçu.

A intensificação do processo de favelização no Rio de Janeiro a partir de 1940 não atende, quantitativa e qualitativamente, a demanda por habitação por parte da população mais pobre. As ocupações de terra não são em número suficiente e as favelas estão sujeitas a períodos cíclicos de acirramento da repressão e de operações de remoção, gerando uma instabilidade que é vista como um impedimento por uma parcela considerável da população pobre que prefere não se arriscar a construir num terreno do qual não possui a propriedade legal.

Do ponto de vista do capital imobiliário os loteamentos no núcleo se tornam proibitivos à medida que a aplicação da legislação implica num aumento de custos que não pode ser absorvido pela população alvo, inviabilizando a sua aquisição. O grande capital se desloca para a incorporação e produção de apartamentos para as classes média e alta na Zona Sul, Tijuca e nos subúrbios mais próximos do centro, que vivem uma verdadeira febre de verticalização. As grandes empresas loteadoras do início do século XX ou se transformam em incorporadoras e/ou construtoras ou passam a atuar fora dos limites do Distrito Federal, repetindo a lógica adotada naquele período em associação com proprietários fundiários locais ou tornando-se elas mesmas grandes proprietárias de terras na Baixada Fluminense (Ribeiro, 1997).

Nos distritos mais próximos o parcelamento da terra já estava praticamente esgotado na década de 1940, agora restavam terras disponíveis nos distritos mais distantes do núcleo. No município de Nova Iguaçu o cenário para a explosão do processo de parcelamento está completo e se inicia com maior intensidade nas proximidades dos centros dos distritos, principalmente no distrito sede.

É interessante notar que, embora a Linha Auxiliar e a EF Rio D'Ouro possuam serviços de trens de passageiros até o final da década de 1960, vai ser a presença de uma estrada para Nova Iguaçu e não a existência da estação nestes locais o grande atrativo para a criação de loteamentos. Isto se explica, em parte, pela não eletrificação destes trechos, pela precariedade e irregularidade destes trens, pela adoção tarifa única no ramal de Japeri e diferenciada nos demais, e pela criação de várias linhas de ônibus ligando estes loteamentos à estação de Nova Iguaçu.

Devemos também chamar a atenção para o fato de que após a extinção dos serviços de passageiros naquelas ferrovias, não se criaram linhas rodoviárias diretas para o centro do Rio. Durante um bom tempo até o final da década de 1970 houve um verdadeiro monopólio da ligação do município com o centro

do Rio com duas linhas saindo do centro de Nova Iguaçu, o que obrigava os moradores dos bairros a fazer uma baldeação neste. O mesmo ocorria com relação a ligação com os subúrbios do Rio, como Méier e Cascadura, também monopólio do centro de Nova Iguaçu e de uma só empresa. Este fato criou uma centralidade excepcional para Nova Iguaçu e permitiu uma grande expansão do comércio e dos serviços nessa área que passaram a atender uma enorme população flutuante.

Verificamos então, a presença de uma grande quantidade de linhas de ônibus que têm Nova Iguaçu como ponto final ou que atravessam o centro da cidade, confirmando a centralidade exacerbada desta. Este fenômeno se repete para as sedes dos ex-distritos para onde converge uma grande rede de linhas de ônibus municipais que tinha como papel principal ligar os bairros afastados até a estação ferroviária. Com a decadência dos trens, a sua função passa a ser a de levar até o ponto final das linhas que ligam ao centro do Rio de Janeiro.

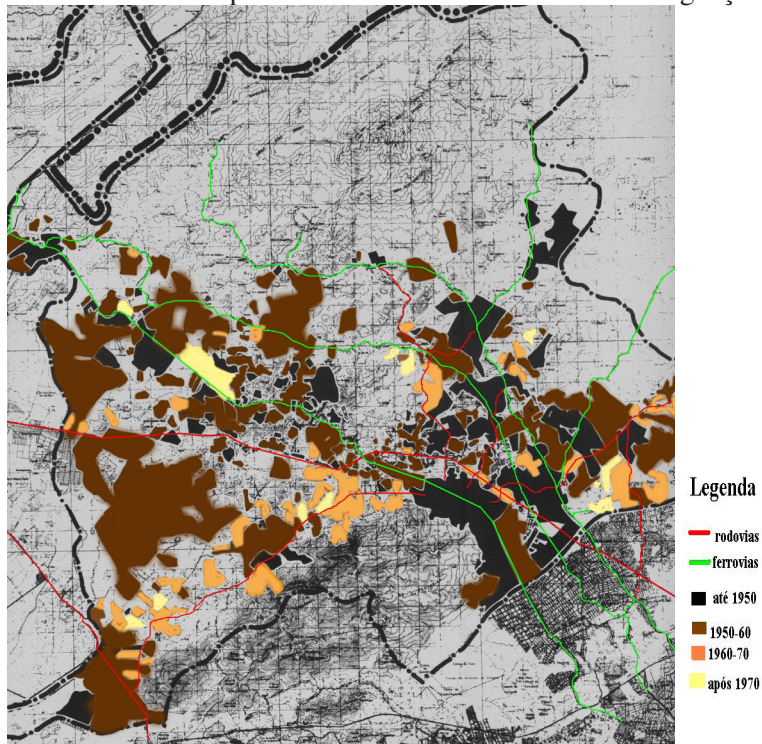
O parcelamento da terra em Nova Iguaçu aumenta de intensidade a partir do final da década de 1940. Nesse período, o processo inicialmente se dá de forma individualizada e aleatória com a venda de partes, ou de toda chácara, em geral localizadas próximas a estação. Há também a construção de casas individuais ou de vilas de casas, para alugar ou vender, nos terrenos em que os laranjais foram erradicados. O crescimento da mancha urbana implica na ampliação sucessiva do perímetro urbano (Soares, 1962). Esse tipo de parcelamento deu origem a uma paisagem extremamente variada no período com a presença de casas em grandes terrenos ao lado de pequenas fileiras de casas e vilas, entremeadas de pequenos prédios comerciais e terrenos vazios.

A construção das linhas de transmissão da Light em 1938 vai seccionar esse pequeno núcleo urbano, criando um trecho, entre a via férrea e estas linhas, que se tornará uma área predominantemente de negócios, com a concentração da maior parte do comércio e dos serviços e até indústrias. Mais tarde, em 1951, a construção da Rodovia Presidente Dutra, vai seccionar novamente o núcleo urbano, gerando uma valorização da área entre esta e as linhas da Light, o que servirá para expulsar, paulatinamente, as indústrias e a população pobre deste perímetro, tornando-o um espaço ocupado majoritariamente pela classe média. Esse zoneamento não oficial irá perdurar até 1996-1997 quando são construídos o Top Shopping e a Via Light, iniciando um, ainda hoje em 2007, tímido processo de expansão dos negócios para este trecho.

A partir da década de 1950, os loteamentos populares, então, se espalharão pela área além da Via Dutra e ao longo das estradas vicinais construídas para o transporte da laranja até a estação, seguindo a lógica perversa da ocupação aos saltos, gerando imensos vazios entre eles, alguns até hoje não

ocupados (mapa 7).

Mapa 7: Parcelamento da terra em Nova Iguaçu



Fonte: Fundrem, 1977, modificado pelo autor, 2006

Desse modo a urbanização avança aceleradamente em Nova Iguaçu, incorporando terras ociosas a mancha urbana da cidade. Todavia, à medida que essa ocupação será realizada por pessoas muito pobres e que para elas não haverá qualquer tipo de política habitacional verificamos que ela só foi possível com a adoção do processo de produção da casa através da autoconstrução.

O terceiro elemento: a autoconstrução

Ao analisarmos o processo de produção do espaço dos subúrbios e da Baixada Fluminense através dos loteamentos populares que seguem os trilhos das ferrovias, temos a dimensão de como aconteceu o parcelamento da terra nestas frações do espaço metropolitano. Contudo, é necessário investigar como esta terra foi efetivamente ocupada, à medida que o capital imobiliário vai se ocupar de uma parcela ínfima da produção de moradias nesta região pelo menos no período de 1900 a 1970. O Estado, em suas múltiplas instâncias,

principalmente na Baixada Fluminense, também não será um grande produtor de moradia, já que podemos “contar nos dedos” os conjuntos habitacionais construídos, ou mesmo financiados pelo Estado ou seus agentes, que fossem voltados para a população de baixa renda. Desse modo, ferrovia e loteamento, precisam de um processo de produção de moradia barato e relativamente eficaz para serem viáveis. Esse processo é a autoconstrução.

Esta forma de produzir a moradia vinha sendo utilizada em larga escala no meio rural brasileiro desde os primórdios da colonização e nas favelas urbanas desde o fim do século XIX. Em trabalho anterior, já havíamos definido o conceito de autoconstrução como “o processo pelo qual o trabalhador e sua família, sozinhos, ou com ajuda de terceiros, executam toda ou grande parte da tarefa de edificar a sua própria casa” (Simões, 1993, 51). Este é um modelo de construção que utiliza relações sociais não capitalistas para produzir uma mercadoria especial que é a habitação.

O fato da autoconstrução se utilizar de relações não capitalistas não significa que ela não esteja integrada ao sistema, pelo contrário. Em primeiro lugar o resultado final, a casa, possui um valor de troca no sub-mercado imobiliário que surge nestes espaços, à medida que pode ser vendida em qualquer uma das etapas do seu processo de produção. Em segundo lugar, quase todo o material de construção, tijolos, cimento, areia, ferragens e acabamento, é comprado no mercado capitalista e produzido, na sua maior parte, por empresas capitalistas, embora essas transações comerciais possam se estabelecer em sub-mercados ou mercados informais. Em qualquer um dos casos, a maioria enseja trocas monetarizadas, o que exige a circulação do equivalente geral nestas trocas, ou seja dinheiro.

Em terceiro lugar, em função dessa segunda característica que é a de exigir trocas monetárias, é necessário afirmar que, quem se utiliza da autoconstrução não é somente a parcela excluída do sistema capitalista, mas sim “uma massa maciçamente assalariada e perfeitamente integrada numa economia urbana, industrial e capitalista” (Maricato, 1979, 73), que se utiliza de expedientes não capitalistas “porque não lhe resta outra alternativa, já que não tem condições de comprar esses produtos” (idem, 74). Assim, “a autoconstrução é uma forma não capitalista de aquisição de moradia daqueles que se inserem no sistema somente como produtores e quase nunca como consumidores” (Simões, 1993, 52).

Esta ambígua relação com o sistema capitalista só é entendida quando contextualizada no modelo econômico adotado no Brasil. Se inicialmente, até a década de 1920 a autoconstrução era uma solução individual dos mais pobres e era, proporcionalmente no meio urbano, de pequena importância, a partir dos anos de 1930 e, principalmente no pós-II Guerra, ela passa ser fundamental para

o funcionamento do modelo.

Aparentemente, a autoconstrução é um resquício de estruturas econômicas pretéritas, vista como uma forma pré-capitalista de adquirir uma habitação. No entanto, a sua permanência no sistema capitalista até os dias de hoje, em pleno século XXI, só é possível porque as condições estruturais, sociais e econômicas deste sistema permitem e exigem, logo, ela tem de ser vista como a solução principal para acomodar os pobres na cidade, inerente ao modelo do desenvolvimento capitalista dependente brasileiro e não como uma forma passageira e marginal de produção da habitação. É uma das formas encontradas para garantir a sobrevivência dos mais pobres em meio a um modelo excludente e concentrador de renda e serviços.

O funcionamento do mercado para os ricos e a classe média será detalhado mais tarde até porque, atualmente esta é a forma predominante de produção nos núcleos dos municípios da Baixada Fluminense, mas a continuidade da autoconstrução nas periferias e favelas destes municípios e do Rio de Janeiro, faz com que sua análise seja necessária, buscando verificar as condições que propiciaram o seu surgimento, a sua consolidação e a sua permanência no Brasil e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Antes de tudo, a opção pela autoconstrução é causada pela insuficiência da renda do trabalhador de arcar com os custos da compra de uma habitação no mercado formal, embora esta seja uma necessidade de primeira hora, ainda mais porque “numa situação de salários achatados e insuficientes para pagar aluguéis e (...) em que o emprego é difícil de se obter e manter (...) e a propriedade da moradia é, sem dúvida, uma garantia de abrigo” (Lima, 1980, 76).

Aliado a isto, vem à falta de mecanismos de financiamento e construção de moradias para os mais pobres e mesmo para uma classe média empobrecida, por parte do Estado e, muito menos ainda, por parte da iniciativa privada.

O modelo de autoconstrução é bastante simples, embora se desenvolva por um longo período e tenha algumas etapas bastante complexas. Em primeiro lugar é necessário preparar o terreno, muitas vezes isso requer aterramentos ou cortes em encostas, já que muitas vezes esses loteamentos são realizados em terrenos alagadiços ou de topografia acidentada. Esse momento pode exigir a ajuda de terceiros e a compra de material a ser utilizado no aterro, mas também é comum ter ajuda nesses casos, quando um amigo empresta ferramentas ou um caminhão para buscar a terra necessária.

Em segundo lugar, se realiza a construção das fundações da casa, nessa etapa é necessário uma assessoria de pessoas com maior experiência na construção civil, em geral, um amigo pedreiro ou mestre de obras, quando o próprio morador não possui experiência anterior neste setor. Isto se faz

necessário no sentido de garantir uma base sólida para a construção, à medida que é comum a posterior construção de andares adicionais para os filhos que se casam ou para a construção de casas ou quartos para alugar. Além disso, essa assessoria poupa trabalho e material de construção, dois itens que essenciais para construção e que não podem ser desperdiçados.

É comum nessa fase construir, nos fundo do terreno ou no local onde será construída a casa, um barraco, de madeira ou alvenaria, para guardar o material ou utilizá-lo como abrigo provisório. Neste segundo caso, o mesmo é composto, em geral, de um cômodo e um improvisado banheiro coberto com telhas baratas. Concluída a construção dessa moradia provisória, ocorre “o mais rápido possível, a mudança para o terreno, para se eliminar o custo do aluguel” (Simões, 1993, 57).

O processo de produção da casa, a partir de então, se desenvolverá ao longo dos anos de acordo com a disponibilidade de dinheiro e de tempo do trabalhador e da sua família, em geral trabalhando na construção da casa nos finais de semana e em etapas intermitentes. Nos momentos de maior necessidade de trabalho recorre-se a parentes e amigos para auxiliar nas tarefas mais pesadas como a produção das fundações e da laje. Com isso cria-se uma rede de “compromisso de troca de favores, em bases bastante espontâneas, apesar de ditadas pela necessidade” (Maricato, 1979, 71).

Esta estratégia de ajuda externa também possui suas limitações pois implica, para o autoconstrutor, em gastos monetários e disponibilidade de tempo para retribuir a ajuda recebida, pois como afirma Lima

“além da relação de amizade muito forte, há regras especiais, que extrapolam o código que orienta as redes de troca de trabalho e que vão regular um verdadeiro pacto de ajuda mútua contínua com duas regras que definem as obrigações principais de quem recebe ajuda. A primeira delas é ao oferecimento da alimentação e da bebida aos que estão trabalhando como sendo obrigação do dono da casa e a segunda está relacionada com o compromisso sagrado de atender pelo menos na mesma medida as solicitações de trabalho daqueles que trabalharam em sua casa” (Lima, 1980, 87).

Assim, a casa vai sendo construída aos poucos e na medida das disponibilidades citadas acima. A partir do embrião inicial se desenvolve a produção das outras dependências, com a construção de salas, cozinhas, quartos e varandas. É bastante comum a construção de novas casas para filhos que se casam, seja no andar de cima, seja em outra parte do terreno, com isso vai se aumentando a densidade demográfica e a taxa de ocupação dos terrenos, ocorrendo

o congestionamento habitacional, a co-habitação familiar, insalubridade e a iluminação precária (Maricato, op cit, 91) Assim, esses “bairros se assemelham a um canteiro de obras que mantém essas características por muitos anos” (idem, 87).

Mesmo com esses problemas de exagerado adensamento, é interessante notar que existe uma preocupação dos moradores em preservar o quintal, em geral arborizado, por ser o espaço preferencial da sociabilidade local. É nele que se realizam as festas e confraternizações e as crianças podem se divertir com mais segurança e sob a vigilância da família, ainda mais em bairros onde a falta de espaços públicos e a violência latente tornam a rua pouco atraente.

Como nem todas as famílias tem as mesmas condições financeiras ou de disponibilidade de tempo, observa-se nos bairros autoconstruídos, principalmente nos mais recentes, uma diversidade de graus de construção e acabamento, existindo desde casas de um só cômodo em tijolo aparente até casas de mais de um andar com esquadrias de alumínio e telhados coloniais. Nos bairros mais antigos, em geral há uma padronização deste grau de terminalidade e a maioria das casas se assemelha, com exceção de uma ou outra mais bem acabada ou precária, isto faz com que muitas vezes não se perceba mais na paisagem o processo de produção pela autoconstrução que deu origem ao bairro.

É comum nesses bairros se formar, desde o seu surgimento, um submercado imobiliário de compra e venda de casas acabadas ou em construção. Todo morador sabe que a moradia possui além de um valor de uso inestimável, um valor de troca que pode ser disponibilizado de acordo com a situação pois

“ninguém ignora que ao produzir a sua própria casa, também está se obtendo um patrimônio (...) e até o mais trabalho seja considerado um tipo de acumulação primitiva indispensável à obtenção de um bem que todos sabem que tem um valor de troca e que efetivamente pode ser explorado ou trocado no mercado moderno” (Santos, C. N., 1980, 37).

A venda da casa autoconstruída, embora não muito freqüente, pode ocorrer em situações distintas. Uma delas acontece quando a família ascende socialmente e vende a casa para se mudar para bairros com melhor qualidade de vida. Uma segunda situação é aquela em que a família empobrecida ou em dificuldades financeiras vende a casa em um bairro mais consolidado e começa tudo de novo em bairros mais afastados onde os terrenos são mais baratos.

O terceiro caso, se refere a uma situação de valorização do bairro e a sua captura pelo mercado imobiliário formal. Assim há um aumento da fiscalização da legislação de parcelamento e edificação que dificulta a continuidade das

práticas de autoconstrução, que poderiam possibilitar a produção de casas para os filhos, além disso, em geral há um aumento dos impostos que se não chega a inviabilizar a moradia nestes bairros pode criar problemas no orçamento doméstico. Todavia a principal motivação para a venda está na pressão exercida pelo aumento do preço do solo urbano nestes locais. Quando os preços chegam a valores relativamente altos para os padrões de renda dos moradores fica muito difícil resistir a estas ofertas. Na contabilidade do morador passa a ser viável vender a casa, se capitalizar, comprar outra casa ou terreno em bairros menos valorizados e ainda sair com um reserva de capital.

Em geral só se vende a casa em situações limites, quando as possibilidades de resistência se esgotam, principalmente porque o processo de valorização do bairro, com raras exceções, não é suficiente para vender a casa e ir para um bairro melhor. Na maioria das vezes em que se vende a casa é para ir para um bairro de pior qualidade de vida. Outra razão bastante forte é a preservação do terreno para futuras construções e ampliações para os filhos, onde isso ainda é possível, principalmente por que se sabe que as condições que permitiram aos moradores comprar estes terrenos não se repetirão naqueles bairros, somente em lugares mais distantes e precários. Assim o terreno passa a ser uma reserva de valor para as gerações futuras.

Outro problema é a contabilidade do real custo de produção da casa. Existem custos que são difíceis de serem monetarizados, como a dilapidação da força de trabalho oriunda do desgaste físico provocado pelo sobretrabalho na produção das casas e na extensão da jornada de trabalho para aumentar a renda para comprar material de construção. Decididamente, esse custo não pode ser repassado para o comprador. Como já afirmamos em trabalho anterior “enfim, num cálculo econômico popular, a relação custo-benefício não incentiva a comercialização, pois há uma supervalorização do valor de uso da moradia com relação ao valor de troca da edificação” (Simões, 1993, 56).

A autoconstrução deve, portanto, ser entendida muito mais como um processo coletivo do que uma escolha individual, tanto em função da amplitude de seu uso, como pela sua capacidade de gerar redes de trabalho coletivo. As observações empíricas e os estudos sobre a produção do espaço nas periferias das metrópoles demonstram que não é somente a casa que é autoconstruída, na ausência do poder público, uma boa parte dos equipamentos de uso coletivo também são autoconstruídos pelos próprios moradores em mutirões.

A autoconstrução dos bairros

Conforme havíamos verificado em trabalho anterior,

“a autoconstrução vai deixar de ser uma solução individual

compartilhada por pessoas em condições assemelhadas para se tornar uma alternativa escolhida por um coletivo, realizada de forma sistematizada, nas ocupações coletivas e seus subsequentes mutirões que se espalham em terrenos ociosos das metrópoles” (Simões, 1993, 72).

Assim a autoconstrução pode vir a ser o embrião de movimentos sociais mais organizados, como os das associações de moradores que deram origem ao MAB no final dos anos de 1970 na Baixada Fluminense. Este processo não é automático e mecânico e muitos mutirões se esgotam quando do fim das obras para qual se organizaram, mas

“é inegável que a autoconstrução enseja processos coletivos de organização (...) exigindo uma rede de solidariedade, induzida ou não, que implica em vários momentos de trabalho coletivo e onde o resultado final é efetivamente apropriado por todos os envolvidos” (Simões, 1993, 71).

A utilização da autoconstrução para a produção de outros bens que não somente a casa, já era percebida por vários autores já na década de 1970 pois como afirma Maricato “é freqüente observar aos sábados e domingos, em bairros que não contam com calçamento, moradores se organizarem para melhorar ruas, caminhos de acesso, pontes, etc.” (1979, 91).

No bairro estudado por Simões na periferia de Nova Iguaçu esse processo foi bastante visível pois

“a primeira obra coletiva é a própria rua, já que estas não passavam de riscos no chão, onde um trator havia raspado alguns centímetros de mato e solo. Com o tempo foi necessário criar uma improvisada rede de esgoto e águas pluviais, sob a forma de valas (...) em algumas partes estas foram manilhadas, deixando de correr a céu aberto” (1993, 65).

Com o tempo surgem outras necessidades e novas intervenções “a eletricidade foi conseguida através de ‘gatos’, instalações clandestinas na rede pública que passava próximo ao bairro (...) o mesmo acontecendo em relação água, ligada também de forma clandestina a rede da CEDAE” (idem, 66).

Sem idealizarmos este tipo de movimento “percebe-se a importância deste para a sobrevivência nos bairros autoconstruídos, onde sem um mínimo de organização e trabalho coletivo é praticamente impossível de se viver. A criação de processos de construção coletiva é vital para a vida na periferia, mesmo em condições abaixo da crítica” (Simões, 1993, 66-67).

Para finalizar é preciso dizer que os moradores melhoram a sua qualidade de vida através da autoconstrução, embora a duras penas e eximindo o capital e

o estado de suas obrigações. Contudo é nesse processo que

“por meio de práticas não pressupostas e, na maioria dos casos, nem se que percebidas que são transformadas desvantagens em vantagens e que se realiza o milagre do surgimento de poderes contra-hegemônicos entre aqueles que a primeira vista, não passam de agentes passivos e oprimidos” (Santos, CN, 1981, 236).

O preço pago pela elite de Nova Iguaçu para o abandono destes bairros foi o surgimento de movimentos organizados que se engajarão na luta pelas emancipações da década de 1980, embora nem todas serão bem sucedidas.

O processo de urbanização dos demais distritos

Durante duas décadas a citricultura serviu como um impedimento ao processo de urbanização e a incorporação de grande parte de Nova Iguaçu à metrópole carioca, que havia detido a sua expansão sobre a Baixada no rio Sarapuí, que separava o distrito sede dos distritos já urbanizados. Se mesmo as localidades de Belford Roxo e Mesquita, bem próximos a estes distritos urbanizados permaneciam como insignificantes paradas de trem, o que dirá as mais distantes que ficavam além da estação de Nova Iguaçu, como é o caso de Queimados e Japeri.

No entanto, tal qual nos primeiros distritos emancipados, a urbanização significou captura destes locais a dinâmica metropolitana e o surgimento de grupos sócio-econômicos e políticos locais que se vinculavam muito mais a metrópole do que a Nova Iguaçu e, se não eliminando, pelo menos, diminuindo a importância do centro de Nova Iguaçu como provedor de empregos, bens e serviços.

Assim como nos caso anteriores, o trem terá esse papel fundamental. É ele que permite a ocupação de caráter urbano dessas localidades, principalmente as mais afastadas. Para isso contribuiu, sobremaneira, a adoção da tarifa única e a eletrificação do ramal de Japeri da EFCB adotada, gradualmente, a partir do final da década de 1930. A primeira etapa da eletrificação foi concluída em 1937 com a chegada dos trens elétricos até Madureira, no ano seguinte chega a Nova Iguaçu, juntamente com a tarifa única e somente em 1943 é concluída a extensão da rede até Japeri (Macedo, 2004). Esse processo de ocupação específico destes distritos será mais detalhado quando da análise dos processos de emancipação, à medida que o processo mais geral é similar ao de Nova Iguaçu, ou seja, através da autoconstrução em loteamentos populares.

Para finalizar, devemos reafirmar a relação existente entre o processo de desenvolvimento econômico e reestruturação sócio-espacial do país e da

metrópole carioca com o modelo de ocupação da Baixada Fluminense. Nessa, os arranjos sociais e espaciais darão origem a uma estrutura sócio-espacial local que irá criar um quadro político de conflitos e articulações, entre os grupos políticos territorialmente identificados com suas localidades, o que irá fomentar os movimentos emancipacionistas que levarão a fragmentação do município de Nova Iguaçu.



Capítulo III

O PROCESSO DE EMANCIPAÇÕES MUNICIPAIS: PODER LOCAL E AS ARTICULAÇÕES ESCALARES

Introdução

A fragmentação do território em novas unidades é um processo que reflete o desenvolvimento histórico, econômico e político de uma sociedade e também é, em última instância, uma organização territorial do poder, que define “quem” manda até “onde”. Delimitar territórios significa demarcar área de atuação e influência de cada fração de classe dominante num determinado espaço, onde, por certo, ocorrerão os conflitos entre classes e frações de classe que coabitam dentro desses limites, o que pode levar à novas delimitações e arranjos políticos.

Estamos falando de articulações político-territoriais que exprimem uma relação de poder entre as diversas instâncias da sociedade. Assim, a quantidade e qualidade das subdivisões, as parcelas de poder que cada uma possui e as relações verticais e horizontais que se estabelecem entre elas, dependem do resultado momentâneo do jogo de forças que se instala entre os grupos políticos que se formam em cada momento e contexto histórico.

Assim, verificamos ao longo da história do país, surtos de fracionamento territorial alternados com períodos de lentidão e/ou congelamento do surgimento de novas unidades político-administrativas. Isto vale tanto para os municípios quanto para os estados, embora as diferenças entre estes não sejam somente de escala, pois remetem a estruturas e relações de poder bem mais complexas.

Podemos então perceber uma coincidência entre os surtos de emancipações com momentos democráticos e/ou de rearranjos das relações entre as forças políticas. Quando há uma consolidação de um grupo hegemônico ou a instalação de um regime autoritário, há uma centralização de poder e a fragmentação territorial cessa e/ou passa a caminhar a passos bastante lentos. A exceção a essa regra talvez seja o momento atual, iniciado em 1997, que associa plenitude democrática e congelamento das emancipações. Talvez seja um período de “ressaca” política após um período de “embriaguez” democrática que levou a abusos nos processos de emancipações que fizeram com que se “pisasse no freio” para repensar o papel dos municípios na organização federativa do país.

Fragmentação territorial no Brasil: da criação de vilas e cidades às emancipações municipais.

Como afirmamos anteriormente, a divisão do território em novas unidades reflete o momento político e o jogo de forças de cada momento histórico, associado, é claro, ao desenvolvimento econômico e social do período em questão, que define a força política de cada classe ou fração de classe em determinada fração do território. Isto explica as diferenças na evolução da malha

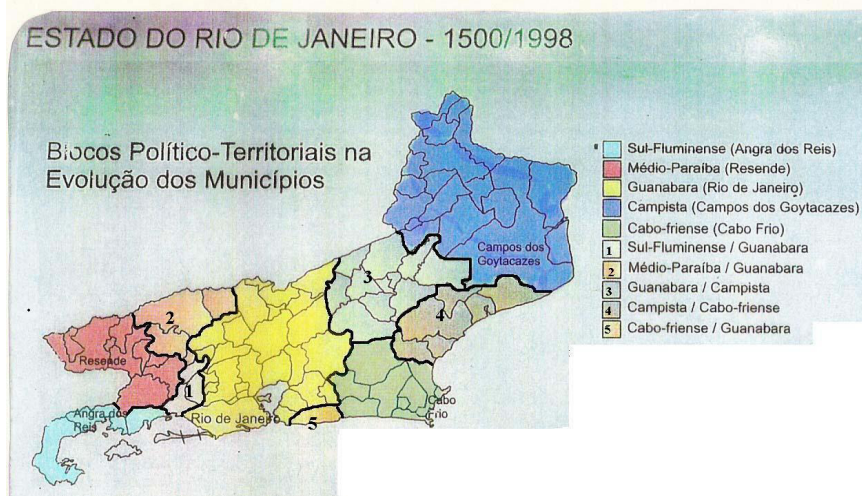
territorial em vários pontos do país.

Obviamente, as áreas mais dinâmicas e/ou mais densamente povoadas possuem um retalhamento político-administrativo mais intenso e que ocorre com maior velocidade do que as áreas despovoadas ou estagnadas economicamente, e isto é válido em cada momento histórico. Mesmo assim pode haver aparentes contradições, quando uma área pouco se subdivida em momentos históricos de aceleração da fragmentação. A explicação pode ser dada por uma conjuntura política local mais centralizadora ou pela falta de dinamismo local que permita aproveitar o momento propício de reestruturação da ordenação político-administrativa. Esta segunda hipótese parece ser o caso, só para dar o exemplo, do ciclo do ouro em que se multiplicou a quantidade de vilas e cidades em Minas Gerais e não fez nascer praticamente nenhuma vila no Rio de Janeiro. Vejamos então como se deu o fracionamento do território em cada momento específico ao longo da história da ocupação do espaço brasileiro e, principalmente, do que se tornará o Estado do Rio de Janeiro.

No início da colonização até 1720, há uma divisão baseada nas capitânias e um rígido controle por parte da Coroa portuguesa com relação ao surgimento de novas vilas e cidades, com uma série de exigências que dificultavam, e muito, a elevação de um povoado a vila. Percebemos também uma forte influência da Igreja neste período pois um dos pré-requisitos para instalação de vilas era a existência de uma igreja matriz e ser sede de uma freguesia. Além disso, era necessário construir uma câmara e uma cadeia, para que, finalmente, o povoado recebesse, através de uma Carta Régia, alvará ou ato de ereção, o título de vila e o pelourinho, símbolo dessa condição (Fávero, 2004). Nos atos de criação das vilas vinham discriminados os seus componentes espaciais, ou seja, a sua área de uso público (rossio) e o Termo, que continha o conjunto de povoados e freguesias subordinadas a esta vila, ou seja, a área do município.

É interessante notar que os termos, vila e cidade, são empregados no lugar de município, embora tenham o espírito deste. O próprio uso do termo “cidade” tem muito mais uma função honorífica do que um significado de fundamento hierárquico do ponto de vista administrativo ou de tamanho. O termo “município”, como sendo a área sob controle de uma vila ou cidade, só aparece em 1828 quando da elaboração dos regimentos das Câmaras Municipais.

Mapa 8 - Blocos político-territoriais do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: CIDE, 1997, modificado pelo autor, 2006

No caso do Estado do Rio de Janeiro, o número de vilas era extremamente pequeno até o século XIX. Isto se explica pela colonização concentrada em poucos pontos do litoral, a presença da Serra do Mar que inibiu a ocupação do planalto fluminense e o rígido controle da Coroa Portuguesa na autorização para a fundação de novas povoações. Sendo assim, chega-se a esse século com apenas oito vilas ou cidades, sendo que quase cem anos separam a criação das duas últimas (CIDE, 1993 e Noronha, 1997). Essas vilas, são consideradas como municípios originários (Fávero, 2004) e é a partir do fracionamento desses que surgirão os novos municípios, assim podemos delimitar o que chamamos de blocos político-territoriais do Estado do Rio de Janeiro (CIDE, 1993). No Estado do Rio de Janeiro temos como municípios originários: Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Resende, Cabo Frio e Campos dos Goytacazes (mapa 8).

Com relação à localização espacial e o período em que ocorreram a criação dos novos municípios (mapa 9), podemos perceber que as vilas e cidades fundadas período colonial possuem uma localização litorânea, com exceção de Santo Antonio de Sá (atual Cachoeiras de Macacu) um pouco mais para o interior. Isto deixa claro a função destas povoações no contexto de um economia exportadora. As emancipações ocorridas até o fim do vice-reinado ainda refletem esta lógica onde as vilas também se localizam no litoral, com exceção de duas vilas serranas: Nova Friburgo onde esse instalou uma colônia suíça e Resende, onde o café iniciou a sua marcha no Vale do Paraíba.

No primeiro reinado do Império as indefinições paralisaram o processo

novos municípios estavam localizados no Médio Vale do Paraíba, onde o café estava definitivamente instalado ou nas rotas do por onde o café era escoado, como é o caso de Iguassú e, com menor importância, Itaboraí.

Do início do segundo Reinado até o final do Império verifica-se o surgimento de novos municípios em função da marcha do café, tanto no planalto quanto nas baixadas litorâneas, demonstrando claramente uma relação entre a fragmentação do território com o adensamento populacional e o crescente poderio dos barões do café, que pressionavam para a elevação dos povoados criados por eles à condição de vila.

Nos primeiros anos da República houve um verdadeiro “boom” de fragmentação, paradoxalmente no baixo Vale do Paraíba, justamente no período de decadência do café nessa região. Essas emancipações possuíam, na maioria dos casos, um caráter eminentemente político, pois “situacionistas e oposicionistas travaram acirradas disputas no cenário político do Rio de Janeiro, o que concorreu para, num curto espaço de tempo, inúmeras emancipações, algumas anuladas logo em seguida” (CIDE, 1993, 90). Cada um desses grupos, que se alternaram no poder neste curto período, criava municípios nas decadentes vilas de aliados políticos, quando o outro grupo chegava ao poder fazia o mesmo, criando municípios que até os dias de hoje, na maioria dos casos, são marcados pela estagnação econômica

De 1889 a 1893 foram criados 11 municípios, mas a partir deste ano até o final da República Velha não surgiu nenhum outro, o que demonstra uma acomodação de interesses políticos no período, ao mesmo tempo em que o interior do Estado entra num processo de estagnação econômica que torna mais viável a extinção do que a criação de novos municípios.

Entretanto, nas áreas próximas ao Rio de Janeiro, principalmente na Baixada Fluminense, o acelerado crescimento demográfico e as rápidas transformações econômicas e sociais vão fazer surgir os primeiros movimentos no sentido de redefinição dos arranjos político-administrativos. Num primeiro momento há a criação de novos distritos e mudança de nome e sede em alguns. A revolução de 1930 e a instalação do Estado Novo vão frear estes movimentos e os desmembramentos praticamente cessam. Entre 1930 e 37 apenas Miracema é transformada em município em 1935.

No período do Estado Novo a centralização do poder nas mãos do Governo Federal e dos interventores designados por Vargas, caso do Rio de Janeiro o próprio genro, Amaral Peixoto, vão sufocar os movimentos emancipatórios de caráter popular. No entanto a partir de um projeto de afirmação política por meio do controle do território, surge neste período um conjunto de medidas como os decretos - leis 311/1938, 1202/1938 e 3559/1941, que transferem para

o governo federal a responsabilidade redefinir divisão do território em unidades municipais e distritais ou subordinam as medidas estaduais a aprovação do governo central (Souza, 2002). Finalmente o decreto-Lei 1055/43 criou novos municípios no Estado do Rio de Janeiro, sob o controle do governo estadual e do seu interventor. Assim são criados mais dois municípios, Cordeiro e Duque de Caxias na Baixada Fluminense. Ainda no Estado Novo surgem Bom Jesus do Itabapoana e Três Rios

A queda de Vargas e o fim do Estado Novo abriram caminhos para uma abertura democrática e uma nova constituição em 1946. Nessa há uma mudança no sistema federativo e se criam maiores facilidades para a criação de novos municípios. O resultado é o surgimento de 11 novas unidades administrativas no Estado, concentradas nos antigos municípios do café, principalmente Vassouras e Itaperuna, que perdem força e vêem seus distritos se desenvolverem e ganharem importância. O último deles, foi Engenheiro Paulo de Frontin, em janeiro de 1964, pouco antes do golpe militar de março.

No regime militar, simplesmente não houve emancipações. Nem tanto pela legislação, que não era tão restritiva assim, mas muito mais pela repressão aos movimentos organizados de qualquer tipo, que eram todos jogados numa vala comum, de ameaça a “segurança nacional”. Desse modo, poucos se aventuraram a reivindicar o que quer seja, mesmo uma simples emancipação.

A prova deste fato é que após a instalação da nova república em 1985, ainda sob as regras da Constituição de 1967 e da emenda de 1969, surgiram vários movimentos emancipatórios que tiveram êxito. O primeiro deles foi Arraial do Cabo em 1985, instalado em 1986 juntamente com Italva, a qual se seguiram mais quatro até a entrada em vigor da nova constituição de 1988. O que proporcionou estas emancipações não foi a mudança na lei mas sim de ambiente, agora mais propício para o surgimento de movimentos sociais. Assim, as novas emancipações não são fruto somente de legalismos, pois “a gênese deste ciclo está na redemocratização do país e não na constituição de 1988 (...) pois não era de subsídio legal que se necessitava, mas de situações de fato, possíveis apenas nos regimes democráticos” (Noronha, 1997, 56).

O argumento anterior não invalida a constatação de que a Constituição de 1988 facilitou os processos de emancipações, nem que houve abusos em alguns lugares. Este não parece ter sido o caso do Estado do Rio de Janeiro, onde se pode questionar o caráter popular das emancipações nos casos de Aperibé, Armação de Búzios e Porto Real devido à existência de irregularidades nos processos e a uma falta de legitimidade, que torna esses casos muitos mais próximos de arranjos políticos “por cima” do que de legítimas reivindicações populares (Noronha, 1997).

O período pós-88 durou pouco mas foi bastante interessante. Entre a sua promulgação, regulamentação e o estancamento dos processos de emancipação após a entrada em vigor da Emenda Constitucional no 15 de 1996, ocorreram entre 1993 e 1997, o surgimento no Estado do Rio de Janeiro de 21 novos municípios numa versão brasileira do “gerrymandering” norte americano. Depois deste período somente Mesquita conseguiu se emancipar, assim mesmo após um longo processo judicial que questionou o resultado do plebiscito de 1995 (Noronha, 1997 e Silva, MFS, 2005).

A partir de então nenhum outro município conseguiu sequer, marcar o plebiscito em que sua população seria consultada, inclusive aqueles em que o processo foi encaminhado anteriormente à entrada em vigor da emenda. Segundo Noronha (1997), 13 processos estavam em tramitação na Assembléia Legislativa em abril de 1997 e cerca de 45 distritos ou similares atendiam aos requisitos mínimos e condições legais para a emancipação e não podem nem tentar, o que demonstra um desrespeito a vontade popular jamais vista em contextos democráticos.

Somente nos períodos mais autoritários da nossa história se viu tamanha desconsideração aos direitos coletivos adquiridos. Tudo isso em nome de uma racionalidade administrativa e uma pseudo-democratização dos processos. Devido a polêmica que este debate suscita retomaremos essa discussão um pouco mais frente. O balanço final que se faz é que o processo de fragmentação do Estado do Rio de Janeiro está suspenso, mas não eliminou as legítimas demandas de populações que aguardam o momento de se pronunciarem sobre o seu desejo de conduzir, na medida do possível, os seus próprios destinos.

A prova disso é a crescente insatisfação de diversos distritos diante da incapacidade ou falta de vontade política, das prefeituras atuais em dotar estas localidades de um mínimo de serviços que garantam uma qualidade de vida digna. Voltaremos a este tema em momento posterior, passaremos agora a analisar com detalhes os casos de emancipações ocorridos na Baixada Fluminense, que é um dos objetivos centrais desse livro.

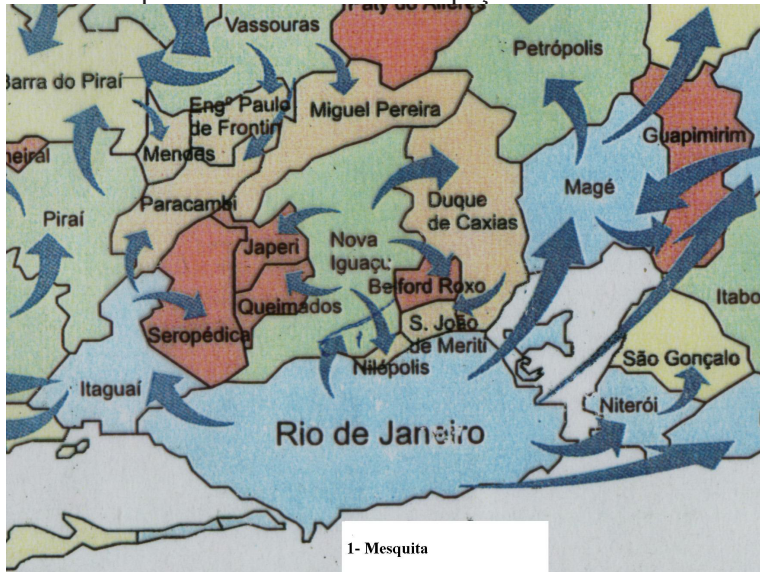
Emancipações na Baixada Fluminense

O marco inicial da fragmentação da Baixada Fluminense pode ser considerado a criação da vila de Magé em 1789, do qual mais tarde surgirá em 1846, o já extinto município de Estrela. Em 1833 é criada a vila de Iguassu, desmembrada do Rio de Janeiro num contexto de redefinição territorial da província. Essas duas vilas, Iguassu e Estrela, serão os embriões dos demais municípios da Baixada.

O processo de desenvolvimento econômico e adensamento

populacional irão criar novos núcleos urbanos que, com o tempo, conseguem as suas emancipações, fragmentando intensamente estes dois municípios, principalmente Nova Iguaçu, que deu origem a outros sete municípios. A partir de agora vamos analisar detalhadamente os processos de emancipação de cada um dos municípios oriundos de Nova Iguaçu, procurando compreender as motivações, os arranjos políticos e o processo de incorporação da população á luta pela autonomia político-administrativa.

Mapa 10: Detalhe das emancipações na Baixada



Fonte: CIDE, 1997, adaptado pelo autor, 2006

Duque de Caxias e o Estado Novo

A emancipação de Duque de Caxias, no último dia de 1943, em meio ao conturbado ambiente do Estado Novo a partir de um Decreto Lei, o de número 1055, do então interventor estadual Amaral Peixoto, é objeto de discussão até os dias de hoje. O que se procura entender é a natureza dos verdadeiros motivos que levaram o interventor a tomar tal medida e o papel dos grupos de interesse e figuras políticas locais neste ato. Para tentar responder a essas questões faremos uma análise das transformações econômicas, espaciais e políticas ocorridas na Baixada Fluminense no período que antecedeu a essa emancipação.

Como vimos anteriormente, o núcleo original de Duque de Caxias, Merity, era uma insignificante estação ferroviária no início do século XX cercada por uma decadente área rural, dominada por uma também decadente elite rural,

cada vez mais absenteísta. Nesse período os barões do século XIX já haviam sido definitivamente afastados da cena política com o advento da República dando lugar aos coronéis e comendadores, ainda intimamente ligados ao poder rural. É nesse ambiente que emerge o conflito entre as camadas mais conservadoras do Conselheiro Paulino e o nascente grupo reformista representado no Rio de Janeiro por Alberto Torres e, principalmente, Nilo Peçanha.

A trajetória de Nilo Peçanha, de presidente do Estado do Rio a presidente da República, baseou-se no apoio das elites rurais fluminenses menos retrógradas, que se beneficiaram de projetos de saneamento e de apoio à diversificação agrícola, em especial na Baixada Fluminense, mais especificamente em Nova Iguaçu, onde se estabeleceu uma forte citricultura no período que vai de 1900 a 1940. Nesse núcleo, formou-se uma elite econômica vinculada a produção, comercialização e exportação da laranja que aos poucos se transformou numa elite política (Alves, JCS, 2003).

Em Merity, Nilópolis e em São João, povoações fronteiriças ao Distrito Federal, as obras de saneamento serão apropriadas para outro uso, o loteamento popular. Desse modo, a elite que se forma nesse local terá uma composição diferente da sede do município, se desvinculando gradativamente das atividades rurais e se incorporando a uma lógica de acumulação nitidamente urbana. O tecido social se torna mais complexo com a chegada maciça de migrantes que se tornam a mão de obra barata das atividades urbanas locais e do núcleo metropolitano. Entretanto, é no seio desta massa que emergirão novas lideranças, cujo melhor exemplo talvez seja Tenório Cavalcanti, que farão contraponto as elites tradicionais locais.

A revolução de 1930 mexe sensivelmente com o jogo do poder na Baixada Fluminense. De um lado temos a consolidação da elite citricultora em Nova Iguaçu representando os interesses de uma moderna, para o período em questão, oligarquia de base agrária, que contará com certo apoio dos governos revolucionários que se instalam no período, mas que sofrerá oposição dos novos grupos que surgem nos núcleos em processo de urbanização.

Podemos considerar que o primeiro movimento de afirmação do poder local das novas elites de Caxias está no episódio da troca da placa da estação em 1930, de Merity para Caxias. O caráter simbólico deste ato demonstra o desejo de romper com um passado negativo, afirmar o presente e apontar para um futuro diferenciado, segundo Lacerda (2003), talvez sob inspiração do momento de fervor revolucionário provocado pela, então recente, Revolução Liberal.

O efeito prático deste ato foi o reconhecimento oficial da Companhia Leopoldina Railway, ao aceitar a mudança do nome, de que o núcleo urbano em torno da estação ferroviária não tinha mais nada a ver com o antigo porto de

Merity, sendo portanto um novo lugar. O interessante é que esse novo nome traz consigo um passado ainda mais remoto, ao trazer a tona o nome de Caxias, herói do Império, nascido em terras distantes da estação e que segundo Afrânio Peixoto (1960), nem faziam parte do atual município quando do seu nascimento. O certo é que a Fazenda Taquara onde o Duque de Caxias nasceu foi subordinada a esse núcleo num tempo em que Merity comandava uma vasta região e para esse grupo, isto era mais do que suficiente para criar uma nova identidade territorial que remetesse a uma positividade, em contraponto a um passado recente que necessitava ser esquecido.

O segundo passo do movimento de emancipação foi dado por um político iguaçuano, Manoel Reis, que em 1931 propôs a Plínio Casado, o interventor federal no Estado, a redivisão do município de Nova Iguaçu, desmembrando Merity de Vila Merity, atual São João, criando o oitavo distrito, chamado de Caxias e com sede no núcleo formado no entorno da estação ferroviária de Merity (Lacerda, S., 2003). Essa nova divisão política criou um novo eixo de poder transferindo-o da Vila Merity para Caxias, consolidando o que a mudança do traçado da Rio – Petrópolis havia iniciado.

Entretanto, a criação do distrito de Caxias em 1931 tanto pode ser entendida como o reconhecimento da emergência de um novo foco de poder político no município e uma recomposição da base territorial do poder municipal, quanto pode ser lida como fruto de uma estratégia para arrefecer os ânimos de uma nascente insatisfação de parte da elite local. A prova disso é o crescente investimento em rodovias para o escoamento da laranja na sede do município no governo de Arruda Negreiros em detrimento de obras nos distritos mais afastados, que já possuíam uma população superior a da sede (Afrânio Peixoto, 1960).

No novo distrito a mudança de traçado da Rio- Petrópolis, paralela e contígua a EF Leopoldina, trouxe a instalação de indústrias, a proliferação dos loteamentos e o desenvolvimento do comércio no entorno da estação ferroviária. Este crescimento econômico fez surgir novos moradores abastados e se formaram novos grupos de interesse que buscaram se agrupar em busca de reconhecimento enquanto lideranças locais. Desse modo, em 1933 foi fundada a UPC, União Popular Caxiense.

A fundação da UPC pode ser considerada como o terceiro passo do movimento de emancipação de Duque de Caxias, talvez o de maior importância política pelo fato de ter gerado outras entidades a partir do seu quadro de associados, como a Associação Comercial de Caxias, a Orquestra Sinfônica de Caxias, a Companhia Telefônica e, após a emancipação, de clubes voltados para as elites como Grêmio Recreativo Caxiense e o Clube dos 500 (Marques,

2004).

No entanto a maior contribuição da UPC foi a criação de um núcleo político em torno do qual se estabeleceu a luta pela emancipação. O interessante é que, segundo o estatuto da UPC, era vedada a discussão política na sua sede social e o seu envolvimento enquanto instituição em questões políticas (Marques, 2004, p. 105). Pelo jeito, essas normas não eram cumpridas a risca pois vários dos seus membros foram candidatos e/ou ocuparam cargos públicos e foram signatários do manifesto pró-emancipação (Lacerda, 2003)

Segundo Marlúcia de Souza (2002) o ano de 1933 marca o rompimento da aliança formada em torno de Nilo Peçanha na década de 1920, entre os dois principais líderes da região, Manoel Reis e Getúlio de Moura que se colocam em lados opostos. O primeiro vai se colocar ao lado de Getúlio Vargas empurrando o segundo para o apoio a Washington Luís. Deve se ressaltar que essas escolhas têm muito mais um caráter de cunho pessoal do que propriamente de interesses de classe ou fração de classe, pois as ligações de ambos se dão muito mais com os citricultores do que com a nascente elite urbana. Assim o xadrez político da Baixada Fluminense apresenta verdadeiros paradoxos. O núcleo da elite laranjeira apoiará a modernização promovida por Vargas enquanto que os grupos mais ligados a economia urbana serão empurrados para a oposição a este, como é o caso de Getúlio Moura e de Tenório Cavalcanti.

As eleições de 1936 confirmam a ascensão política de Getúlio Moura e Tenório Cavalcanti eleitos vereadores em Nova Iguaçu, embora o prefeito eleito Ricardo Xavier da Silveira fosse do campo oposto. A instalação do Estado Novo e a cassação dos seus mandatos colocaram ambos na oposição a Vargas, mas permitiu espaço para acomodação no plano local. Tenório é indicado por Getúlio de Moura para controlar a arrecadação de impostos da prefeitura de Nova Iguaçu em Caxias com o aval do prefeito Xavier da Silveira, que fora indicado pelo interventor estadual Amaral Peixoto. Contraditoriamente, os indicados por Amaral Peixoto para controlar Caxias, principalmente delegados de polícia, se tornam inimigos mortais de Tenório Cavalcanti. (Souza, M. S., 2002 e Alves, JCS 2003)

Assim, tem-se em Caxias um quadro complexo e contraditório, só explicado pelas dissensões pessoais. O grupo liderado por Moura e Tenório se comporta de modo paradoxal no campo político, são aliados aos iguaçuanos no plano municipal, oposição moderada a Vargas no plano nacional e inimigos ferrenhos do interventor Amaral Peixoto no plano estadual, que por sua vez indica o prefeito municipal, que é aliado de Moura e Tenório.

Este intrincado xadrez político deve ser a explicação para a ausência de Tenório Cavalcanti, reconhecidamente a grande liderança de Caxias nas

décadas de 1930 e 40, no movimento pró-emancipação do distrito. De um lado temos a sua fidelidade a Getúlio Moura político radicado em Nova Iguaçu e a sua posição de representante legal do poder municipal no distrito e do outro a sua oposição aos que ele chama de “estrangeiros” indicados por Amaral Peixoto e que ocupam cargos - chaves no distrito de Caxias. Fica a dúvida se a emancipação era de interesse de Tenório e seu grupo ou se ele era uma peça a mais na estrutura de dominação criada em Nova Iguaçu e abalada pelas intervenções de Amaral Peixoto no distrito.

Nesse período cresce a atuação da UPC no campo assistencialista “distribuindo roupas e remédios a população mais pobre, assim como promoviam atendimentos odontológicos” (Marques, op cit, 105). Essa estratégia também era utilizada por Tenório, que por ser fiscal da prefeitura, concedia favores fiscais e por possuir uma loja de material de construção fornecia esses para a população mais pobre, além de contar com seu grupo de homens armados que tanto serviam, tanto para dar “proteção” a população, como intimidar possíveis questionamentos a sua autoridade. Posteriormente ao se tornar advogado passou a defender esta população mais pobre (Souza, MS, 2002).

Dessa maneira se consolida o clientelismo como forma de ganhar representatividade política na Baixada Fluminense. Na ausência do estado, políticos locais oferecem pequenos favores em troca de votos e fidelidade, conferindo a esses uma certa legitimidade e o acesso ao poder político. Para Tenório, esse modelo significou vitória em quase todas as eleições que disputou para cargos no legislativo, seja em Nova Iguaçu, Caxias ou no plano estadual e federal.

Para os membros da UPC essa representatividade, autoproclamada, estimulou a elaboração do manifesto pró-divisão do município de Nova Iguaçu enviado ao interventor Amaral Peixoto em 1940, que poderíamos considerar como o quarto passo no processo de emancipação de Caxias. Este, no entanto, acabou sendo um passo para trás. Embora o manifesto não pregasse a criação do município de Caxias, tivesse a Vila Merity como local de elaboração e apenas sugeria uma aceleração dos projetos de revisão da divisão territorial do Estado do Rio que já estavam em curso, estava clara a participação de membros da UPC no processo. A reação do interventor foi a rejeição à demanda, a prisão de alguns signatários, o fechamento do jornal de Silvio Goulart, um dos signatários, e a instalação de inquérito no Tribunal de Segurança Nacional (Lacerda, 2003).

A reação de Amaral Peixoto, desproporcional ao teor do manifesto, pode ser entendida como uma demonstração de força e de independência frente às pressões políticas dos grupos locais, à medida que a emancipação, se ocorrida nesse momento e a partir deste manifesto, poderia ser interpretada como uma

interferência de outras forças políticas na condução dos destinos do Estado do Rio, considerado por Amaral como um “feudo” particular.

Paradoxalmente, a intervenção de Tenório Cavalcanti, notório adversário do interventor, do advogado Rufino Gomes Jr. e do Juiz Pinaud, pôs fim à prisão dos signatários e a extinção do processo no Tribunal de Segurança Nacional. Esse fato teria colocado o movimento pró-emancipação em estado letárgico, submetendo a emancipação vontade do interventor. Entretanto, segundo Rogério Torres, citado por Helenita Silva, Tenório e Pinaud teriam “...conseguido não apenas a libertação dos presos, mas também que se desse crédito ao manifesto. Nesse sentido, um acordo político entre estes senhores e as demais instâncias envolvidas teria levado à emancipação de Duque de Caxias” (2003, 32).

Ainda segundo a autora, esta teoria

“por nós construída, apóia-se nos jornais de época, citados na bibliografia, onde encontramos referência de grande apreço dos jornalistas envolvidos e o senhor Tenório Cavalcanti. Aliás, foi Tenório que levou a bandeira da emancipação de São João de Meriti até a sua consumação em 1947” (Silva, H, 2003, 32).

O que podemos perceber é que a divisão de Nova Iguaçu em novos municípios era inevitável nesse período. De um lado, tínhamos uma decadência da economia citricultora abalada pela II Guerra Mundial, do outro, o acelerado crescimento demográfico e econômico dos distritos urbanos, faltava apenas um fato relevante para que o processo fosse desencadeado e a autoridade de Amaral Peixoto fosse preservada, para que a divisão do município fosse considerada uma decisão baseada na, única e exclusiva, vontade do mesmo. Podemos considerar que esse fato novo que marca o quinto passo para a emancipação de Caxias foi a instalação, em 1943, da Fabrica Nacional de Motores na localidade de Xerém.

Este projeto, segundo Marlúcia de Souza (2002), estava imbuído de uma ordem militar e hierarquizada, apropriada aos tempos de guerra, em que se buscava criar um novo homem através da disciplina do trabalho. A idéia inicial era construir um novo espaço disciplinador a partir de tábula rasa, num projeto semelhante a CSN em Volta Redonda e da Companhia Nacional de Álcalis em Arraial do Cabo (ver Costa, 1993 e Moreira, 2003). Para isso foi escolhida a localidade de Xerém, distante dos núcleos urbanos, mas ligada ao Rio de Janeiro pela ferrovia Rio D’Ouro, que passava por Belford Roxo, e pela Rodovia Rio Petrópolis, que passava por Caxias, ou seja, um projeto de uma cidade autônoma e auto-suficiente com ligações terrestres rápidas e eficientes, para a época, com a Metrôpole.

Se a localidade de Xerém fosse mais dinâmica e um pouco mais povoada, provavelmente teria se transformado em município no final de 1943,

tal qual aconteceu com Volta Redonda em 1954. Contudo a incipiência desse núcleo e a falta de uma elite política local que pudesse levantar a bandeira da emancipação ou assumir a responsabilidade de gerenciar este novo território, fizeram com que essa hipótese, se é que foi cogitada, fosse descartada. Por outro lado, a distância do núcleo de Nova Iguaçu, a falta de ligações rodoviárias e ferroviárias diretas entre a sede e essa localidade e de laços políticos mais fortes, inviabilizavam a administração desse “novo” núcleo urbano pela decadente elite agro-exportadora de Nova Iguaçu. Desse modo Caxias foi escolhida para controlar esta área estratégica.

O sexto, e último, passo para emancipação veio de cima para baixo com o decreto lei 1055 de 31/12/1943 do interventor Amaral Peixoto. Além de criar o município de Duque de Caxias, transferia os distritos de Vila Meriti, Imbariê, parte de Belford Roxo e, principalmente, Xerém de Nova Iguaçu para o território de Caxias, de certa forma reconhecendo a influência desse núcleo sobre os eixos da Rio Petrópolis e do Ramal da Leopoldina.

Segundo Lacerda

“possivelmente o ‘31/12/1943’ nasceu da convergência dos seguintes fatores, a necessidade de reordenar territorialmente o Estado por força da legislação federal, o crescimento econômico e demográfico de Caxias, exigindo maior presença do poder público e propiciando um aumento da arrecadação de tributos e a oportunidade de fortalecer o ‘amaralismo’ no município emancipado” (2003, 26)

A idéia de que essa emancipação fazia parte de um projeto de poder político de Amaral Peixoto é reforçada pela indicação de prefeitos-interventores, delegados e juizes, sem nenhuma ligação com políticos de Caxias ou Nova Iguaçu, para administrarem o novo município. Esta postura desagradou até mesmo os aliados do Interventor e significou guerra aberta com Tenório Cavalcanti até o golpe militar de 1964. O saldo desta batalha foram dezenas de mortos dos dois lados, entre capangas, cabo eleitorais e delegados. Em Tenório “renderam entre 1928 e 1953, 47 ferimentos a bala, 28 episódios violentos e oito prisões” (Alves, JCS, 2003).

O fim do Estado Novo e a redemocratização do país trouxeram uma nova conjuntura política que promoveu um rearranjo nas peças políticas da Baixada Fluminense. A principal mudança foi o rompimento político entre Tenório e Getúlio Moura, quando esse ingressa no PSD fundado por Amaral Peixoto. A Tenório só havia a opção de ingressar na UDN, partido ligado às forças mais conservadoras e tradicionais, mas que o recebeu devido a sua inquestionável popularidade entre os mais pobres, que se manifestava na grande quantidade de

votos.

A partir daí esses dois líderes locais e Arruda Negreiros passaram a disputar, a partir de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, o controle político sobre a Baixada Fluminense, inclusive influenciando os destinos dos novos municípios que surgirão em 1947, Nilópolis e São João de Meriti. Nesses, além da tentativa de influenciar no processo de emancipação buscou-se, posteriormente, apoiar políticos locais e “exportar” aliados para concorrerem a cargos no legislativo e executivo desses novos municípios. Lembrando que essa disputa se dava com a interferência dos grandes caciques estaduais, e até federais, na política da Baixada Fluminense, fenômeno que ocorre até os dias de hoje. Consolidada a emancipação de Duque de Caxias, a tensão se volta para os distritos vizinhos, que analisaremos a seguir.

A Constituição de 1946, redemocratização e emancipações

O fim do Estado Novo e a redemocratização do país provocaram um realinhamento das forças políticas da Baixada. O surgimento de novos partidos como o PSD, PTB e a UDN, além da legalização do, então, PC do B, fizeram com que os grupos políticos locais se acomodasse dentro destas legendas. O PSD liderado por Amaral Peixoto vai atrair lideranças significativas, entre estas Getúlio de Moura. Tenório Cavalcante se recusa a se aliar com o amaralismo e rompe com Moura, ingressando na UDN.

Em meio a esse momento de reestruturação política e administrativa, que toma a forma de uma Assembléia Constituinte nacional e estadual, vislumbra-se a possibilidade de um rearranjo territorial. É nesse contexto que ressurgem o movimento de emancipação de Nilópolis e São João de Meriti, que vamos analisar separadamente, embora os grupos locais tenham marchado unidos nesse período, tendo como autor da proposta de emancipação dos dois distritos, o Deputado Lucas de Andrade Figueira, eleito por Nilópolis mas que contava com forte apoio e voto em São João (Knopp, 1999).

São João de Meriti

O distrito da Vila Merity já havia perdido importância no cenário político da Baixada Fluminense desde de 1931, quando a localidade de Merity, a margem do novo traçado da rodovia Rio-Petrópolis, é desmembrada e elevada a categoria de distrito de Nova Iguaçu. A partir daí se observa a ascensão da elite de Caxias e a estagnação do pouco expressivo quadro de políticos de Vila Merity, futura São João de Meriti.

Segundo Knopp (op cit), a principal razão para essa situação está no fato de que o loteamento em São João foi tão intenso que não deixou áreas

disponíveis para a instalação de indústrias de grande porte e o surgimento de uma burguesia ligada a esse setor. A multiplicidade de proprietários que loteavam suas terras também não permitiu o surgimento de um grande loteador ou grupo de loteadores com poder significativo. A “elite” local de São João era formada por pequenos comerciantes oriundos do Oriente Médio e do Nordeste brasileiro, alguns loteadores e profissionais liberais remanescentes das antigas famílias dominantes

Essa pouca expressividade somava-se a “falta de identificação com o lugar, com o grupo social” (Knopp, 1999) por parte destes migrantes recentes. Assim os políticos iguaçuanos possuíam grande influência nos assuntos locais de São João, fazendo alianças com alguns moradores do local, que passaram se lançar candidatos a vereador em Nova Iguaçu. Entretanto, poucos conseguiram se eleger e os poucos votos obtidos iam fortalecer os políticos iguaçuanos mais tradicionais que comandavam a política no município, embora a sede tivesse uma população menor que os demais distritos somados.

Essa estratégia não deu resultados práticos e aumentou a dependência do distrito para com a elite iguaçuana, que não correspondia a esse apoio com melhorias urbanas, estando mais ocupada em viabilizar a citricultura. Na década de 1940 o grupo de São João se aproxima dos políticos de Caxias, com vários de seus membros participando da elaboração do manifesto de emancipação do distrito, sendo presos juntamente com esse pessoal. Devemos lembrar que o manifesto tem como local da assinatura a Vila Merity, ou seja São João, apontada como sede do novo município, e não Caxias.

Entretanto, a intervenção de Tenório Cavalcanti em defesa dos signatários, conseguindo a sua libertação, aumentou a sua influência no distrito. Embora a decisão final sobre a emancipação de Caxias e a subordinação de Vila Merity a esse como segundo distrito e com o nome de São João de Merity, tenha sido, aparentemente, de única e inteira responsabilidade do interventor Amaral Peixoto, ficou clara a sua opção por fortalecer Caxias em detrimento de São João.

Com a emancipação de Caxias esperava-se que houvesse melhorias no distrito de São João, até porque a luta pela emancipação de Nova Iguaçu havia sido em conjunto. No entanto, em pouco tempo se percebeu que a centralização do poder e das obras de melhoria só haviam mudado de local, saindo de Nova Iguaçu para Duque de Caxias.

Diante da reversão das expectativas e a consciência de que São João continuaria relegado a um segundo plano, reativou-se o movimento pela emancipação. Em 1945 é criada a Associação dos Amigos do 2º Distrito, que tinha como membros, vários dos signatários do primeiro manifesto pela

emancipação, entre eles: médicos, dentistas, jornalistas, advogados, etc, ou seja os chamados profissionais liberais, ligados principalmente a UDN e ao PTB (Knopp,1999).

Esse grupo começa a fazer ferrenha oposição a Caxias e comanda uma campanha de desobediência civil, convocando a população a não pagar impostos a prefeitura. Numa segunda direção, aproveitando o momento de abertura democrática, esse grupo inicia uma mobilização política em aliança com o grupo de Nilópolis com o qual se articulam para conseguir a emancipação através da Assembléia Constituinte.

Desse modo é através de um projeto de lei do deputado estadual Lucas de Andrade Figueira, dentro das disposições transitórias da Constituição Estadual de 1947, que são criados os municípios de São João de Meriti e Nilópolis. É importante ressaltar que embora tenham se articulado e encaminhado a luta pela emancipação em conjunto, optou-se pela criação de dois municípios distintos, à medida que a experiência com Caxias havia sido nefasta. O grupo de São João preferiu não arriscar e ver-se novamente como distrito de um outro município, subordinada a um outro grupo político.

A estratégia deu certo e finalmente São João de Meriti conseguiu a sua autonomia administrativa, a autonomia política real só se dará ao longo da década de 1950, pois inicialmente a política de São João continuará sendo controlada por políticos iguaçuanos. O primeiro prefeito da cidade, José de Campos Manhães, era um homem de confiança de Getúlio de Moura. A maioria dos vereadores também era originária de Nova Iguaçu, a exceção ficava por conta de lideranças populares de origem humilde como Sebastião Azambuja e Marciano Lima, motorista e doceiro, respectivamente “que se mostravam combativos quanto a espoliação do município pelos iguaçuanos (...) mas nenhum deles chegou a apresentar algum grande projeto para o município, procurando muito mais cuidar de seus interesses pessoais” (Knopp, 1999, 24).

Contudo, com passar dos anos formaram-se grupos políticos autônomos no município e paulatinamente São João foi saindo da esfera de influência de Nova Iguaçu, conquistando a sua autonomia política, na medida do possível pois, a proximidade da metrópole carioca e de dois grandes municípios Baixada, como Duque de Caxias e Nova Iguaçu, com certeza interfere na sua vida política, como veremos mais a frente.

Nilópolis

A emancipação de Nilópolis ocorreu através do já citado projeto de lei laborado pelo deputado Lucas de Andrade Figueira que incluía também o município de São João de Meriti, entretanto, este é o único ponto de ligação entre

os dois processos. Embora tenham compartilhado um território comum quando da existência do distrito de São Matheus, originado das terras da fazenda de mesmo nome, Nilópolis e São João tiveram, após a separação em dois distritos distintos em 1921, trajetórias políticas diferentes.

Devido a presença da ferrovia como principal meio de transporte e a localização dos núcleos urbanos no entorno da estação, desde os primórdios da sua ocupação Nilópolis estabeleceu laços mais fortes com Nova Iguaçu e com o Rio de Janeiro, distanciando-se de São João, mais ligado a Caxias. Como as duas localidades tinham funções semelhantes, pouco contato se estabelecia entre elas, gerando um distanciamento econômico que levou a um afastamento político. Em comum somente a luta contra a dominação iguaçuana.

A identidade de Nilópolis começou a ser gestada após a visita que Nilo Peçanha fez a pequena localidade no entorno da estação de Engenheiro Neiva, articulada por um dos principais agentes loteadores do período, o coronel Júlio de Abreu, que havia criado o Bloco do Progresso. Após essa visita, entusiasmado com os elogios de Nilo Peçanha ao lugarejo, resolve homenageá-lo passando a chamar a localidade de Nilópolis, (Oliveira, C., 2002), fundando também, já em 1918, uma revista chamada de “Nilópolis”. Alguns autores enxergam nesta homenagem uma estratégia de “marketing” do loteador, associando o loteamento local ao nome do ilustre político para alavancar as vendas dos terrenos.

De qualquer maneira, após essa mudança de nome houve como desdobramento, a alteração do nome da estação e a criação do distrito com o nome de Nilópolis em 1921, afirmando essa nova identidade, num processo semelhante ao que irá se verificar em Duque de Caxias. No entanto, como afirma Oliveira (op cit) essa mudança não foi feita sem resistências. Quando o deputado Manoel Reis apresentou na Assembléia Legislativa do Estado a proposta de mudança de nome e de desmembramento do distrito de São Matheus

“o projeto apresentado em 1920, foi rejeitado porque os deputados alegavam que Nilópolis era uma cidade muito insignificante, que não tinha estrutura para homenagear um homem da importância de Nilo Peçanha, podia ser qualquer nome, menos Nilo Peçanha. Manoel Reis justificou que Nilo Peçanha já tinha estado duas vezes em Nilópolis” (2002, 18).

Posteriormente, o projeto foi aprovado e o nome passou a ser utilizado no cotidiano dos moradores da localidade, e novas entidades locais foram sendo criadas, como Associação de Melhoramentos e mais tarde a Associação de Progresso de Nilópolis, sempre sob o comando de Júlio de Abreu (Oliveira, C 2002). A partir de 1930 a cidade passa a receber imigrantes que alteram o quadro político da cidade. Primeiro chegam os judeus, comerciantes que enriquecem,

mas logo depois deixam a cidade sem tornar-se um grupo político definido. No mesmo período chega um outro grupo que vai se tornar referência na cidade, os sírios-libaneses e entres esses, as famílias, Abrão, David e Sessim. Ainda neste período chegam os primeiros migrantes do Nordeste, Minas e do interior do Estado do Rio de Janeiro, que formarão a massa moradora do município e de onde sairão algumas lideranças políticas locais.

A transformação de Nilópolis em núcleo urbano se consolidou nos 1930 e 40 com a venda de quase todos o lotes do distrito, de maneira quem em 1945, não restasse mais terrenos vazios. Assim como nos distritos vizinhos, a precariedade das condições de vida era evidente, pois “Nilópolis estava asfaltada só até avenida Mirandela e a avenida Mena Barreto, com paralelepípedo. As outras ruas não tinham passagem nem para burros” (Oliveira, 2002, 25). A emancipação de Caxias, a derrocada da elite laranjeira de Nova Iguaçu e a redemocratização do país estimularam ao surgimento do movimento pró-emancipação em 1945.

Aproveitando-se da instalação da Assembléia Constituinte estadual, o Deputado Lucas de Almeida Figueira apresentou o projeto de emancipação de Nilópolis e São João de Meriti, como a emenda é rejeitada num primeiro momento, ele a reapresenta e consegue articular com seus pares a sua aprovação e a transformação do distrito em município.

O Deputado Figueira é um típico personagem daquele período. Praticamente analfabeto, conseguiu se tornar “dentista prático” no Exército. Ao instalar um consultório no centro de Nilópolis, realizava consultas, extrações de dentes e colocação de dentaduras. Depois de um certo tempo passou a atender de graça os moradores mais pobres (Oliveira, 2002). Com essa estratégia e o apoio de Getúlio Moura, conseguiu se eleger vereador e Nova Iguaçu e, posteriormente, deputado constituinte em 1945. A partir daí tornou-se uma liderança incontestável no novo município, inclusive conseguindo eleger para prefeito um aliado seu, João Morais Cardoso.

Segundo Cláudio Oliveira, no governo de Cardoso era Figueira quem efetivamente mandava na cidade, indicando funcionários e controlando os vereadores eleitos. O seu poder foi incontestável até o surgimento de outra figura política típica da região, Egídio Thuler. Eleito vereador na primeira eleição em 1947 tornou-se prefeito na segunda, em 1950. Assim como Figueira, Thuler era semi-analfabeto e tinha vindo de Itaperuna para trabalhar na “barreira”, posto de fiscalização no limite entre o então Distrito Federal e o Estado do Rio de Janeiro.

O estilo independente e direto de Thuler, que passou a indicar seus homens de confiança para cargos na prefeitura e gostava de fiscalizar

pessoalmente as obras de melhoria da cidade, passou a incomodar Figueira, ainda mais quando o prefeito se recusou a apoiar a reeleição de Figueira para a Assembléia Legislativa e o seu candidato indicado para presidência da Câmara municipal. Os dois romperam no segundo mandato de Thuler em 1958, quando Figueira articula um atentado contra o prefeito. Thuler escapa com vida e Figueira cai em desgraça, sendo posteriormente afastado da política (Oliveira, C., 2002). Seu aliado, João Cardoso, ainda voltaria à cena como prefeito eleito em 1970, quando foi cassado e viu a dinastia Abraão David - Sessim assumir o poder na cidade e “profissionalizar” o exercício da política no município, até então exercido por lideranças surgidas no seio da população migrante que havia chegado a Nilópolis no início dos anos 1920 e 30.

Com a emancipação o município vai recebendo paulatinamente melhorias e vai se tornando uma “ilha” de qualidade de vida na Baixada Fluminense, principalmente devido a sua pequena extensão. A consolidação da família Abraão David - Sessim no poder retirou definitivamente o município da esfera de influência política de Nova Iguaçu.

O hiato das emancipações na Baixada Fluminense: 1947-1988

Após a emancipação de Nilópolis e São de Meriti em 1947, seguiu-se um intervalo de 41 anos até que outro município da Baixada, no caso Belford Roxo em 1988, conseguisse a sua emancipação. No período que vai de 1947 a 1964, houve tentativas de emancipação em Mesquita (1957), Queimados (1958) e Belford Roxo (1962) que não lograram êxito.

As tensões entre os grupos políticos dominantes de Nova Iguaçu e dos seus distritos urbanos foram resolvidas com as emancipações desses na década de 1940. No entanto, na década de 1950 as intensas transformações nos antigos distritos laranjeiros de Nova Iguaçu irão propiciar o surgimento de novas tensões.

Como vimos anteriormente, a “débâcle” da citricultura abriu caminho para um intenso processo de urbanização através dos loteamentos populares e mudou a composição do tecido social do município. A elite laranjeira perdeu força e viu surgir novos grupos sociais e de poder, agora vinculados a atividades tipicamente urbanas, tanto na sede quanto nos distritos. Por outro lado, a massa recém chegada, formada basicamente por migrantes nordestinos não possuía qualquer tipo de identidade territorial, estando num estágio de reterritorialização e reconstrução de identidades sociais e territoriais.

A política de investimentos seletivos adotada pela prefeitura de Nova Iguaçu se reafirma com mais força ainda, à medida que a ocupação da periferia do município se dá sob a forma de loteamentos sem nenhuma infra-estrutura

e os recursos são escassos. Desse modo, o centro de Nova Iguaçu recebe uma série de investimentos em serviços e equipamentos públicos que também são instalados, em menor grau, nas sedes dos distritos, que passam a apresentar uma razoável qualidade de vida. Por outro lado, os novos bairros desses distritos e mesmo da sede, são completamente ignorados na dotação destes bens e serviços públicos.

Em meio a esta ausência de uma massa organizada, observa-se a formação de uma aliança entre políticos iguaçuanos e políticos tradicionais dos distritos, alguns deles, se tornam vereadores ou membros do executivo iguaçuano. Instala-se também uma política de atendimento as demandas populares baseada no clientelismo que reforça o poder desses políticos locais, que se apresentam para a população local como intermediários junto a distante prefeitura de Nova Iguaçu.

Entretanto, como dissemos antes, esta política clientelista tem fôlego curto e as insatisfações populares não demoram muito a tomar corpo e encontrar interlocutores no seio dos grupos dominantes locais. Surgem então, nesses grupos, frações descontentes com a centralização das decisões políticas em Nova Iguaçu e a subserviência dos políticos locais. O caso da tentativa de emancipação de Mesquita em 1957 reflete bem essa disputa interna nos grupos dominantes nos distritos.

A primeira tentativa de emancipação de Mesquita

Já na década de 1950 as diferenças de qualidade de vida entre a sede de Nova Iguaçu e os bairros mais afastados já eram perceptíveis e alimentavam uma insatisfação popular e de frações segmentos médios e dominantes nos distritos. Para entender essa disputa política é necessário investigar o processo de histórico de ocupação do espaço e de formação do tecido social de Mesquita.

Uma das primeiras referências às terras que hoje compõem o município de Mesquita se refere à aldeia dos jacutingas em 1567, cuja localização exata ainda é controversa, não sendo possível afirmar se realmente ela ficava em terras de Mesquita, Belford Roxo ou Nova Iguaçu. Essa dúvida também se refere a primeira Igreja de Santo Antonio de Jacutinga construída em 1657 sobre a qual paira a mesma dúvida acerca da sua localização exata.

A primeira referência comprovada às terras do atual município data de 1603 quando Gonçalo Aguiar vende terras na sua sesmaria para dois senhores, onde havia o Engenho da Cachoeira Pequena (Prado, 2000), junto ao rio que se acredita ser o atual rio da Cachoeira ou Dona Eugênia. Esta fazenda toma, então, definitivamente o nome de Cachoeira e se dedicará ao cultivo da cana e a produção de açúcar até meados do século XIX, trocando de proprietário através

dos anos.

A segunda referência à localidade ocorre quando da passagem do Monsenhor Pizzaro pela região, citando a existência da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, construída em 1731, seguindo a tradição Mariana do período. Em 1733 é construída uma nova igreja em homenagem a Santo Antonio de Jacutinga no atual Bairro da Prata, atual território de Nova Iguaçu, que será elevada a sede da freguesia de mesmo nome em 1755, a qual a região da Fazenda da Cachoeira passará a fazer parte (Barros, 2004).

Em 1767 o Engenho da Cachoeira aparece no mapa da capitania do Rio de Janeiro próximo ao Caminho Novo do Tinguá um pouco antes do Engenho de Maxambomba. Embora a carta não permita afirmar com certeza, parece que o engenho ficava na Serra de Gericinó um pouco afastada do atual centro da cidade.

Com a elevação de Iguaçu a condição de vila e a criação do município em 1833, a fazenda da Cachoeira passa a fazer parte oficialmente desse, pertencendo, então, a Freguesia de Santo Antonio de Jacutinga. Tal qual a Vila de Iguaçu a Fazenda da Cachoeira também sofreu com as epidemias de 1835 e sofreu um processo de esvaziamento populacional e abandono das terras por parte dos seus proprietários, que deixam os escravos a própria sorte. Esse fato teria propiciado o surgimento de quilombos na região, inclusive o que supostamente deu origem ao nome do bairro Caonze, no limite de Mesquita e Nova Iguaçu, que seria derivado de kwanze (cachoeira ou rio em dialeto angolano) (Barros, 2004). Mesmo com as obras de emergência e o controle da epidemia, a região não se recupera e permanece em estado latente por um longo tempo.

Em 1855 o primeiro Barão de Mesquita adquire a Fazenda da Cachoeira, mas a epidemia de cólera impede a recuperação da região que entra novamente em decadência. O próprio Barão veio a morrer neste ano. Seu irmão o Visconde de Bonfim, á época tutor do filho do Barão, cedeu parte das terras para a passagem dos trilhos da EFCB que viria ser inaugurada em 1858. Durante quase trinta anos pouca coisa mudou na Fazenda da Cachoeira, mesmo com a inauguração em 1880 da parada de trem, chamada inicialmente de Mutambo, nas proximidades da sede da Fazenda (Prado, 2000).

O segundo Barão de Mesquita (Jerônimo de Mesquita) iniciou um processo de saneamento da região procurando viabilizar a sua ocupação. No entanto adoeceu e pouco antes de morrer foi homenageado com a mudança do nome da estação de Mutambo para Mesquita em 1884. Com a sua morte em 1886 coube ao seu filho Jerônimo Roberto a conclusão das obras, mas a abolição da escravatura inviabilizou este projeto lançando a região, mais uma vez, no abandono e as terras do Barão foram retalhadas.

Com a mudança da sede da vila de Iguazu para Maxambomba, Mesquita inicia, ainda que timidamente, um processo de crescimento econômico. As obras de saneamento no rio Sarapuí em 1896 permitem uma recuperação das terras alagadas e o início do cultivo da laranja, principalmente na encosta da Serra de Gericinó. No entanto, o ciclo da laranja só deslanchará na década de 1920. Nesse período a população será predominantemente rural e o pequeno núcleo em torno da estação só receberá alguma melhoria em 1916.

O primeiro loteamento urbano será aprovado em 1927, próximo à estação. Dois anos depois João Mirandela loteia a Chatuba, em ambos os lados do rio Sarapuí, contudo a ocupação será mais intensa no então distrito de Nilópolis. Surgem as primeiras casas de venda de materiais de construção e olarias para a fabricação de telhas. A partir daí a expansão da citricultura impede o avanço dos loteamentos urbanos, tanto que na década de 1930 somente duas áreas serão loteadas, Santa Terezinha em 1932 e em Edson Passos em 1936 (Barros, 2004).

Na década de 40 a decadência da citricultura no território iguaçuano atinge Mesquita, abrindo caminho para a introdução de atividades urbanas. Nesse período diversas indústrias se instalam próximas à estação como a Sonarec, IBT e Brasferro (Prado, 2000). Inicia-se então a urbanização, de fato, da localidade com o surgimento de vários loteamentos, como os próximos à futura estação de Juscelino e em Rocha Sobrinho (1946). O adensamento populacional faz com que seja criada, em 1950, mais uma estação na EFCB, junto ao rio Sarapuí, a estação do Boi, futura Edson Passos (Barros, 2004).

A partir de então, a febre dos loteamentos chega definitivamente a Mesquita. Na década 1950 o parcelamento da terra faz surgir os bairros de Delamare, Vila Norma, Vila Emil, Santo Elias e Juscelino, deixando poucas terras disponíveis. Os últimos loteamentos acontecerão nas décadas de 1960 (Parque Ludolf, Vila Emil) e 1980 (Cosmorama), restando atualmente poucas terras disponíveis em Vila Norma e às margens da Presidente Dutra.

Em 1951 é inaugurada a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, a altura do tamanho da população de então. No ano seguinte, em 1952, Mesquita é elevada a condição de 5º distrito de Nova Iguazu. Assim consolida-se a ocupação urbana de Mesquita, nos moldes do binômio loteamento popular–autoconstrução, marcados pela ausência quase que completa dos serviços públicos básicos. O aumento da desigualdade de qualidade de vida com relação a Nova Iguazu vai dar origem ao descontentamento popular e o surgimento dos movimentos emancipacionistas.

Segundo Maria Fátima Silva (2005), em 1957 se iniciou em Mesquita um movimento pró-emancipação surgido entre profissionais liberais e moradores

que incumbiram o procurador da Fazenda e diretor do jornal “O Mesquitense”, Jackson Trindade, de embasar teórica e juridicamente um processo a ser encaminhado a Assembléia Legislativa.

No discurso produzido então, estava presente a idéia de que uma cidade pequena era capaz de aproximar os moradores do núcleo do poder, garantindo, assim, maior acesso a decisões, melhoria nos serviços públicos e maior democracia (Silva, MFS, 2005). A oposição a esse movimento nasceu dentro da própria elite mesquitense, representada pelo então deputado estadual José Montes Paixão, morador de Mesquita, mas politicamente ligado a Nova Iguaçu.

Seu argumento era o de que o pequeno município não teria condições financeiras de se sustentar, indo contra o principal argumento da população de que os impostos recolhidos em Mesquita iam para Nova Iguaçu e não retornavam na forma de serviços. Segundo os moradores, esses impostos seriam suficientes para garantir as obras necessárias para a melhoria da vida da população se ficassem em Mesquita e não fossem drenados para Nova Iguaçu, pois várias fábricas estavam instaladas no distrito.

O movimento emancipacionista passou a receber apoio popular e da imprensa local e uma grande oposição por parte de Paixão e de outros vereadores mesquitenses eleitos para a Câmara de Nova Iguaçu. Mesmo assim conseguiu-se elaborar um projeto de lei que foi encaminhado a ALERJ ainda em 1957. Entretanto, esse projeto nunca chegou a ser votado, pois “desapareceu” durante a sua tramitação.

Imediatamente o movimento acusou o Deputado Paixão de ser o responsável por esse sumiço (Silva, MFS, 2005). Esse por sua vez acusou o candidato derrotado nas eleições legislativas, Hélio Amaral, de ter planejado este desaparecimento para incriminá-lo (idem). O certo é que o projeto nunca chegou ao plenário da ALERJ e nunca foi votado, e a emancipação de Mesquita não pode ser concretizada nesse período, até porque houve uma ruptura na aliança que havia iniciado o movimento, impossibilitando a elaboração de um novo projeto. Em seguida o golpe militar de 1964 coibiu todo o tipo de movimento popular e interrompeu o processo de emancipações no país.

A primeira tentativa de emancipação em Queimados

Há poucos registros sobre as tentativas de emancipação desse distrito na década de 1950 e os que existem remetem a movimentos limitados, com a participação de pequenos grupos de membros da elite local, de profissionais liberais e de poucos moradores, em geral os mais antigos, que já possuíam um

certo grau de identidade com o local de moradia, o que não ocorria com a imensa massa de migrantes recém chegados.

No caso de Queimados, a primeira menção a este tipo de movimento remonta a década de 1940, principalmente após as emancipações de Duque de Caxias, Nilópolis e São João. No entanto, o momento de maior mobilização aconteceu em 1958, por conta das comemorações do centenário de inauguração da estação ferroviária, marco da redefinição do padrão de ocupação da então freguesia de Marapicu (Soares, 2001). Nessa ocasião houve uma reflexão sobre as condições de vida dos moradores do distrito e se constatou a disparidade destas com relação à sede do município devido a modelo histórico de ocupação.

As terras que hoje compõe o município de Queimados fizeram parte de três grandes fazendas surgidas da sesmaria de Garcia Ayres: a Fazenda Marapicu, Engenho do Piranga (ou Ipiranga) e o Engenho do Cabuçu (Prado, 2000). No entanto, grande parte das terras dessas fazendas encontra-se hoje no município de Nova Iguaçu, por força da revisão dos limites do antigo 2º distrito, quando da sua emancipação. Como não podemos precisar com exatidão esses limites e quanto ficou de cada fazenda para cada município, vamos analisar o processo histórico de formação desse região até o momento em que ela se divide entre Queimados e o distrito sede.

Estas fazendas se dedicaram, como as outras no período, ao cultivo da cana-de-açúcar e às lavouras de subsistência. O que as diferenciavam das demais fazendas da Baixada Fluminense era a sua ligação com a Baía de Sepetiba. Isto se explica pelo fato de grande parte destas terras pertencerem à bacia do rio Guandu, que corre para essa Baía, enquanto os demais núcleos se fixaram às margens de rios da Bacia da Guanabara. A construção de caminhos, e depois de rodovias, só acentuaram esta diferenciação e foram decisivas no processo de separação de Marapicu e Cabuçu de Queimados e que hoje são uma das motivações para o afastamento daquelas localidades de Nova Iguaçu.

Foi em torno da Fazenda Marapicu que surgiu o primeiro núcleo de povoamento da região, a partir da construção da igreja de Nossa Senhora de Marapicu em 1754, logo elevada a matriz da freguesia de mesmo nome. Neste período Marapicu já estava ligada ao que seria, futuramente, a Zona Oeste do Rio de Janeiro pela passagem, próxima à fazenda, do Caminho de São Paulo construído em 1733 e que passava por Itaguaí e a extinta São João Marcos.

Quando da criação do município de Iguaçu, Marapicu passou a ser freguesia desse, embora ficasse extremamente longe da sede e os caminhos que as ligavam fossem precaríssimos. No entanto, a pequena população local não justificava a elevação do povoado a condição de vila, muito menos a criação de um município. Esta distância poupou essa localidades das epidemias de malária

e cólera que devastaram a região da Bacia da Guanabara e da decadência que se seguiu a essas epidemias.

Marapicu só não resistiu à construção da EFCB e a mudança do eixo de circulação para a ferrovia. Em 1858 é inaugurada ligação da cidade do Rio de Janeiro até a estação de Cristiano Benedito Ottoni nas terras da Freguesia de Marapicu (Prado, 2000), mas muito distante do núcleo dessa. Na verdade, essa estação se tornou terminal por pouco tempo, pois no mesmo ano foram superadas as dificuldades de se ultrapassar o brejo dos Caramujos e o trem chegou até Belém (atual Japeri). Essa estação, que seria mais tarde chamada de Queimados, passará a ser o núcleo principal da freguesia e posteriormente sede do município. No entanto, a mudança de eixo não se deu de forma imediata.

Durante muitos anos a estação de Queimados será uma pequena parada com poucas casas ao seu redor, no meio do caminho para a subida da serra. Nessa região a estação mais importante será a de Belém, onde havia a chegada dos trens carregados de café vindos do Vale do Paraíba. Tanto que quando da mudança da sede para Maxambomba e a criação dos distritos em 1891, Marapicu continuou a ser a sede do 2º distrito. O principal motivo para esta situação era muito mais o pouco desenvolvimento da região em torno da estação de Queimados do que o dinamismo de Marapicu.

Somente na virada do século XIX para o século XX, quando se inicia o ciclo da laranja em Iguazu que a situação realmente começa mudar. As obras de saneamento desse período liberaram terras para a agricultura, as grandes fazendas foram retalhadas em chácaras, com exceção da Fazenda Normandia, e o trem passou a ser o principal meio de transporte para o escoamento da produção. Com isso as áreas mais próximas à estação foram valorizadas e várias estradas vicinais construídas em direção à estação de Queimados.

Esse novo arranjo motivou a transferência da sede do distrito de Marapicu para Queimados em 1911 (Guimarães, 1994). No entanto, o pouco dinamismo desta localidade, um mero entreposto de laranja com um incipiente comércio e pouca população urbana incapaz de agregar outras atividades fez com que ela permanecesse essencialmente rural durante a década de 1920. A fraqueza política do núcleo permitiu que a sede voltasse para Marapicu em 1919.

Com a construção da Estrada Rio São Paulo em 1928, passando a poucos quilômetros dessa localidade, há um pequeno surto de urbanização com a criação de loteamentos a altura do Km 32 e a aproximação desta região com Campo Grande. Além disso, foi criado em 1928, um ramal ferroviário, ligando a estação de Austin a Santa Cruz, passando próximo a localidade de Marapicu. O objetivo deste ramal era transportar gado até o matadouro de Santa Cruz,

mas foi logo desativado e seus trilhos arrancados sem que uma estrada de boa qualidade fosse implantada no seu leito, dificultando ainda mais a ligação de Queimados com Marapicu.

Assim como em Nova Iguaçu, a citricultura atrasou a incorporação de Queimados ao processo de urbanização e incorporação a metrópole carioca. Somente com o fim das exportações e a decadência dos laranjais é que se iniciou efetivamente o processo de retalhamento da terra sob a forma de loteamentos populares e sua ocupação por trabalhadores pobres. O parcelamento da terra se inicia na Fazenda Queimados próxima à estação, onde são criados os primeiros loteamentos de caráter urbano, como Vila das Mangueiras, das Porteiras, dos Bambus e Vila Tinguá (Prado, 2000).

Essa urbanização, ainda que incipiente à época, deu a localidade um dinamismo maior do que Marapicu, que ainda mantinha suas características rurais. Assim em 1944 a sede do 2º distrito volta para a estação de Queimados (Prado, 2000), o que será ratificado em 1952 quando da revisão dos limites e sedes distritais de Nova Iguaçu, de onde não sairá mais até a sua emancipação.

A década de 1950 é marcada pela construção da Rodovia Presidente Dutra e a chegada de indústrias ao longo desta. Inicialmente o seu impacto sobre a urbanização não foi intenso, pelo contrário, a criação de grandes reservas de áreas destinadas à instalação de indústrias, aliada a especulação imobiliária, agiram no sentido de reter estas terras e evitarem o seu retalhamento na forma de loteamentos populares.

O fato mais marcante para a consolidação da urbanização de Queimados neste período é a extensão da eletrificação da EFCB de Nova Iguaçu até Japeri em 1943. Com isso o transporte ferroviário ganha velocidade e regularidade acelerando o ritmo do fracionamento e da ocupação da terra no entorno da estação e espraiando-se a partir dessa. Observando a mancha urbana de Queimados nos dias atuais, fica clara essa concentração em torno da via férrea e a pouca ocupação ao longo da Via Dutra.

A consolidação da ocupação urbana em Queimados se dará nos mesmos moldes dos outros distritos da Baixada Fluminense. As casas são autoconstruídas em loteamentos criados sem, ou com quase nenhuma, infra-estrutura. As carências materiais são imensas e percebe-se que o principal motivo dessas era o descaso da prefeitura de Nova Iguaçu para com o distrito.

Embora houvesse no período uma certa mobilização no sentido de questionar a ordem jurídico-política no município, ela não foi suficiente para criar nos moradores um sentimento mais forte de identidade que permitisse uma ação mais efetiva em conjunto com os políticos locais. Esses também não detinham uma força capaz de enfrentar o poder político iguaçuano, nem uma

representação ou interlocutor no plano estadual capaz de fazer chegar até a ALERJ um projeto de emancipação.

Como no caso de Mesquita a implantação do Regime Militar extinguiu o movimento emancipacionista e adiou por quase vinte anos o projeto de criação do município. Nesse período houve uma acomodação dos políticos locais aos interesses dos políticos iguaçuanos com a eleição de vereadores do distrito para a Câmara iguaçuana. Mesmo quando um “queimadense”, Joaquim de Freitas, ocupou o cargo de prefeito de Nova Iguaçu, não houve uma mudança efetiva na relação de dominação estabelecida entre a sede e o distrito. Contudo, as contradições sociais e espaciais se acentuaram e o sentimento de abandono e não pertencimento a Nova Iguaçu só fez aumentar durante este período, o que vai levar a novas tentativas na década de 1980 e a efetiva emancipação em 1990.

A primeira tentativa de Belford Roxo

O caso de Belford Roxo guarda muitas semelhanças com o de Queimados, à medida que o processo de ocupação e o baixo grau de atendimento fossem idênticos. A relação dos políticos de Belford Roxo com o poder iguaçuano também se dava da mesma forma, com vários políticos locais se elegendo vereadores por Nova Iguaçu e, de certa forma, se submetendo a essa dominação em troca de “fatias” de poder.

A primeira tentativa de emancipação de Belford Roxo, do qual praticamente não há registros escritos, data de 1962, quando se iniciaram reuniões no chamado “Senadinho” que chegavam a reunir 300 pessoas, a maioria moradores humildes, pequenos comerciantes e profissionais liberais. É preciso ressaltar que este movimento ganha força em função da instalação do Complexo Industrial da Bayer em 1958, que contribuiu para a formação da crença, que acompanhou todo o processo de luta pela emancipação, de que arrecadava-se muito e recebia-se pouco em Belford Roxo. Contudo não se verificou o apoio dos políticos tradicionais a este projeto e que este tenha tomado algum tipo de forma jurídica, capaz de iniciar os trâmites legais junto a ALERJ.

Na avaliação de Monteiro (2001) embora houvesse o reconhecimento de injustiças na repartição dos equipamentos e serviços públicos entre sede e distrito e o movimento pela emancipação contasse com apoio popular, não havia uma convergência de interesses entre a elite tradicional e a oposição local, nem expressivas lideranças locais capazes de criar um sentimento de identidade com o novo município.

Assim como nos demais distritos, o golpe militar extinguiu a mobilização e não permitiu o seu processo de amadurecimento político naquele momento. Entretanto, as contradições se agudizaram e foram engrossando o caldo de

cultura da insatisfação popular que ressurgirá no ocaso do regime, agora sob o comando de novas lideranças, emergentes da massa de despossuídos que ocuparam os loteamentos nas décadas anteriores. O final dos anos 70 e início dos anos 80 do século XX serão de efervescência política nestes territórios da Baixada Fluminense. Contudo, antes desse período ocorreu o interregno do Regime Militar.

A suspensão das emancipações no Regime Militar

Durante a fase mais dura do regime militar, entre 1964 e 1979, os movimentos emancipacionistas entraram em recesso, só retomando as suas atividades após a abertura promovida pelo regime, principalmente a partir de 1982, com a realização de eleições diretas para governador.

Em 1983 os movimentos emancipacionistas começam a retomar suas atividades e após a instalação da Nova República, ainda dentro das regras da Constituição do regime militar começam as primeiras emancipações no Estado do Rio de Janeiro. Várias tentativas são bem sucedidas como Arraial do Cabo em 1985 e Italva em 1986. Na Baixada, fracassam as tentativas de Mesquita em 1987 e Queimados em 1988, somente Belford Roxo consegue a sua emancipação neste contexto, mesmo assim após uma intensa batalha judicial.

Belford Roxo: emancipação na nova república

O caso de Belford Roxo possui particularidades devem ser analisadas com mais profundidade, pois parece ser aquele caso em que o processo de construção de uma identidade territorial seja o mais significativo e exemplar, à medida que esta foi sendo elaborada no processo de mobilização e conseguiu um grau de apoio popular tão grande que acabou por fugir do controle dos políticos tradicionais, abrindo espaço para a emergência de novas lideranças saídas do seio da população, ainda que com ressalvas aos métodos utilizados por essas.

O processo que irá culminar com a emancipação de Belford Roxo começa a tomar corpo em 1985, com a formação de uma nova comissão pró-emancipação de Belford Roxo, inicialmente liderada por políticos tradicionais da cidade, que eram olhados com desconfiança pela população local por serem considerados beneficiários das injustiças políticas cometidas por Nova Iguaçu contra Belford Roxo.

O motivo para tal desconfiança era o fato de que quase a metade dos vereadores de Nova Iguaçu serem de Belford Roxo e o distrito continuar a ter uma péssima qualidade de vida. O abandono da prefeitura e a omissão da maioria dos vereadores fez com que a população se utilizasse do que Monteiro

(2001) chama de “rede de resoluções práticas”, que consistia numa articulação da autoconstrução de bens e serviços públicos com o clientelismo praticado pelas “lideranças marginais”. Essas lideranças eram membros da comunidade que prestavam serviços informais ou os conseguiam através da intermediação junto aos poderes constituídos. Eram identificados como autônomos frente a partidos, políticos e mesmo, associações de moradores, que haviam perdido prestígio nos meados da década de 1980.

Entre esses serviços estavam o de transporte de doentes em ambulâncias privadas e o de “segurança” do pequeno comércio local e dos moradores. Esse último serviço que consistia, basicamente, no assassinato de pequenos infratores das redondezas e na proteção contra assaltos, acabou criando uma legião de “heróis” locais que contavam com certo apoio da população, em lugares onde a polícia oficial quase não aparecia (Alves, JCS, 2003).

Entre essas lideranças marginais que possuíam o perfil de “herói” local estava Jorge Julio dos Santos, o Joca. Filho de migrantes pobres e com uma trajetória de vida de quem venceu a pobreza, trabalhando de baleiro, carroceiro e motorista até virar um pequeno empresário bem sucedido. Joca tinha a cara do povo de Belford Roxo. A sua atuação clientelista possibilitou a sua eleição para vereador em Nova Iguaçu e o seu discurso “popularesco”, de homem de ação e poucas palavras, deu uma “cara” popular ao movimento de emancipação, tido até então como uma coisa das elites oportunistas. As acusações de enriquecimento ilícito e de ligação com grupos de extermínio não lhe tiraram o apoio popular. No segundo caso, as acusações tiveram efeito contrário, a sua imagem de defensor dos mais pobres lhe valia comparações a Tenório Cavalcanti.

A adesão de figuras como Joca e das associações de moradores, em combinação com a atuação de políticos tradicionais permitiu que o processo de emancipação fosse em frente com a formação da Comissão de Emancipação de Belford Roxo em 1986, que conseguiu junto a ALERJ, a realização do plebiscito em 12 de junho de 1988.

Entretanto o quorum mínimo não foi alcançado e o principal motivo foi ao alto índice de abstenção em Miguel Couto e em outras áreas limítrofes a Nova Iguaçu. O principal motivo identificado pelos membros da Comissão foi a falta de identificação dos moradores destes locais com o novo município. Como vimos anteriormente, desde a extinção do trem de passageiros da EF Rio D’Ouro, Miguel Couto havia sido absorvido pela área de influência de Nova Iguaçu, não tendo nenhum tipo de identidade com Belford Roxo para onde quase não havia linhas de ônibus, o que dificultava o fluxo entre essas duas localidades.

Diante desta constatação, a Comissão entra com recursos junto ao TRE

para fosse feita a recontagem dos votos válidos, retirando-se da listagem os eleitores falecidos e, principalmente, excluindo-se os eleitores de Miguel Couto e das localidades que se abstiveram. Para tanto foi necessário redesenhar o mapa do distrito, alterando os seus limites com Nova Iguaçu (Monteiro, 2001), o que vai gerar um litígio sobre esses limites quando da instalação do novo município.

Em outubro de 1988 o recurso é considerado procedente e o TRE dá ganho de causa a Comissão e o quorum é atingido. Em março de 1990 o projeto de lei que cria o município de Belford Roxo é enviado a ALERJ, sendo aprovado em abril do mesmo ano. Entretanto a instalação do município, como reza a lei, só se dará quando da posse do primeiro prefeito eleito, o Joca, em 1993.

A vitória de Joca nas eleições de 1992 foi resultado de uma campanha eleitoral que buscou construir uma identidade territorial para Belford Roxo associada a um novo tempo. O lema de Joca era o amor e o símbolo de sua campanha, um coração estilizado no lugar do “O” do seu nome. Com a sua vitória ele leva o lema de campanha para dentro da Prefeitura com o slogan “Governando com Amor”, chegando o ponto de colocar um coração no brasão do município.

A despeito de todas as críticas que se possa fazer ao governo de Joca e de sua conduta política e pessoal, temos que reconhecer a sua habilidade em construir uma identidade para o município e o resgate da auto-estima da população mais pobre, o que passou servir de modelo para outros políticos da região. A sua morte, violenta como se previa, elevou a sua figura a condição de mito (Monteiro, op cit) e possibilitou a continuidade de seu projeto de poder com a eleição de sua mulher Maria Lúcia como prefeita em 1996 e o seu retorno à prefeitura em 2004, após a derrota em 2000 para Waldir Zito.

Esta derrota eleitoral de 2000, deve-se de um lado pelo fato da viúva Maria Lúcia não ter o carisma do marido morto e pela sua ineficiência administrativa. Do outro lado, o eleito era um preposto do mais bem sucedido “seguidor” de Joca na Baixada Fluminense, José Camilo Zito, que a partir de sua base em Caxias onde era prefeito, conseguiu eleger também para prefeito, o seu irmão em Belford Roxo e a sua mulher, Narriman Zito em Magé, além de ter uma filha, Andréa Zito, com base em São João de Meriti, como deputada na ALERJ, cada um por um partido diferente. Os opositores de Zito passaram a chamar, pejorativamente, essa região de “Zitolândia”.

A morte prematura de Joca evitou o desenrolar de um confronto com Zito, que poderia ter sido uma reedição dos tiroteios reais e verbais das batalhas políticas vividas nas décadas de 1940 e 50 entre Tenório e seus opositores, ou a formação de uma nova força política baseada em lideranças de origem popular

que desafiassem a desgastada elite local da Baixada Fluminense, já abalada pelo fenômeno do brizolismo da década de 1980. Do ponto de vista dos moradores de Belford Roxo, deixou como herança uma identidade e um resgate da auto estima que ajudou a consolidar o novo município como um ente autônomo com relação à Nova Iguaçu.

A consolidação do processo de transição democrática do país se deu com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Com ela novas regras e um ambiente propício para a eclosão de novos movimentos emancipatórios e o resgate dos que haviam sido derrotados o período anterior.

A nova onda de emancipações pós-constituição de 1988

Queimados e Japeri serão analisados em conjunto neste bloco devido ao fato de que apresentam duas coisas em comum, tentaram se emancipar juntos em 1988 e somente conseguiram se emancipar, já separados, sob a égide da nova constituição.

Queimados

A segunda tentativa de emancipação de Queimados teve o início de sua articulação após abertura do regime militar que permitiu a realização de eleições diretas para Governador e prefeitos em 1982. A posse do novo prefeito de Nova Iguaçu não representou nenhuma mudança na política de investimos seletivos, pelo contrário, acentuou-se a concentração desses no distrito sede. Esta situação de abandono, somada a força adquirida pelas associações de moradores neste período, serviu de impulso para a reativação do movimento emancipacionista.

Em agosto de 1984 é produzido um abaixo assinado exigindo a realização de um plebiscito visando a emancipação do município. Com o apoio de deputados estaduais da Baixada Fluminense, o pedido chega a ALERJ e o plebiscito é marcado para julho de 1988. Embora a emancipação isolada de Queimados não ferisse o princípio da continuidade territorial de Nova Iguaçu, o distrito de Japeri é incluído no novo município, o argumento é o de uma descontinuidade de caráter prático já que todas as vias, férreas ou de rodagem, que ligam este distrito a Nova Iguaçu passam por Queimados.

Todavia, o resultado é o fracasso do pleito e o quorum não é atingido (Soares, 2001). Numa avaliação dos resultados verificou-se a maciça presença do eleitorado de Queimados e grandes abstenções em Japeri, Engenheiro Pedreira, Cabuçu, Marapicu e Km 32. A causa destas abstenções foi facilmente encontrada: a falta de identidade com o novo município. No caso do distrito de Japeri verificou-se que a população local não parecia disposta a trocar a submissão à Nova Iguaçu pela mesma situação com relação a Queimados,

distrito com o qual os moradores de Japeri não possuem qualquer ligação econômica, histórica ou afetiva, sendo considerada apenas uma estação a mais no caminho do Rio de Janeiro ou de Nova Iguaçu . A indiferença foi o motor do não comparecimento.

No caso de Cabuçu, Marapicu e do Km 32, embora historicamente pertencentes ao distrito de Queimados, também não havia um sentimento de identidade com o novo município, pois essas localidades estavam vinculadas historicamente à antiga freguesia de Marapicu que foi absorvida e teve a sede do distrito transferida para Queimados. Conforme constata Ismael Lopes, uma das lideranças do movimento “Queimados e Cabuçu eram um distrito só,..., nós queríamos nos desvincular de Cabuçu, mas legalmente Cabuçu tinha que participar do processo. Foi Cabuçu, inclusive, que derrotou a gente no primeiro plebiscito” (apud, Soares, 2001, 89).

Esta situação, de articulação destas localidades com outros núcleos, se deu muito em função da rede viária da região, o que contribuiu para essa ausência de relações mais fortes. O asfaltamento da RJ 105, ou Estrada de Madureira, reforçou a polarização de Cabuçu e Marapicu por parte de Nova Iguaçu e o Km 32 sempre esteve mais ligado a Campo Grande no município do Rio de Janeiro, em virtude da facilidade de acesso a esse bairro através da Antiga Rodovia Rio São Paulo. As estradas que ligavam essas localidades a Queimados não eram pavimentadas e não existiam linhas de ônibus entre elas ou as que as ligavam eram extremamente deficientes. Essa falta de ligações econômicas, determinou uma falta de identidade territorial e política com o novo município, o que fez com que a abstenção fosse muito grande, inviabilizando a obtenção do quorum mínimo.

A avaliação do fracasso do plebiscito de 1988 revelou alguns erros na elaboração do projeto e na condução da campanha. No caso do projeto ficou claro que, a inclusão das localidades distantes do núcleo de Queimados e/ou não vinculadas historicamente a este, foi a causa determinante para a derrota pois não se conseguiu criar nessas o sentimento de pertencimento ao novo ente territorial. A campanha também se mostrou equivocada pois ficou centrada na oposição Queimados-Nova Iguaçu, ignorando as relações sociais e históricas e as identidades que os moradores dessas localidades tinham com a sede do município e superestimando as relações e identidades dessas com Queimados.

A terceira tentativa de Queimados, que irá ser bem sucedida, começou reparando esses erros. Em primeiro lugar criou-se uma entidade para organizar o processo, a Associação dos Amigos para o Progresso de Queimados (AAPQ), que passou a “ser responsável pelos procedimentos a serem traçados e tomados no tocante ao processo de emancipação” (Soares, 2001, 90). Entre as suas

atribuições, estava um minucioso estudo dos trâmites jurídicos necessários a elaboração de um novo projeto de emancipação.

Figura 14: Redivisão distrital em Nova Iguaçu



Fonte: CIDE 1997, modificado pelo autor, 2006

A primeira medida para viabilizar o projeto foi o seu desmembramento do projeto de Japeri. Para evitar a repetição da abstenção das localidades não comprometidas com a emancipação, houve um redesenho dos limites distritais e excluíram-se do novo distrito as localidades de Cabuçu, Marapicu e Km 32, que passaram a fazer parte do distrito sede, como podemos observar nos mapas acima. Esta estratégia demonstra o reconhecimento da identidade territorial como fator decisivo na mobilização da população para o envolvimento no processo de emancipação do município.

Também como forma de evitar a repetição de alguns erros do processo anterior e dar um maior peso político a demanda da emancipação, a AAPQ procurou o experiente deputado estadual Paulo Duque para assessorar e elaborar o novo projeto, já dentro das novas regras da Constituição de 1988 e encaminhá-lo junto a ALERJ. O resultado foi a marcação da data do novo plebiscito para 25 de novembro de 1990. Começava aí uma nova etapa do processo, a mobilização da população.

A motivação básica da tentativa de emancipação era a notória carência de equipamentos e serviços públicos na maior parte do município tanto em termos absolutos quanto relativos, quando comparado à sede de Nova Iguaçu. Esta sensação de abandono e injustiça ficou ainda maior após a inauguração, em 1978, do Distrito Industrial de Nova Iguaçu (atual Queimados) na Rodovia

Presidente Dutra na altura de Queimados, que possibilitou a instalação de várias indústrias que passaram a contribuir com uma porcentagem significativa da arrecadação de Nova Iguaçu.

De acordo com Soares o movimento de Queimados “foi amplo e aglutinou os mais variados setores da sociedade local” (2001, 91). Embora se pautasse na busca de alternativa às carências de base material, é sabido que essas não atingem todo o contingente da população local com a mesma intensidade. As áreas centrais dos distritos sempre tiveram um padrão de atendimento de bens e serviços públicos próximos ao da sede do município e em Queimados não era diferente. Havia também a consciência de que os membros da AAPQ se beneficiavam dessa política pois eram moradores do centro de Queimados e alguns exerciam mandatos na Câmara ou cargos no executivo de Nova Iguaçu.

Para manter a coesão do movimento foi necessário criar elementos de base identitária, que extrapolassem as diferenças de classe existentes no seio do grupo, para isso, muito mais do que simples aliança de classes, houve a criação de um discurso comum na criação de uma identidade de base territorial, assim “a aglutinação do empresariado, associações de moradores e religiosos foi o elemento fundamental que mobilizou a população em torno da necessidade de criação do município” (Soares, op cit, 91).

O trabalho de mobilização realizado durante todo o ano de 1990 resultou no comparecimento maciço no dia do plebiscito e a obtenção do quorum mínimo. A seguir, em 1991, foi elaborado e aprovado o projeto de lei que criou o município. Em 1992 realizaram-se as primeiras eleições municipais e, obviamente, a unidade do movimento foi rompida e, como era de se esperar, os diversos grupos presentes lançaram os seus próprios candidatos.

Este fato não contradiz a idéia de que o movimento pela emancipação criou uma identidade própria no novo município. Como dissemos anteriormente, não há uma só identidade, e a identidade territorial é apenas uma delas, e que, uma vez definida e consolidada, abre caminho para a emergência de outras identidades, que passam a se contrapor em outros campos de disputa. Desse modo, ao se criar a identidade de “queimadense” em oposição a de “iguazuano”, conseguiu-se atingir um objetivo mais imediato que é constituição de um território autônomo frente ao outro ente territorial. A partir daí as contradições internas, que nunca foram negadas, passaram a comandar o jogo político local, o que em absoluto significa a negação da identidade territorial criada nos habitantes do município, qualquer que seja a sua classe ou grupo social.

Japeri

A trajetória política administrativa de Japeri talvez seja a mais confusa do Estado do Rio de Janeiro tendo sido parte pelo menos três diferentes distritos de Vassouras, dois de Nova Iguaçu e ainda feito parte do que é hoje Paracambi. Esta conturbada trajetória se explica pela alternância de ciclos de desenvolvimento e decadência da localidade e das localidades vizinhas. Este fato é uma das explicações para o fracasso da primeira tentativa de emancipação dentro de um possível município de Queimados, que seria, afinal, mais uma mudança de identidade imposta pelos vizinhos, numa situação de subordinação política.

As primeiras referências às terras que hoje compõe o município de Japeri remontam ao período da construção do Caminho Novo do Tinguá em 1725. Este caminho, que servia como alternativa aos que partiam dos portos de Pilar e Estrela, passava por terras abandonadas sobre as quais não há nenhuma referência anterior a este período. Com a passagem das tropas de mulas com destino as Minas Gerais, a região passa a ter importância e é apropriada sob a forma de sesmaria doada a Ignácio Paes Leme em 1743 (Prado, 2000).

Na confluência do Rio Santana com o Ribeirão das Lages, que formam a partir daí o rio Guandu, estabeleceu-se a sede das fazendas Belém e Santana, sendo construída uma igreja com o nome de Nossa Senhora de Belém e Menino Deus em 1762. A partir daí a região passa a cumprir uma dupla função, servir como local de passagem para o comércio e o transporte do ouro para o porto do Rio de Janeiro e como área produtora de açúcar e mandioca. Entretanto, a maior parte de sua produção era escoada pelo Rio Guandu e a Baía de Sepetiba e não pelo porto do Rio de Janeiro. No entanto, com o assoreamento do rio Guandu a produção de Belém passa a ser escoada pelo Rio de Janeiro através do Caminho da Terra Firme, incorporando esta região a órbita de influência da capital da colônia.

Com a decadência da exploração do ouro em Minas, Belém entra em decadência e permanece estagnada até a segunda metade do século XIX. Embora tenha servido de passagem para o café que descia do Vale do Paraíba, o Caminho Novo não terá tanta importância, à medida que a maior parte do café descera a serra pela Estrada do Comércio que ia direto ao Porto de Iguaçu e daí para o Rio de Janeiro através do transporte fluvial.

Em 1833, com criação das vilas e a divisão da província do Rio de Janeiro em municípios, as terras do atual município de Japeri ficaram divididas. Belém e arredores passam a pertencer a Vassouras e as terras de Caramujos, depois Engenheiro Pedreira, pertencerão a Iguaçu, a unificação só ocorre na década de 1940 quando será criado o distrito de Japeri.

A decadência do transporte fluvial que havia levado Belém a abandonar o rio Guandu e a utilizar o Caminho da Terra Firme também atinge o rio Iguaçu. É quando Belém retoma o seu papel de pousio na rota de passagem do café. Essa importância aumenta quando é construída a EFCB. A presença de grandes brejos em Caramujos, atual Engenheiro Pedreira, atrasaram a chegada da ferrovia a Belém, mas com a criação da estação terminal em Belém em 1858, inicia-se um período de desenvolvimento para a localidade que passará ser ponto obrigatório de transbordo de quase todo o café que desce do Vale do Paraíba.

Quando a ferrovia sobe a Serra do Mar, o fará por Belém que, paradoxalmente, perde um pouco do seu papel de local de transbordo de café, agora transferido para Barra do Piraí no alto do planalto. Contudo, Belém continua sendo importante local de passagem do transporte de carga e de passageiros, principalmente quando a ferrovia é estendida até São Paulo e Minas Gerais. Mesmo assim, há uma perda de dinamismo que fará com que a localidade perca também força política passando a ser controlada politicamente pelas localidades vizinhas.

Como marco inicial da história de subordinação política de Japeri tomamos o ano de 1872, quando a então localidade de Belém fazia parte do 7º distrito de Vassouras, com sede em Conrado. Em 1904 é criado o 6º distrito de Vassouras com sede na localidade de Macacos, hoje extinta. Em 1909, Belém volta a fazer parte do 7º distrito agora como sede nessa localidade. Essa relativa autonomia durou pouco e em 1919, a sede de Belém é transferida para Paracambi que em 1939 passa a se chamar Tariatá.

Em 1944, o 7º distrito de Vassouras é desmembrado e Belém é anexada ao 2º distrito de Nova Iguaçu, Queimados. Em 1947 o nome é trocado para Japeri e, finalmente, em 1952 é criado o 6º distrito de Nova Iguaçu com o nome de Japeri, encerrando o ciclo de transformações que só seria alterado definitivamente com a emancipação (Reis Filho, 1991).

Contudo, até a década de 1940 Belém não será mais que isto, um pequeno núcleo urbano cercado de fazendas e que serve de passagem para os trens de carga e de passageiros. A transferência de das águas do rio Paraíba do Sul para o Guandu aumenta o volume de água deste rio e acaba por trazer de volta grande parte dos brejos que haviam sido um empecilho no século anterior. A cultura da laranja que faz a riqueza de Nova Iguaçu não chega até a localidade que permanece estagnada.

As mudanças começam a acontecer no final da década de 1930, quando a há adoção da tarifa única no ramal de passageiros, assim o custo do transporte diminui e Belém passa ser interessante para a localização de moradia urbana. No entanto, como a eletrificação que chegara em Nova Iguaçu em 1937 só é

estendida até Belém em 1943, não há uma ocupação de caráter urbano nesse período.

A partir daí Japeri passa a ser incorporada ao processo de urbanização que explode na Baixada Fluminense e as terras em torno da estação passam a ser loteadas de forma acelerada e vendidas a uma população de baixa renda, atraída pelo baixo preço dos lotes e pela ligação ferroviária com o centro do Rio de Janeiro. Entretanto, a urbanização não será tão intensa quanto os demais núcleos surgidos ao longo das vias férreas em virtude da grande distância com relação ao Rio de Janeiro. Ainda hoje Japeri é o município que apresenta menor população e menor grau de urbanização da Baixada Fluminense, além dos maiores índices de carência da região e do estado (CIDE, 2001).

A construção da rodovia Presidente Dutra em 1951 cortando parte do município não contribuiu para o desenvolvimento e ocupação do mesmo. A grande distância da sede do município e o fato de atravessar áreas vazias num momento em que o transporte rodoviário de passageiros ainda não era eficaz não estimulou a sua ocupação para fins residenciais e ao mesmo tempo desestimulou a sua ocupação agrícola. O resultado é que essas áreas permanecem vazias até os dias de hoje como reserva de valor, pois as indústrias, que seriam a princípio o uso mais viável, também não se instalaram no local. Somente, no início do século XXI que se iniciou um processo de instalação de indústrias no município ao longo da estrada que liga Engenheiro Pedreira a Via Dutra.

Diante desta multiplicidade de situações político-administrativas foi difícil constituir uma identidade territorial duradoura e até a formação de pactos políticos com os grupos dominantes, à medida que estes interlocutores se alternavam a cada redesenho da organização político-territorial do Estado. Sendo assim o processo de construção de uma identidade em Japeri é um fenômeno recente, basicamente motivado pela necessidade de emancipação criada pela emancipação de Queimados.

Como vimos, a primeira tentativa de Queimados incluiu Japeri pelo fato de que este distrito, ficaria, em termos práticos, separado da sede pelo município de Queimados, pois as duas principais ligações com Nova Iguaçu, a Via Dutra e a EFCB, o atravessavam. Os limites de Nova Iguaçu com Japeri continuariam a existir, mas seriam por dentro da Reserva Biológica do Tinguá, por onde não há acesso.

Este argumento foi pouco trabalhado na campanha pela emancipação e teria pouca importância real no cotidiano dos moradores, tanto que o grupo de Queimados abandonou este argumento e decidiu fazer a sua emancipação em separado. Contudo, do ponto de vista simbólico esta situação aumentou a distância “psicológica” entre Japeri e a sede e com certeza teve um peso

considerável na decisão dos moradores em aderir ao movimento e comparecer às urnas no segundo plebiscito.

Para viabilizar a emancipação é constituída uma Comissão, que, como no caso de Queimados, conta com a presença de vários atores sociais locais: vereadores, líderes religiosos, associações de moradores, etc., demonstrando o caráter socialmente heterogêneo deste grupo. O projeto do plebiscito é encaminhado e aprovado na ALERJ, em 1990, já nos moldes da nova Constituição e o mesmo é marcado para junho de 1991. Para conseguir a emancipação seria necessário o comparecimento de metade mais um dos eleitores destes, e esses deveriam votar sim.

A campanha passou ser feita através de reuniões, comícios e distribuição de panfletos, com base em dois focos. O primeiro era centrado na turbulenta trajetória administrativa do distrito e sua subordinação a diversas localidades durante o seu processo histórico, procurando resgatar um sentido de unidade nos moradores e criar uma identidade territorial própria, em oposição àquelas impostas pelas mudanças dos limites do distrito.

O segundo foco, como não poderia deixar de ser, se voltava para o tratamento injusto recebido pelo distrito por parte dos governos e políticos de Nova Iguaçu, ressaltando que com a anexação do distrito em 1952 “toda essa riqueza sócio-econômica passou a integrar o município de Nova Iguaçu, acentuando o empobrecimento e a deterioração da qualidade de vida dos seus moradores” (Reis Filho, 1991).

Para ressaltar essas motivações, os panfletos traziam um resumo da história de Japeri e um duro discurso contra os governos e políticos iguaçuanos. Para fazer frente ao discurso contrário a emancipação, baseado na pobreza do município, na sua possível inviabilidade econômica e na possibilidade de aumento de impostos, esses panfletos da campanha também traziam uma pequena explicação sobre a formação dos orçamentos municipais com o peso de cada imposto na receita do município, ressaltando o peso dos repasses estaduais e federais, demonstrando que “essa receita auferida em Japeri, que custa o sacrifício, o suor e o sangue de tantos,..., irá financiar o asfalto de outros distritos iguaçuanos, marcando um processo desumano e injusto” (idem).

Ainda no campo das justificativas tributárias, a campanha lança um alerta aos moradores de Japeri, lembrando que com as emancipações de Belford Roxo e Queimados, que, segundo os dados do panfleto, seriam responsáveis por 52% da receita de Nova Iguaçu, esse não teria condições de se sustentar e muito menos de repassar recursos para o distrito, tendo que, para reequilibrar o orçamento, aumentar os impostos municipais, contradizendo o argumento anterior.

O que estava claro neste discurso era a criação, simultânea, de uma imagem de Nova Iguaçu, construindo um “eles” carregado de negatividades e oposições, e de um “nós” impregnado de positivities e de novidade, com a criação de uma identidade territorial de “japeriense” até então relegada a um segundo plano.

É interessante notar que o discurso dos panfletos faz questão de mencionar a cada parágrafo, o nome das localidades que constituem o distrito, como Engenheiro Pedreira, Pedra Lisa, Santo Antonio, Rio D’Ouro, etc, dada a fragilidade das relações sociais, econômicas e políticas entre essas localidades e Japeri, expressa numa malha viária de péssima qualidade e que facilitam muito mais as ligações entre elas, principalmente com Engenheiro Pedreira, do que com a sede.

É interessante notar que esta estratégia tem um caráter imediato, o de criar uma identidade territorial única com vista ao plebiscito já marcado, e um preventivo, pois já neste período a população e a importância econômica de Engenheiro Pedreira já eram maiores do que as da sede, o que poderia provocar uma insurgência do grupo dessa localidade e comprometer a votação no plebiscito, além do perigo de, num futuro próximo, a emancipação se fazer por Engenheiro Pedreira e Japeri se transformar novamente num distrito subordinado a outro município.

O plebiscito foi marcado por um expressivo comparecimento e uma vitória tranqüila do SIM. O próximo passo foi a elaboração e aprovação do projeto de lei que criava o município. Assim em dezembro de 1991 a lei estadual nº 1092 criava o município e determinava os seus limites. Em 1992 foram realizadas as primeiras eleições e em 1993, com a posse do primeiro prefeito, o antigo vereador por Nova Iguaçu e participante do movimento pró-emancipação, Carlos Moraes Costa, há a instalação do novo município.

O que mais chama atenção no caso de Japeri foi a necessidade criar uma identidade absolutamente nova, numa fração de território que se caracterizou por uma debilidade econômica que levou a uma sucessiva subordinação a localidades vizinhas. Sendo assim o que cimentou esta identidade foi muito mais a construção do “outro” e o temor de se ver subordinado a outro “outro”, do que propriamente a construção de um “nós”.

No momento atual, a sede de Japeri se vê perdendo espaço para o maior dinamismo de Engenheiro Pedreira, onde grupos locais começam a demonstrar publicamente a sua insatisfação perante a administração centralizada em Japeri, iniciando um processo de transformação do “nós”, conquistado a duras penas, em “eles”, o que pode provocar num futuro próximo um novo movimento de emancipação e o desmembramento de Engenheiro Pedreira ou uma mudança da

sede para esta localidade.

Mesquita : três plebiscitos e uma batalha judicial

Mesquita foi o último município da Baixada a conseguir a sua emancipação, já em 1999, após três plebiscitos e uma longa batalha judicial, que culminou com a vitória no TSE e a instalação do município em 2000. Embora cada tentativa tivesse um contexto e um processo diferenciado, o que vai marcar as duas primeiras, a despeito de fatores conjunturais, é a falta de uma estratégia clara de formação de uma identidade mesquitense que superasse as divergências, interesses particulares e, principalmente, as desconfianças entre grupos envolvidos. A análise mais aprofundada desses processos nos permite identificar os erros cometidos e o papel dos agentes envolvidos.

Se durante a década de 1950, quando da primeira tentativa de emancipação ainda havia uma separação clara entre os núcleos urbanos de Nova Iguaçu e Mesquita, a intensificação da ocupação urbana que gerou o processo de conurbação entre eles eliminou essa separação física e dificultou a separação simbólica. A grande proximidade de Mesquita com a sede de Nova Iguaçu e a imprecisão dos limites entre as duas cidades sempre foram um empecilho para a criação de uma identidade mesquitense.

Há diversas áreas de “sombra” entre essas duas localidades e por muito tempo Mesquita era considerado mais um “bairro” de Nova Iguaçu do que um “distrito” no sentido da palavra, como eram, Queimados, Cava, Japeri e em menor grau, Belford Roxo. Essa dificuldade contribuiu para que alguns personagens importantes tivessem uma atuação dúbia com relação a emancipação e deixassem transparecer isto para a população, que de certa forma, também se sentia dividida quanto a sua identidade territorial.

Outro fator que não pode ser desconsiderado é de que as carências materiais de Mesquita eram bem menores do que as encontradas nos distritos mais afastados. A maior parte dos bairros de Mesquita, devido a sua proximidade com a sede apresentavam uma qualidade de vida melhor do que vários bairros do próprio distrito sede. Assim, o sentimento “anti-iguaçuano” não era tão intenso e a construção de uma identidade baseada na oposição ao “outro” não possuiu grande força nos primeiros momentos de retomada do movimento emancipacionista.

A retomada do processo de emancipação aconteceu, como nos demais distritos, em 1983 após a posse do novo prefeito de Nova Iguaçu e devido a abertura do regime militar. Aproveitando-se da onda “democrática” o movimento se organiza em torno da aliança entre políticos tradicionais e novas lideranças ligadas ao movimento popular e a partidos emergentes. Embora o requerimento

encaminhado a ALERJ tivesse assinatura de pessoas ligadas ao PDT, ele partiu de iniciativa das associações de moradores de Mesquita, que se reuniam em torno da Regional V do MAB e da SAMES (Sociedade de Amigos de Mesquita) e formaram a Comissão pró-emancipação, passando a se reunir no chamado “Casarão da Emancipação” (Silva, MFS, 2005).

Os partidos mais a esquerda no período se posicionaram de forma contrária ou não se engajaram totalmente no movimento, preferindo manter distância do que se pensava ser uma luta “menor” ou enxergando no movimento um certo oportunismo dos políticos e partidos tradicionais. A condução do processo acabou sendo levada a cabo por membros de partidos o que gerou desconfiança na população. O fato é que quando se marcou a data do plebiscito para setembro de 1986, o movimento ainda não tinha conseguido atingir a coesão interna necessária para a criação de uma identidade “mesquitense” nos moradores de modo que os fizesse sair de casa para comparecer as urnas e se declararem “não iguaçuanos”.

O quorum alcançado no plebiscito foi muito baixo, apenas 18% (Silva, MFS, op cit) e além dos fatores estruturais como a falta de dinheiro e de mobilização, alguns fatores de ordem conjuntural como uma intensa chuva no dia da votação e o fato deste cair num “feriadão”, também contribuíram para afastar os eleitores, já que várias excursões gratuitas e festas foram programadas por políticos iguaçuanos interessados em barrar a emancipação de Mesquita (Silva, MFS, op cit).

Com base nas novas regras pós-constituição de 1988, inicia-se uma nova tentativa de emancipação de Mesquita. Dessa vez o caráter popular do movimento é posto em dúvida devido a entrada em cena de José Montes Paixão, o mesmo deputado que havia sido acusado de sumir com o processo de emancipação de 1957. Ao assumir a liderança do processo, encaminhando o projeto de emancipação junto a ALERJ e tomando para si a responsabilidade de conduzir a campanha, conseguiu afastar uma boa parte dos colaboradores da campanha de 1986.

A mudança de posição de Paixão foi vista com desconfiança por parte dos agentes e da população em geral e a mobilização foi fraca, apesar do volume de recursos financeiros e materiais que foram postos na campanha pelo deputado. A campanha não entusiasmou a população para o plebiscito marcado para novembro de 1993.

O quorum mais uma vez não é atingido e a despeito de não ter chovido, as estratégias dos políticos opositores foi a mesma, a realização de festas e excursões coincidindo com o dia da votação que afastaram o eleitor dos locais de votação. Some-se a isto uma campanha aberta anti-emancipação, com a

divulgação de folhetos e “santinhos” contrários a emancipação, segundo relatos da época, atribuídos a políticos de Nova Iguaçu (Silva, MFS).

A campanha para o terceiro plebiscito se iniciou logo após a derrota do segundo. Na avaliação dos erros se identificou a indiferença popular como uma das causas do fracasso. Ainda não havia nos moradores um sentimento de ruptura com a identidade “iguaçuana”. Além disso, os movimentos populares estavam num momento de refluxo e a maioria das entidades estava sob o controle de partidos ou de políticos oportunistas.

Como no plebiscito anterior, agora com mais força, a liderança é do Deputado José Paixão, agora mentor, coordenador e financiador da campanha. Para dar sustentação a campanha montou-se um Conselho da Emancipação que se reunia no Tênis Clube de Mesquita. Para ter o controle sobre esse, Paixão se cercou de gente de sua confiança, indicando seu sobrinho, Waltinho Paixão, para presidente do Comitê pró-emancipação. Esses atos afastaram uma boa parte do movimento organizado do processo, mas não impediram a sua continuidade (Silva, MFS, 2005).

O fato novo que contribuiu para uma grande adesão da população ao processo de emancipação, foi o desastroso governo do prefeito de Nova Iguaçu Altamir Gomes, que por ter deixado o município e os distritos em estado de “pré-calamidade pública”, passou a ser considerado o principal cabo eleitoral da emancipação, pois criou-se a sensação de que a separação de Nova Iguaçu era a única saída para a crise (Silva, MFS, op cit).

Verificamos neste caso, a construção da identidade se baseando na negação do “outro”, nesse caso personificado na figura de uma pessoa, que passou a representar toda a negatividade da identidade iguaçuana. O péssimo governo de Altamir Gomes conseguiu em pouco tempo o que os discursos pró-identidade mesquitense não conseguiram em décadas, criar a diferenciação entre ser iguaçuano ou mesquitense.

É claro que essa conjuntura por si só, não seria capaz de operar o milagre de criar uma identidade pela simples negação de fazer parte de um município com um péssimo prefeito. Devemos ressaltar aqui o trabalho feito pelo Comitê da emancipação no sentido de construir esta nova identidade e o desejo de fazer parte de um novo ente territorial. O que estava em jogo não era uma simples mudança de administração e sim a possibilidade de se construir algo realmente novo.

A campanha foi tomando corpo e começou a atrair agentes sociais de todos os matizes, inclusive de partidos e políticos locais que haviam se afastados devido a presença de Paixão à frente do processo. Diante da percepção do desejo popular em votar a favor da emancipação, oportunistas e descrentes se renderam

às evidências e passaram a apoiar o movimento temendo perder espaço no futuro município.

O processo de emancipação iniciado em 1994 marcou o plebiscito para novembro de 1995. A novidade do pleito era o teste da votação em urnas eletrônicas, que seriam utilizadas pela primeira vez no Brasil. No dia da votação houve uma massiva participação popular e um grande comparecimento às urnas. Dessa vez não houve tentativas iguaçuanas de interferir no processo. Contudo a votação não seguiu o seu curso normal, pois várias urnas apresentaram defeitos, erros e houve suspeita de fraudes, pois segundo alguns votantes quando apertavam SIM, aparecia o NÃO.

No final da tarde o resultado anunciado foi a derrota do SIM, pela falta de quorum. Segundo o TRE de um universo de 97 mil eleitores, votaram 44 mil, quando seriam necessários 48 mil votos. Em pouco tempo a frustração deu lugar a revolta e a população presente ao local da apuração tentou agredir os políticos iguaçuanos e juizes do TRE, sendo contidos por membros do Comitê da emancipação (Silva, MFS, 2005). Iniciava-se a partir daquele momento uma nova etapa do processo, a luta judicial.

Na avaliação que seguiu a derrota, verificou-se que não haviam acontecido erros significativos na condução do processo que justificassem não alcançar o quorum. Sabia-se que nas áreas próximas aos limites do município haveria grande abstenção, mas a maciça participação do núcleo e bairros centrais garantiria o mínimo de votos necessários. Houve apoio popular, as forças locais superaram as diferenças e marcharam em conjunto. O problema então teria ocorrido na elaboração da lista de votantes.

A partir daí a figura de José Paixão passa a ser crucial no desenrolar do processo, pois ele tomará para si a tarefa de buscar, através da justiça, o direito a emancipação. Sabia-se que as regras estavam para ser mudadas e dificilmente se conseguiria marcar um novo plebiscito e que esse teria tal grau de mobilização popular, logo a única possibilidade de emancipação era através da validação do atual plebiscito.

A análise das listas de votação permitiu verificar que havia um grande número de eleitores falecidos que não haviam sido retirados do total de aptos a votar. Assim montou-se um processo pedindo a retirada destes e a recontagem do número total de eleitores aptos e a partir daí, recalcular o quorum mínimo. Houve um intenso trabalho de garimpagem nos cartórios para comprovar os óbitos e anexá-los ao processo e retirar esses nomes da listagem.

O empenho pessoal de Paixão, que incluiu a cobertura de todos os gastos com o processo e a realização de 160 viagens a Brasília para acompanhar o processo junto ao TSE e depois ao STF, foi reconhecido até pelos seus

opositores. Obviamente, era conhecido o desejo de Paixão em tornar-se prefeito do novo município, mas também não se podia negar que era desejo da população separar-se de Nova Iguaçu. (Silva, MFS, 2005).

Em 1999 o STF dá ganho de causa a Mesquita e o projeto de lei criando o município é encaminhado e aprovado na ALERJ. O então governador Garotinho faz questão de realizar uma solenidade para sancionar a lei de criação do município em setembro de 1999. a partir daí a aliança política que se estabeleceu antes das eleições é desfeita e começa a campanha eleitoral.

Nas eleições de 2000, Paixão enfrenta Artur Messias do PT e ganha as eleições com o slogan de “o emancipador”. Em 2001, com a sua posse, o município é instalado e inicia-se o “governo da emancipação”. Entretanto Paixão não consegue terminar o seu mandato, adoecendo e falecendo antes de completá-lo. Após um curto período de governo do vice –prefeito, realizaram-se as eleições municipais em 2004 e o seu sucessor viria a ser o seu adversário em 2000, Artur Messias do PT.

A análise do processo de Mesquita permite verificar que o processo de construção da identidade territorial que levará a mobilização para a participação no plebiscito, foi construído com base na negação da identidade pretérita, que estava carregada de negatividades. A identificação de um “eles”, antagônico a um “nós”, foi talvez o elemento que faltou nas tentativas anteriores e que foi bem trabalhado no plebiscito de 1995. O resultado é que a cidade hoje possui uma identidade própria procura construir seus símbolos distintos que vai diferenciá-la de Nova Iguaçu.

As tentativas fracassadas e os novos focos emancipacionistas

O sucesso de alguns movimentos emancipacionistas e o fracasso de outros se deve a um conjunto de fatores de ordem conjuntural e estrutural, que pesam na decisão do eleitor de se deslocar até as seções eleitorais e declarar o seu voto favorável. Contudo, a questão da identidade territorial parece ser a determinante nesse processo e a análise dos casos de fracassos contribui para corroborar com esta hipótese.

Noronha (1997) aponta para esta falta de identidade como um fator decisivo nos casos de fracasso na Baixada, como em Vila de Cava e em Xerém. Através de trabalhos de campo nos dias dos plebiscitos com moradores dos distritos ele constatou que um bom número de moradores não sabia quais eram os limites do seu distrito e da malha administrativa do seu município e que “um grande número de cidadãos desconhece a finalidade do movimento e a possibilidade de votar pela separação da área em que mora (...) acentuando-se esta tendência à medida que se afasta da área central da localidade insurreta” (p. 80).

Essa falta de noção dos limites é resultado da

“conurbação total de uma imensa mancha urbana que torna difusa a materialização dos limites municipais e da jurisdição territorial de uma esfera de governo (...) não se repete nesta realidade o processo de formação de uma identidade local na mesma proporção que nas localidades do interior do estado” (Noronha, op cit, 78).

Assim sendo, naqueles distritos em que essa tendência não foi revertida, o comparecimento foi pequeno.

O caso de Vila de Cava, distrito de Nova Iguaçu foi exemplar neste sentido. A localidade que dá nome ao então distrito e ao possível município é a menos desenvolvida entre os três principais núcleos deste. Os outros dois núcleos, Santa Rita e Miguel Couto, são mais desenvolvidos que Vila de Cava e relativamente autônomos com relação a esse, possuindo forte dependência com relação a Nova Iguaçu e que com certeza, apresenta uma imagem positiva mais consolidada do que Vila de Cava. Desse modo, deixar de ser “iguacuano” para ser “viladecavense” não pareceu ser muito empolgante para os moradores dessas localidades.

Esta falta de identidade em torno de um ente de maior força simbólica foi determinante para o alto grau de abstenção no plebiscito. Embora estejamos especulando, se o nome do novo município fosse Tinguá, onde fica a Reserva Biológica, considerada um patrimônio natural e motivo de orgulho para os iguaçuanos, o resultado poderia ter sido diferente. O apelo simbólico seria maior e a população poderia ter comparecido às urnas com mais convicção. Outra alternativa seria o resgate histórico e optar pelo nome de “Iguaçu” ou “Iguaçu Velho”, já que este antigo núcleo que originou o município fica em terras deste distrito e com certeza também possui um valor simbólico maior do que Vila de Cava.

A análise destes casos, de sucesso e fracasso, devem ser levados em consideração nas localidades que almejam a emancipação nos dias atuais. Embora não se saiba quando poderão ser realizados os novos plebiscitos em função do impasse legal que se formou com a mudança nas regras ocorridas em 1996, seria interessante que os novos movimentos observassem os exemplos bem sucedidos e, principalmente, os mal sucedidos.

Os condutores de alguns processos de emancipação que estão parados, mas que podem vir a ser retomados e de outros que podem ser instalados, devem atentar para a importância do referencial simbólico na criação das identidades territoriais. As localidades de Austin e Imbariê, que estão no primeiro caso e de Inhomirim e Piabetá, que estão no segundo, devem repensar as suas estratégias

para não acometerem o mesmo erro de achar que o simples fato da população local não se identificar com o município sede automaticamente cria o desejo de não pertencer mais a ele. Como afirma Noronha não se deve achar que por “não pertencer a um município atrativo e com imagem positiva os distritos tendam a se emancipar com mais facilidade” (1997, 79). E fazer parte de um município “identificado pelo elevado índice de criminalidade e pobreza, tem sido, nestes casos, apenas um fator contra muitos outros presentes em áreas com esta configuração” (idem, 79).

No caso de Imbariê, Inhomirim e Piabetá, que formam praticamente um único núcleo conurbado, a identidade única a ser criada pode ser em torno do resgate do antigo município de Estrela, extinto em 1891, que abrangia terras destes atuais distritos. Este nome, possivelmente agregaria mais do que qualquer um deles e eliminaria as disputas entre eles para saber quem comandaria um processo de emancipação. Desse modo o resgate de uma velha identidade pode ser a chave para a criação de uma futura identidade que agregue os moradores destas localidades.

No caso de Austin, o agravante é a dificuldade imposta as emancipações pela estratégia da prefeitura de Nova Iguaçu de redefinir a divisão administrativa do município. Com o fim dos distritos e a implantação das chamadas Unidades Regionais de Governo (URG), houve uma intensa fragmentação territorial que implica na criação de micro unidades que dificilmente alcançarão os requisitos necessários para a aprovação de um processo de emancipação (mapa 11).

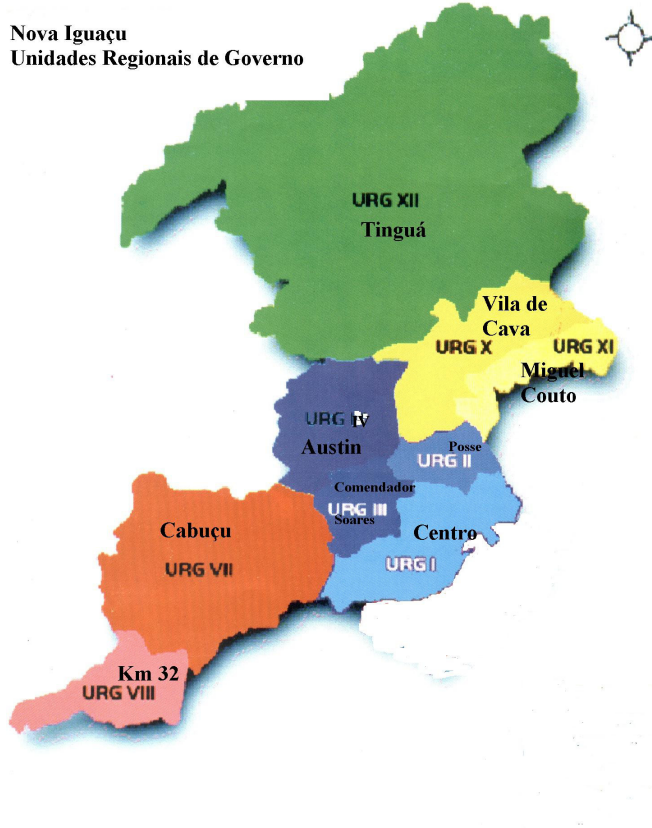
Desse modo, para cumprir estas exigências as URGs terão que encaminhar projetos conjuntos, o que implica na criação de identidades territoriais comuns em unidades territoriais distintas, o que pode gerar dificuldades na criação de consensos em torno de nomes e símbolos para esta nova unidade territorial, inviabilizando a identificação da população com o novo ente territorial.

No caso do Km 32, mais provável do que sua tentativa de emancipação é a possibilidade de se desmembrar de Nova Iguaçu e ser anexado ao Rio de Janeiro ou, menos provávelmente, a Seropédica. Este tipo de rearranjo é possível e já ocorreu com o distrito de Conrado que pertencia a Vassouras e através de plebiscito optou por fazer parte de Miguel Pereira, cidade mais próxima, mais acessível e com maiores relações econômicas e identitárias.

A localidade do Km 32 é bem mais próxima, com mais de linhas de ônibus, intervalos menores e com melhores estradas em direção a Campo Grande do que para Nova Iguaçu. Mesmo a ligação com centro do Rio de Janeiro é mais rápida através do ramal ferroviário de Santa Cruz, acessível por Campo Grande, ou pela Avenida Brasil, do que indo pela Estrada de Madureira em direção a

Nova Iguaçu.

Mapa 11: Unidades Regionais de Governo de Nova Iguaçu



Fonte: Prefeitura de Nova Iguaçu, 1997

Sendo assim os moradores do local só vão a Nova Iguaçu para resolver problemas junto à prefeitura, pois o comércio e os serviços são procurados em Campo Grande. A relação é tão forte que no Km 32 existe uma escola da rede municipal do Rio de Janeiro. Desse modo, se pode esperar dessa localidade, num curto prazo, a partir do momento em que as regras permitirem, uma tentativa de desmembramento de Nova Iguaçu e anexação pelo Rio de Janeiro.

Outro local em que se percebe uma possibilidade de rearranjo territorial é em Japeri. neste município a localidade de Engenheiro Pedreira tem tido um desenvolvimento econômico e um crescimento populacional maior do que a sede do município, já possuindo o dobro da população e das atividades econômicas. Como já dissemos antes, esta situação poderá desembocar numa insatisfação

dos grupos políticos locais que pode detonar um processo de mudança neste arranjo.

Não se pode ainda falar de um movimento emancipacionista, mas a recente instalação de um pólo industrial em Engenheiro Pedreira, deverá acentuar essa tendência de desenvolvimento diferenciado. A forma como os recursos serão aplicados poderá determinar o tipo de movimento que irá surgir. Se eles forem concentrados na sede, haverá em Engenheiro Pedreira a sensação de “estar dando mais do que se recebe”, se forem aplicados em Engenheiro Pedreira, em Japeri haverá a sensação de “abandono”. Nos dois casos o embrião da mudança será implantado, só não podemos afirmar de que forma, se com a emancipação de Engenheiro Pedreira ou a sua transformação em sede de município.

Casos semelhantes já aconteceram na história do Rio de Janeiro, como a transformação de Pati do Alferes de município para distrito de Vassouras, ou da mudança da sede de Santana para Bonfim, atual Arcádia, em Nova Iguaçu e, o mais marcante deste, a mudança da sede do município de Iguaçu para Maxambomba.

Para finalizar, devemos deixar claro que cada caso é um caso e que não se pode simplesmente transportar a “receita” de sucesso de um caso bem sucedido para outro distrito que queira se emancipar. Entretanto, podemos afirmar, categoricamente, que sem a construção de uma identidade territorial bem definida, que supere as diferentes identidades criadas nas esferas econômicas e políticas, dificilmente o movimento emancipacionista terá sucesso, pelo menos enquanto necessitar de respaldo popular, por enquanto, configurado no plebiscito. Assim reafirmamos a preponderância da identidade territorial sobre os demais fatores que levam a criação de novos municípios.

No capítulo seguinte iremos analisar como essas identidades criadas no processo de emancipação se posicionam perante a configuração de novas demandas colocadas pelas dinâmicas econômicas e políticas que acompanham o desenvolvimento e reestruturação da Região Metropolitana.



Capítulo IV

**A geografia econômica e política da Baixada
após as emancipações.**

Introdução

As emancipações na Baixada Fluminense criaram novos municípios e novos núcleos de poder. Assim, houve uma reestruturação dos grupos dominantes e dos movimentos sociais para fazerem frente a esta nova composição de forças políticas. A relativa autonomia das novas prefeituras permitiu a estas a adoção de novos projetos e implicou em uma nova relação entre as forças locais e regionais. Em alguns casos eliminaram-se os agentes intermediários entre a esfera local de poder e as instâncias estaduais e até federais.

A proximidade da metrópole carioca é um fator a ser considerado nestes contextos, pois a sua dinâmica afeta toda a estrutura social, econômica e política da região. Contudo, a capacidade de polarização, no plano regional, de Nova Iguaçu e Duque de Caxias ainda são consideráveis e a ação dos agentes políticos destas cidades ainda influenciam de modo acentuado o jogo político dos demais municípios.

Nesse capítulo vamos fazer um balanço das conseqüências sociais, econômicas, territoriais e políticas das emancipações municipais da Baixada Fluminense, particularmente após as ocorridas recentemente. Para isso vamos analisar a atual configuração dos blocos territoriais e políticos que se formaram ao longo do processo histórico de ocupação e desenvolvimento que levaram a consolidação de uma centralidade em Nova Iguaçu e Duque de Caxias. Essas cidades ao desenvolverem suas relativas autonomias frente à metrópole do Rio de Janeiro, conquistaram uma capacidade de articular os espaços no seu entorno e se transformaram em algo mais do que o ultrapassado conceito de cidade dormitório.

Baixada Fluminense: estrutura e configuração sócio-espacial

Um vôo sobre a Baixada Fluminense nos dias de hoje, no início do século XXI, deixa claro a complexidade das configurações sociais, espaciais e políticas deste território, eliminando qualquer tentativa de criar rótulos simplistas acerca das características da região. A diversidade de paisagens e as desigualdades sócio-espaciais são características marcantes entre os municípios que a compõe e também no interior desses. Buscaremos neste trecho do livro elaborar um quadro descritivo analítico, de caráter didático, da organização sócio-espacial encontrada na Baixada Fluminense.

A análise da atual estrutura social econômica e espacial da Baixada Fluminense não pode ser entendida sem levar em consideração os níveis superiores de organização destas estruturas. É necessário buscar as articulações que a região faz com a metrópole carioca, com o estado e o papel deste no país e, no final das contas, a inserção do Brasil na economia mundial. Não faremos aqui um tratado sobre o atual estágio do posicionamento do país frente a uma

economia globalizada, mas com certeza não podemos ignorar a força de certos comandos oriundos dos mecanismos globais.

Para nortear essa análise retomaremos a análise de Soja (1993) sobre a evolução da forma urbana das metrópoles e sua relação com as reestruturações do capitalismo. Verificamos, então, que a expansão da mancha urbana e os processos de reorganização produtiva do sistema fazem com que a relação centro-periferia se torne mais complexa e os núcleos urbanos assimilados pela conurbação e metropolização deixam de ser meros subespaços da metrópole com atividades e tecido social subordinados a lógica desta.

Ocorre então, em alguns pontos da metrópole, a emergência de espaços intrametropolitanos com certo grau de autonomia frente ao núcleo e com poder de articular outros subespaços ao seu redor, configurando-se naquilo que Soja (op cit) chamou de “exópoles” ou cidades externas emergentes. Essas cidades possuem um CBD relativamente desenvolvido e autônomo, reproduzindo os arranjos econômicos e espaciais verificados no CBD central, com praticamente as mesmas funções, porém, evidentemente, com tamanhos e escalas menores do que o verificado naquele.

Entretanto, a proximidade de um centro dinâmico e diversificado como o Rio de Janeiro faz com que determinados setores e ramos não existam ou sejam insignificantes nesses núcleos secundários do contexto metropolitano, como é o caso da produção cultural em escala industrial, na forma de produção cinematográfica, editorial e televisiva, para ficar nesses exemplos marcantes. Entretanto, a maior complexidade econômica e social gerada pelo transbordamento de funções do núcleo da metrópole para esses municípios permite neles se reproduzam os modelos de estrutura funcional criado naquele.

Faremos uma análise da organização sócio-espacial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro à luz do modelo de Soja (1993), representado nas figuras 14 e 15. Obviamente serão tomadas todas as devidas precauções e respeitadas todas as diferenças entre as realidades locais e feitas todas as advertências neste sentido. Feito isto, podemos enxergar algumas similaridades entre modelo e realidade local. Podemos começar pela área central do Rio de Janeiro onde encontramos o CBD terciarizante e internacionalizante de que nos fala Soja, onde se iniciou recentemente um, ainda tímido, processo de revitalização e “reconquista” por parte de uma população de renda mais elevada que tem buscado morar junto a este centro, como é o caso da Lapa.

Este centro é cercado por dois eixos marcadamente residenciais de população de alto status, um em direção a zona sul da cidade e outro em direção a orla litorânea de Niterói, para onde tem ocorrido o deslocamento de parcelas consideráveis de famílias dos segmentos de alta e média renda.

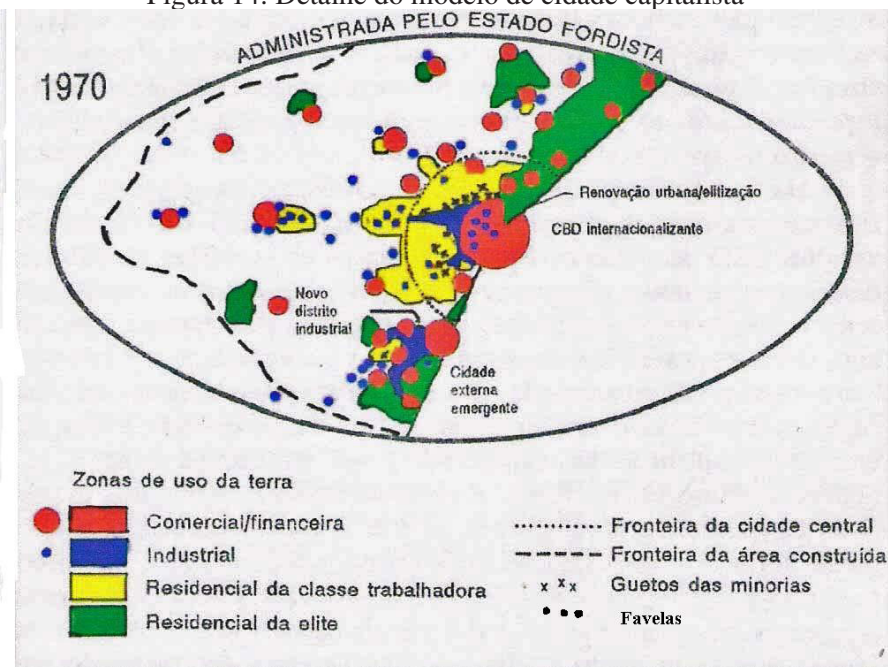
Ainda segundo esse modelo, haveria num desses eixos uma cidade externa emergente com seu próprio centro comercial, circundado por uma área residencial de elite e que teria na sua periferia um distrito industrial cercado por uma área residencial de trabalhadores. Este modelo encontra correspondência nos casos dos eixos Niterói-São Gonçalo e Barra da Tijuca-Jacarepaguá. Já a existência de guetos das minorias étnicas existentes no modelo de Soja, não encontram correspondência imediata, mas podem muito bem ser traduzidos na espacialidade das favelas no caso carioca, pois essas se inserem como enclaves de população de baixa renda em meio a áreas de usos diversos deste, configurando-se num “estoque” de mão de obra barata acessível e próxima a esses nichos de mercados de trabalho locais.

No sentido transversal a estes eixos se implantaria um eixo industrial, gerado pela descentralização dessa atividade. Nesta mesma direção também se estabeleceriam as áreas residenciais dos trabalhadores, o que no caso do Rio de Janeiro teria a sua correspondência nos eixos das ferrovias, da Avenida Brasil e das rodovias inter-estaduais que partem dela. No modelo de Soja, essa expansão da cidade central se daria para além dos limites administrativos dessa, no caso do município do Rio de Janeiro esta expansão realmente atinge outras unidades administrativas, no caso, os municípios da Baixada.

Neste ponto estaria a especificidade do modelo carioca em relação ao modelo genérico de Soja. Nessa região, que seria o locus da classe trabalhadora e das indústrias, também se instalam centros comerciais e de serviços e uma população de renda alta e média no entorno destes, configurando o que poderíamos chamar de cidades externas emergentes.

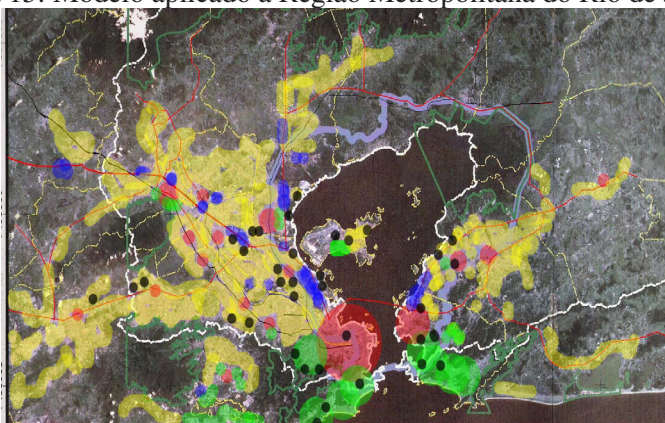
Essas cidades externas, como dissemos antes, reproduzem na escala regional, o modelo de organização sócio-espacial da metrópole e da hierarquização das relações sociais, econômicas e políticas que se estabelecem entre esses núcleos e os que acabam por ser polarizados por esses. Na Baixada Fluminense é perceptível instalação de uma “sub-rede” urbana, articulada a divisão intrametropolitana do trabalho, que tem como centro o Rio de Janeiro. Desse modo Nova Iguaçu e Duque de Caxias possuem, cada uma delas, a sua centralidade e um território subordinado, onde as relações sócio-econômicas e políticas se instalam em meio a conflitos entre os grupos de interesse dos núcleos dominantes e dos núcleos articulados e dominados.

Figura 14: Detalhe do modelo de cidade capitalista



Fonte: Soja, 1993, adaptado pelo autor, 2006

Figura 15: Modelo aplicado a Região Metropolitana do Rio de Janeiro



Fonte: PDBG, 2001, adaptado pelo autor, 2006

Estas relações são perceptíveis nos planos econômico, cultural e político, e se manifestam através de fluxos de pessoas, mercadorias e informações, que podem ser contabilizados de diversas maneiras: através de viagens nos transportes coletivos, ligações telefônicas e na votação de determinados candidatos nas eleições. As limitações de tempo e recursos desta pesquisa não permitem a elaboração de um quadro completo e estatisticamente comprovado de algumas relações, que se colocam como evidentes no acompanhamento do cotidiano dos moradores da Baixada Fluminense e de observações filtradas pelo olhar diferenciado do autor desse livro com relação ao seu espaço vivido.

Sendo assim, a montagem do quadro que se segue se baseia em teorizações sobre dados e observações empíricas que se colocam aos olhos do pesquisador/morador na sua vivência de mais de 40 anos na região em questão e partindo do princípio de que cada município está articulado a uma dinâmica mais ampla que a dos limites do seu território pois “para nós do ponto de vista dos processos econômicos (sem apartar daí as relações políticas e culturais que os constituem), a configuração da escala local esta cada vez mais envolvida com um renovado interesse pelo conceito de região” (Oliveira, F., 2003, 157), no caso a Baixada Fluminense. Entretanto, para efeito analítico e didático vamos partir de recorte territorial baseado no papel de cada núcleo no subespaço hierarquizado da Baixada.

Fazendo uma decomposição do modelo metropolitano de Soja, podemos perceber a instalação de duas cidades externas dentro do espaço destinado a residências dos trabalhadores. Embora seja evidente que abominamos o termo, é necessário explicitar que o conceito de “cidade dormitório” é completamente equivocado para qualquer um dos núcleos urbanos da Baixada, como também consideramos inadequado o uso de “periferia” para designar essa região. Assim “entorno” é o termo mais adequado e que melhor retrata a realidade sócio-espacial da Baixada Fluminense.

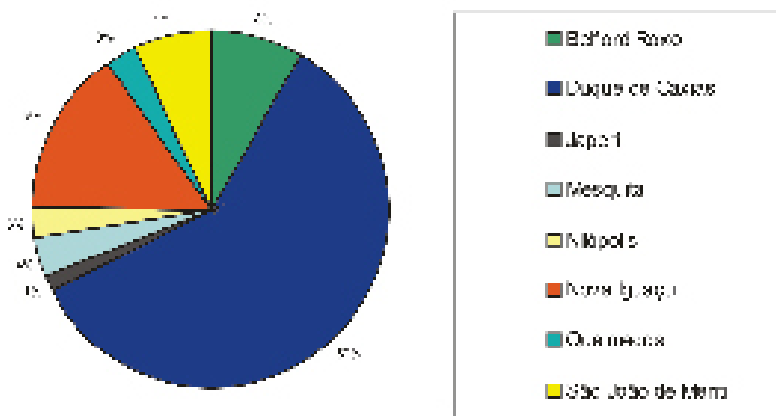
Tomando então Duque de Caxias e Nova Iguaçu como duas cidades externas articuladas a metrópole carioca, podemos identificar a formação dos subespaços articulados dentro do modelo de Soja. Essas cidades possuem um centro de negócios diversificado e capaz de atender, não somente os seus moradores, mas também os habitantes do entorno, que não encontram esses bens e serviços nas suas localidades. Estas localidades estão materialmente ligadas através de uma teia de estradas e avenidas por onde circulam um grande número de linhas de ônibus que convergem para estes centros com ponto final em terminais rodoviários nas regiões centrais, onde se estabelecem conexões com o centro e outros bairros da cidade do Rio de Janeiro.

A divisão territorial do trabalho na Baixada

Este esquema do arranjo espacial das atividades econômicas é, na verdade, resultado de uma Divisão Territorial do Trabalho que existe no interior da metrópole e que está inserida numa estrutura mais ampla que extrapola os limites da região do estado, e, com certeza, até do país. As estratégias espaciais do capital na recomposição de suas taxas de lucro é o motor desta DTT, mas essas, não seriam possíveis sem a atuação do Estado em seus diversos níveis no ordenamento do território e na manutenção de uma ordem jurídica, política e social. Não é objeto desse livro aprofundar esta discussão, muito menos fazer um debate teórico acerca desta questão, logo, nos ateremos a uma análise do espaço local e suas relações com os mecanismos mais evidentes.

Podemos começar com a análise da estrutura econômica através da observação da participação dos municípios no PIB da Região. O fato que mais chama atenção é a disparidade entre os valores absolutos e relativos, alcançados pelos municípios, como mostra o quadro abaixo. Enquanto que Duque de Caxias responde por mais da metade da riqueza gerada na Baixada, os outros municípios com exceção de Nova Iguaçu, possuem uma participação na casa de um dígito e o mais pobre, Japeri, mal chega a 1% deste total.

Gráfico 1: Participação dos municípios no PIB da Baixada



Fonte: CIDE, 2004, adaptado pelo autor, 2006

O principal fator que leva a esta disparidade, é sem dúvida, o grande volume de riqueza gerado pela presença da refinaria da Petrobrás em Duque de Caxias, a

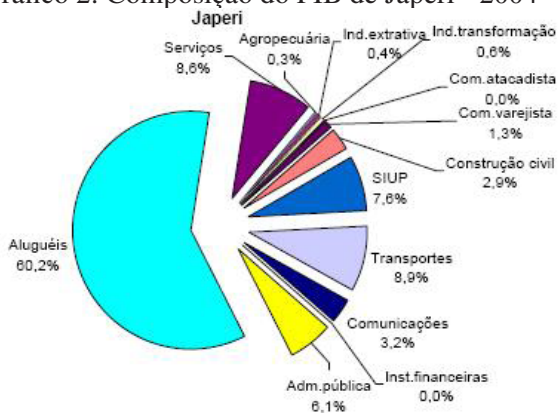
qual se soma um grande número de empresas do setor petroquímico nas suas proximidades. Entretanto, é necessário fazer uma análise mais apurada da composição interna do PIB nestes municípios.

O entendimento desse fato nos remete a um detalhamento das estruturas produtivas de cada um desses municípios para que possamos compreender o seu papel no quadro mais geral da estrutura produtiva e política da Baixada. Para isso partiremos da composição do PIB dos municípios com ênfase em alguns setores da economia. Isto nos permitirá fazer algumas observações sobre o papel de cada um desses municípios e de frações do seu território na estrutura social, econômica e espacial da Baixada. Podemos começar por aqueles que possuem uma participação menos significativa.

Japeri

Em Japeri o que chama atenção não é somente o pequeno volume do PIB do município, cerca de R\$ 200 milhões, mas também a grande participação dos aluguéis neste, perfazendo quase dois terços do total. Quando se verifica a ocorrência desse fato é sinal de que a economia local se encontra num estágio de estagnação tal, que o setor produtivo é incapaz de gerar renda. Isto fica mais claro quando verificamos as pífias participações da indústria de transformação com apenas 0,6%, da agropecuária com 0,3% e mesmo do comércio, com apenas 1,3% do total.

Gráfico 2: Composição do PIB de Japeri - 2004



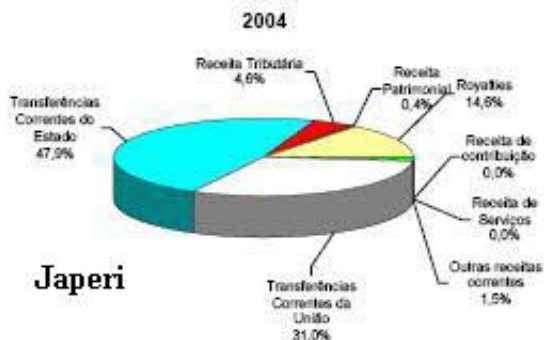
Fonte: TCE RJ, 2005c

Este quadro demonstra uma falta de dinamismo local e a ausência de investimentos do setor privado. O papel de Japeri na Baixada e no âmbito

metropolitanos ainda é o de fornecer mão de obra barata para os municípios vizinhos, muito próximo daquele conceito que tentamos a todo custo evitar, mas que faz um certo sentido em Japeri, que é o de “cidade dormitório”. A inapetência da economia local obriga os moradores do município a realizar longas jornadas em busca de emprego e renda, à medida que a quantidade e a qualidade dos empregos locais deixa a desejar. Como não poderia deixar de ser, Japeri possui também a menor arrecadação da Baixada, o pior IDH e é o que mais depende de repasses federais e estaduais para fazer frente as despesas públicas, como demonstra os estudos sócio-econômicos realizados sobre o município (TCE RJ, 2005c).

A estagnação econômica se reflete na composição das receitas do município, 90% destas provêm de repasses. Os estaduais, que chegam a quase 48%, provêm, principalmente do FUNDEF, pois a arrecadação de ICMS é pequena e mesmo recebendo muito mais do que arrecada, essa receita é menor do que a destinada a educação. Os repasses federais são em grande parte oriundos do FPM, mas os royalties do petróleo respondem por quase 15% da receita, o maior percentual na Baixada. Isto se explica pela passagem dos oleodutos da Petrobrás pelo território do município e pelos relativamente baixos valores das demais receitas. Estes dados fazem com que possamos afirmar que Japeri é o município mais dependente dos governos estadual e federal.

Gráfico 3: Composição das receitas de Japeri em 2004



Fonte: TCE RJ, 2005c, adaptado pelo autor, 2006

A principal razão da baixa arrecadação é a ausência de um eficiente sistema de arrecadação municipal. Além disso, há um baixo grau de atendimento de serviços e equipamentos urbanos e um alto índice de informalidade das construções o que provoca uma pequena cobrança de IPTU, cujos valores individuais e total são muito baixos. Outro fator é o pequeno número de

indústrias no município, setor que é responsável por grande fatia da arrecadação de impostos no sistema tributário brasileiro, que privilegia a cobrança nos locais de origem da produção em detrimento da cobrança nos locais de consumo final.

A ausência de indústrias no município poderia ser explicada pela sua distância com relação ao núcleo da metrópole, cerca de 80 km por rodovia e 60 km por ferrovia. Entretanto o município conta com algumas vantagens locais que não podem ser desprezadas e podem se tornar um trunfo no seu processo de desenvolvimento. É cortado por ferrovias de grande importância como a EFCB, a sua Linha Auxiliar e o ramal de Sepetiba, que fazem uma confluência no território do município e de onde partem os trilhos rumo a São Paulo e Minas Gerais, além disso é local de passagem de toda a carga ferroviária que se direciona ou parte dos portos do Rio de Janeiro e Sepetiba. Com certeza a predominância do transporte rodoviário contribuiu para a estagnação econômica do município, mas é fato de que a recente retomada do transporte ferroviário pode criar sinergias que permitam valorizar a sua condição de entroncamento ferroviário e tornar este fato uma vantagem locacional real.

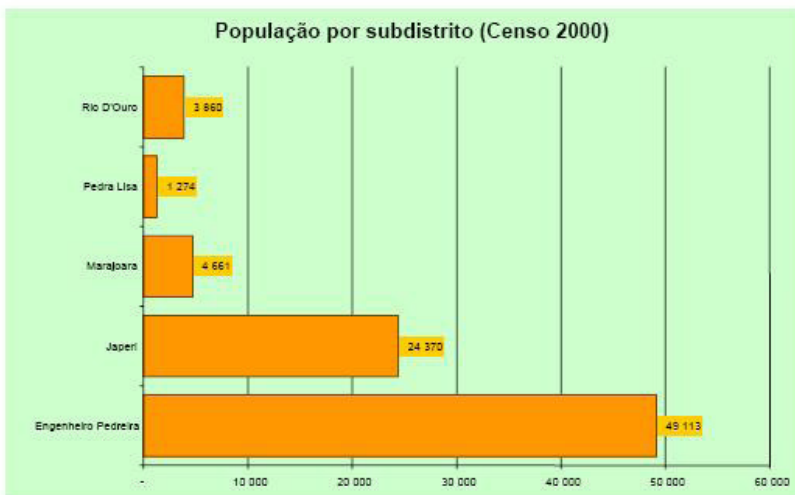
No entanto, não é somente a decadência da ferrovia que explica esta situação à medida que não se pode ignorar a presença da rodovia Presidente Dutra próxima ao município, a qual é ligada, por rodovias asfaltadas, a sede do município e do distrito de Engenheiro Pedreira, que distam pouco mais de 10 km dessas. Há grandes áreas vazias e sub-aproveitadas ao longo destas estradas, além de uma farta oferta de energia, pois há uma termelétrica a gás em Seropédica no limite com o município. Várias linhas de transmissão vindas das usinas hidrelétricas de Furnas, e do Complexo da Light em Ribeirão das Lages cortam o município. Devemos lembrar também que os oleodutos e gasodutos que se dirigem a São Paulo e Belo Horizonte também cortam Japeri.

Diante destas potencialidades e o seu não aproveitamento podemos inferir que o papel de Japeri até agora foi o de ser uma reserva territorial estratégica no território da Baixada e, principalmente, do antigo município de Nova Iguaçu. A ausência de projetos e de investimentos públicos fez com que o distrito não parecesse atraente aos negócios. Essa estagnação econômica foi uma das motivações para a eclosão do movimento pela emancipação.

Os governos pós-emancipações tentaram criar condições estruturais e fiscais para a instalação de negócios, principalmente industriais, no município. Recentemente iniciou-se a instalação de fábricas de reciclagem e do Laboratório Granado, no recém-criado pólo industrial, localizado na estrada que liga a Via Dutra a Engenheiro Pedreira. Isto por sinal pode representar a consolidação de uma tendência, como vimos anteriormente, que se verifica em Japeri, a

mudança do núcleo dinâmico do município para esse distrito que já conta com uma população duas vezes maior do que o distrito sede.

Gráfico 4: Distribuição da População de Japeri pelos sub-distritos



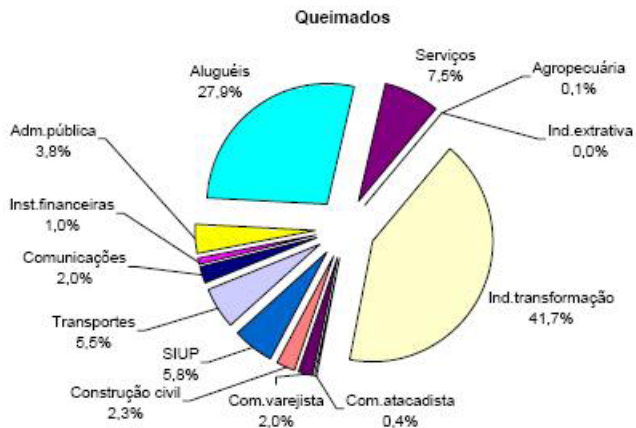
Fonte: TCE RJ, 2005c

A médio e longo prazo esta situação pode gerar um foco de tensão que pode desembocar num processo de emancipação, ou na mudança da sede e do nome do município para Engenheiro Pedreira, onde já se percebe os primeiros sinais de descontentamento com esta situação. Para complementar, vários vereadores e o atual prefeito moram e possuem atuação política neste distrito.

Queimados

Em Queimados se encontra o segundo menor PIB da Baixada e na análise da composição do seu PIB verificam-se características semelhantes a Japeri: grande peso dos alugueis, fragilidade do comércio local e quase inexistência da agropecuária. O diferencial é o grande peso da indústria de transformação nesta composição com 41,7% do PIB, que é proporcionado pela existência do distrito industrial localizado na rodovia Presidente Dutra.

Gráfico 5: Composição do PIB de Queimados- 2004



Fonte: TCE RJ, 2005g

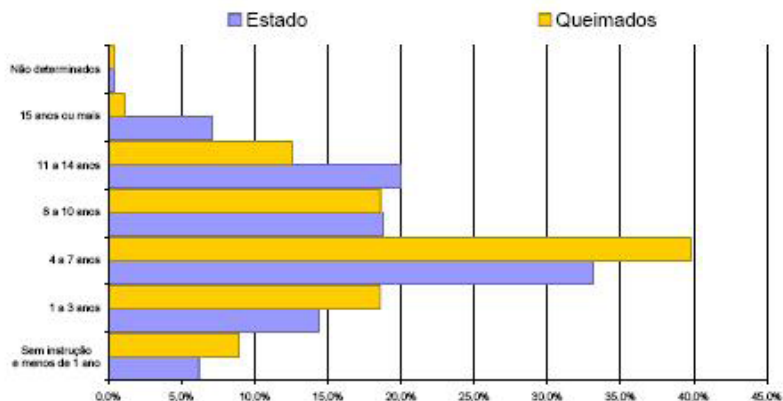
Contudo, percebemos que as empresas do distrito industrial possuem poucas articulações com cidade de Queimados, à medida que os indicadores dos setores que deveriam ser auxiliares e complementares à atividade industrial demonstram resultados muito ruins, como é o caso das instituições financeiras com pouco mais de 1% do PIB ou mesmo o setor de serviços apenas 7,5%. Recentemente se instalou na cidade um campus da Universidade Estácio de Sá, que deve contribuir, a médio prazo para elevar a participação do setor de serviços e aumentar a qualificação e o grau de escolaridade da população local.

É fato que estas indústrias não tem gerado a devida contrapartida sob a forma de sinergias locais, apesar da agressiva política de incentivos fiscais da prefeitura, que concede isenções de impostos municipais por dez anos a empresas que se instalarem no distrito industrial.

Estas unidades não são grandes geradoras de empregos locais, pois em geral, utilizam de tecnologias avançadas que exigem uma grau de qualificação que os trabalhadores locais não possuem. O quadro abaixo, demonstra a baixa escolaridade dos moradores de Queimados, onde verificamos que menos de 1% da população tem mais de 15 anos de estudo e mais da metade possui menos de sete anos de estudo. Os efeitos da criação de cursos superiores na cidade ainda não se fizeram sentir, o que deve ocorrer a médio prazo. Assim, as empresas, para preencher estas vagas de alta qualificação, acabam por empregar trabalhadores de outros municípios, inclusive da Capital.

Gráfico 6: Escolaridade em Queimados - 2000

Anos de estudo por população acima de 10 anos de idade
- IBGE - Censo 2000 -



Fonte: TCE RJ, 2005g

O baixo grau de utilização de empresas locais para o atendimento de demandas nos setores complementares à atividade industrial se deve, em parte, a difusão das tecnologias de comunicação que permitiram, de um lado, a separação entre unidades produtoras e centros de gerência e decisão das empresas. Como praticamente todas as empresas instaladas em Queimados são filiais de grupos que possuem sede em outras cidades, são dessas que saem ordens e comandos e se localiza boa parte dos setores de recursos humanos, contabilidade interna e treinamento da mão de obra, proporcionando empregos de maior qualidade e salários mais elevados nesses locais e não em Queimados.

Por outro lado, essa facilidade de comunicação também permite a realização de operações financeiras diretamente com as grandes agências bancárias ou com as sedes dos bancos instaladas nas cidades que possuem as sedes das empresas. Isto faz com que o movimento financeiro nas agências de Queimados seja muito pequeno se comparado ao volume da produção que circula no município.

Quando verificamos a composição das receitas tributárias do município percebemos o efeito desta estratégia de renúncia fiscal combinada com as características das empresas que se beneficiam desta. O peso das transferências estaduais é extremamente elevado, quase 50% do total das receitas do município, devido a grande arrecadação de ICMS proporcionada pela comercialização dos produtos das fábricas e que retorna, em parte, ao município. As receitas

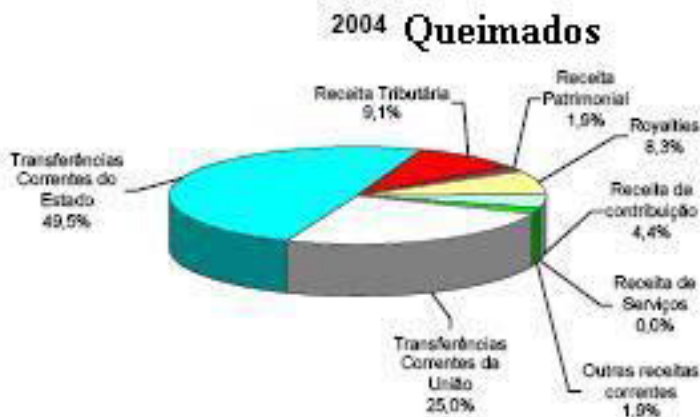
próprias têm uma pequena participação, cerca de 15% do total, em parte devido à renúncia ao IPTU e ao ISS oferecida sob a forma de incentivos fiscais.

Esses dados revelam o lado perverso deste tipo de estratégia de fomento do desenvolvimento local pois como nos alertava Floriano de Oliveira

“outro aspecto problemático quando a administração municipal participa mais ativamente na gestão do crescimento regional, na maioria das vezes é a pequena cooperação entre as administrações. Ao contrário há uma acirramento da competição entre municípios, uma competição muitas vezes comprometedoras da sua capacidade de arrecadação e de sustentação de gastos sociais uma vez que, a administração, erroneamente caminha na direção de participar deste processo realizando renúncias fiscais”(2003, 166)

Esta grande participação do repasses estaduais supera até mesmo os repasses federais em torno de 25%, a maior parte sob a forma de FPM, que em geral é elevado nos municípios menos dinâmicos.

Gráfico 7: Composição das receitas em Queimados - 2004



1 Fonte: TCE RJ, 2005g

Os dados estatísticos nos levam a entender o papel de Queimados na DTT da Baixada com uma dupla face. De um lado, temos uma população de baixa escolaridade que serve de mão de obra barata para atividades econômicas de outros municípios, o que proporciona um grande movimento na estação de Queimados do ramal ferroviário da EFCB que com 4,5 milhões de passageiros/ano, correspondendo 16,5% do fluxo total (CIDE, 2004). Essa é a de maior movimento na Baixada, superando Nova Iguaçu que possui uma população dez

vezes maior, pois o trem ainda é o principal meio de transporte dos moradores da cidade. Com certeza, esse fluxo indica o movimento pendular para o trabalho em outras cidades, devido às limitações do mercado de trabalho local.

Do outro lado, temos uma produção industrial relativamente grande, o que denota uma função industrial do território do município. Contudo, os dados apontam para um modelo exógeno, integrado muito mais aos mercados regionais do que a economia local. O distrito industrial mas parece um “quisto” no interior do município do que um organismo integrado ao sistema produtivo local. Está muito mais próximo da metáfora utilizada por Lipietz (1977) que chamou estes arranjos espaciais de “catedrais no deserto” em oposição a imagem de pólos de desenvolvimento, do que ser realmente um desse.

Esse modelo econômico local se reflete na própria composição social dos grupos políticos da cidade. De um lado temos um contingente de trabalhadores com baixa qualificação, pouco sindicalizados e que em Queimados são muitos mais “moradores” do que “trabalhadores”, e por isso têm uma atuação política calcada nestas características. Os sindicatos praticamente não existem e tem atuação muito modesta. O movimento popular de maior relevância são as associações de moradores e grupos religiosos, nem todos com caráter progressista. Assim as suas demandas estão muito mais na esfera das reivindicações por serviços e equipamentos urbanos e melhorias das condições de vida do que nas propostas de reformas sociais, econômicas e políticas de caráter estrutural. Essa característica de baixa organicidade social, abre espaço para relações políticas baseadas no clientelismo e no personalismo dos políticos locais, seja como porta voz dessas demandas, seja como provedores de soluções paliativas de alcance local.

No outro lado, os grupos políticos dominantes da cidade também são um reflexo desta estrutura econômica. Como não há grandes grupos econômicos locais, uma burguesia industrial ou comercial consolidada, o poder local é disputado por frações da pequena burguesia comercial e dos profissionais liberais, a grande maioria praticante do assistencialismo: são médicos que atendem gratuitamente, comerciantes que distribuem material de construção, advogados que defendem pequenas causas, ou radialistas que dão voz aos moradores.

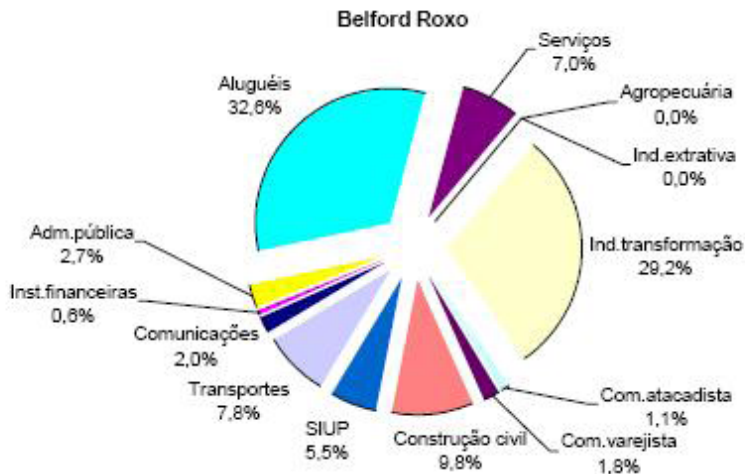
Contudo, a longa e árdua luta pela emancipação criou nos moradores uma identidade de base territorial que se reflete no cotidiano e nos momentos de tensão, como nas disputas eleitorais, quando se verifica uma votação maciça nos candidatos locais e um repúdio generalizado aos políticos iguaçuanos. Os prefeitos pós-emancipações conseguiram amenizar os principais problemas do município, embora ainda exista muito por fazer, principalmente nos bairros

mais afastados. No entanto, ficou a sensação de que se fez mais nos últimos anos, após a emancipação, do que em décadas de domínio iguaçuano, o que a realidade local demonstra ser verdade.

Belford Roxo

Belford Roxo tem um perfil e um papel bastante parecido com o de Queimados. Os dados do PIB municipal revelam uma importante participação da indústria da transformação na sua composição (29,2%), resultante da presença do Complexo Químico da Bayer do Brasil no seu território, mas apontam para uma acentuada participação dos aluguéis na economia da cidade. Como dissemos antes, um indicador de fragilidade dos demais setores.

Gráfico 8: Composição do PIB de Belford Roxo - 2004



Fonte: TCE RJ, 2005a

A pequena participação das instituições financeiras é um indicador que a maior parte das transações financeiras da Bayer não é feita através das agências bancárias locais e sim por outros centros financeiros, assim como boa parte dos serviços especializados também não são realizados na cidade. O comércio local é de pequeno porte, responsável por menos de 3% do PIB total, e boa parte deste volume é proveniente do supermercado Carrefour localizado às margens da rodovia Presidente Dutra, mas que não é capaz de, sozinho, elevar a

participação deste setor no conjunto da economia local.

Como a Bayer é uma indústria de ponta, utiliza mão de obra técnica de alta qualificação recrutada em outros municípios. Isto é perceptível quando se observa o estacionamento dessa empresa repleto de ônibus que fazem o transporte dos funcionários até as suas residências. Há poucos empregos disponíveis para os moradores de Belford Roxo nessa indústria, pois o grau de escolaridade e o nível de qualificação destes também são muito baixos. A instalação do CEFET de Química em Nilópolis tem aberto oportunidade de formação de técnicos nesta área, o problema é que os alunos de Belford Roxo não conseguem ter acesso a estes cursos, pois não conseguem concorrer com alunos de outros municípios, principalmente dos subúrbios do Rio de Janeiro, nos concursos de seleção para esta instituição.

Sem grandes oportunidades de emprego no mercado local resta aos moradores de Belford Roxo a procura de trabalho no núcleo da metrópole ou nos municípios vizinhos como Nova Iguaçu e Duque de Caxias. Um indicativo desta movimentação é a importância da estação de Belford Roxo no Ramal da Linha Auxiliar da EFCB, à medida que responde por 36% do fluxo de passageiros deste ramal. Esta importância foi acentuada com a integração deste ramal com a Linha 2 do Metrô, feita na estação de Pavuna, distante cerca de 6 km, e que permite uma viagem mais confortável e rápida até o centro e Zonas Norte e Sul do Rio, mesmo com a necessidade de se fazer baldeação. O único senão é o preço mais elevado, mesmo com o bilhete promocional da integração.

Os grupos políticos de Belford Roxo refletem esta composição econômica. A única grande empresa é uma multinacional e seus principais diretores e executivos pouco participam da vida política do município, pelo menos diretamente. Indiretamente o peso da Bayer faz com que suas medidas tenham impacto profundo na economia do município, como ocorreu recentemente com o fechamento de uma unidade produtiva, que eliminou empregos e significou uma queda na arrecadação. Por outro lado as ações da prefeitura também causam impacto nas atividades da empresa e por isso é de bom tom que o prefeito seja uma pessoa com quem a empresa tenha bom trânsito e que haja na Câmara municipal vereadores que zelem pelos interesses da empresa. Explicitamente não existe ninguém com esse perfil, mas seria ingenuidade pensar que uma empresa desse porte não financie campanhas e não dê apoio a políticos locais.

As demais empresas do município são de médio e pequeno porte, desse modo o empresariado local não possui grande poder econômico capaz de estabelecer projetos políticos de alcance além do municipal. Os grupos políticos mais tradicionais do município, ligados as elites econômicas ou intelectuais, têm progressivamente perdendo espaço para o que Monteiro (2001) chamou

de “lideranças marginais”, ou seja, aqueles políticos oriundos das classes populares que se consolidaram como líderes políticos de suas localidades e hoje despontam como figuras de projeção municipal e mesmo regional.

O melhor exemplo foi o já falecido, prefeito Jorge Júlio dos Santos, o Joca. A sua morte o transformou em mito e um grupo, liderado por sua viúva, a atual prefeita Maria Lúcia, se apropriou do seu legado procurando dar continuidade a sua trajetória política, baseada no assistencialismo e na intimidação.

Do mesmo ambiente que surgiu Joca, os bairros populares originados dos loteamentos, tem surgido lideranças locais que seguem a sua receita clientelista, mas também algumas dos movimentos organizados, em geral ligados às igrejas católicas e evangélicas e às associações dos moradores, embora essas estejam hoje, em grande número, cooptadas por partidos de esquerda e políticos fisiológicos, o que tem impedido uma ação conjunta desse movimento com relação ao poder público local e estadual.

Uma força que tem crescido no município e que não pode ser desconsiderada são aquelas ligadas a atividades ilegais. De um lado temos o tráfico de drogas que tem ocupado os bairros mais afastados do centro, principalmente naqueles localizados nos morros onde a geografia e o traçado urbano dificultam a ação da polícia. Estes grupos têm procurado se infiltrar ou encontrar aliados junto ao poder político local, financiando campanhas ou buscando aproximação com membros do poder executivo e legislativo e que, por questão de segurança, não citaremos nominalmente.

Outro grupo que tem despontado é aquele formado por pessoas ligadas ao setor de “segurança privada” novo eufemismo que acoberta os grupos de extermínio que atuam como verdadeiras milícias nos bairros do município. Seus serviços são impostos a comerciantes e moradores devido à ineficiência da segurança pública oficial e a formas sutis, e não tão sutis, de intimidação, oferecendo proteção a negócios e residências, “limpando” a área de praticantes de pequenos roubos e furtos, em geral jovens pobres do próprio bairro ou de bairros próximos.

Em geral, como afirma Alves (2003), são oriundos da polícia militar, bombeiros, defesa civil e das guardas municipais. Em muitos casos dão apoio a grupos políticos, se fazendo valer do seu reconhecimento e/ou temor junto aos moradores, fazem campanha para determinados candidatos, e por vezes se lançam, eles mesmos, candidatos a representar essa população em cargos no legislativo.

Entretanto esta relativa fragilidade econômica do município e a falta de organização dos movimentos populares tem se refletido na sua fragilidade

política no plano regional. Os grupos e políticos do município não possuem projeção fora dele e acabam atuando de forma subordinada aos grupos de Nova Iguaçu, Duque de Caxias e até de São João. A morte de Joca deixou um hiato de poder e de referência simbólica que haviam sido criados no processo de emancipação e nos primeiros anos do seu governo. A identidade territorial de “belford-roxense” tem se colocado num segundo plano e a identificação do “outro” se tornou menos clara, assim os políticos e grupos de outros municípios já não são vistos, a priori, como antagonistas da população local, o que tem aberto brechas para a elaboração e aceitação de discursos identitários de territorialidades mais amplas e permitido a atuação desses políticos e grupos no município de Belford Roxo.

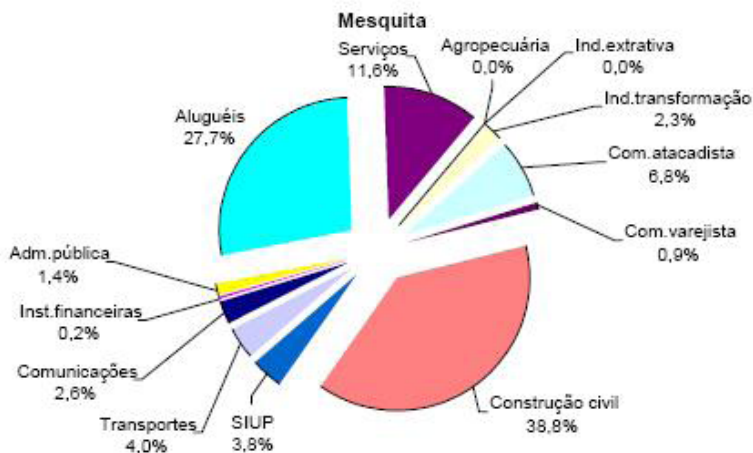
Mesquita

Em Mesquita a avaliação das transformações econômicas políticas e sociais ainda se ressentem do pouco tempo de instalação do município. Várias de suas estatísticas ainda estão vinculadas a Nova Iguaçu e a elaboração de certas séries históricas ainda não é possível, por isso certos hiatos e imprecisões podem ocorrer nessa análise.

A análise da composição do PIB revela uma surpresa, a grande participação do setor da construção civil, com quase 39% deste. Aqui é necessário fazer uma observação. Este elevado percentual só pode ser creditado ao cômputo da produção de cimento da fábrica Liz, localizada as margens do ramal ferroviário da Linha Auxiliar, que é a maior indústria do município. Inclusive porque a participação da indústria extrativa ou de transformação é próxima de 2%, o que seria impossível de ocorrer caso esta fábrica fosse computada nestes itens. Logo, esse índice não reflete a existência de uma dinâmica indústria da construção civil formada por empresas locais que atuam na produção de imóveis comerciais e residenciais.

Aqui temos então, um quadro parecido com o de Belford Roxo, uma única grande indústria responsável por grande parte do PIB e da arrecadação do município e com uma participação pequena dos demais setores como comércio varejista e serviços com exceção do comércio atacadista. Esse setor possui uma certa relevância em função do centro de distribuição da Companhia Siderúrgica Belgo, do Terminal de Transporte da São Geraldo e do Porto Seco da Receita Federal, localizados um ao lado do outro no curto trecho da Via Dutra que corta o município.

Gráfico 9: Composição do PIB de Mesquita - 2004



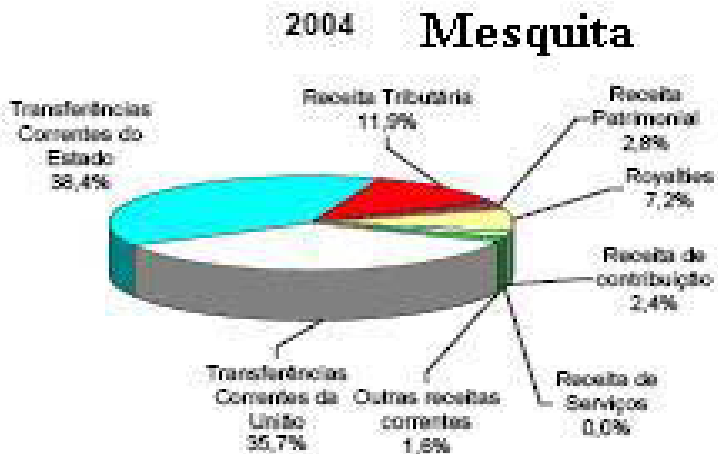
Fonte: TCE RJ, 2005d

As demais indústrias instaladas no centro do município na década de 1950 fecharam as suas portas e o comércio local é diminuto e pouco diversificado o que obriga o deslocamento dos moradores para centros maiores como Nova Iguaçu e Nilópolis. Uma pequena parcela do pólo de revendedoras de automóveis de Nova Iguaçu se encontra dentro dos limites de Mesquita, mas é em pequeno número e não chega a ter um peso significativo no PIB do município.

Essa fragilidade econômica se revela na alta participação dos aluguéis na composição do PIB e na análise das receitas municipais. Cerca de 39% das receitas são oriundas de repasses estaduais e desses, o Fundef tem uma participação maior do que o ICMS, denotando a baixa arrecadação desse no município. Outros 35,7% vem de repasses federais composto basicamente de FPM, atestando a dependência com relação aos repasses externos.

A pequena participação das receitas próprias apontam para uma pequena base de contribuintes, embora o município tenha uma área residencial densamente ocupada, o que deveria gerar uma considerável arrecadação de IPTU. No entanto a pouca eficiência da máquina administrativa no primeiro governo, fez com que a arrecadação caísse por três anos seguidos a posse do primeiro governo e deixou uma série de distorções que têm dificultado o alargamento da base de contribuintes, o conhecimento do atual padrão de construção dos imóveis e a cobrança de taxas mais próximas do seu real valor.

Gráfico 10: Composição das receitas de Mesquita - 2004



Fonte: TCE RJ, 2005d

Como nos demais municípios de economia frágil, grande parte dos moradores é obrigada a se deslocar para centros de empregos nos municípios vizinhos, principalmente para Nova Iguaçu e Rio de Janeiro, assim como na busca de escolas técnicas, universidades e equipamentos culturais e de lazer. Diante deste fato, o atual governo municipal tem procurado encontrar alternativas para dinamizar a economia local buscando implementar projetos de emprego e renda que aproveitem alguns dos potenciais do município. A existência de grandes áreas vazias junto a Presidente Dutra, ao lado do Porto Seco possibilita a instalação de empreendimentos de grande porte que podem ser atraídos para esta área.

Nas encostas do maciço de Gericoínó existe uma área de sítios dedicados à fruticultura que pode se tornar uma alternativa econômica viável e também servir de “barreira” protetora para as áreas de preservação de Mata Atlântica que existem nas partes mais altas do maciço, principalmente na Gleba Modesto Leal onde se instalou o Parque Municipal de Nova Iguaçu, cujo território e gestão são compartilhados com Mesquita.

Enquanto esses projetos não se consolidam, a frágil estrutura econômica do município se reflete na composição das forças políticas. Os principais grupos políticos se formam em torno de profissionais liberais e pequenos comerciantes, diante da inexistência de uma burguesia consolidada de grande porte. Outra parcela é oriunda das camadas populares com trajetórias semelhantes a das demais lideranças populares da Baixada, uma parte é ligada a políticas

assistencialistas e outra ligada aos movimentos populares, principalmente, as igrejas e associações de moradores. Contudo poucas lideranças de Mesquita possuem atuação e projeção fora do município. A falta de quadros dos partidos, inclusive do PT, obrigou a vinda de técnicos e assessores de Nova Iguaçu para compor a administração municipal, devido à carência de pessoal habilitado em Mesquita para exercer determinadas funções no governo.

Ainda no campo político, verifica-se que o processo de luta pela emancipação teve como consequência a reorganização do movimento popular na cidade, embora as tentativas de cooptação pela via do clientelismo e a existência de oportunistas a frente de projetos de fachada ainda sejam significativas. A mobilização iniciada na campanha pela emancipação continuou nos quatro anos do primeiro governo, pressionando e acompanhando de perto o seu desempenho. Como não conseguiu corresponder as expectativas da população, o grupo político ligado ao primeiro prefeito José Paixão, acabou perdendo popularidade e foi derrotado nas eleições para prefeito em 2004 e teve baixa votação nas eleições legislativas de 2006, não conseguindo eleger nenhum deputado federal ou estadual.

Este apoio popular passou para o grupo político mais próximo dos movimentos populares que se encontra hoje ligado ao PT. O resultado foi a eleição de Artur Messias para prefeito em 2004 e expressivas votações dos vereadores do partido, Nakan e Taffarel, nas eleições legislativas de 2006, embora não tenham conseguido se eleger. O desencanto com o grupo que liderou o processo de emancipação trouxe também como consequência a perda de parte do sentimento identitário, o que tem provocado uma reação da prefeitura no sentido de tentar reverter esse processo visando à manutenção da identidade adquirida no processo de luta pela emancipação.

Nilópolis

A área efetivamente ocupada pelo município de Nilópolis é um quadrilátero de três km por três km, perfazendo uma área de penas 9 km², os outros 12 km² são ocupados pelo Campo de Instrução de Gericinó do Exército e no momento ainda não podem ser ocupados. Entretanto, este quadrilátero está totalmente ocupado, gerando umas das mais altas densidades demográficas do Brasil com quase 20 mil habitantes por km². Essa característica faz com que Nilópolis seja o mais homogêneo dos municípios da Baixada e não exista uma grande desigualdade social e espacial visível na paisagem urbana e a maior parte da população possui um padrão de vida mediano, dentro dos parâmetros nacionais.

A equitativa distribuição dos serviços e equipamentos públicos pelo

município não provoca uma diferenciação nos preços dos imóveis que seja suficiente para criar áreas mais valorizadas a ponto de impedir o acesso dos mais pobres a determinados bairros da cidade. O local mais valorizado da cidade é o entorno da estação onde o preço das casas e lojas é mais alto do que no restante do município, mas ainda não chega a se configurar um “bairro de elite”. Por outro lado o programa de erradicação de habitações precárias localizadas nas margens dos rios Sarapuí e Pavuna, concluído nos meados da década de 1990 e a inexistência de grandes áreas sem proprietários, fazem com que não se formem favelas e bolsões de pobreza de tamanho significativo.

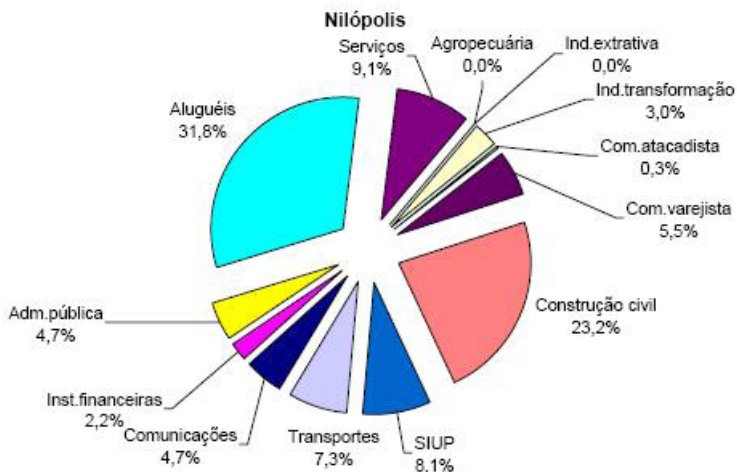
Estes fatos fazem com que o município tenha os melhores indicadores da Baixada, inclusive o IDH, embora a sua renda per capita e o salário médio dos trabalhadores seja mais baixo de que outros municípios. Em suma Nilópolis se coloca como uma cidade de “classe média baixa” onde não existem núcleos habitados por ricos e outros por pobres.

Na verdade essa configuração sócio-espacial reflete as características econômicas do município, que está em posição intermediária na Baixada Fluminense com relação ao tamanho e características do seu PIB. Embora o setor com maior participação seja o de aluguéis com cerca de 31%, a economia do município é relativamente dinâmica pois verifica-se um comércio varejista expressivo, composto por empresas locais e filiais de grandes redes que marcam presença no Shopping Nilópolis Square, no calçadão da Avenida Mirandela e nas imediações da estação de Nilópolis e, em menor escala, na de Olinda.

É nessa área que também se concentram as instituições financeiras com agências dos maiores bancos do país e também os serviços, que apresentam uma grande variedade e atendem as necessidades básicas da população local. Todavia, o centro de Nilópolis não se coloca como de alcance extramunicipal, atendendo, no máximo, moradores dos bairros limítrofes dos municípios vizinhos como Mesquita e São João de Meriti.

O que também chama atenção na composição do PIB de Nilópolis é a grande participação da construção civil, com 23,2% por cento do total, contudo, cremos que esse valor está sensivelmente afetado por uma situação conjuntural, pois há poucas firmas construtoras com sede na cidade. Como esses dados do PIB são do ano de 2004 eles registram o pequeno surto de verticalização ocorrido próximo à estação nesse ano, quando se construíram três grandes edifícios residenciais. Os dados de 2006 com certeza não apresentarão valores significativos nesse setor pois os edifícios já foram concluídos e não há nenhuma outra obra de vulto sendo realizada neste momento.

Gráfico 11: Composição do PIB de Nilópolis - 2004



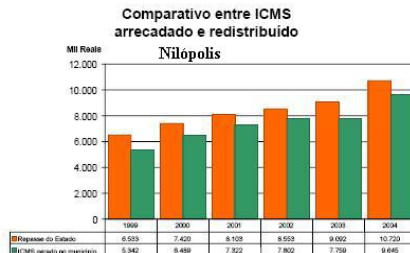
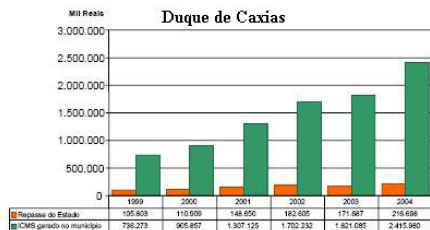
Fonte: TCE RJ, 2005e

A grande densidade de construção e o pequeno tamanho da área urbana permitiram a prefeitura local criar um sistema razoavelmente eficiente de arrecadação de tributos, principalmente de IPTU, que tem crescido nos últimos anos. Esta receita própria responde por 45% das receitas correntes, o que significa o percentual mais alto na Baixada. Os outros 55% provem de repasses estaduais e federais, principalmente ICMS, Fundef e FPM. Contudo esta menor dependência não significa uma melhor situação econômica, pelo contrário, deve ser entendido como resultado de um baixo retorno de ICMS em função de uma baixa arrecadação deste tributo, pois Japeri e Nilópolis são os dois municípios da Baixada que recebem repasses de ICMS acima do que foi arrecadado no município. Veja o gráfico 12 que compara Nilópolis com Duque de Caxias.

Esta distorção ocorre devido ao sistema de cobrança do ICMS que é proporcional ao valor adicionado. Assim, o seu maior valor ocorre na primeira operação de venda dos produtos, da fábrica para o primeiro comprador. Assim os municípios de base industrial arrecadam mais do que aqueles que apenas realizam operações de revenda, logo o retorno do ICMS é menor nestes últimos. Com isso os outros repasses estaduais e federais têm maior participação, como é o caso de Nilópolis.

Gráfico 12: ICMS em Duque de Caxias e Nilópolis 2004

Comparativo entre ICMS arrecadado e redistribuído



Fonte: TCE RJ, 2005e

Como em todos os outros municípios, o quadro político reflete o conflito e disputas de classes e frações de classe originadas a partir da estrutura econômica e social. Durante anos, a principal atividade econômica de Nilópolis de alcance regional era uma atividade considerada como contravenção penal, o “jogo do bicho”. Os lucros dessa atividade passaram a financiar e se associar a uma outra atividade de grande apelo popular, o carnaval. Dessa associação nasceu a instituição mais famosa de Nilópolis, que fez a cidade ser conhecida internacionalmente, o Grêmio Recreativo e Escola de Samba Beija Flor de Nilópolis, que deixou de ser uma mera agremiação voltada para o carnaval para se tornar uma empresa de entretenimento e uma instituição social que presta uma série de serviços a comunidade local.

Outra instituição do município que possui um alcance regional é o CEFET de Química, que além de cursos técnicos oferece cursos superiores atendendo a alunos de toda a Baixada e de vários bairros do Rio de Janeiro. As duas instituições atuam juntas no Projeto Escola de Fábrica onde se forma mão de obra para a produção de artigos voltados para o Carnaval.

A importância simbólica, social e econômica da Beija Flor para o município se reflete no poder político local. O grupo dominante do município está intimamente ligado às famílias que controlam a escola de samba. De origem árabe, os Abraão David e os Sessim formam uma intrincada rede de parentesco que se mostra com uma impressionante coesão que jamais deixa ir a público as suas divergências internas, se é que existem.

Na Beija Flor a presidência tem se alternado entre os membros do ramo Abraão David, que tem como líder Aniz Abraão David, mais conhecido como Anísio. O poder econômico desse ramo do clã está associado, no seu início, ao controle do “jogo do bicho” no município, entretanto o capital acumulado com esta atividade se diversificou e hoje se espalha por outras atividades legais

como o comércio e clínicas médicas. O ramo Sessim é mais ligado a atividades na área de educação, saúde e na atividade política e se manteve, pelo menos aparentemente, fora da contravenção. Sem exagero, podemos dizer que não há em Nilópolis, algum ramo da atividade econômica que não tenha participação desses ou algum de tipo de associação com esta família.

A trajetória política da família sempre esteve associada a filiação a partidos governistas, desde a extinta Arena, passando pelo PDS, PPB, PSDB e até chegar ao atual PP. Entretanto, a maior característica do grupo é manter boas relações com o poder executivo federal e estadual, seja quem for que estiver no poder. Entretanto, isto não significa seguir a risca a cartilha governista, pois por diversas vezes a família se colocou ao lado de movimentos de oposição frente as questões de caráter estrutural, como foi na votação da Constituinte de 1988 e no processo de impeachment de Collor.

O domínio político desse grupo é garantido através de uma teia de relações complexas que vão desde o assistencialismo tradicional até a incorporação de demandas populares mais estruturais, através de projetos e emendas no congresso nacional, principalmente por parte de Simão Sessim, deputado federal que vai para o oitavo mandato consecutivo, passando pelo uso do simbolismo da Beija Flor e a cooptação de lideranças comunitárias locais. Na prática não há movimento social que não seja direta ou indiretamente controlado pelo grupo. Mesmo a oposição local, que chegou a controlar a prefeitura por oito anos, é formada por pessoas que já estiveram ligadas ao grupo e romperam com ele em algum momento.

Nos últimos anos a hegemonia política foi reconquistada com a eleição de Farid Abraão David para prefeito e da maior parte dos atuais vereadores, que também tem algum tipo de relação com o grupo. O único senão é a perda de representação na ALERJ com a saída de Farid para assumir a prefeitura e a não eleição de Ricardo Abraão em 2006. Já no Congresso Nacional a presença de Simão Sessim está garantida por mais quatro anos devido à enxurrada de votos obtidos na cidade.

São João de Meriti

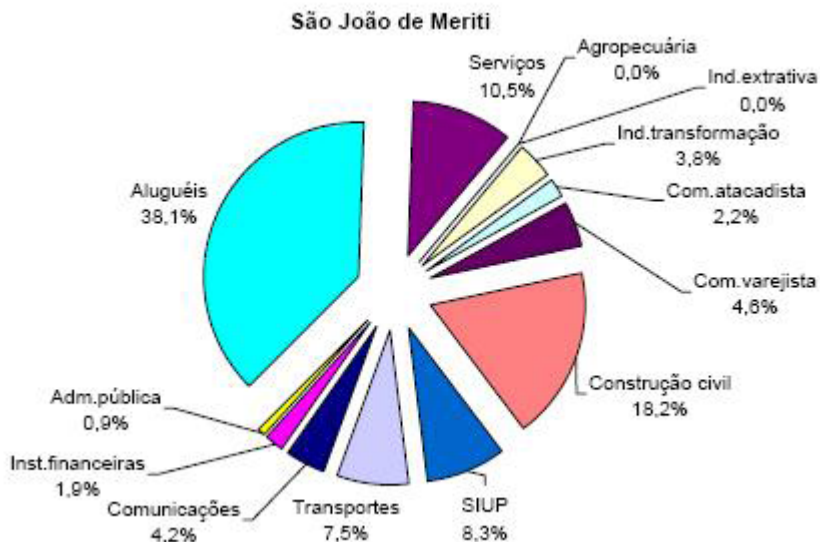
São João de Meriti tem um perfil muito semelhante ao de Nilópolis, tem pequena extensão territorial, é densamente habitado e sua economia tem praticamente a mesma estrutura. A principal diferença está na, aparentemente, maior desigualdade entre o centro de São João e os bairros periféricos. No que diz respeito ao acesso a serviços e equipamentos urbanos esta diferença é visível, pois embora em São João também não haja um bairro de elite consolidado, há grandes áreas ocupadas por favelas, principalmente próximas às margens dos

rios Sarapuí e Pavuna após a rodovia Presidente Dutra.

Na economia o grande peso dos aluguéis, mais de 38% do PIB, demonstra a relativa fragilidade dos outros setores, com exceção da construção civil, que como no caso de Nilópolis, também reflete uma conjuntura favorável devido as obras de expansão do Shopping Grande Rio e a construção de dois grandes edifícios no centro da cidade. Como estas obras já terminaram os indicadores de 2006 devem apresentar uma redução na participação deste setor.

Dois setores que apresentam um certo dinamismo são o comércio atacadista e a indústria de transformação. Estas atividades estão localizadas ao longo da Via Dutra que corta a cidade por 4 km. A renda do comércio atacadista é proveniente do Shpping Vida e de dois grandes depósitos distribuidores das redes de supermercados Sendas - Pão de Açúcar e Intercontinental. Esse tipo de comércio já foi bem mais expressivo quando o grupo Sendas centralizava todas as suas atividades na cidade, mas com a crise do grupo e a sua a associação com o Pão de Açúcar várias atividades foram transferidas e vários dos seus depósitos e galpões se encontram atualmente vazios.

Gráfico 13: composição do PIB de São João de Meriti – 2004.



Fonte: TCE RJ, 2005h

A indústria é pouco significativa em São João devido à intensa ocupação residencial já nas primeiras décadas do século XX. A falta de grandes áreas

vazias ao longo das ferrovias e da própria rodovia Presidente Dutra, dificultou a instalação de grandes plantas indústrias, a exceção é a fábrica de massas Cadore, já nos limites com Belford Roxo. No entanto, há centenas de pequenas fábricas espalhadas pelo município, o principal ramo é o de confecções, que está articulado ao pólo de “jeans” de Vilar dos Teles, que se encontra em fase de reestruturação após o “boom” dos anos 80 e a decadência dos anos 90.

O comércio varejista de São João pode ser dividido em blocos. Um se localiza nos centro da cidade em torno da estação ferroviária e que se articula com o de Pavuna, bairro carioca conurbado com a cidade, onde fica a estação terminal da Linha 2 do Metrô. A inauguração desta estação e a integração com ônibus e trem têm provocado o aumento do fluxo de pessoas nesta região e estimulado o comercio local. Neste núcleo se encontra o típico centro diversificado que concentra as filiais das grandes redes, as agências bancárias, os escritórios de serviços, os órgãos públicos, etc e que atende a população de todo o município. O segundo bloco é representado pelos centros comerciais dos bairros e, com exceção de Vilar dos Teles, é pouco diversificado, atendendo somente as necessidades básicas da população.

Em Vilar dos Teles encontramos uma complexidade maior que a do próprio centro de São João. Na chegada ao bairro encontra-se um pólo de agências de automóveis que ocupa quase dois quilômetros da Avenida Automóvel Clube. No centro do bairro, além dos negócios típicos dos centros locais, encontra-se o pólo de confecções, que no seu auge, fizeram a localidade ser conhecida como a “capital do Jeans”. São vários shoppings com dezenas de lojas, associadas a pequenas fábricas, especializadas em vestuário e acessórios. Esse setor tem procurado retomar o dinamismo perdido nos anos de 1990, inclusive com a adoção de campanhas publicitárias incentivando a volta dos “sacoleiros”, que compravam nestas lojas para revender posteriormente e respondiam por mais da metade dos negócios nos anos 80.

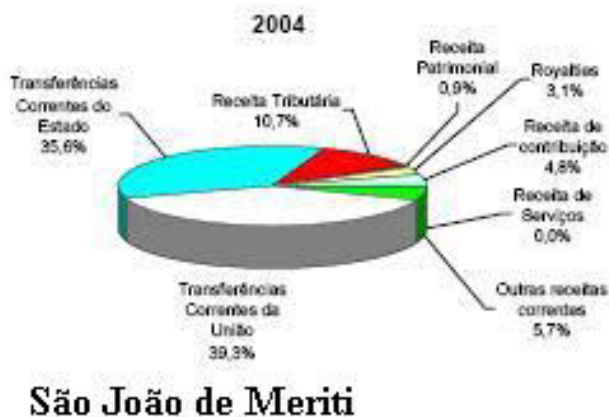
Ainda em Vilar dos Teles encontramos os dois campi regionais das universidades Estácio de Sá e UNIG, além da sede da prefeitura. Esse deslocamento de atividades do centro para Vilar dos Teles tem feito o bairro apresentar um dinamismo maior do que o centro da cidade e pode levar, num futuro próximo, a um deslocamento do poder político para esta localidade.

Na Via Dutra encontram-se o comércio e os serviços que se beneficiam da excelente acessibilidade e atendem a uma clientela regional. No sentido São Paulo se encontram os motéis, o Shopping Grande Rio, a Via Show, o pólo gastronômico do entorno da Casa do Alemão, a churrascaria Oásis e o Shopping Vida. No sentido Rio a diversidade é menor e os empreendimentos são mais voltados para a área de transporte, como a garagem da empresa de ônibus do

grupo JAL, mais conhecida como pelo nome da principal delas, a Viação Flores. Vários galpões e depósitos se encontram vazios neste lado, pois a duplicação da Via Dutra prejudicou a acessibilidade de vários desses, o que tem provocado uma reestruturação das atividades nesse sentido da rodovia.

Esta estrutura econômica se reflete na composição das receitas da prefeitura. Como nos demais municípios, o peso dos repasses é bastante alto, respondendo por mais 75% das receitas correntes do município, conforme demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico 14: Composição das receitas de São João de Meriti - 2004



Fonte: TCE RJ, 2005h

O pequeno valor das receitas próprias neste total é resultado da conjunção entre a ineficiência do sistema de arrecadação local e uma expressiva contribuição na cobrança de tributos estaduais, principalmente ICMS, que retorna sob a forma de repasses obrigatórios proporcionais a arrecadação.

No campo político a ausência de uma forte burguesia local, fez com que a política do município, dede a emancipação estivesse articulada e subordinada as forças políticas de outros municípios. Os grupos de Nova Iguaçu, Duque de Caxias e até mesmo Nilópolis e Belford Roxo, possuem grande influência na vida política de São João. Até o momento nenhum político ou grupo do local teve grande projeção, além dos limites do município, com exceção do período em que o ex-prefeito Mica ocupou a secretaria da Baixada nos anos 1990, mesmo assim ele era uma figura muito ligada a Joca.

Os grupos mais influentes na política local são aqueles que se organizam em torno dos empresários e profissionais liberais do centro da cidade, em geral

articulados a grupos políticos de outros núcleos. Contudo, como nos demais municípios da Baixada, há diversas lideranças locais que também fazem um trabalho assistencialista nos bairros e acabam por ganhar projeção no plano municipal.

A ausência de sindicatos fortes no município, faz com que os movimentos sociais mais atuantes estejam ligados as igrejas e as associações de moradores. Estas últimas, aglutinadas na ABM tiveram o seu auge no início dos anos 1980, quando, junto com o MAB de Nova Iguaçu e o MUB de Duque de Caxias, ganharam projeção nacional. Desse grupo saíram as principais lideranças políticas que se vincularam a FASE e ao PT, como Ernani Coelho, Jorge Florêncio, que se chegaram a se eleger deputados estaduais.

No momento atual verifica-se uma renovação do quadro político local com a emergência de novas lideranças, como o deputado federal Sandro Matos, e a perda de representatividade dos grupos mais tradicionais como o do ex-prefeitos José Amorim e Antonio de Carvalho. No entanto, a influência de lideranças regionais com base em outros municípios ainda se faz sentir na vida política do município.

Os Núcleos Centrais

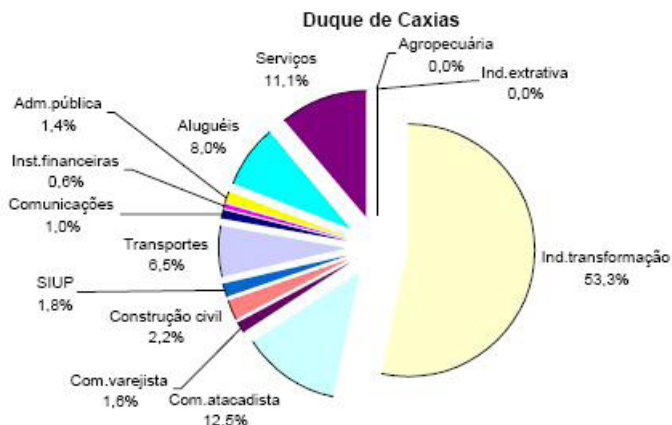
Nova Iguaçu e Duque de Caxias formam, sem dúvida, os dois núcleos centrais da Baixada Fluminense, exercendo uma influência nos territórios vizinhos que só é sobreposta pela metrópole carioca. Dentro da divisão do trabalho regional, desenvolvida ao longo do processo de estruturação econômica e sócio-espacial da metrópole, coube a essas cidades, além de uma função industrial de peso, o papel de centros de negócios, com uma grande diversidade de ofertas de bens e serviços que vão dos mais simples aos mais complexos que, no entanto, exibem lacunas de atendimento que obrigam as populações desses núcleos e do seu entorno a se deslocarem para o Rio de Janeiro. Para sermos didáticos vamos analisar, separadamente, estas duas cidades e suas áreas de influência, à medida que verificamos muitas semelhanças nas funções e formas-conteúdo em cada uma delas.

Duque de Caxias

O mais rico dos municípios da Baixada, que possui o segundo maior PIB do Estado, é também o que apresenta as maiores desigualdades sociais, econômicas e espaciais. O principal motivo é a presença da Refinaria Duque de Caxias da Petrobrás ou Reduc, cujo imenso valor de sua produção, cerca de seis bilhões de reais, entra no item indústria de transformação, que responde por 53,3% do PIB municipal. Além disso o município possui, mais de 800 indústrias,

localizadas principalmente no eixo da Rodovia Washington Luís, onde grandes projetos tem sido implantados recentemente, como o parque gráfico do jornal “O Globo”.

Gráfico 15: Composição do PIB de Duque de Caxias - 2004



Fonte: TCE RJ, 2005b

Os efeitos da Reduc não se restringem a este setor. A venda dos seus produtos entra no cômputo do comércio atacadista responsável por 12,5% do PIB do município, e as sinergias geradas por esta produção ainda eleva a participação de outros setores como transportes e serviços, ligados direta e indiretamente a esta atividade.

Contudo, quando analisamos os valores gerados pelas instituições financeiras, que respondem por menos de 1% do PIB municipal, percebemos que os efeitos da Reduc na economia são menores do que se imagina. A razão disto é o fato de que a Reduc é somente uma unidade produtora da Petrobrás. Todo o processo decisório, os setores de administração, gerência e pesquisa científica se encontram na sede da empresa, no centro do Rio de Janeiro ou no Cenpes na Ilha do Fundão. Do mesmo modo, toda a movimentação financeira é realizada através das agências bancárias do Rio de Janeiro e os empregos de maior qualificação são preenchidos, em sua maioria, por moradores dessa cidade, já que em Duque de Caxias não há instituições que formem mão de obra qualificada para este setor.

A própria localização do complexo da Reduc, na rodovia Washington Luís, no distrito de Campos Elíseos, contribui para a sua desconexão com o núcleo urbano da cidade. Este fato tem contribuído para gerar tensões entre

grupos políticos desses distritos e os do centro da cidade, isto levou o então prefeito Zito, a construir a nova sede da prefeitura mais próxima a Reduc, nas margens da rodovia Washington Luís no Jardim Primavera, bairro que pertence ao distrito de Campos Elíseos, numa clara tentativa de desmobilização de possíveis reivindicações emancipacionistas.

Sem a Reduc, Duque de Caxias, possivelmente, seria apenas mais um, dos vários núcleos urbanos surgidos em torno de uma estação ferroviária. Contudo, na prática e analiticamente, não temos como separar as atividades direta ou indiretamente ligadas a Reduc das que mantém independência com relação a esta. Ainda assim, podemos analisar as relações que se estabelecem entre o núcleo da cidade e o seu entorno.

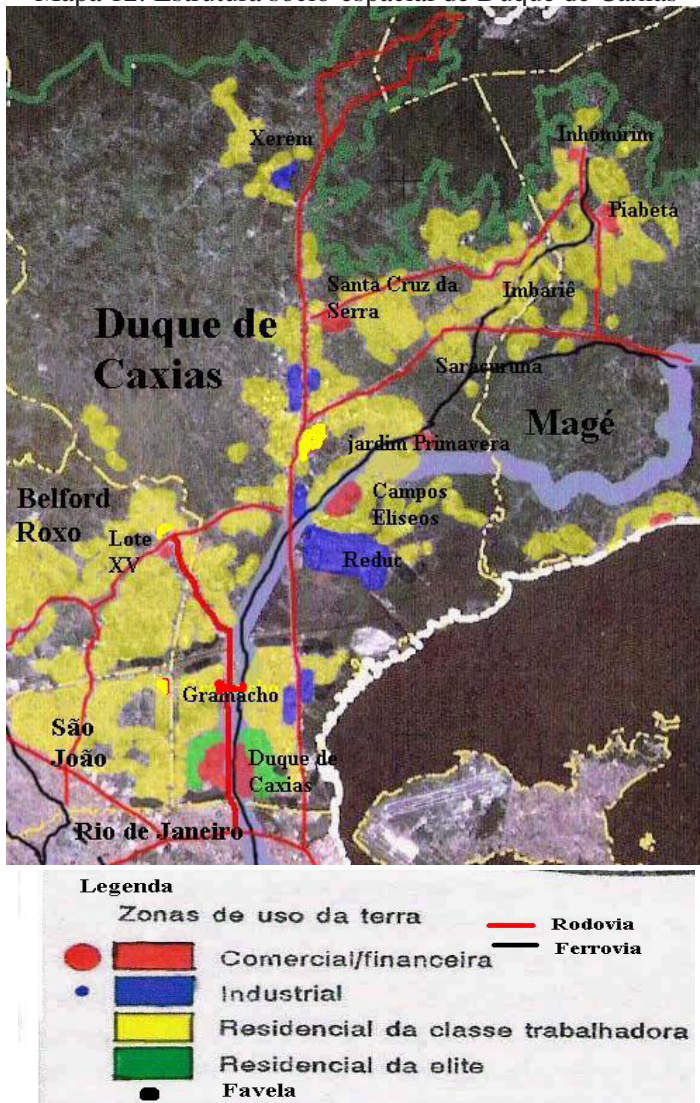
A pequena participação do comércio varejista de Duque de Caxias no seu PIB, ocorre muito mais devido aos grandes valores da Reduc do que pelo seu pequeno desenvolvimento. O centro comercial de Duque de Caxias é um dos maiores e mais diversificados do Estado, com uma variedade de bens e serviços só encontrada nos maiores centros de negócios da cidade do Rio de Janeiro, como Tijuca, Madureira, Méier e do Estado como Niterói e Nova Iguaçu.

A presença de filiais de todas as grandes redes de varejo, bancos, cursos, serviços especializados e supermercados, atestam o papel de Duque de Caxias como centro de negócios de alcance regional, atendendo não somente o município mas também os moradores de bairros dos municípios vizinhos como Belford Roxo, São João, Magé e até Guapimirim, ligados a este por trem e/ou por dezenas de linhas de ônibus.

A estrutura sócio-espacial da área central de Duque de Caxias tem como ponto de referência a estação ferroviária, que é o marco a partir do qual se estabeleceu a concentração inicial dos serviços e da população e de onde partem os eixos de dispersão. A linha férrea, divide o centro em dois lados distintos no que diz respeito à quantidade e qualidade de negócios que se estabelecem.

No lado da rodoviária, existe a presença de um comércio mais tradicional e popular com a presença de supermercados, vestuário, calçados, bancos, etc. voltado para o atendimento da população que faz baldeação na estação ferroviária e chega de ônibus pelo eixo da Avenida Presidente Kennedy ou da Estrada São João - Caxias. À medida que se afasta da estação, tanto pela Presidente Kennedy, quanto pela Nilo Peçanha, as atividades comerciais vão se tornando mais escassas e há o predomínio do uso residencial.

Mapa 12: Estrutura sócio-espaical de Duque de Caxias



Fonte: PDBG, 2001, adaptado pelo autor, 2006

Neste mesmo sentido, a queda da renda média dos habitantes também é proporcional a distância com relação à estação na direção de São João de Meriti e de Gramacho, esta a antiga estação terminal dos trens elétricos, um pouco antes do rio Sarapuí. No entanto, é preciso ressaltar que os habitantes mais

pobres de Duque de Caxias estão localizados nas favelas que existem as margens dos rios Sarapuí e Meriti, sendo esse último bem próximo do centro da cidade. Ao atravessarmos o rio Sarapuí, inicia-se uma área de baixa ocupação urbana, principalmente em direção ao vale dos rios Iguaçu e Pilar, onde existem grandes áreas praticamente sem ocupação urbana, sujeitas a constantes inundações e localizadas fora dos eixos rodoviários e ferroviários.

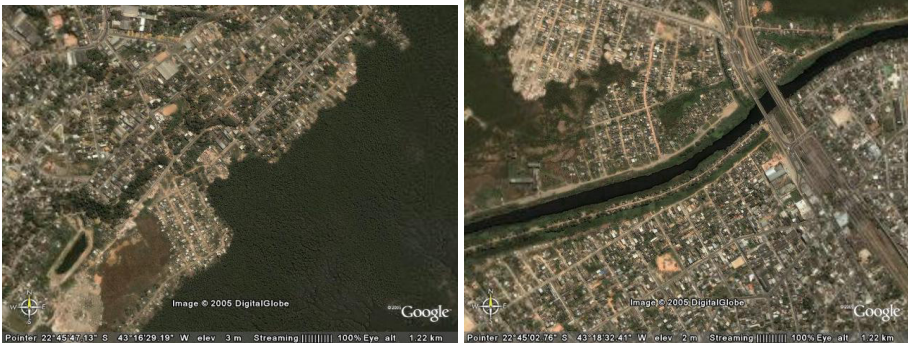
No outro lado, para quem chega da rodovia Washington Luis pela Avenida Brigadeiro Lima e Silva, percebe-se uma mudança na qualidade dos serviços, pois essa área apresenta-se renovada com a presença de universidades, shoppings e comércio de luxo. Isto se explica pela proximidade com o bairro 25 de Agosto, com certeza o de melhor qualidade de vida, com os imóveis mais caros e com a população de renda mais alta do município.

À medida que se afasta deste centro em direção a Rodovia Washington Luís, os usos se modificam e passam a se relacionar com a presença da rodovia. Ao longo desta, principalmente no sentido Petrópolis, encontramos grandes empresas industriais e comerciais, além dos motéis, margeadas pelo mangue de um lado e por bairros populares do outro. Ainda nessa rodovia e nas margens da Baía de Guanabara encontramos o Aterro Sanitário de Gramacho que recebe lixo de quase toda região metropolitana e que tem sido o pivô de conflitos entre a prefeituras local e do Rio de Janeiro, principalmente em torno do pagamento de compensações ao dano ambiental provocado na área.

Duque de Caxias possui a segunda maior população residente em favelas do estado e é, disparado, o maior contingente absoluto e relativo da Baixada. De uma de suas favelas, a Beira Mar, saiu um dos mais perigosos traficantes de drogas do país, Fernandinho “Beira Mar”. A localização do município, o mais próximo do Rio de Janeiro, e grande “disponibilidade” de terras “ocupáveis” como as áreas públicas nas margens de rios, mangues, brejos e da Baía de Guanabara, favoreceram a ocupação por parte da população de baixa renda, formando favelas por todo o município, mesmo próximo a áreas valorizadas como o centro da cidade e o bairro 25 de Agosto.

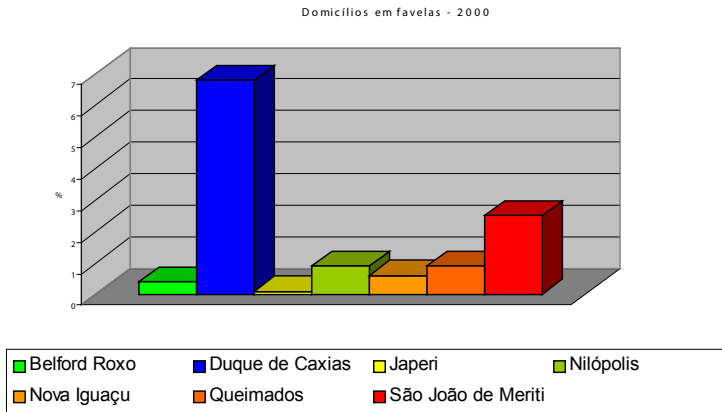
O gráfico 16 aponta para a participação dos domicílios localizados em favelas no total dos domicílios dos municípios. Percebe-se que os de maior percentual são aqueles mais próximos e com limites fluviais com a cidade do Rio de Janeiro, como Duque de Caxias e São João, justamente o ambiente que possui o maior número de favelas na Baixada.

Figura 16: Imagens de favelas em Duque de Caxias



Fonte; Google Earth, 2006

Gráfico 16: domicílios em Favelas na Baixada Fluminense - 2000



Fonte CIDE, 2004, adaptado pelo autor, 2006

Após o rio Sarapuí, entre este e o rio Iguaçu, encontra-se uma imensa área inundável sem nenhum tipo de ocupação. Após o rio Iguaçu está instalada a Reduc e o pólo de indústrias químicas relacionadas com a refinaria, que se estende até o distrito de Xerém. Ao longo da rodovia, nos distritos de Campos Elíseos, Imbariê e Xerém, se instalaram bairros populares originados de loteamentos ocupados recentemente, marcados pela precariedade de serviços e habitados por uma população de baixa renda.

Esta diferença nos valores do solo urbano leva a uma intensa segregação social, que possui um padrão bem definido. Os bairros com melhor qualidade de vida são os mais antigos, próximos estação de Duque de Caxias e os de pior

qualidade são as áreas de favelas e os que se formaram de recentes loteamentos populares, localizados nos distritos de Campos Elíseos, Xerém e Imbariê.

Figura 17: Imagens de Duque de Caxias – Imbariê e Centro



Fonte: Google Earth, 2006

Esses distritos são os que apresentam maior crescimento demográfico, justamente por ainda existirem neles, terras disponíveis e uma fiscalização mais frouxa, o que permite a instalação de loteamentos irregulares, a forma mais comum de ocupação dessa área. Esta tendência tem se transformado em foco de tensão, pois as desigualdades têm crescido e a população dos três distritos somados já ultrapassa a do distrito sede. É bom lembrar que Xerém tentou se emancipar, mas o quorum não foi alcançado e que Imbariê possui um processo aberto na ALERJ, mas que se encontra parado. Um novo movimento teria hoje muito mais apoio popular e possivelmente o quorum seria alcançado.

A recente extensão dos trens elétricos até Saracuruna, criou uma alternativa para o transporte até o centro do Rio de Janeiro, até então quase exclusivamente rodoviário, que atualmente é disputado por ônibus e vans, que além de caros possuem qualidade duvidosa. A partir de Saracuruna os trens partem para dois ramais: Guapimirim e Inhomirim, mas são puxados por locomotivas a diesel, possuem horários irregulares e baixa velocidade, não se colocando como uma opção viável para quem mora em estações muito distantes.

Na altura de Saracuruna fica o entroncamento para a rodovia Rio Teresópolis e do Contorno da Baía, mais ao norte, em Santa Cruz da Serra, o entroncamento que leva a antiga estrada União e Indústria. Ao longo dessas vias, verificou-se, entre Imbariê e Inhomirim, um grande crescimento da ocupação urbana nos últimos 20 anos, através de um sem número de loteamentos populares desprovidos de qualquer infra-estrutura, repetindo o modelo adotado

na ocupação inicial da Baixada Fluminense. A sua ocupação por uma população de baixíssima renda, faz com esta região possua, atualmente, os contingentes mais pobres da Baixada.

Nas áreas centrais de Imbariê, Piabetá e Inhomirim, estes dois últimos já no município de Magé, verifica-se a existência de um razoável comércio local, a presença de uma população de renda um pouco mais elevada e uma melhor qualidade dos serviços públicos, mas ainda bem abaixo dos padrões encontrados nos bairros próximos as sedes de Duque de Caxias e Magé, o que torna o descontentamento uma constante nestas localidades.

Além desta mancha urbana, existem grandes áreas com pouca ou nenhuma ocupação urbana e que também não há atividades rurais. No caso desse eixo, principalmente ao longo da Rio Teresópolis, a situação é mais grave à medida que os loteamentos irregulares recentes proliferam e se percebe a existência de terras ociosas entre os loteamentos atuais, constituindo-se numa repetição do clássico padrão de ocupação urbana “aos saltos”, que deixou seqüelas gravíssimas na Baixada Fluminense até os dias de hoje.

À medida que se chega mais próximo da Serra do Mar, verificamos a existência de sítios de lazer e destinados a segunda residência, em geral pertencentes a moradores de Duque de Caxias e do Rio de Janeiro, criando mais um vetor de pressão para a expulsão de uma pequena população de caráter rural que ainda se encontra na região, principalmente entre Xerém e Tinguá. Depois desta faixa de terra encontram-se as vertentes da Serra do Mar onde se localiza a Rebio de Tinguá e a APA de Petrópolis, legalmente protegidas e onde são proibidas atividades antrópicas.

Essa estrutura produtiva e social se reflete na composição das receitas do município. A grande arrecadação proporcionada pela Reduc, principalmente de ICMS, faz com os repasse estaduais sejam responsáveis por mais da metade das receitas da prefeitura de Duque de Caxias, deixando num segundo plano o FPM federal. O impacto da Reduc é tão grande que também influencia na arrecadação de tributos municipais, pois os recursos oriundos do imposto sobre serviços (ISS) são três vezes maiores do que a arrecadação proveniente do IPTU, não exigindo da prefeitura um esforço no sentido de ampliar a base de contribuição deste tributo, à medida que os repasse automáticos garantem uma grande disponibilidade de recursos.

Gráfico 17: Composição das receitas de Duque de Caxias - 2004



Fonte: TCE RJ, 2005b

A grande arrecadação da prefeitura não significa, necessariamente, uma boa qualidade de vida para toda a população. Embora o município tenha o segundo PIB do Estado é apenas o 52º no ranking do IDH. Esta situação é mais grave ainda pois sabemos que o poder público realiza um atendimento seletivo e diferenciado que privilegia a área central, o que é facilmente perceptível na paisagem urbana do município. Essas disparidades de qualidade de vida, renda e de poder vão se refletir no quadro político da cidade através dos conflitos, alianças e estratégias dos grupos sociais e de interesses. É o que veremos a seguir

A presença da Reduc fez com que Duque de Caxias fosse considerada “Área de Segurança Nacional” durante o regime militar. Na prática significou a indicação dos prefeitos da cidade por parte do governo federal, até que em 1985 foi realizada a primeira eleição direta no município. Este foi apenas um dos momentos de interferência externa nos assuntos municipais. Conforme vimos anteriormente, já no Estado Novo, antes mesmo da Reduc, o controle político de Duque de Caxias já era considerado estratégico para o poder estadual e federal. Naquele período o argumento era a proximidade com a capital federal e a rodovia Rio Petrópolis, posteriormente a FNM passou a ser responsável pela necessidade de tutela da União, até a construção da Reduc.

A existência desses projetos de dimensão nacional colocaram os grupos locais numa situação de subordinação política ou de oposição ferrenha ao poder central, cujo melhor exemplo foi Tenório Cavalcanti. De sua resistência pessoal

aos interventores amaralistas e sua atuação local, entre o terror e a assistência, veio a tradição do eleitorado da cidade, de apoiar líderes de caráter popular, mesmo que estejam em partidos conservadores. José Camilo Zito é um autêntico herdeiro desta tradição, pois ao lado de uma política nitidamente popular, é filiado ao PSDB, o partido dos empresários e intelectuais paulistas, assim como Tenório Cavalcanti, um líder saído do povo era filiado a conservadora e elitista UDN.

Esta tendência da população, de apoiar a políticos populares levou os grupos dominantes no plano econômico a apoiarem as intervenções, pois sabiam que pelo voto não conseguiriam chegar ao poder. Após a democratização a estratégia mudou, embora continuem ruins de voto, as frações da burguesia local passaram a apoiar e fazer acordos com os candidatos populares, numa estratégia clara de cooptação daqueles que vieram das camadas mais pobres da população.

Os profissionais liberais se dividem entre o apoio as elites econômicas e o seu representante de ocasião, e aos movimentos populares. Assim, médicos, advogados, professores e jornalistas formam grupos de apoio, pressão e formadores de opinião em diversos coletivos, não atuando de forma unificada e ideologicamente coesa.

Os movimentos populares de Duque de Caxias vivem em constantes encruzilhadas, pois além de lutar contra os grupos econômicos locais, ficam eventualmente constrangidos em ter de apoiar representantes do mais autêntico clientelismo. Os sindicatos locais não possuem uma expressividade significativa, pois os membros da principal categoria, os petroleiros, militam mais no plano nacional do que local. Restam então, os movimentos ligados às associações de moradores que possuem uma federação, o MUB, e que sofrem todo o tipo de pressão, seja por parte de políticos fisiologistas ou de partidos de esquerda, estando longe de ser, no momento atual, uma força coesa de caráter popular.

Diante desse quadro, durante anos a principal voz de oposição nitidamente popular em Duque de Caxias, foi a Igreja Católica, liderada pelo bispo Dom Mauro Morelli, que atuou intensamente na luta contra a violência, os desrespeitos aos direitos humanos e o descaso para com a população local. Contudo, não surgiram outras lideranças políticas expressivas nesse meio capaz de fazer frente ao binômio conservadorismo-populismo, que domina a política caxiense desde a sua emancipação.

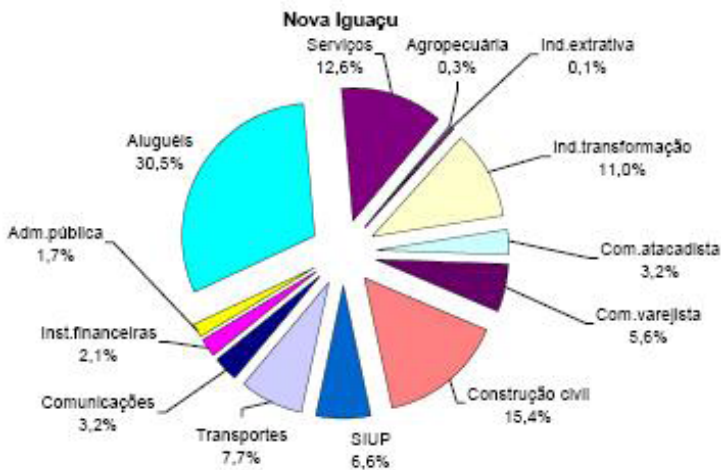
Nova Iguaçu

As emancipações dos distritos de Nova Iguaçu resultaram em profundas mudanças na cidade. As perdas das áreas industriais mais importantes e de

grande contingente populacional fizeram com que a arrecadação do município diminuísse sensivelmente. Por outro lado, os indicadores de qualidade de vida “melhoraram”, pois uma parte considerável dos moradores mais pobres e as áreas com menor grau de atendimento de serviços e equipamentos públicos ficavam nesses distritos.

Os primeiros anos das recentes emancipações foram difíceis para a administração municipal em virtude da queda de receita e da continuidade de alguns gastos, principalmente com salários de servidores públicos que optaram por continuar funcionários de Nova Iguaçu. Entretanto a principal mudança aconteceu na estrutura sócio-econômica da cidade, que teve que se ajustar a perda de dois grandes parques industriais, passando por uma reestruturação das atividades econômicas.

Gráfico 18: Composição do PIB de Nova Iguaçu - 2004



Fonte: TCE RJ, 2005f

A análise da composição do PIB de Nova Iguaçu revela a estrutura econômica mais equilibrada da Baixada, com distribuição equitativa e proporcional entre os setores da economia. Embora os aluguéis sejam o item de maior participação percentual, não se pode associá-lo, como nos outros municípios, a uma estagnação econômica e sim a um dinâmico mercado imobiliário voltado para os negócios no centro da cidade. Existem dezenas

de administradoras de imóveis, que possuem em suas carteiras, uma grande quantidade de lojas, casas e apartamentos, que são vendidos e alugados no mercado formal, apesar de reconhecermos o peso das transações informais nas áreas mais afastadas do centro.

Do mesmo modo, o segundo setor com maior participação, a construção civil, não pode ser associado a um surto construtivo, pois o município é o terceiro colocado do Estado neste setor com cerca de 200 empresas (TCE RJ, 2005f). O mercado formal de habitações em Nova Iguaçu conta com várias firmas incorporadoras e construtoras que possuem uma estratégia de atendimento a uma demanda por novas habitações no mercado formal por parte de uma considerável classe média local, utilizando-se de uma valorização diferenciada do solo urbano em função da compartimentação do centro de Nova Iguaçu, criada pela existência de barreiras físicas e sociais que foram condicionando a sua ocupação ao longo do tempo.

Assim, entre a estação ferroviária e a encosta da Serra de Madureira, estabeleceu-se uma área residencial ocupada, desde o seu início, pelos setores mais abastados da cidade. Nessa faixa moravam os antigos exportadores, comerciantes e profissionais liberais que possuíam uma renda bem acima da maioria da população e ocupavam casas amplas próximas à estação e nas encostas do maciço, longe dos alagadiços e áreas inundáveis do lado norte da via férrea.

O isolamento desse grupo social deu origem a uma política de investimentos seletivos nessa área que contribuiu ainda mais para a valorização do solo, principalmente após a construção do muro ao longo da via férrea e o fechamento das passagens de nível, que deixaram como única opção de ligação entre os dois lados durante mais de 20 anos, o Viaduto João Müsch. Somente no final da década de 1980 foi inaugurado o viaduto do Kaonze e em 2004 o viaduto Dom Adriano Hipólito. Esses melhoraram o acesso entre os dois lados, mas este padrão de segregação já estava consolidado.

Esta barreira dividiu para sempre a cidade em dois lados distintos, o dos “ricos”, chamado de “outro lado”, e dos “pobres”, fato esse utilizado com habilidade pelos agentes imobiliários locais que se aproveitaram do fato para elevar os preços dos terrenos e imóveis no lado “rico” da cidade, selecionando progressivamente quem poderia morar neste local. Com o tempo iniciou-se um processo de verticalização com a construção de prédios de alto luxo, o que encareceu ainda mais o local, atraindo uma população de alto poder aquisitivo. Essa concentração de população de alta renda gerou um processo de migração de atividades comerciais de bens e serviços mais sofisticados, que passaram a ocupar antigas residências e as poucas lojas construídas neste setor.

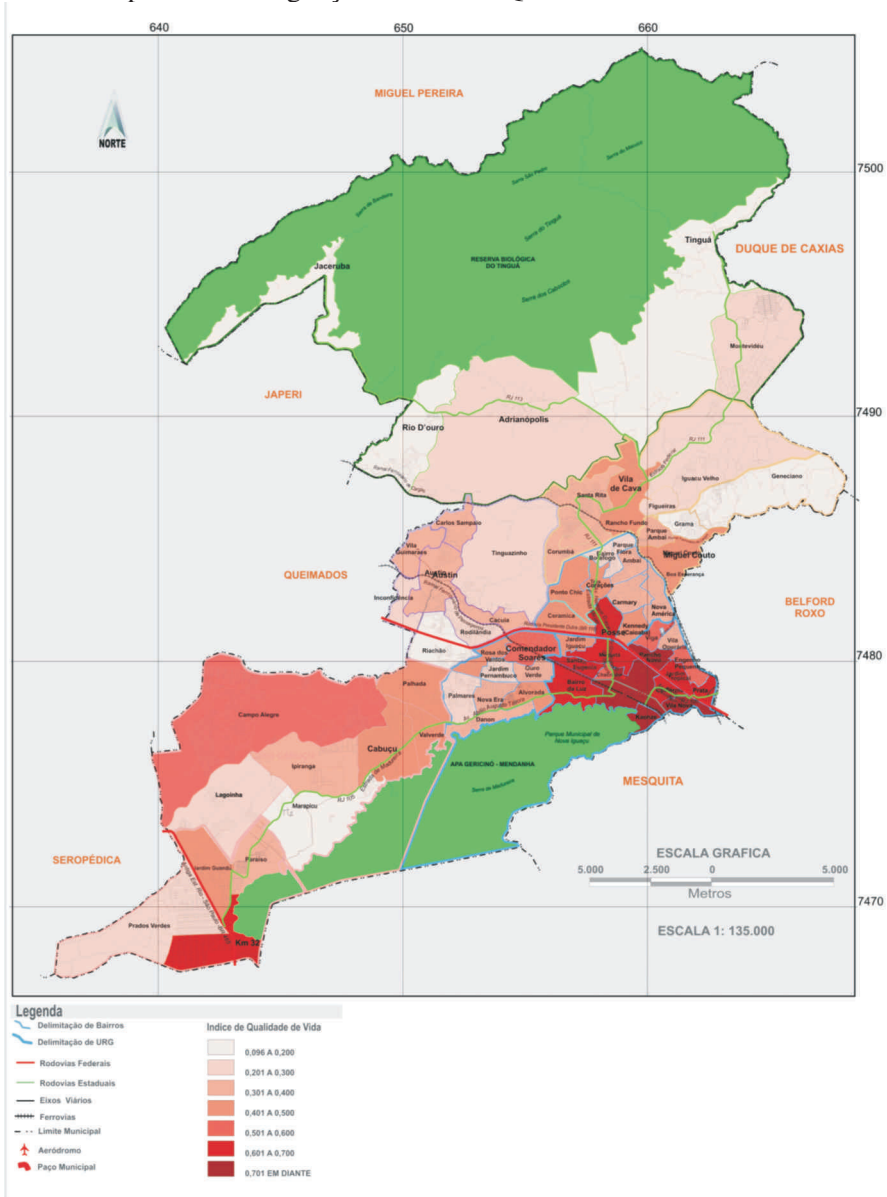
No entorno dessa área valorizada, percebe-se a existência de antigos loteamentos populares, tanto na encosta do maciço quanto nas partes planas, que estão sendo paulatinamente ocupados por uma população de renda mais elevada, provocando uma mudança na composição social destes bairros, com a expulsão dos mais pobres.

Fora dessa área, o mercado formal vai sendo substituído por um submercado imobiliário onde as residências ou são construídas pela pequena produção mercantil ou através da autoconstrução. No primeiro caso, temos a construção através de pequenas firmas ou pelos próprios proprietários, que contratam mão de obra específica como pedreiros, bombeiros hidráulicos e auxiliares para realizarem a produção da moradia. Na maioria das vezes essas casas são produzidas não somente pelo seu valor de uso, para moradia própria, mas para se inserir no mercado, quando os proprietários resolvem vendê-las ou alugá-las. É muito comum a construção de vilas de casas ou “quitinetes” nos fundos dos terrenos com esse objetivo.

O segundo tipo, a autoconstrução, que teve o seu processo de produção analisado em capítulo anterior, tem como objetivo inicial a produção da habitação como valor de uso. Entretanto, essas residências também podem se transformar em mercadorias com valor de troca, quando os seus proprietários, por algum motivo, resolvem vendê-la no mercado.

Os bairros formados pela autoconstrução agregam a população de renda mais baixa e possuem a pior qualidade de vida como se percebe no mapa 13, do IQV, elaborado pela própria prefeitura da cidade. Em geral os mais recentes e/ou mais distantes são aqueles em que esses indicadores chegam ao seu nível mais baixo, devido a um ciclo vicioso. Como não possuem serviços e estão distantes, os seus terrenos são baratos, como os terrenos são baratos podem ser comprados e ocupados pela população mais pobre. Como esta população é a que possui menor força política, não consegue do poder público a instalação de equipamentos e serviços urbanos, como esses não existem, os terrenos são baratos, e assim por diante. O resultado desse processo é uma intensa de segregação que deixa marcas bastante claras na paisagem urbana do município, com a existência de uma área central e arredores bem dotados de serviços e equipamentos e um gradiente negativo de qualidade de vida à medida que se afasta do centro da cidade.

Mapa 13: Nova Iguaçu – Índice de Qualidade de Vida - 2000



Fonte: Atlas Escolar da Prefeitura de Nova Iguaçu, 2001

É necessário ressaltar que há poucas favelas em Nova Iguaçu,

estando restritas a uns poucos aglomerados que possuem uma participação residual no percentual de domicílios. Isto se explica, em parte, pelo fato da quase totalidade das terras possuírem proprietários ou pseudo-proprietários que, em geral, possuem uma vigilância constante sobre os terrenos ainda vazios, mesmo nas encostas do morros. O que significa um clima de tensão permanente, principalmente nas áreas vazias mais distantes dos núcleos, e mais recentemente, na encosta da Serra de Madureira no bairro do Kaonze. A maioria das favelas de Nova Iguaçu está nas margens inundáveis do baixo curso dos rios onde a propriedade pública da terra e a fiscalização menos intensa tem proporcionado a sua ocupação pela população de baixa renda.

Embora tenha sofrido um impacto considerável com a perda do complexo da Bayer e do Distrito Industrial de Queimados, a atividade industrial em Nova Iguaçu ainda é considerável. Contudo o perfil das indústrias foi se modificando, de um lado devido aos processos mais amplos de reestruturação nos níveis, mundial, nacional e estadual, do outro em função das características de ocupação do solo no município.

A tendência de redução no número de estabelecimentos industriais que ocorre no Estado do Rio de Janeiro e na Região Metropolitana também é sentida em Nova Iguaçu, que tem sofrido uma reestruturação neste setor, pois o número de estabelecimentos caiu de 500 em 2000 para pouco mais de 400 em 2003 (CIDE, 2004). Na área central da cidade essa desindustrialização remonta aos anos 1970, quando grandes fábricas como a metalúrgica Ingá, e as alimentícias Aimoré e Granfino fecharam as suas portas ou se transferiram, deixando para trás imensos prédios vazios. As instalações da Ingá ainda se encontram abandonadas e as outras duas tiveram destinos semelhantes, ambas serviram para bailes “funk” na década de 1980 e hoje abrigam imensos templos protestantes, da Igreja Universal e da Nova Vida, respectivamente.

Atualmente onde esse processo é mais visível na paisagem é ao longo da Via Dutra. No lado da pista sentido Rio de Janeiro percebe-se um processo de renovação com o fechamento de fábricas e o reaproveitamento das antigas áreas industriais ou que eram voltadas para o atendimento de veículos em trânsito. Vários desses prédios e áreas foram transformados em unidades de comércio e serviços, voltados para o atendimento da cidade e arredores, como é caso dos bares, restaurantes, lanchonetes, casas de festas, de shows e supermercados, embora se deva ressaltar a permanência de grandes indústrias neste eixo, como a Cargill, Compactor, Cimobrás, Granfino e a Sonoleve.

Na pista sentido São Paulo, a desindustrialização foi mais intensa e essa renovação ainda não chegou, por isso verificamos a presença, próximo ao centro de apenas uma grande indústria remanescente, a NHK-Cimebra, as demais que

sobreviveram neste sentido da via estão mais distantes como a TASA, Coca Cola e Art Sul, que como o grande depósito das Lojas Americanas, se localizam próximas ao limite do município com Queimados. No restante da Via Dutra há diversas oficinas mecânicas, ferros-velhos e um grande número terrenos vazios e de indústrias desativadas, que ainda não definiram um novo uso.

Por outro lado, existe uma contra-tendência muito forte a esta desindustrialização no setor de cosméticos, onde empresas tradicionais como a Suissa tem disputado mercado com firmas locais como a Embeleze e Niely, que têm conquistado projeção regional e até nacional, tornando este ramo um dos mais importantes da cidade. Outra característica deste ramo é a presença de pequenas empresas que têm se instalado junto a Suissa, no bairro da Califórnia, próximo a Via Dutra.

A mão de obra técnica para essas empresas tem sido formada no CEFET de Química de Nilópolis, que recebe vários alunos moradores de Nova Iguaçu e da Baixada, o que contribuiu para a consolidação de um considerável contingente de mão de obra qualificada nos setores de produção e controle ambiental na indústria química, tornando-se um fator de atração de empresas do ramo. A unidade do CEFET Celso Suckow da Fonseca inaugurada recentemente também pretende formar técnicos e pessoal de nível superior, mas ainda estão nas turmas iniciais e os primeiros formando deverão sair em 2008.

A formação de pessoal de nível superior ainda se dá majoritariamente através do ensino privado, através da UNIG, UGB e Estácio. Somente nos últimos anos que as unidades públicas, o CEFET Celso Suckow, o CEDERJ e a Universidade Rural, passaram a oferecer cursos superiores públicos, mesmo assim de forma limitada. Esta situação faz com que os moradores da cidade, como o autor deste livro, tenham que se deslocar pra a cidade do Rio de Janeiro em busca de qualificação profissional. Essa situação deve mudar, a médio prazo, com a instalação de um campus avançado da Universidade Rural ao lado do Aeroclube.

Para atender esta economia diversificada se formou, em Nova Iguaçu, um vigoroso centro de negócios, que está ente os mais importantes e completos do estado, fazendo com que o município fique entre os cinco primeiros do ranking do estado nos setores comércio varejista, atacadista e nas instituições financeiras e entre os dez maiores no setor de serviços (CIDE, 2004). Este grande volume de transações comerciais e de prestação de serviços se dá em função da imensa população do município, a existência de uma burguesia local de alta renda e uma vigorosa classe média, mas sobretudo de uma massa consumidora oriunda não só do município, mas de quase todos os municípios da Baixada.

Este território sob influência de Nova Iguaçu se organiza a partir do

seu centro, criando setores nitidamente diferenciados e articulados entre si, que se organizam em função de dois grandes eixos. O primeiro se forma ao longo da EFCB, que corta o centro da cidade. Ao longo desta surgiram vários núcleos urbanos no entorno das estações que se transformaram em sedes de municípios e que possuem uma relativa autonomia em relação a cidade, estando mais diretamente ligados a cidade do Rio de Janeiro, sendo que apenas dois deles, Austin e Comendador Soares ainda fazem parte de Nova Iguaçu e não conseguiram se transformar em municípios, outras quatro estações: Engenheiro Pedreira, Juscelino, Edson Passos e Olinda, pertencem a municípios já emancipados.

O segundo eixo, mais dependente do centro de Nova Iguaçu, foi estruturado a partir da rede viária que se construiu para o escoamento da laranja durante o período da citricultura. Assim ao longo das antigas estradas laranjeiras, entre a sede do município e antigos núcleos rurais, se formaram um infinidade de bairros surgidos de loteamentos e que atualmente possuem o centro da cidade como referência.

Ao longo do tempo o centro de negócios da cidade foi se estruturando para dar conta a essas demandas, gerando uma diferenciação entre os setores espaciais no seu interior. Entre a estação ferroviária e as torres de transmissão de energia da Light, se concentrou a maior parte do comércio e dos serviços oferecidos na cidade, nas Avenidas Marechal Floriano, junto a via férrea, e na sua paralela, a Amaral Peixoto, principalmente no seu trecho exclusivo para pedestres, conhecido como “calçadão”.

Esses negócios se espalham pelas ruas transversais, da Dom Walmor até a Coronel Francisco Soares, possuindo uma caráter mais popular, com lojas de eletrodomésticos, supermercados, móveis, vestuário popular, calçados, bares, lanchonetes e restaurantes além do “camelódromo”. Aí também estão concentradas as filiais das grandes redes líderes dos seus ramos, ao lado de empresas locais.

Neste setor também ficam quase todas as agências bancárias, escritórios de contabilidade, advocacia, imobiliárias, consultórios médicos, dentistas, etc, formando um autêntico CBD de alcance regional. A abertura da Via Light possibilitou o deslocamento de parte desses negócios para além deste núcleo, gerando uma, ainda tímida, desconcentração dos negócios, mas no momento o que se percebe é uma renovação parcial com a derrubada de várias casas para dar lugar a estacionamentos, numa clara estratégia de valorização dessas propriedades através da reserva de valor. Contudo, havia em 2006 três prédios comerciais sendo construídos nesse setor.

Fora dessa área, o comércio e os serviços tomam outro caráter, passando

se direcionar para os setores de renda mais elevada como é o caso do sub centro de negócios localizado entre a ferrovia e a Serra de Madureira, com diversas lojas de artigos de luxo e serviços mais sofisticados como academias de ginásticas, centro estéticos e restaurantes especializados em comida internacional. A existência do Fórum em frente à estação ferroviária criou uma aglomeração de cartórios e escritórios de advocacia no seu entorno. Entretanto, a sua mudança para o Bairro da Luz, neste mesmo lado da via férrea, iniciou uma tendência de deslocamento desse núcleo para o seu entorno.

Figura 18: Vista aérea do Centro de Nova Iguaçu - 1999



Vista aérea do centro de Nova Iguaçu: observar intensa verticalização no entorno da estação ferroviária e na área nobre, entre a ferrovia e a Serra de Madureira
Fonte: Prefeitura de Nova Iguaçu, Plano estratégico da cidade, 1999

A instalação do Top Shopping fora desse dois setores contribuiu para a criação de um terceiro setor de negócios, que está sendo implementado ao seu redor, principalmente entre este e a Via Light. No Top Shopping a estrutura é praticamente igual ao padrão de todos os shoppings. Existem as grandes lojas âncoras, filiais de grifes famosas, um praça de alimentação diversificada, cinemas que passam filmes de grande apelo de mercado e, no meio disto, pequenas lojas do empresariado local que procuram conquistar os consumidores das marcas consagradas.

No caminho entre a Via Light e o Shopping se instalaram diversas lojas voltadas para um comércio complementar e concorrente a este, mas que não possuem uma rentabilidade que permita pagar os altos custos do Shopping.

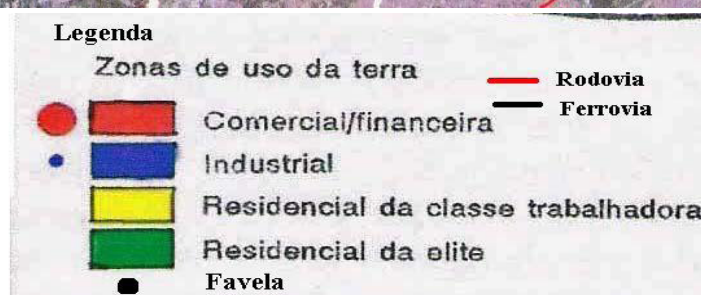
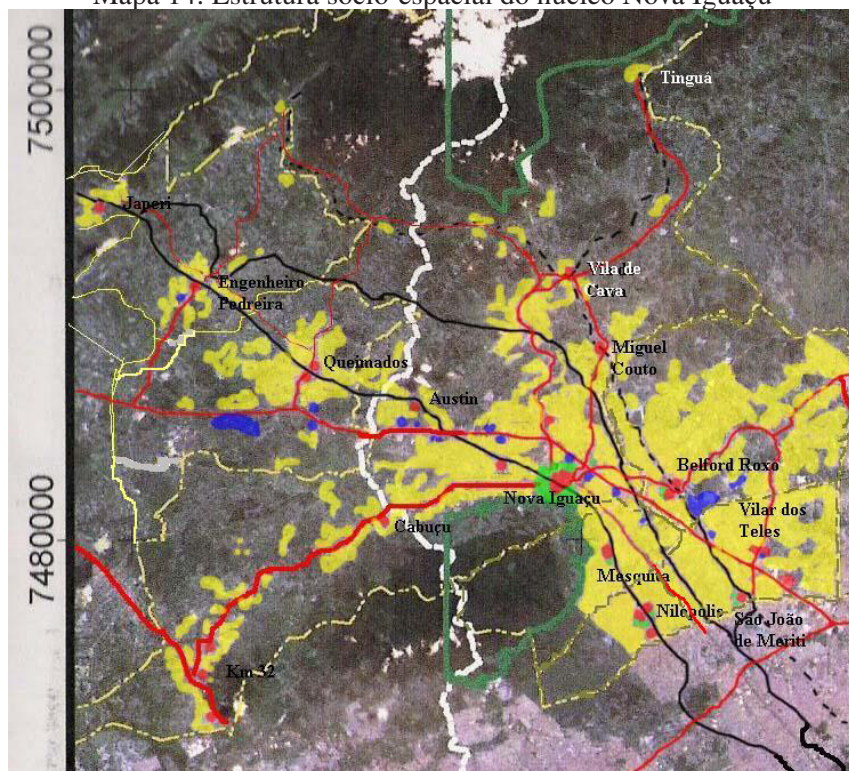
As transformações nesta área estão em curso, recentemente foi inaugurado um mini-shopping voltado para produtos de informática e instalada uma “feirinha” de produtos populares, que buscam capturar os freqüentadores do Top Shopping, que mais que um centro de compras, tem se tornado um centro de lazer e de passeio na cidade. Mas nessa área também se percebe a estratégia de criação de reservas de valor com vários imóveis desocupados no entorno do Top Shopping e alguns prédios novos sendo erguidos.

Um fato digno de registro é o fracasso do shopping Iguazu Square localizado no final da rua do calçadão em frente ao terminal rodoviário intermunicipal e o Restaurante Popular e a pouco mais de 300 metros do Top Shopping. Apesar dessa excelente localização o empreendimento não conseguiu atrair freqüentadores e praticamente todos os negócios abertos no local faliram ou se mudaram, e quase todas as lojas estão fechadas e tem seus corredores assustadoramente vazios. Não cabe aqui tentar descobrir as razões deste fracasso, mas nos parece que os seus empreendedores não conseguiram definir o perfil do seu consumidor, o Square era sofisticado demais para o consumidor do calçadão, mas sem a presença de lojas-âncora, não conseguiu atrair o consumidor de renda mais alta.

Das torres da Light, onde se instalou recentemente a Via Light, até a Rodovia Presidente Dutra, nos trechos entre Avenida Roberto Silveira até a Carlos Marques Rolo se concentra a área residencial de classe média da cidade, entremeadas com ruas onde há uma maior concentração comercial, em geral especializada, como a Nilo Peçanha dedicada ao ramo de autopeças, o trecho final da Coronel Francisco Soares e arredores, mais conhecido como “rua da Lama” com seus bares e restaurantes e a própria Carlos Marques Rolo com dezenas de agências de automóveis.

A partir deste centro e ao longo das ferrovias e das estradas da laranja verificamos a existência de uma grande área residencial de população de baixa renda, que moram em bairros originados de loteamentos. Nesses, em geral há um pequeno comércio local que atende somente as necessidades básicas da população, como alimentos, objetos de usos pessoais e materiais de construção. Em alguns núcleos, geralmente os mais antigos, como Cava, Miguel Couto, Cabuçu e Posse, existe uma concentração mais complexa de negócios, podendo haver supermercados, agências bancárias e consultórios médicos, por exemplo. A quantidade e a qualidade dos bens e serviços oferecidos dependem, é claro, do tamanho e da renda da população a ser atendida e também do grau de autonomia política e administrativa que esses núcleos possuem, que determinam a quantidade e qualidade de órgãos públicos existentes neles.

Mapa 14: Estrutura sócio-espacial do núcleo Nova Iguaçu



Fonte: PDBG, 2001, adaptado pelo Autor, 2006

Percebe-se também, que no entorno destes núcleos se localiza uma classe média e uma elite local com renda bem acima da média, reproduzindo

em parte, o padrão de distribuição das atividades econômicas e classes sociais que se verifica no centro de Nova Iguaçu, onde, à medida que se afasta do centro desses núcleos a renda e a quantidade e qualidade de serviços e equipamentos urbanos também se diminui.

Além da mancha urbana do município existem grande áreas onde a ocupação urbana é muito rarefeita, limitada a umas poucas fazendas remanescentes, em sua maioria improdutivas ou dedicadas a produção de hortaliças ou a uma pecuária incipiente, de caráter evidentemente especulativo. Nota-se também a existência de muitos sítios que servem como segunda residência para as classes mais abastadas dos núcleos ou com atividades de lazer como piscinas naturais, passeios ecológicos, pesque e pague, etc.

No entanto, a maior parte destas terras destina-se a funcionar como reserva de valor, aguardando uma transformação do uso ou a passagem de rodovias que valorizem a área e tornem a sua venda rentável, até porque a legislação mais rigorosa tem inibido a formação de loteamentos populares nesta área, embora existam alguns de caráter clandestino e irregular. Com isso, a população rural local foi praticamente extinta, seja pela sua expulsão, seja pela sua conversão em trabalhadores urbanos e os poucos que resistem, em geral, praticam a pluriatividade.

Essas terras ficam próximas ao maciço do Tinguá e essa região serve como uma barreira de contenção à urbanização protegendo as áreas de proteção ambiental como a Rebio de Tinguá e as APAs de Jaceruba, Rio D'ouro e Geneciano, inclusive sendo reconhecidas como tal no Plano Diretor e Desenvolvimento Sustentável de Nova Iguaçu, sendo considerada como uma “Zona de Transição ou Cinturão Verde” em oposição as Zonas de expansão urbana e urbana consolidada. Recentemente, em 2006, a Câmara Municipal aprovou uma lei que recria a área rural nesta região, que havia sido extinta em 1991. A idéia é que esta medida estimule e facilite os investimentos em atividades agropecuárias, inclusive permitindo o acesso dos moradores desta área a programas governamentais de apoio a estas atividades.

A construção do “Arco Rodoviário”, que ligará a Reduc ao Porto de Sepetiba, passando por essa região, deve alterar o seu padrão de ocupação. Todavia essa obra ainda não saiu do papel.

Na encosta da Serra de Madureira foi criada uma APA, com o intuito de evitar os impactos na área do Parque Municipal, onde existe uma bem preservada mancha de Mata Atlântica. Nesta APA foi lançado pela prefeitura em 2006, um projeto de reflorestamento a partir da cota de 150 metros que deve ser implementado a partir de 2007.

Essa complexa estrutura econômica se reflete na composição das

receitas de Nova Iguaçu. Embora seja, como todos os municípios brasileiros, bastante dependente de repasses estaduais e federais, chama a atenção a elevada participação de receita tributária próprias, cerca de 25% nesta composição e a relativamente pequena participação dos repasses federais.

Gráfico 19: Composição das receitas de Nova Iguaçu - 2004



Fonte: TCE RJ, 2005f

Esta composição se explica, de um lado, pelo alto grau de urbanização da área central e de um sistema relativamente eficaz de cobrança que permite uma grande arrecadação de IPTU e do outro pela vigorosa economia local que permite a arrecadação de ISS. Este fato também leva a uma grande arrecadação de ICMS, cujo repasse, juntamente com o FUNDEF responde por metade da receita do município. Os repasse federais são relativamente pequenos se comparados com outros municípios da Baixada, principalmente o FPM que vem diminuindo desde as emancipações.

Assim, mesmo tendo um grau de dependência de repasses dentro da média da Baixada, cerca de 75% da receitas, a situação de Nova Iguaçu é mais equilibrada já que não depende de uma só atividade ou empresa, como é caso de Belford Roxo com relação à Bayer, Duque de Caxias com a Reduc e Queimados com o seu distrito industrial, nem da benevolência dos governos estadual e federal, já que os repasses desses são automáticos e em grande parte proporcionais a dinâmica econômica local. Contudo, a capacidade de investimento da prefeitura é pequena, pois grande parte das receitas são comprometidas com gastos estruturais com pessoal e serviços essenciais como saúde e educação. Desse modo, as articulações políticas com as instâncias superiores de governo não podem ser relegadas a um segundo plano.

Por outro lado, a importância econômica e simbólica de Nova Iguaçu faz com que o controle político da cidade seja fundamental para estas instâncias de poder. Daí o município ter sido palco de intensas batalhas políticas pelo seu controle por parte dos grupos locais apoiados por lideranças regionais e nacionais. Veremos agora como se compõe estes grupos políticos locais.

As grandes desigualdades sociais e espaciais de Nova Iguaçu formam o caldo de cultura onde nascem os grupos políticos da cidade, contrapondo diferentes classes sociais e diferentes grupos de interesse de bases territoriais. No centro da cidade existe uma consolidada burguesia que iniciou seu processo de formação no período da citricultura, quando os plantadores e exportadores de laranja e comerciantes locais passaram a ocupar o lugar dos antigos barões, sendo que uma parte considerável destas famílias era de imigrantes portugueses, italianos e árabes. Dessas famílias também saíram os primeiros profissionais liberais da cidade, médicos, professores, advogados que eram filhos dos mais abastados enviados para estudar na capital e às vezes no exterior.

A “*débâcle*” da citricultura reestruturou esse segmento. Alguns foram a falência, enquanto outros souberam superar as adversidades e direcionar seus investimentos para outros negócios, como o setor imobiliário, industrial, construção civil, clínicas médicas, etc. Nessa ruptura, o foco do poder se desloca da Associação Rural para a Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu. Outros grupos e associações e sindicatos patronais vão surgindo e se consolidando, assim como entidades ligadas indiretamente aos estratos dominantes como a Maçonaria, o Rotary, Lions Club e outros.

Deve ficar claro que esses grupos não eram homogêneos e não atuavam como um bloco monolítico, havendo conflitos entre os diversos coletivos que surgiram com o desenrolar da disputa pelo poder local, inclusive estabelecendo uma política de alianças com grupos políticos da cidade do Rio de Janeiro e do antigo Estado do Rio, que por muitas vezes deram o tom da disputa local. Estes conflitos locais e regionais e suas articulações produzem um quadro partidário bastante complexo, com uma constante troca de partidos entre os membros desse grupo. Por vezes um grupo procura controlar mais de uma sigla para acomodar os interesses pessoais específicos e como estratégia de caráter eleitoral.

Na década de 1950, com a chegada maciça dos migrantes que vão ocupando os loteamentos do entorno, surge uma nova classe social, a do trabalhador urbano, que vai tomando lugar dos pequenos chacareiros, arrendatários e trabalhadores temporários no grupo dominado. Com o tempo começam a surgir no seio desta massa recém chegada, lideranças locais, formadas por pequenos comerciantes que prosperavam, operários inseridos nas lutas sindicais e moradores que aglutinavam seus vizinhos na luta por melhores

condições de vida. Aos poucos estas lideranças começaram a se articular em torno de coletivos que passaram a se contrapor aos grupos do centro.

A crescente força política dos grupos do entorno fez com que os grupos políticos do centro iniciassem um processo de cooptação e formação de alianças com esses grupos e lideranças, através do apoio político, eleitoral e fisiológico, concedendo pequenas parcelas de poder e benefícios para alguns de seus membros, como pequenas obras nos bairros, vagas em escolas públicas, atendimentos em clínicas particulares e cargos na administração pública, como funcionários “fantasmas” ou para trabalharem efetivamente.

Uma das estratégias mais utilizadas é a de convidar lideranças de expressão local para ingressarem nos partidos e se lançarem candidatos às eleições legislativas, recebendo apoio material e financeiro para a campanha. Isto permite que os candidatos do centro não necessitem fazer campanhas em todos os bairros. No fim das contas as centenas de votos das dezenas de candidatos locais se transformam, quando somados aos do candidato do centro, em milhares de votos, que garantem os coeficientes eleitorais capazes de garantir uma ou mais vagas. Essas ficam com os mais votados, que em geral, são os candidatos do centro. Algumas vezes essa estratégia dá errado e as “criaturas” superaram os “criadores” e lideranças oriundas das camadas populares e dos bairros do entorno se tornaram mais fortes politicamente que os seus aliados e acabam por ficar com os cargos eletivos.

A diversificação da economia local e a centralidade do município propiciou o surgimento de sindicatos de diversas categoria que tem sede em Nova Iguaçu mas que congregam trabalhadores de outros municípios. No centro da cidade se concentram várias dessas sedes, principalmente próximos a Prefeitura, como a dos metalúrgicos, comerciários, trabalhadores da construção civil, rodoviários e dos químicos, além de seções de sindicatos regionais como o SEPE, servidores públicos e bancários, para citar os mais expressivos.

Estes sindicatos possuem um razoável poder de mobilização e enfrentamento, mas a sua atuação depende do resultado da disputa pelo controle desses sindicatos por parte de partidos políticos, centrais sindicais e pelo patronato, e sua relação com os patrões e lideranças políticas que estão no governo ou fazem oposição a este.

Os profissionais liberais da cidade não possuem uma atuação política unificada, tanto do ponto de vista ideológico como territorial. A origem social, de que grupo se é oriundo, e territorial, de qual localidade da cidade se é morador, costumam determinar a filiação e ação política deste segmento. Muitos desses profissionais como médicos, advogados, jornalistas contabilistas, etc., se aglutinam em torno de lideranças ou grupos. Nunca é demais lembrar, que os

laços de amizade e de parentesco possuem um peso determinante na filiação aos grupos, muito mais do que os ideológicos. A filiação de caráter ideológico é aparentemente mais nítidas nos grupos ligados aos partidos de esquerda, como os PCs, o PT e suas dissidências, hoje no PSTU e PSOL.

Ocorre, por vezes, que estes profissionais se tornem lideranças dentro dos seus grupos e acabem por se tornar representantes desses e referência para aglutinação de filiação ideológica ou fisiológica. Desse modo advogados podem se tornar lideranças de sindicatos, professores se tornarem porta-vozes dos proprietários de escolas e médicos lutarem pelos interesses dos donos de hospitais. Em suma, a Baixada não é muito diferente do que ocorre no restante do país, pelo contrário, parece mais uma síntese na escala local do padrão de fazer política do Brasil. Entretanto, a Baixada apresenta particularidades que merecem uma análise mais detalhada e que influenciam na geografia política da região e que se articula dialeticamente com o jogo político do Estado do Rio de Janeiro.

As articulações políticas na Baixada Fluminense

Neste tópico vamos analisar as articulações políticas que se dão entre os grupos políticos da Baixada, nos plano local e regional, de modo a compreender as diversas alianças políticas que se estabeleceram entre estes ao longo do processo de ocupação e construção da estrutura social e econômica da região. Faremos um recorte cronológico para facilitar a compreensão da evolução destas articulações e contextualizá-las no seu momento histórico específico. Como no capítulo em que analisamos a emancipação de Duque de Caxias fizemos uma contextualização aprofundada das articulações políticas naquele momento, vamos nos ater aos períodos posteriores a II guerra Mundial.

O Pós –Guerra

Este período foi marcado, na Baixada, pela grande turbulência política, principalmente pela atuação de Tenório Cavalcanti e sua disputa com Amaral Peixoto e seus seguidores pelo controle político da região. Essa disputa iniciou-se na redemocratização do país, quando Amaral funda o PSD e chama Tenório para aliar-se a ele. Diante da recusa deste, Getúlio de Moura será o cacique local que irá comandar o amaralismo na Baixada.

O grande crescimento populacional da Baixada vai se transformando em grande poderio eleitoral no antigo Estado do Rio, em pouco tempo essa região supera o interior e Niterói em número de eleitores, mas a falta de unidade política não permitirá a eleição de um governador do estado oriundo da Baixada. Na única vez em que marcharam juntos, nas eleições de 1958, com Tenório

apoiando Getúlio de Moura como candidato a governador, foram derrotados pelo trabalhismo, representado por Roberto Silveira do PTB, que obteve o apoio de outro cacique iguaçuano, Arruda Negreiros.

No início da década de 1960, o avanço dos movimentos populares como os camponeses da FALERJ e de moradores, levaram a uma radicalização que toma conta do país. O próprio Tenório Cavalcanti dá uma guinada a esquerda e se lança candidato pelo PST, braço legal do PC do B (Alves, JCS 2003) e passa a apoiar as lutas camponesas. Essa radicalização explode em 1962 quando há uma onda de saques em Duque de Caxias com “42 mortos, 700 feridos e dois mil estabelecimentos comerciais destruídos” (idem, 93).

Iniciava-se ali o que Alves (op cit) chama de “criminalização da pobreza”, ou seja, a população pobre adquire um caráter de classe perigosa, o que leva a instituição de um aparato oficial e “oficioso” de repressão aos mais pobres, agora apontados como bandidos e saqueadores em potencial. O melhor exemplo destas forças era a Brigada de Defesa da Família Caxiense. Nos bairros mais pobres, o medo abriu caminho para o surgimento de novos “justiceiros” que passaram a fazer a “proteção” daqueles que não podiam pagar por estas milícias e que também não podiam contar com a polícia oficial e, pelo contrário, passaram a ser alvos desses aparatos.

O golpe militar de 1964 sufocou os movimentos populares e cassou um grande número de políticos na Baixada. Ao mesmo tempo, os militares começaram a procurar na região interlocutores que servissem de ponto de apoio as estratégias de dominação implementadas pelo regime, não demoraram muito para encontrar essas pessoas, apesar de resistência, ainda que desorganizada, da população local.

O Regime Militar

Após o golpe de estado de 1964 e a cassação de vários políticos considerados perigosos para o novo regime, inicia-se uma “arrumação da casa” da política na Baixada. A criação do bipartidarismo em 1965, com a criação da ARENA e do MDB, serviu para confundir ainda mais o pouco nítido quadro ideológico da Baixada. As disputas locais ganharam um novo componente, a intervenção dos militares. Houve um grande número de cassações de prefeitos e vereadores, alguns por corrupção, uns poucos por divergências ideológicas profundas com o regime. Todavia, a grande maioria das cassações se deu em função de rearranjos nas articulações entre grupos locais e grupos dominantes no âmbito regional e o militares.

As eleições mostravam uma tendência da população da região em votar no MDB, identificado como a oposição ao regime. Embora esse partido na

Baixada estivesse longe de apresentar este contorno ideológico, suas vitórias poderiam ser interpretadas como tal e o seu crescimento deveria ser detido. Desse modo, políticos da ARENA, buscavam, com a ajuda dos militares, ocupar os cargos que perderam nas eleições. As intervenções se sucederam e Nova Iguaçu, “de 1963 a 1969, seis anos portanto, conheceu oitos chefes do executivo, dois interventores, dois presidentes da câmara, dois refeitos eleitos e dois vice-prefeitos” (Alves, JCS, 2003, 102), até que o interventor Ruy Queiroz assumiu e conseguiu terminar o seu mandato de prefeito em 1972.

Em São João de Meriti a intervenção se deu sob a acusação de corrupção do prefeito eleito pelo MDB José Amorim, que foi afastado em 1968. Para conseguir retornar ao cargo, filiou-se a ARENA, mas acabou sendo definitivamente afastado em 1969, juntamente com 11 vereadores eleitos (Knopp, 1999, 26). Para ter a certeza de que controlaria a situação os militares não permitiram que o vice-prefeito e o presidente da Câmara assumissem o cargo e deram posse a um interventor de Nova Iguaçu, ligado a família Raunheitti, João Batista Lubanco.

Em Nilópolis o prefeito João Cardoso também será cassado em 1970, e em seu lugar assumirá o vereador Jorge David, que iniciará a trajetória de domínio da família Abraão David – Sessim no município sob os auspícios dos militares (Alves, op cit, 104). Em agradecimento a esse apoio os militares serão devidamente homenageados em 1974 com o samba-enredo da Escola de Samba Beija Flor, “O grande decênio”, que cantava os feitos do regime militar entre 1964 e 74.

Em Duque de Caxias os militares preferiram não correr riscos de terem prefeitos opositoristas e transformaram o município em “Área de Segurança Nacional” em 1968, o que possibilitava a indicação do prefeito por parte do governo federal, sem eleições diretas.

Essas estratégias foram bem sucedidas e o terreno “foi limpo” na Baixada. O resultado disso é que com a oposição reprimida e desorganizada, a ARENA vence as eleições de 1972 em Nova Iguaçu e Nilópolis e o prefeito de Duque de Caxias nomeado também é do partido (Alves, 2003, 105). A única derrota ocorreu em São João de Meriti com a vitória de Denoziro Afonso, aliado do deputado Ário Teodoro, inclusive fazendo o seu sucessor em 1976, Celestino Cabral. No entanto, se notabilizaram por governos que “seriam marcados pela conciliação política e pela subserviência aos interesses político-ideológico-econômicos reinantes no país naquele momento, não se diferenciando muito dos governos interventores” (Knopp, 1999, 27).

O acontecimento político mais importante deste período foi a fusão dos Estados da Guanabara com o Rio de Janeiro. Esse fato retirou parte do peso

político da Baixada, pois essa era o maior colégio eleitoral do antigo Estado do Rio, rivalizando com Niterói e Campos na luta pelo controle do poder político do antigo Estado do Rio. Com a entrada em cena do município do Rio de Janeiro, o peso eleitoral da Baixada cai e as chances de eleger um governador desta região desaparecem. Assim a região deixa de ser um dos epicentros da política do estado para se tornar um coadjuvante. A partir da década de 1980, aos poucos, a Baixada foi retomando a sua importância neste cenário.

As eleições de 1976 em Nova Iguaçu trazem de volta Ruy Queiroz ao cargo de prefeito em aliança com a família Raunheiti, representada pelo Deputado Federal Darcílio Ayres e, em segundo plano, pelo seu irmão Fábio Raunheiti, que será o seu sucessor político. Esta família passará a controlar a saúde e a educação em Nova Iguaçu e transformarão a pequena faculdade de Letras da Sesni numa universidade de peso, a UNIG. Entretanto as denúncias de corrupção do seu próprio vice, Rubens Peixoto, minaram o governo de Queiroz e o seu final foi melancólico.

Contudo o fato mais marcante do governo de Queiroz foi o surgimento do MAB como símbolo da retomada da luta popular na região. Embora tivesse a princípio, um viés de cunho reivindicatório, em pouco tempo o movimento se tornou abrigo de todos os que lutavam contra o regime, inclusive se articulando com os proscritos partidos de esquerda, a igreja católica e o nascente sindicalismo do ABC (Simões, 1993 e Bernardes, 1983).

A Igreja Católica terá um papel fundamental na retomada da luta política na Baixada, principalmente pela atuação das pastorais e das CEBs junto às associações de moradores, clubes de mães e sindicatos sob a liderança dos bispos Dom Mauro Morelli em Duque de Caxias e Adriano Hipólito em Nova Iguaçu. Este último chegou a ser seqüestrado e torturado por paramilitares e definiu com precisão as principais características dos políticos da Baixada, que “com poucas exceções, eram a imagem da mediocridade, incapacidade, puxa-saquismo e do primarismo” (Alves, 2003, 106).

Os últimos anos da ditadura foram marcados pela tentativa de retomar o controle da situação, abalada pela abertura democrática e o ressurgimento dos movimentos populares. Desse modo ocorriam alguns retrocessos como repressão violenta, atentados e intimidação de lideranças e políticos locais. Contudo a derrocada do regime era inevitável e as eleições de 1982 demonstraram claramente essa tendência.

A redemocratização

Numa tentativa de manter o controle político nos estados através das eleições de 1982, a primeira com o novo quadro partidário e com diretas para

governadores, o regime militar criou a vinculação total dos votos, ou seja, os eleitores teriam que votar em vereadores, prefeitos, deputados estaduais, federais e governador do mesmo partido. A idéia era de que os candidatos do partido do regime, o PDS, tivessem os votos dos prefeitos transferidos para eles. Faltou combinar com a população local. No Estado do Rio de Janeiro o fenômeno Brizola acabou por consagrar uma série de políticos desconhecidos que se filiaram ao seu partido o PDT por falta de espaço nos partidos tradicionais que herdaram a maior parte dos antigos filiados da ARENA, agora no PDS e MDB, agora com o nome de PMDB.

A votação maciça do governador na Baixada, cerca de 50% dos votos (Alves, op cit) acabou por eleger dois prefeitos, Paulo Leone em Nova Iguaçu e Manoel Valença em São João de Meriti, e algumas dezenas de vereadores oriundos das camadas populares que não possuam vínculos com os grupos políticos locais mais tradicionais. Este fato mudou geografia política da Baixada permitindo a ascensão de lideranças saídas dos bairros mais pobres, muitos deles de origem humilde, embora a suas atuações muitas vezes não diferissem muito do clentelismo praticado pelos políticos mais tradicionais. A efervescência dos movimentos populares não se traduziu em votos e o PT, partido mais ligado a esses, só elegeu um único vereador na região, em Nova Iguaçu.

Contudo o grande derrotado foi o "chaguismo" do PMDB, pois os outros prefeitos da Baixada pertenciam ao PDS, em Nilópolis mais um membro da família David ganha a prefeitura, e em Duque de Caxias o genro de Tenório Cavalcanti, Hydeckel de Freitas é nomeado prefeito da cidade (Alves, 2003, 108). Contudo na primeira eleição direta em Duque de Caxias em 1985, a onda brizolista elegeu mais um prefeito, Juberlan de Oliveira.

A falta de organicidade dos prefeitos e vereadores eleitos pelo PDT, mais preocupados em projetos pessoais do que em seguir um programa partidário ou mesmo de um grupo político, acabou levando esses prefeitos ao isolamento político, inclusive por parte do PDT e do governador Brizola. As denúncias de corrupção levaram ao afastamento de Leone e Valença antes do fim dos seus mandatos, o fracasso de outros prefeitos pedetistas e os erros de Leonel Brizola, levaram a uma diminuição da popularidade deste na Baixada, abrindo espaço para o retorno de velhas lideranças e a ascensão de novos líderes que emergiram das classes populares.

As eleições seguintes, em 1986, 1988 e 1990, demonstraram o crescimento da importância política da Baixada, acirrando a disputa em torno dos votos desta região considerada estratégica para o controle do poder no estado. A prova disso foi a indicação de Francisco Amaral, político de Nova Iguaçu, para vice-governador de Moreira Franco em 1986, numa tentativa de

neutralizar a influência brizolista e atrair o voto da Baixada, considerada o fiel da balança à medida que se verificava um tendência à polarização entre interior e capital. As eleições deste ano tiveram o peso do sucesso do Plano Cruzado como principal fator de desequilíbrio, favorecendo a eleição de governadores do PMDB em quase todo o país, inclusive no Rio de Janeiro onde Moreira Franco derrotou Darci Ribeiro, candidato de Brizola.

A partir daí o brizolismo vai perdendo força. Onde ele ainda resistia a estratégia foi sendo diferenciada com a indicação de quadros da capital para postular cargos na Baixada. Em 1988, Brizola indica Aluisio Gama para candidato a prefeito de Nova Iguaçu, onde o PDT é bom de voto e ruim de quadros. A sua vitória será considerada estratégica para manter acesa a chama do brizolismo na região. A surpresa desta eleição foi a boa votação do PT no Estado, em virtude do chamado “efeito Volta Redonda”, assim denominado devido a onda de insatisfação popular deflagrada após o assassinato de três operários grevistas da CSN, por parte do Exército. Em Nova Iguaçu essa onda se converteu em boa votação para Jerry Simões, candidato a prefeito pelo PT.

No entanto, o brizolismo é derrotado nos demais municípios, em Nilópolis pela máquina eleitoral da família Abraão David e em Duque de Caxias, onde Hydekel de Freitas retorna ao cargo, eleito pelo voto direto. Para fazer frente a essa perda de votos na região o PDT passa a abrir espaço para lideranças populares emergentes, recebendo em seus quadros representantes típicos deste grupo, Altamir Gomes em Nova Iguaçu, Zito em Duque de Caxias e Joca, este vereador eleito pelo PMDB, em Belford Roxo.

A rearticulação pós-emancipações

O fracasso do plano Cruzado e dos governos Sarney e Moreira Franco, trouxeram de volta Leonel Brizola ao governo do estado em 1990 com relativa facilidade. Para as eleições municipais de 1992 há uma reorganização político-partidária em função do surgimento de novos municípios e da possibilidade de dois turnos na disputa para prefeitura.

O governador ainda consegue eleger os prefeitos de Nova Iguaçu e Nilópolis, mas muito mais devido às rachaduras dos grupos tradicionais nessas cidades do que por méritos próprios. Em Nilópolis o eleito foi Manoel Rosa, o Neca, que rompera pouco antes das eleições com a família Abraão David e se abrigara no PDT. Em Nova Iguaçu a eleição de Altamir Gomes do PDT se deu no segundo turno após uma coalizão de forças contra Fábio Raunheitti do PTB, que já estava sendo acusado de desvio de verbas públicas, o que viria a tona com o escândalo dos “anões” do orçamento.

Em Duque de Caxias a escolha de Messias Soares em detrimento de

Zito, levou a uma crise no partido e a saída desse do PDT. O então senador e ex-prefeito Hydekel de Freitas indica Moacyr do Carmo para candidato e consegue uma vitória tranqüila, contando com apoio de Zito (Alves, 2003).

Em São João de Meriti a eleição de Aldimar do Santos, o Mica, coloca no xadrez político da Baixada um novo elemento, a possibilidade das lideranças de origem humilde chegar ao posto máximo no município. A vitória de Mica era um sinal da decadência das antigas lideranças e o sinal de que essas novas lideranças não precisavam mais ficar a reboque dos grupos tradicionais, assim estava aberto o campo para vôos mais altos para políticos como Joca e Zito.

Em Belford Roxo, percebendo que não conseguiria espaço no PDT, Joca troca de partido e ingressa no PL por onde se candidata a prefeito tendo como principal adversário, justamente o PDT, que escolheu Laerte Bastos para candidato. A vitória de Joca foi esmagadora, com quase 80% dos votos válidos (Alves, op cit) e deu início a uma rearticulação da política na Baixada onde as lideranças regionais passaram a ter que se aproximar destes “líderes marginais” (Monteiro, 2001) para consolidar suas estratégias de poder no Estado. A sua morte por assassinato em 1995 o elevou a condição de mito e deu origem uma tradição política de culto a sua personalidade e apoio popular aos seus seguidores, possibilitando a eleições de pessoas vinculadas a sua imagem. Nos demais municípios, os eleitos são políticos locais que participaram ativamente do processo de emancipação como Carlos Moraes em Japeri e Dr Robson em Queimados, ambos desvinculados da figura de Brizola

As eleições de 1996 marcam o fim do brizolismo na Baixada e uma nova articulação das forças políticas locais com as instâncias regionais. No plano local temos a consolidação do “líder marginal” como “cabeça” da articulação, principalmente em Duque de Caxias com Zito e em Belford Roxo, onde a viúva de Joca, Maria Lúcia e o grupo que lhe cerca, dão continuidade ao seu domínio político. Por outro lado os movimentos populares e os partidos de esquerda começam demonstrar um maior poder de organização e uma aceitação mais ampla da população, o que se traduziu num número maior de votos, permitindo a eleição de vereadores e deputados estaduais vinculados a esses movimentos, em geral, filiados ao PT.

No plano regional, a vitória do PSDB nas eleições presidenciais e para o governo do estado em 1994, representou um avanço do neoliberalismo na política nacional. Assim FHC e Marcello Alencar passaram a procurar interlocutores na Baixada, que pudessem dar respaldo e apoio político a este projeto. Em Duque de Caxias o escolhido foi Zito que havia deixado o PDT e ingressado no PSDB, elegendo-se deputado estadual com expressiva votação e se lança candidato a prefeito em Duque de Caxias. Em Belford Roxo, o PSDB,

que havia indicado o vice de Joca, Ricardo Gaspar, continua dando apoio a Maria Lucia, então no PPB, sem estar formalmente coligado com este. Era o reconhecimento da representatividade destas novas lideranças na Baixada, pois políticos mais tradicionais e com perfil mais próximo do neoliberalismo foram deixados de lado.

Em Nilópolis a aposta foi mais conservadora, o PSDB atrai a família David para os seus quadros e lança Simão Sessim candidato a prefeito, que acabou sendo derrotado pelo candidato do prefeito Neca, José Carlos Cunha do PDT. Em Nova Iguaçu a vitória foi esmagadora, com o deputado federal Nelson Bornier, que havia trocado o PL pelo PSDB, sendo eleito no primeiro turno (Alves, 2003).

Bornier era ligado aos empresários do centro da cidade e tinha como vice Eduardo Gonçalves, sobrinho de Fábio Raunheitti. Na época atribuíram a sua vitória a esta aliança e ao fato do governo anterior, de Altamir Gomes do PDT, ter sido desastroso. O PDT ainda tentou se recuperar lançando como candidata a prefeita, Sheila Gama mulher do ex-prefeito Aluisio Gama, que deixou o governo com alguma popularidade. O segundo colocado acabou sendo Artur Messias do PT, que também elegeu dois vereadores, demonstrando o crescimento da esquerda na Baixada.

Em Queimados e São João de Meriti os candidatos eleitos foram do PFL, ligados a figura do prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, que não conseguia estender a sua influência nos maiores municípios da Baixada (Alves, op cit). Este fato será decisivo nas eleições de 1998.

Um fato marcante neste período e que ainda hoje persiste é a eleição para vereadores de políticos dos bairros populares, que não possuem expressão no plano municipal. Em geral são praticantes do fisiologismo, negociando apoio aos prefeitos em troca de benesses. A postura deste grupo é bastante semelhante ao que passou a se chamar de “baixo clero” no Congresso Nacional. A diferença é o nível de violência que existe nas disputas entre esses políticos, vários vereadores, secretários municipais e assessores da Baixada foram mortos ou sofreram atentados durante seus mandatos. Na verdade se manteve a tradição “tenorista” de resolver “a bala” as disputas políticas, com a eliminação física dos oponentes.

As eleições de 1998 para governador foram marcadas pela aliança entre o PDT e PT e o racha no bloco neoliberal com as candidaturas de César Maia pelo PFL e Luis Paulo pelo PSDB. No segundo turno a disputa se deu entre Garotinho e César Maia e mais do que esquerda e direita, o que se viu foi uma polarização entre capital e interior, assim a Baixada foi chamada a decidir a eleição. Se valendo do que restou da tradição do brizolismo e com apoio da

esquerda, Garotinho se aproveitou do erro de César Maia em se identificar demais com a cidade e não valorizar o seu entorno, desse modo teve uma votação bastante superior na Baixada, conseguindo se eleger.

Em 2000 o fato mais marcante foi o crescimento da influência de Zito na Baixada. Além de se reeleger prefeito em Duque de Caxias, conseguiu eleger o seu irmão Waldir Zito em Belford Roxo, interrompendo a trajetória do grupo de Joca, e sua mulher Narrimam Zito em Magé, derrotando os Cozzolinos. Só não elegeu a filha Andréia em São João de Meriti por que esta desistiu da candidatura, após acordo com o prefeito reeleito Antonio de Carvalho. Em Nilópolis voltou-se a “normalidade” com a eleição de Farid Abraão David e a retomada da prefeitura pela família.

O grande embate se deu em Nova Iguaçu. Embora Nelson Bornier fosse reeleito no primeiro turno, a campanha foi acirrada devido ao rompimento de Bornier com a família Rauheitti. Eduardo Gonçalves se lança candidato a prefeito e inicia uma troca de acusações pesadas com prefeito, inclusive com a participação de Garotinho que chega a associar Bornier ao traficante Fernandinho Beira Mar. Entretanto o bom governo de Bornier que retirou a cidade do caos em que se encontrava no final do governo de Altamir Gomes, lhe deu os votos necessários para a reeleição no primeiro turno com larga vantagem sobre os adversários. Quem encolheu foi o PT, pois Artur Messias se lançou candidato a prefeito por Mesquita e o candidato do partido, Adeilson, obteve somente 5% dos votos.

O brizolismo deu seu adeus definitivo a Nova Iguaçu pois apesar de eleger três vereadores, o maior puxador de voto foi o bispo Leo Vivas, ligado a Igreja Universal, que começava a mostrar a força do “voto evangélico” e os demais eram mais ligados ao Governador Garotinho, que logo após as eleições deixou o PDT, carregando o seu grupo para o PSB. Por esse partido se lança candidato a presidente da república em 2002 e recebe maciça votação em todos o municípios da região, se tornando, a partir daí, um elemento de peso no jogo político da Baixada, o que ficará mais claro nas eleições de 2004 e 2006

A atual geografia do voto

A ponta visível do iceberg das articulações políticas são as alianças que se formam nas disputas eleitorais, onde os diversos grupos políticos da Baixada procuram estabelecer mecanismos que os permitam chegar ao poder nos municípios, ou elegerem membros do legislativo que façam o papel de interlocutores junto aos governos estadual e federal. Desse modo, há formação de coligações, blocos partidários, realinhamento de siglas, cooptação de pessoas e movimentos sociais, dentro das regras que se estabelecem a cada eleição, tais

como vinculação total, verticalização, proporcionalidade, etc.

Como em quase todo o Brasil, na Baixada, com exceção de alguns partidos de esquerda como os comunistas, o PSTU, Psol e, em menor grau, o PT e o PDT, a maioria das siglas não possui uma base de sustentação ideológica clara nem exige a comunhão disto por parte dos seus filiados. O resultado é uma intensa troca de partidos por parte de lideranças, a “compra” de legendas de pouca expressão e o domínio de vários partidos por parte de um grupo político. Isto se dá para acomodar interesses particulares locais e adequar ao jogo político regional evitando disputas com grupos mais fortes dentro dos grandes partidos.

Como dissemos antes, é comum que lideranças agreguem em torno de si uma rede de candidatos locais de nomes estranhos como o “Junior do Orelhão”, “João do Sacolão”, etc, que conseguem amealhar algumas dezenas ou centenas de votos, que somados aos dos políticos “profissionais” permite atingir os coeficientes eleitorais necessários a eleição desses últimos.

Do lado do eleitorado, percebe-se que o voto obedece, na maioria das vezes, uma lógica não ideológica ou orgânica, sendo mais comum o voto personalista com base no carisma, projeção e grau de amizade com o candidato. Não se pode deixar em segundo plano o papel das redes clientelistas na decisão acerca do voto, embora tenhamos ressaltado todas as limitações e alcance desse tipo de relação entre os políticos locais e a população. Numa região onde a carência é extrema, o atendimento de demandas emergenciais da população por parte destas pessoas, cria uma relação em que esses são credores daquela, que deve retribuir na forma de votos. Se olharmos o perfil das lideranças oriundas das camadas populares verificaremos uma grande presença deste tipo de político, em maior número do aqueles que militam em movimentos sindicais, de moradores e da igreja católica.

Outro fator decisivo na escolha dos candidatos é hoje, sem dúvida, o papel das igrejas evangélicas, principalmente as pentecostais, que vem paulatinamente substituindo a igreja católica na assistência à população e na participação política, com uma diferença sensível, nas igrejas evangélicas o grau de obediência as diretrizes das lideranças é bem mais alto. Não se pode afirmar que os votos dos fiéis são determinados por pastores e bispos, mas que as preferências desses tem um peso considerável é fato que não podemos negar, a prova disso é o crescente número de candidatos que se lançam com o nome de “Bispo Fulano”, “Pastor Sicrano” e “Irmão Beltrano”, alguns deles apoiados quase oficialmente pelas cúpulas das seitas.

Após estas considerações iniciais podemos passar a análise dos resultados das últimas eleições, ressaltando as suas limitações como instrumento de análise do jogo político que se estabelece na Baixada Fluminense

As eleições - 2004 e 2006

Os resultados das duas últimas eleições, para prefeito e vereadores em 2004, e para governador e deputados federais e estaduais em 2006 nos permite fazer inferências sobre as alianças e articulações entre os movimentos populares, os grupos políticos da Baixada e as lideranças estaduais realizadas nestes pleitos. Como advertência, devemos lembrar que as siglas partidárias perdem um pouco do seu significado no jogo político local, pois o voto é preferencialmente de caráter personalista, com exceções cada vez mais raras.

As eleições para prefeito de 2004 na Baixada

O fato mais marcante da eleição de 2004 foi a participação intensa de lideranças políticas de fora da região e do próprio estado. Houve a formação de dois grandes blocos, um ligado ao grupo do ex-governador Garotinho e outro que se uniu contra ele, principalmente no segundo turno, que teve nomes díspares como o prefeito do Rio, César Maia e a executiva nacional do Partido dos Trabalhadores. Duas lideranças locais foram desafiadas e derrotadas nos seus redutos nas eleições de 2004, o Deputado Federal Nelson Bornier em Nova Iguaçu e José Camilo Zito em Duque de Caxias.

Em Duque de Caxias, o segundo turno teve, de um lado o candidato de Zito, o vereador Laury Vilar, e do outro Washington Reis, apoiado pela Governadora Rosinha Garotinho e seu marido. Ao contrário do que ocorreu em Nova Iguaçu, em Caxias não foi possível a formação de uma grande aliança em torno de Zito para derrotar o “casal Garotinho”. O principal motivo foi a resistência dos movimentos populares organizados e de setores mais a esquerda em explicitar o apoio a Zito sem apresentar constrangimento, devido a sua conturbada trajetória associada a violência, clientelismo e corrupção. Para esses setores, Washington Reis era um “mal menor” e mesmo um avanço na forma de se fazer política em Caxias, sempre vinculada ao “trinômio” enunciado acima.

Diante da iminente derrota de Mario Marques em Nova Iguaçu, a governadora voltou as suas baterias para garantir a vitória em Caxias, considerada como fundamental para manter a hegemonia na Baixada Fluminense, região chave para o projeto de continuidade do grupo no poder no estado e para lançar as bases de uma candidatura de Garotinho a presidência da república. As vitórias de Washington Reis em Duque de Caxias, de Uzias Mocotó contra Sandro Matos do PTB, em São João de Meriti e de Maria Lúcia contra Waldir Zito em Belford Roxo, filiados ao PMDB e em Queimados por Rogério do Salão do PL, mas também ligado ao grupo da governadora consolidou uma grande base de apoio a este grupo, minimizando o estrago provocado pela derrota de Pudim em

Campos, terra natal do casal.

O eixo Mesquita, Nova Iguaçu e Paracambi, governados pelo PT passa a representar um bloco de oposição e uma ameaça a hegemonia do “casal” na Baixada, ainda mais devido ao apoio do presidente Lula e do então postulante a presidência, César Maia. Em meio a estes dois blocos, estavam os municípios neutros que incluiria Japeri, governado pelo PDT mas extremamente dependente dos governos estadual e federal, e Nilópolis governado pelo clã Abraão–David–Sessim, com sua ambígua posição de não ser de oposição a nenhum governo, qualquer que seja.

Em Nova Iguaçu, o lançamento da candidatura do nacionalmente conhecido Deputado Federal, Lindbergh Farias, pelo PT, causou um certo desconforto nos movimentos populares organizados e nas lideranças locais do partido, que fizeram uma certa resistência a este no início do processo, principalmente pelas alianças feitas com políticos tradicionais como Itamar Serpa do PSDB e Rogério Lisboa do PFL e a família Raunheiti do PTB, partidos adversários no plano estadual e federal e que eram aliados de Bornier até pouco tempo atrás.

Outra atitude que afastou a ala mais a esquerda do PT foi a aproximação de Lindbergh com o prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, que participou ativamente do programa eleitoral, que era veiculado na TV Bandeirantes. Uma boa parte do movimento popular e das lideranças do PT em Nova Iguaçu se afastou da candidatura de Lindbergh e passou a trabalhar na campanha de Artur Messias em Mesquita, outro grupo permaneceu na campanha mas não teve muita influência nesta, pois o seu comando não tinha sede em Nova Iguaçu, nem na cidade do Rio de Janeiro e sim em Brasília.

No bloco situacionista, o então prefeito Mário Marques concorreu a reeleição pelo PMDB, com o apoio de Bornier e da Governadora Rosinha e seu marido. O objetivo de permanecer doze anos no poder começou a naufragar quando a dupla perdeu o apoio de importantes lideranças tradicionais que passaram a se alinhar a Lindbergh. O apoio popular conquistado nos governos anteriores começa a se desfazer pela própria limitação do clientelismo adotado por este grupo, enquanto condutor da política de atendimento as demandas públicas. A existência de vários problemas nos bairros após oito anos de governo acabou por minar a confiança da população na capacidade de atendimento do grupo que estava no poder.

Na campanha eleitoral vários erros foram cometidos pelo prefeito e aproveitados por Lindbergh. O mais grave foi a acusação de que o candidato do PT era um “estrangeiro” oportunista, vindo de outro estado e morador de outra cidade, no caso do Rio de Janeiro. Lindbergh aproveitou a acusação e reverteu

a situação, assumindo que era paraibano, nordestino como os milhares de iguaçuanos que chegaram nas décadas de 1950, 60 e 70. A identificação do povo da cidade, com o nordestino que venceu na “cidade grande” foi decisiva para a conquista do apoio e do voto dos milhares de migrantes e seus descendentes. Era a disputa dos recém chegados contra a “elíte local preconceituosa” que não admitia um “nordestino” no poder. Além disso rebateu a outra acusação afirmando que morava em outra cidade mas veio pra Nova Iguaçu, ao contrário dos políticos locais, que se elegiam por Nova Iguaçu e depois iam morar na Barra da Tijuca

Outro erro foi vincular a candidatura de Mario Marques ao “casal Garotinho” e a de Lindbergh a uma imposição do Presidente Lula, num momento de grande apoio popular ao presidente e imenso descontentamento com a governadora. Mais uma vez o “tiro sai pela culatra” e Lindbergh passa a fazer o discurso de “candidato do presidente” que vai trazer recursos diretamente de Brasília sem necessidade de intermediação dos políticos locais que não tinham acesso ao presidente como ele. Para piorar a situação, Mario Marques anunciava que se Lindbergh fosse eleito o governo do Estado não investiria mais em Nova Iguaçu. Mais um erro e outro ponto a ser explorado, com o candidato o PT dizendo que iria procurar a governadora e negociar, pois tinha certeza de que ela não perseguiria o povo de Nova Iguaçu por causa de divergências políticas.

Um fator decisivo foi o bom uso do horário na TV. Enquanto Lindbergh aparecia jovial, sorridente e fazendo propostas na TV, Mario Marques aparecia rancoroso, acusador e envelhecido. Logo o candidato do PT passou a ser chamado pejorativamente por seus opositores de “Lindinho”, o que acabou por ser revertido para uma forma carinhosa pela população, principalmente o eleitorado feminino que concordava que ele era mesmo “Lindinho”. Para sorte de Lindbergh, a TV Bandeirantes que transmitia a propaganda eleitoral de Nova Iguaçu transmitiu vários eventos das Olimpíadas que tiveram grande audiência e Lindbergh procurou fazer várias inserções no intervalo das competições, tornando-se conhecido da população.

O primeiro turno quase consagrou Lindbergh, mas por poucos votos a eleição foi para o segundo turno. O apoio maciço da aliança “anti-Garotinho”, o retorno da esquerda do PT e dos movimentos populares a campanha de Nova Iguaçu, após a eleição de Artur Messias em Mesquita, fizeram com que a vitória fosse garantida no segundo turno.

Contudo, o principal fator que levou Lindbergh a vitória foi o fato de que ele conseguiu resgatar a auto estima e a identidade da maioria da população iguaçuana. Aquela formada pela desterritorialização dos nordestinos e a sua reterritorialização nos loteamentos afastados do centro em terras da Baixada,

em oposição a identidade “laranjeira” de Mario Marques, ligada as famílias tradicionais do centro da cidade e que estavam no poder a décadas e não mais atendiam as expectativas da população do entorno.

O governo Lindbergh que se iniciou em 2005 tem sido marcado por características distintas e contraditórias. Uma delas é o rompimento da aliança que o levou ao poder. Tanto os grupos tradicionais mais conservadores quanto aos movimentos populares locais abandonaram o governo logo no primeiro ano alegando a falta de espaço na equipe do governo, formada por vários membros do partido de outros estados, os “estrangeiros”. O vice – prefeito Itamar Serpa, dono da Embeleze uma das maiores indústrias do município, sequer assumiu o seu cargo, preferindo se manter como Deputado Federal. Vários membros do PT iguaçuano foram participar do governo de Artur Messias em Mesquita, ou deixaram o partido se filiando ao PSTU e mais tarde ao Psol, acompanhando as lideranças nacionais e estaduais que se desligaram do PT.

Um ponto positivo foi a retomada da participação popular através da reconstrução dos conselhos populares como o Gestor do Parque Municipal, de Saúde, de Urbanismo, etc. e o surgimento de uma coordenadoria dos conselhos, que tem convocado a sociedade civil organizada para a participação em discussão sobre as Metas do Milênio, o Plano Diretor e do Orçamento Participativo.

Outra estratégia bem sucedida de Lindbergh foi associar-se, inclusive financeiramente, através do patrocínio, com direito a logotipo da prefeitura de Nova Iguaçu na camisa, ao principal clube de futebol da cidade, o Nova Iguaçu Futebol Clube, contribuindo, para trazer para o time Zinho, jogador nascido na cidade, tetracampeão do mundo pela Seleção Brasileira em 1994, que já o havia apoiado na campanha eleitoral e assumiu, durante alguns meses a o cargo de secretário municipal de esportes.

A figura de Zinho, exemplo de atleta e cidadão que sempre fez questão de relembrar as suas raízes na cidade e seu passado humilde, foi utilizada para atrair o público para os jogos do Nova Iguaçu, fazendo nascer uma torcida que não existia. Antes da vinda de Zinho a média de público nos jogos em casa era de 80 torcedores, através de promoções do clube em parceria com a prefeitura, a média saltou para mais de 8 mil torcedores no campeonato da Segunda Divisão do Estado do Rio. Entre estes torcedores, em todos os jogos estavam o prefeito e o autor desse livro. É bom lembrar a vinda de outro jogador famoso, Edmundo, ex-jogador do Vasco, Palmeiras e seleção brasileira, mas que deixou o clube no meio do campeonato para jogar pelo Figueirense de Florianópolis, na primeira divisão do campeonato brasileiro.

O retorno de mídia foi imenso, com entrevistas e reportagens sobre o clube e a cidade em todos os programas esportivos das grandes emissoras e nos

jornais do Rio de Janeiro e do Brasil. O time ajudou e foi campeão passando a ter o direito a disputar a primeira divisão em 2006, junto com os grandes clubes do Rio. Na cidade houve recorde na venda de camisas do time na cor laranja, símbolo da cidade e do governo Lindbergh e passou a ser comum encontrar moradores vestindo a camisa oficial do time ou as camisas promocionais distribuídas pela prefeitura.

Outra característica foi a inserção de Nova Iguaçu no cenário nacional. Uma série de eventos de caráter nacional e até internacional aconteceram em Nova Iguaçu como o Fórum Mundial de Educação e a escolha de Nova Iguaçu, junto com Belo Horizonte, para ser piloto no Brasil, do programa "Metas do Milênio" do Unhabitat, da ONU. Esse novo modo de fazer política obrigou os políticos locais a se rearticular e modificarem a sua maneira de fazer oposição, embora a disputa clientelista continue no seio da Câmara Municipal e várias tentativas de instalação de CPIs e ameaças de cassação do mandato do prefeito já foram feitas. Por outro lado, as disputas internas e a falta de conhecimento da realidade local fez com que vários secretários e assessores externos fossem afastados do governo e substituídos por técnicos e políticos locais, gerando uma instabilidade que tem atrapalhado a governabilidade de Lindbergh.

No âmbito da política regional Lindbergh tem disputado com Washington Reis, prefeito de Duque de Caxias e fiel seguidor de Garotinho, a disputa pela hegemonia local. O fato mais marcante foi a disputa pela presidência da Associação dos Prefeitos da Baixada, que culminou com existência de dois presidentes, cada um deles tomando posse com o apoio de um grupo de prefeitos, levando a disputa para o campo jurídico.

No entanto se percebe que Lindbergh tem mais trânsito com César Maia do que com seus companheiros de partido, André Ceciliano de Paracambi e Artur Messias de Mesquita, além disso tem tido apoio do Presidente Lula, que eventualmente tem comparecido a solenidades na cidade, como a que lançou a pedra fundamental do campus avançado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que passou a ter cursos na cidade, assim como o CEFET Celso Suckow da Fonseca, na sua unidade descentralizada em Santa Rita.

As eleições de 2006

A análise do resultado das eleições legislativas de 2006, principalmente para deputado federal, nos permite fazer um balanço das articulações políticas realizadas através de alianças formais e informais entre representantes políticos de cada cidade da Baixada e entre estes e os dos núcleos mais desenvolvidos, como Nova Iguaçu e Duque de Caxias. Nesta eleição, mais uma vez as siglas partidárias não representaram fielmente a realidade das alianças, não respeitando

nem mesmo as coligações para os cargos majoritários, no nível estadual ou federal.

Em Nova Iguaçu percebemos a montagem de dois grandes grupos políticos, liderados pelo prefeito Lindbergh e pelo deputado federal Nelson Bornier. Em Duque de Caxias, outros dois blocos liderados de um lado, pelo ex-prefeito Zito e do outro pelo Deputado Federal Alexandre Cardoso. Nos demais municípios lideranças locais se aliam a esses para tentar eleger deputados estaduais ou se articularam contra a influência destes grupos nos seus municípios. Em todos eles a sombra do ex-governador Garotinho e de lideranças da cidade do Rio de Janeiro, como o presidente da ALERJ Jorge Picciani e o prefeito César Maia.

Os movimentos populares e partidos de esquerda chegaram a esta eleição bastante divididos pelo posicionamento perante o governo Lula. Alguns grupos permaneceram no PT, mas grande parte migrou para o Psol, Pstu, PV e até mesmo PDT, priorizando o voto em lideranças da cidade do Rio de Janeiro. O resultado foi a derrota dos candidatos desse bloco, pois nenhum deles conseguiu eleger-se para mandatos federais ou estaduais.

Analisando a lista dos dez mais votados em cada município da Baixada podemos perceber o alcance da influência de cada liderança nos seus municípios e nos vizinhos. Por esses resultados verificamos uma tendência a um voto quase “distrital” pois os primeiros colocados em cada município eram todos da própria cidade, com exceção de Belford Roxo, onde o iguaçuano Bornier desbancou o “local” Luisinho. Outro fato marcante foi que estes políticos locais foram eleitos com exceção de Mesquita e Japeri, onde os deputados mais bem votados eram da própria cidade mas não conseguiram a vaga dentro do seu partido ou coligação.

Devemos lembrar que, teoricamente, para eleger um deputado federal seriam necessários cerca de 170 mil votos, que é o coeficiente eleitoral mínimo, com base no total de votos válidos para as 46 vagas do estado. Desse modo, A Baixada com cerca de um milhão e 800 mil votos seria capaz de eleger 11 deputados e “meio” da região se esse contingente votasse somente nos candidatos locais. Se os eleitores de cada cidade votassem somente nos candidatos de cada uma delas, Duque de Caxias e Nova Iguaçu elegeriam três deputados, São João de Meriti dois, Belford Roxo “um e meio” e os demais municípios não teriam votos suficientes para elegerem um deputado, mas juntos teriam “dois deputados e meio” Vamos analisar esta lista em cada município e, a partir delas, fazer inferências sobre o papel das articulações políticas no resultado das eleições, começando por aqueles que, sozinhos, não conseguiriam eleger um deputado federal.

Japeri é o menor colégio eleitoral da Baixada com cerca de 60 mil eleitores e quem encabeçou a lista dos dez mais votados foi um candidato local, Dr Carlos Ontiveros, com quase 20% dos votos e que como outros três da cidade que também estão nela, não foi eleito. Os demais são ligados a Garotinho (Pudim e Eduardo Cunha) e Picciani (Leonardo Picciani) que possuem uma influência estadual e aparecem na lista dos dez mais em quase todos os municípios do estado. Os únicos candidatos da Baixada com votação expressiva foram Nelson Bornier e Itamar Serpa, ambos de Nova Iguaçu e que estavam em campos opostos, o que demonstra um resquício de influência destes grupos no município. Para deputado estadual a cidade também não conseguiu eleger um representante apesar dos quase 25 mil votos dados ao ex-prefeito Carlos Moraes do PSC.

Em Queimados verificou-se uma maciça votação nos candidatos locais de tal forma que nem o candidato de Garotinho aparece nas listas do dez mais votados, os únicos de fora são Leonardo Picciani e Reynaldo Gripp, médico de Nilópolis. Contudo houve uma grande dispersão desses votos de modo que nenhum deles foi eleito ou chegou perto disto. Os principais candidatos locais, tanto do grupo do prefeito como Zé Carlos e Ozeias Moreira, quanto do movimento popular como Zaqueu Teixeira do PT e Ismael Lopes do PPS, saíram divididos na campanha e os votos também se dividiram, fazendo com que perdessem espaço dentro dos seus partidos e coligações. Para deputado estadual o problema se repetiu e com a dispersão dos votos e quem chegou mais perto da vaga foi o irmão do prefeito, Jorge do Salão, que somente conseguiu ser o primeiro suplente do partido.

O fato mais marcante foi o definitivo rompimento com o grupo de Nova Iguaçu, pois nenhum candidato dessa cidade obteve votação significativa, atestando a perda de influência dos grupos políticos da antiga sede sobre o jogo político local, o que faz reforçar a afirmação da identidade municipal perante o antigo “dominador”.

Em Mesquita o candidato mais votado foi Taffarel do PT, ligado ao movimento de rádios comunitárias e apoiado pelo prefeito Artur Messias, que obteve cerca de 10% dos votos. Entretanto na lista dos mais votados só se encontra um outro candidato local, os demais são de Nova Iguaçu (Bornier, Serpa e Leo Vivas), Nilópolis (Simão Sessim) e até de São João (Sandro Matos), além dos já citados candidatos de Garotinho e Picciani. Este resultado revela, de um lado, a perda de expressividade da família Paixão e seus aliados locais que perderam espaço para o atual prefeito e para o PT, que quase elegeu um deputado estadual, Flavio Nakan, que com mais de 12 mil votos ficou na terceira suplência da coligação PT-PSB. Do outro revela a falta de identificação da população local

com as lideranças locais, pois ainda se vota expressivamente em candidatos de Nova Iguaçu, de quem o município se separou em 2000.

Os votos para Sessim são justificados pela “máquina de favores” mantidas por este em Nilópolis, distante a menos de cinco quilômetros dali, que também atende a moradores de Mesquita. A única surpresa foi a expressiva votação de Sandro Matos, já que não há ligações fortes entre Mesquita e São João, devendo essa votação ser creditada a uma campanha eleitoral específica deste candidato nos bairros mais distantes do centro do município, localizados nos limites entre esses dois municípios, como Vila Norma, Rocha Sobrinho e BNH.

Embora o colégio eleitoral de Nilópolis não seja capaz, por si só, de eleger um deputado federal, Simão Sessim se elegeu pela oitava vez para a Câmara Federal com quase 50% dos votos do município. Esta votação reflete de um lado as características do deputado e da sua relação com os moradores do município. O deputado é intimamente ligado a Escola de Samba Beija Flor, referência simbólica da cidade e dona de um forte trabalho social na comunidade, e às famílias Abraão e David, que dominam o jogo do bicho e a vida política e econômica da cidade desde a década de 1970.

Sua estratégia é a de aliar o clientelismo, que atende dezenas de pessoas diariamente, com o trabalho de elaboração de projetos de grande impacto específicos para o município, para a Baixada e o interior do estado. Esta segunda faceta lhe permitiu contabilizar votos nos municípios vizinhos e no interior do estado, tornando-se uma figura política de alcance regional e estadual, embora bastante identificado com o município de origem.

Além de Sessim, o único candidato local que obteve votação expressiva, foi o deputado federal denunciado no escândalo dos “sanguessugas”, Reynaldo Gripp, que também é ligado ao grupo de Sessim. Os demais candidatos da lista dos dez mais votados são todos figuras expressivas da cidade do Rio de Janeiro, e nenhum de outro município da Baixada, o que demonstra a “captura” de Nilópolis à esfera de influência da Capital. Percebe-se então que a forte influência do grupo de Sessim afasta os políticos de outros municípios da Baixada, e que os descontentes com esse grupo recorrem a políticos de projeção estadual, afastando-se do jogo político da Baixada.

Como todo poder tem limites, a decepção ficou por conta da perda da vaga de deputado estadual por Ricardo Abrão, filho do prefeito Farid e sobrinho de Sessim, que no entanto está na primeira suplência. Os votos que faltaram para ele se direcionaram para outro político da cidade, o deputado estadual Alessandro Calazans, que apesar de ter sido acusado de corrupção e ter sido expulso do PV, obteve expressiva votação e foi reeleito pelo PMN.

A votação em Belford Roxo reflete a relativa perda de expressão do grupo ligado a memória do prefeito Joca. O candidato “oficial” do grupo, Luisinho do PP, ficou em segundo lugar no município e não conseguiu se eleger. Todos os outros nove candidatos da lista dos dez mais votados, que são de fora do município, conseguiram se eleger. A pulverização dos votos de Belford Roxo tiraram a vaga de deputado federal que seria do município, contribuindo para eleger Bornier, Leo Vivas e Rogério Lisboa de Nova Iguaçu, Andréia Zito e Alexandre Cardoso de Duque de Caxias e Sandro Matos de São João de Meriti. Além destes, os votos foram para os candidatos de Garotinho e Picciani e até para ressuscitar o brizolismo na região, com expressiva votação para Brizola Neto.

Isto se explica pela fragilidade política do grupo que pretende dar continuidade à hegemonia política criada por Joca. A viúva deste, Maria Lúcia, embora eleita prefeita, e tendo conseguido eleger a vice-prefeita Sula, como deputada estadual, não possui o mesmo carisma e isso abre espaço para interferências dos políticos dos municípios vizinhos, principalmente nos bairros mais afastados do centro, nos limites do município, onde as melhorias iniciadas por Joca ainda não chegaram. Esta perda de identificação com os políticos do centro do município abre espaço para aqueles oriundos das vizinhanças, como acontece com Zito e Cardoso na região do Lote XV e Bornier e Lindbergh ao longo da Linha Auxiliar e Sandro Matos nos bairros que margeiam o rio Sarapuí.

Em São João de Meriti a votação seguiu uma lógica interessante, os quatro primeiros colocados são da cidade e o mais votado, Sandro Matos que faz oposição ao atual prefeito, foi eleito. Os demais candidatos mais votados são todos de fora e refletiram a influência dos municípios vizinhos na vida política de Meriti. Embora não tenhamos acesso a um detalhamento da votação por bairros, podemos imaginar que os votos em Andréia Zito, e Alexandre Cardoso de Duque de Caxias sejam dos bairros a oeste do centro, os de Simão Sessim de Nilópolis na faixa a leste, junto a Via Light e em Bornier e Rogério Lisboa de Nova Iguaçu no sul do município, embora os atuais limites sejam com Mesquita e Belford Roxo, antigos distritos de Nova Iguaçu, mas que não possuem políticos que tenham projeção em São João. O fato é que esses candidatos conseguiram expressiva votação no município somando mais alguns votos que lhes permitiram a eleição.

Para deputado estadual o único representante local eleito foi Marcelo Simão vereador local mas que tem ligações com o grupo de Nilópolis, pois é sobrinho por afinidade de Simão Sessim. Políticos ligados ao prefeito como Jabes Mocotó, a Sandro Matos como Iranildo Campos e a esquerda como Jorge

Florêncio do PT não conseguiram se eleger, perdendo a vaga dentro dos seus partidos

Em Duque de Caxias assistiu-se a um duelo entre as duas maiores lideranças locais. De um lado o ex-prefeito Zito do PSDB, deu a volta por cima, após a derrota do seu candidato nas eleições municipais de 2004 e obteve a maior votação para a Assembléia Legislativa, consagrando o estilo popular e baseado no assistencialismo que o havia levado ao papel de liderança no município. Paralelamente conseguiu transferir votos para sua filha, Andréia Zito, a deputada federal mais votada na cidade e uma das mais votadas do estado.

No outro bloco, o deputado federal Alexandre Cardoso do PSB, que possui um discurso mais voltado para questões mais estruturais e conta com certo apoio dos movimentos organizados, ficou em segundo lugar e também garantiu a sua reeleição. Contudo esses candidatos se elegeram com o auxílio de votos nos municípios vizinhos onde disputam a hegemonia com lideranças locais e de Nova Iguaçu, como é o caso de São João e Belford Roxo, ou com os Cozzolinos como é o caso de Magé.

Como não poderia deixar de ser, os candidatos de fora da cidade que foram bem votados são ligados ao grupo do ex-governador Garotinho, como Pudim e Eduardo Cunha, além do fenômeno Leonardo Picciani, também presente em todo os municípios do estado. O único candidato de Nova Iguaçu que obteve votação expressiva em Duque de Caxias foi Léo Vivas, que aliás foi bem votado em todos os municípios da Baixada. Aqui cabe um parêntese. Esse deputado filiado ao PRB é ligado a Igreja Universal do Reino de Deus, do qual é bispo e “candidato oficial”. Essa seita possui um fiel eleitorado entre seus membros e no segmento evangélico da população da região, que gira em torno de 30% dos eleitores da região. Sendo assim não podemos considerá-lo um candidato de Nova Iguaçu e sim da Igreja Universal na Baixada Fluminense, daí entendermos a sua expressiva votação nos redutos fora da esfera de influência de Nova Iguaçu.

Em Nova Iguaçu o embate mais ferrenho foi entre o “ex” e o atual prefeito. Nelson Bornier obteve a maior votação da cidade pelo PMDB e ainda lançou o ex-prefeito Mario Marques a deputado estadual pelo PSDB. Ainda teve fôlego para eleger o seu filho Felipe Bornier pelo desconhecido PHS, fazendo campanha para este fora da Baixada. Essa legenda abrigou vários dos seus aliados, numa clara estratégia de ampliar os seus horizontes eleitorais para fora dos grandes partidos. Nesse caso a estratégia não funcionou e o seu grupo acabou se fragmentando demais e não conseguiu eleger nenhum deputado estadual.

O grupo de Bornier tem raízes no empresariado e profissionais liberais das famílias mais tradicionais do centro da cidade, com fortes ligações com o

ex-governador Garotinho de quem se aproximou nas eleições de 2004 e com uma rede de lideranças locais nos bairros mais afastados, em geral cooptados nos movimentos populares ideologicamente difusos e nos praticantes do clientelismo tradicional.

Lindbergh usou todo o seu prestígio para apoiar e eleger o seu ex-secretário de obras Rogério Lisboa do PFL que usou o número 2513 numa clara alusão ao apoio do prefeito. Lisboa é o seu fiel escudeiro e um aliado de primeira hora, com bom trânsito entre as famílias tradicionais da cidade e que fez a ligação de Lindbergh com os grupos locais descontentes com Bornier, quando da eleição para prefeito. O seu segundo escudeiro, Fernando Cid, atualmente no PC do B, quase foi eleito para deputado estadual, estando na primeira suplência.

Ainda ligado ao prefeito, mas num segundo plano, está o quarto candidato mais votado, Carlos Ferreira, presidente da Câmara Municipal e candidato oficial do PT e com grande apoio nos movimentos organizados que teve votação expressiva mas insuficiente para conseguir a vaga. Está claro que se o apoio de Lindbergh dado a Lisboa fosse transferido para Ferreira, este estaria eleito. Entretanto, na Baixada a fidelidade às pessoas é mais forte do que a fidelidade aos partidos.

Ainda com base em Nova Iguaçu, foi eleito o Bispo Léo Vivas do PRB, que como dissemos antes, tem o seu eleitorado no voto dos evangélicos da Universal, a outra parcela dos evangélicos votou em Manoel Ferreira do PTB e da Assembléia de Deus, que também foi eleito. Estes citados acima também tiveram expressiva votação nos demais municípios da Baixada que estão sob influência de Nova Iguaçu, como Mesquita, Belford Roxo, São João de Meriti e Japeri. No sentido contrário, os candidatos de fora que conseguiram boa votação foram aqueles, já citados, que o fizeram no estado todo, ligados a Garotinho e Picciani.

Entre os bem votados e que não foram eleitos está o Itamar Serpa do PSDB que foi eleito vice-prefeito de Lindbergh em 2004, mas rompeu com este, não tomou posse e acabou isolado por não se aliar com o grupo de Bornier. Outra derrota causada pelo isolamento foi a do deputado estadual José Távora do PFL que rompeu com os grupos tradicionais e não conseguiu o apoio dos movimentos populares e do atual prefeito, não conseguindo se reeleger.

Contudo, quem demonstrou perda de influência foi a família Raunheitti, outrora toda poderosa na cidade. O seu candidato a deputado federal, Fernando Gonçalves do PTB, teve a candidatura impugnada pelo TRE com base nas acusações de pertencer a “máfia dos sanguessugas”, e embora continuasse a fazer campanha teve uma pequena votação. Os dois outros membros da família

Paulinho Raunheitti e Xandrinho, romperam, dividiram os votos e também não conseguiram se eleger deputados estaduais.

O movimento popular organizado da cidade também ficou de fora. O racha dentro do PT e a saída de vários sindicalistas e membros de organizações populares fizeram com que vários candidatos se lançassem por vários partidos, principalmente à vaga de deputado estadual. O resultado foi a dispersão da votação e nenhum deles conseguiu se eleger, o mais próximo disto foi Berriel do PT.

Diante deste quadro, podemos tirar algumas conclusões acerca da geografia do voto e das articulações políticas na Baixada Fluminense. A primeira delas é a constatação de que o movimento popular organizado vive um momento de refluxo perdendo espaço para grupos de viés clientelista e assistencialista e para os políticos mais conservadores. Em segundo lugar podemos apontar para uma consolidação do voto em figuras do próprio município, o que permitiu a eleição de lideranças locais frente a candidatos poderosos como foi o caso de Simão Sessim no PP que deixou Júlio Lopes de fora, ou de Rogério Lisboa do PFL que concorreu com o grupo de César Maia e Sandro Matos do PTB que desbancou a filha de Roberto Jefferson, Cristiane Brasil. O quadro de sucesso só não foi mais positivo porque o PT saiu dividido, lançando candidatos em Mesquita, Nova Iguaçu e Queimados, todos com boa votação e que se somados dariam para eleger um deles com folga como representante do partido da Baixada tanto na Câmara Federal e quanto na Assembléia Legislativa.

Para finalizar verificamos que vai ficando clara a delimitação das áreas de influência dos grupos políticos dos principais núcleos da Baixada. Duque de Caxias consolidou a sua influência nos distrito de Inhomirim do município de Magé no eixo da Rio Petrópolis e Rio Teresópolis, enquanto que Nova Iguaçu ainda possui muita influência em Japeri, Mesquita e Belford Roxo. Já Nilópolis e Queimados parecem ter consolidado uma identidade local muito forte e afastado a influência destes grupos e já apontam para uma influência nos seus vizinhos. Restam as regiões de sombra em São João, Belford Roxo e Mesquita nos bairros que estão nos limites destes municípios com os dois maiores núcleos, onde as identidades territoriais e os blocos de influência política não são tão nítidos, havendo uma oscilação muito grande desses por parte da população local.

Concluindo

Os arranjos políticos na Baixada Fluminense refletem, em parte, o poder de cada um dos grupos políticos de cada município da região e este poder está diretamente relacionado com a posição desses grupos na estrutura econômica que se consolidou nas últimas décadas. Não é sem razão que os grupos mais

fortes estão localizados em Nova Iguaçu e Duque de Caxias.

Por outro lado, verificamos que o componente territorial tem um peso muito forte, pois as lideranças e grupos políticos possuem uma atuação em unidades territoriais bem definidas, que vão da escala do bairro até as “sub-regiões” de influência, passando pelos municípios. Numa região onde as identidades de classe não são muito desenvolvidas, o principal elo orgânico passa a ser a condição de morador, com os quais as pessoas se identificam. Desse modo, as identidades territoriais se sobrepõem às identidades de classe e são o *leitmotiv* de sua atuação e das alianças políticas que se estabelecem nesta região, inclusive se manifestando sob a forma de votação nas eleições.

Diante desta constatação, entendemos que o atual quadro político é um arranjo provisório dentro de um determinado contexto histórico e de uma estrutura produtiva, sócio-espacial e administrativa. As transformações estruturais e conjunturais que estão em curso, com certeza irão alterar este quadro, inclusive, quando a legislação permitir, com o surgimento de novos municípios com sedes nas localidades em que forças políticas populares e de segmentos dominantes estão se reaglutinando em torno de projetos de emancipações. Nesses novos municípios se consolidarão novos grupos políticos que irão entrar no jogo político da região com suas demandas e interesses específicos, enquanto classes sociais e, principalmente, enquanto habitantes de um determinado território.

A large, light gray, stylized letter 'C' graphic that serves as a background for the text. It has a thick, rounded stroke and is centered on the page.

CONCLUSÃO

A fragmentação de Nova Iguaçu em, por enquanto, sete novos municípios, resultou de um processo de reestruturação econômica, social e espacial que levou a uma inevitável reestruturação política, com emergência de novos grupos políticos com novas territorialidades, que impuseram uma, igualmente nova, relação entre as forças políticas, com uma revisão da atuação política de cada uma delas no plano local, municipal e regional.

Esse processo contínuo de reestruturação está associado ao desenvolvimento do capitalismo mundial e sua inscrição material no território brasileiro e, no caso em questão, no entorno da cidade do Rio de Janeiro. Pudemos verificar que em cada momento histórico de desenvolvimento das forças produtivas se instalava um padrão de utilização do território da Baixada em função dos interesses do sistema que implicava numa organização sócio-espacial que viabilizava a reprodução do mesmo.

As formas urbanas e rurais produzidas para adequar o território a estas funções estavam em consonância com o grau de tecnologia existente em cada momento que determinava a relação com a natureza pré-existente. Assim nos primórdios da ocupação portuguesa, logo após o extermínio dos indígenas, inicia-se um processo de destruição dessa natureza original e instalação da materialidade do modelo colonial de ocupação.

As transformações do modelo econômico geraram processos sociais que foram provocando mudanças no padrão de ocupação do espaço, configurando novas malhas de circulação, representadas, sucessivamente, pelas vias fluviais, caminhos terrestres, ferrovias até as atuais rodovias. Interligando estas malhas estavam os nós, representados pelos núcleos urbanos, que sucessivamente tomaram a forma de igrejas, portos fluviais, estações ferroviárias até chegar aos atuais centros urbanos.

Estas transformações de ordem econômica e espacial configuraram novas classes sociais e grupos de interesses com diferentes funções sociais e diferentes territorialidades, estabelecendo relações sociais, econômicas e políticas através de trocas comerciais, relações de trabalho, conflitos e alianças políticas, que determinavam o nível de poder que cada um dessas classes e grupos em cada contexto e momento histórico.

Estes processos mais amplos se refletiam na organização jurídico-administrativa que o espaço da Baixada Fluminense apresentava em cada um destes momentos. O território único subordinado ao município/província do Rio de Janeiro, se transformou nos municípios de Estrela e Iguaçu, que se fragmentaram nos atuais municípios, que como já advertimos anteriormente,

refletem o atual jogo de forças políticas estabelecido pela estrutura e conjuntura econômica e social da região.

Os processos de emancipações são resultantes dos ajustes na estrutura jurídico-administrativa que se tornam necessários diante das reestruturações que ocorrem nos campos econômicos, sociais e políticos que alteram constantemente o equilíbrio entre as forças políticas que interagem na região, que se refletem na construção de territórios e territorialidades dessas forças que almejam uma existência jurídica formal, no caso a do município, a menor instância de poder reconhecida pelo Estado brasileiro.

Desse modo percebemos a relação entre a dinâmica econômica, a produção do espaço, a formação de classes sociais e grupos de interesse, a constituição de territórios e a luta pelo controle formal desses. Mediando esta trajetória, a produção de identidades e o desenvolvimento das relações políticas entre classes e grupos, dentro e fora do território em questão. Entendemos, então, que os movimentos emancipacionistas são parte destes processos mais amplos de ajustes e reajustes da interação entre reestruturações mais gerais que ocorrem na sociedade e no espaço.

Desse modo, a análise dos processos de emancipação dos municípios da Baixada Fluminense revelou que, muito mais do que uma simples redivisão dos limites territoriais, produziu-se uma nova teia de relações econômicas, sociais, políticas e identitárias entre os moradores e os grupos políticos de cada um desses novos entes territoriais. De certa forma, esse novo quadro político-administrativo trouxe a tona a heterogeneidade da Baixada Fluminense em seus múltiplos aspectos, ocultadas por séries estatísticas unificadas e avaliações superficiais e homogeneizadoras de realidades bastante distintas.

Não existe, e nunca existiu, uma “única” Baixada Fluminense. A proximidade física entre as localidades não eliminou as identidades territoriais específicas que se construíram ao longo dos processos de produção do espaço em cada uma delas. A existência de uma diferenciação interna, produzida pelas diferentes inserções destes subespaços na estrutura econômica regional e, principalmente, pela seletividade de investimentos públicos por parte de grupos dominantes do poder público, deixou marcas na paisagem que se tornaram o ponto de partida para o questionamento destas “unidades” artificiais.

Este questionamento do ordenamento espacial levou a um questionamento da ordem jurídica-administrativa que possibilitava a manutenção das estruturas políticas que, em sua essência, que estavam por trás das aparências diferenciadas que os lugares tomavam. A percepção da lógica do jogo político provocou uma tomada de atitude perante um quadro de “injustiça espacial” que determinava diferentes padrões de qualidade de vida para os diferentes lugares

do município.

A eclosão de movimentos de emancipação política nos distritos teve como pré-requisito básico esse reconhecimento do tratamento diferenciado recebido pelas localidades por parte do poder público, mas essa percepção foi apenas o ponto de partida. O próprio desenrolar da luta política foi fornecendo os elementos que possibilitaram a criação de identidades territoriais distintas que serviram de amalgama para a unificação das diferentes classes sociais e grupos de interesse, que se engajaram nesta luta comum.

Nos momentos democráticos os resultados das consultas populares deixaram a evidência dessa necessidade. Onde e quando as identidades territoriais não estavam bem cimentadas e havia a possibilidade de enxergar os interesses particulares e de determinados grupos acima dos do coletivo, a derrota do pleito foi a consequência natural. Onde e quando, a massa da população se enxergou como parte de algo mais profundo do que ser um contingente a serviço de uma simples mudança de nome e de grupo dominante, o comparecimento foi maciço e o resultado foi a obtenção do quorum mínimo.

A necessidade de um ambiente democrático também foi uma condição essencial para a eclosão de movimentos emancipacionista e seu sucesso, somente Duque de Caxias conseguiu se emancipar em meio a um regime autoritário, assim mesmo, num momento de fragilidade e de busca de legitimidade deste. Este fato corrobora com a nossa posição de considerar como justa e democrática a emancipação de localidades, cujas populações não se sentem representadas pelo ente territorial a qual fazem parte. O que em absoluto, não significa, achar que todos os movimentos pela emancipação tenham um caráter popular. Mesmo assim, pensamos que é de direito da população local, e única e exclusivamente dessa, julgar a validade do pleito.

O atual quadro de indefinição das regras que congelaram os processos de emancipação e tem impedido a consulta popular, se coloca como uma cassação de direitos democráticos duramente conquistados pela população, vistos somente nos períodos mais autoritários deste país. Concordamos que há necessidade de se construir regras claras para o estabelecimento do processo de emancipação e de que forma será feita a consulta popular. Como afirma Fávero “estancar totalmente os processos de emancipações como está atualmente (...) impedindo que as coletividades tenham mais e melhor acesso ao crescimento e desenvolvimento econômico e social, é também um equívoco, que deve ser evitado e, portanto, corrigido” (2004, 218).

Entretanto, antes mesmo de resolver esta questão é, mais importante e urgente, agendar uma reforma política e tributária que deixem bem claras as responsabilidades de cada instância governamental e qual a parcela de recursos

que cada uma delas terá acesso para fazer frente às despesas geradas por aquelas. Esta medida se torna necessária para que as administrações municipais sejam viáveis do ponto de vista orçamentário.

A análise das receitas dos municípios da Baixada Fluminense, e no restante do país não é diferente, demonstrou que todos os municípios são dependentes de repasses estaduais e federais, automáticos ou não, em maior ou menor escala. Isto equivale a dizer que todos eles são inviáveis do ponto de vista da relação receita-despesa.

Pode se alegar que se o município de Duque de Caxias tivesse toda a receita tributária da Reduc revertida para a prefeitura local, não teria problemas de caixa. A pergunta é se Duque de Caxias tem direito a ficar como todos os tributos de uma empresa de caráter nacional, cujo investimento inicial veio de recursos drenados de todo o país. Este tipo de argumento, reducionista na sua essência, é extremamente perverso para com aqueles municípios que não possuem atividades econômicas dinâmicas. A busca do equilíbrio fiscal não pode passar por medidas reificadoras das condições de pobreza estrutural, logo negar recursos a municípios mais pobres é contribuir para o aumento das desigualdades sociais e espaciais deste país, algo contra o que lutamos há muito tempo.

Há inclusive a necessidade de se repensar o próprio conceito de município e o seu grau de autonomia frente às diferenças gritantes de tamanhos, graus de urbanização, densidades demográficas e distâncias entre núcleos urbanos. Não se pode mais tratar os municípios metropolitanos do mesmo modo que se trata aqueles que estão em áreas rurais isoladas. A simples classificação quanto ao tamanho da população é insuficiente para diferenciar realidades bastante diferentes, que fazem com que Belford Roxo e Ribeirão Preto sejam consideradas da mesma categoria de município.

Pode parecer um contra-senso ao espírito desse livro, mas nas áreas metropolitanas onde o adensamento é maior, a proximidade entre os núcleos urbanos torna difícil sua individualização e os fluxos dos moradores através dos territórios municipais é permanente, deve se pensar em uma nova divisão de tarefas entre as prefeituras e os governos estaduais, para que não ocorra superposições ou lacunas no atendimento a população. A criação de uma instância intermediária, um governo metropolitano, ou similar, que respeite a autonomia local, é de suma importância, pois permitirá a coordenação de políticas públicas de alcance extra-municipal, como nos serviços de saúde, educação, saneamento, etc.

A formação de consórcios municipais pode ser uma saída intermediária para esta problemática, mas deve conter instrumentos precisos de controle e

gestão de recursos oriundos dos municípios, de maneira a não criar injustiças orçamentárias, com a drenagem de recursos de um município politicamente mais fraco ou menos articulado para o outro, senão voltaríamos a situação anterior que deu origem a fragmentação do território e esta advertência também serve para o caso da proposta do parágrafo anterior.

Até mesmo o tamanho da máquina burocrática de cada uma dessas instâncias deve ser estabelecido de comum acordo para que não se trate de maneira idêntica realidades diferentes. Tomando cuidado para não ferir a autonomia dos municípios, deve se estabelecer mínimos e máximos de cargos eletivos e de confiança de acordo com os recursos dos municípios e não somente levando em consideração o tamanho da sua população. Esta medida se faz necessária para tornar mais transparente a gestão municipal e combater os argumentos contrários às emancipações que se baseiam no aumento dos gastos públicos gerados pelos novos municípios, pois atrás desta justa preocupação se escondem interesses menos nobres.

Contudo a investigação sobre as estruturas econômicas, sociais, espaciais e políticas na Baixada Fluminense antes e após as emancipações, deixa clara a justeza dos pleitos como forma de reequilibrar o jogo de forças na região e permitir o acesso ao poder de grupos políticos com maior representatividade nestas localidades e, que, apesar de não serem muito diferentes dos grupos políticos tradicionais, tinham uma ligação mais orgânica, ainda que de caráter não classista, com a população local.

De posse do poder local, esse grupos estabeleceram novas alianças e projetos no interior destes novos territórios, atendendo a demandas que dificilmente teriam resposta positiva na estrutura de poder centralizada pelos grupos do centro de Nova Iguaçu. Com todos os retrocessos e senões que podemos enumerar nas relações políticas e estrutura de poder que se estabeleceram nos novos municípios, não podemos deixar de enxergar um balanço positivo neste processo.

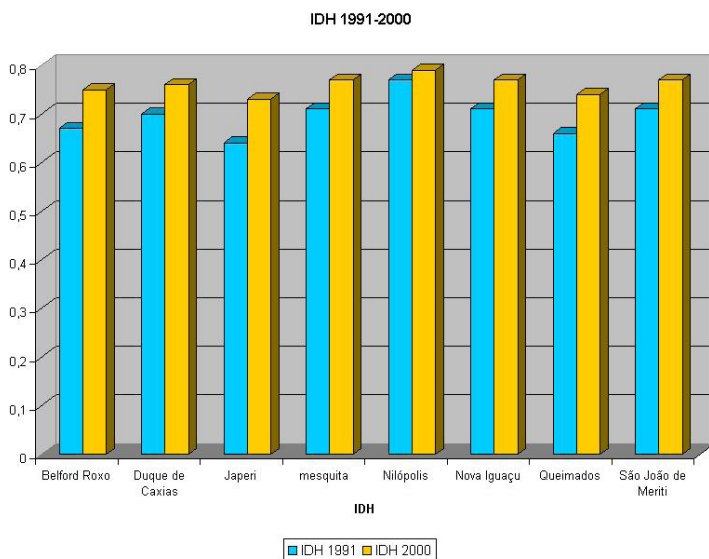
O principal argumento favorável às emancipações municipais é o fato de que elas melhoraram a qualidade de vida de todos os envolvidos. Fávero ao analisar o caso da região de Campinas no Estado de São Paulo, se utilizando do indicadores do IDH-M verificou que

“os municípios que deram origem a outros não perderam a sua capacidade de investimento e conseqüentemente crescimento e desenvolvimento, os municípios originados a partir de suas emancipações apresentaram evolução muito significativa em seus indicadores de crescimento em todos os parâmetros analisados (..) desta forma podemos afirmar que

as emancipações fizeram bem a todos os municípios, quer de origem, quer originados” (2004, 217).

Na Baixada Fluminense não foi diferente. Todos os municípios tiveram uma melhora acentuada na sua qualidade de vida após as emancipações.

Gráfico 20: IDH dos municípios da Baixada

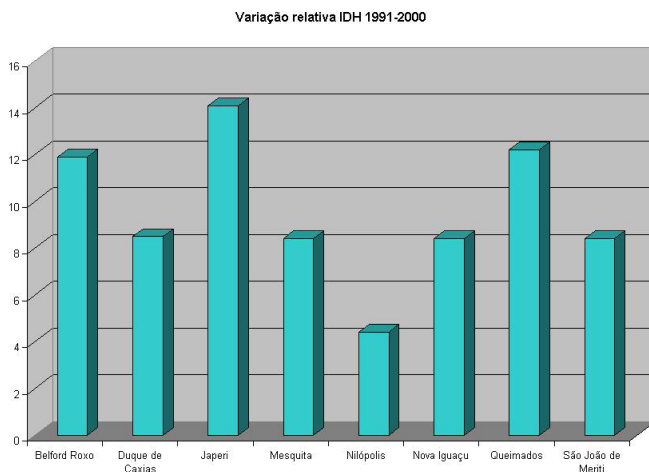


Fonte: CIDE, 2004, adaptado pelo autor, 2006

Tomando a análise do IDH como referência, observamos no gráfico 20 que os melhores indicadores são nos municípios de origem como Nova Iguaçu, e nos de emancipação mais antiga como Nilópolis, São João e Duque de Caxias e, como não poderia deixar de ser, os piores se encontram nos municípios recém-emancipados.

Esses dados, aparentemente reforçam a ideia de que a emancipação não contribuiu para a melhoria da qualidade de vida destas populações. No entanto, o próprio gráfico já aponta para um crescimento nestes valores de 1991 para 2000. Para demonstrar o benefício que a emancipação trouxe a estas localidades é necessário analisar o gráfico 21, que demonstra a variação percentual do IDH entre estes dois períodos.

Gráfico 21: IDH dos municípios da Baixada – Variação percentual 1991- 2000



Fonte: CIDE, 2004, adaptado pelo autor, 2006

Com exceção de Mesquita que ainda se utilizava dos indicadores de Nova Iguaçu, podemos perceber que as maiores variações estão justamente naqueles que se emanciparam recentemente. A maior variação foi em Japeri com um avanço de quase 14% em relação 1991, seguido de Queimados e Belford Roxo próximos de 12%, enquanto que nos municípios já consolidados a média ficou em torno de 8%.

O que podemos inferir a partir desses dados é que as desigualdades entre estes municípios tendem a diminuir com o tempo. Isto não significa que chegar ao nível de Nova Iguaçu e Duque de Caxias ou mesmo Nilópolis seja suficiente para garantir uma boa qualidade de vida para a população local, até porque estes municípios estão em posições intermediárias no ranking do IDH no Estado e não são os parâmetros a serem almejados.

Há muito que fazer em todos os municípios, mas em apenas nove anos de emancipação já houve avanços consideráveis nos emancipados, principalmente em virtude do controle do orçamento por parte dos grupos locais, permitindo um investimento mais equitativo pelo “novo município”, fazendo com que os recursos chegassem a locais ignorados pelas gestões anteriores.

E não estamos falando de administrações municipais revolucionárias, inovadoras ou de caráter progressista, pelo contrário, os primeiros prefeitos destes novos municípios adotaram as mesmas práticas políticas já consagradas

na Baixada Fluminense, como o clientelismo, o fisiologismo e a intimidação, sem falar na corrupção endêmica. Mesmo assim, a simples transferência destes recursos para um poder local mais próximo das populações locais já permitiu este avanço.

Essa melhoria está visível na paisagem, com a diminuição de ruas sem calçamento, com construção e remodelação de praças e áreas de lazer, instalação de escolas e postos de saúde, onde antes não existia absolutamente nada. A população local percebeu esta diferença e reconhece o avanço através de declarações positivas acerca da emancipação em entrevista a pesquisadores (ver Monteiro, 2001 e Soares, 2001). Nessas falas está a sensação de que a vida melhorou após a emancipação.

Além desta melhoria objetiva da qualidade de vida, a emancipação trouxe uma contribuição no campo subjetivo, a criação de uma identidade territorial positiva. Uma das características dos novos governos municipais foi a de tentar de criar novos símbolos e valores que se tornassem referência para a população local. Criaram-se em todos os municípios festas que marcam o aniversário das emancipações, data esta considerada como marco fundador dos municípios. A adoção de logomarcas exaltando positivities locais por parte das prefeituras se tornou marca registrada nas novas administrações. Houve alguns exageros como a adoção do “coração”, símbolo da campanha de Joca, como logomarca do município de Belford Roxo e chamar este município de “Cidade do Amor”, como todo o respeito que a população local merece, é totalmente fora de propósito.

Em Nova Iguaçu, o impacto negativo inicial, sob a forma do desequilíbrio fiscal gerado pela perda de receitas e manutenção de despesas com servidores e agravado por uma administração bastante ineficiente, aos poucos foi sendo absorvido. Percebeu-se que a diminuição da área sob responsabilidade da prefeitura, que eram em geral as que necessitavam de maiores investimentos, permitiu uma aplicação mais racional dos investimentos, mantendo o padrão de concentração destes nas áreas centrais, mas como uma ligeira descentralização que melhorou a qualidade de vida nos bairros circunvizinhos.

No campo simbólico Nova Iguaçu também soube valorizar e se apropriar positivamente das positivities das emancipações. A prefeitura local, no governo de Nelson Bornier, lançou slogans como “Capital da Baixada” e “fábrica de cidades” para reiterar a condição de núcleo central da região, contrapondo-se, com Duque de Caxias, onde o caráter personalista de Zito o levava a autoproclamar-se o “Rei da Baixada”.

Em Nova Iguaçu, para tentar mudar a imagem de “cidade opressora” ou de “madrasta” criada nos embates políticos dos processos de emancipação, a

prefeitura local, principalmente através da pessoa do ex-secretário de Urbanismo e Meio Ambiente, Vicente Loureiro e sua equipe, criou uma série de projetos que valorizavam o passado laranjeiro como forma de resgatar uma identidade local, ao mesmo tempo em que se investia na modernidade, com a criação do Shopping Céu Aberto e a instalação de uma política ambiental que valorizava o patrimônio natural do município.

No plano regional, a cidade se apresentou como um modelo de administração moderna e profissional em contraponto com os personalismos encontrados em Caxias e Belford Roxo. A idéia era a de passar uma imagem da conciliação e agregação sem subordinação das cidades vizinhas, respeitando a autonomia destas e convocando-as a serem parceiras. O melhor exemplo disto talvez seja a gestão compartilhada e alternada com Mesquita do Parque Municipal na Gleba Modesto Leal que teve a sua área dividida entre os dois municípios após a emancipação desse.

Dentro desta linha de investigar o jogo político na Baixada, verificamos que os resultados das últimas eleições permitiram a análise do peso de cada grupo político de cada um dos municípios da Baixada e o seu “alcance espacial”. Embora sabendo que os resultados eleitorais, por si só, não representam a totalidade das alianças políticas que se estabelecem entre população e grupos políticos e que as eleições sofrem interferências de fatores conjunturais como o momento político nacional e estadual, o volume de recursos financeiros de cada grupo, o tempo de uso do horário eleitoral na televisão, entre outros, não podemos deixar de assinalar a consolidação de certas alianças político-territoriais.

Os grupos de Nova Iguaçu e Duque de Caxias ainda possuem uma grande influência política na Baixada Fluminense e conseguem penetrar nos “domínios” dos grupos políticos dos demais municípios, onde há ainda há uma certa identificação com lideranças de cunho regional em detrimento das identidades territoriais locais. Nestes casos a proposta de ser um “representante” da Baixada consegue superar a proposta de ser um “representante do município”.

Este fato não representa, a priori, a destruição das identidades territoriais produzidas durante os processos de emancipação, mas com certeza são o prenúncio de uma crise de identificação, que evidencia uma rachadura, maior ou menor, no edifício das alianças político-territoriais estabelecidas naquele processo. Esta ruptura pode ser também uma forma de demonstrar descontentamento por parte de grupos no interior dos municípios com o atual arranjo institucional que permite a grupos do centro, estarem no poder.

As expressivas votações de candidatos de Nova Iguaçu, Duque de Caxias e até de São João em Belford Roxo é a manifestação mais evidente da ruptura de aliança política e de uma identidade territorial num município.

Embora não tenhamos acesso aos dados da votação por seção eleitoral, podemos inferir que estes votos em “candidatos externos” tenham ocorrido nos limites deste município com seus vizinhos, aonde os serviços e equipamentos públicos ainda não chegaram e a identidade territorial de “belfordroxense” ainda não se consolidou.

O fato novo neste final de ano de 2006, foi a eleição de Sergio Cabral, um candidato de consenso para governador do Estado do Rio de Janeiro, que foi apoiado por praticamente todos os prefeitos e lideranças políticas da Baixada e ainda conseguiu o apoio destes a reeleição do Presidente Lula. Pela primeira vez na história há uma aliança entre os três níveis de governo em toda a região. Resta saber quanto tempo irá durar esta aliança e como será a postura dos governos federal e estadual diante dos conflitantes interesses dos grupos e lideranças políticas da Baixada Fluminense.

Para finalizar, devemos lembrar que os processos de reestruturação que deram origem à fragmentação política da Baixada ainda estão em curso e que o modelo de desenvolvimento a ser adotado a partir de agora pelos novos governos e, principalmente, a sua espacialidade podem trazer transformações que implique numa inscrição material que crie novos pólos de desenvolvimento, e, conseqüentemente, novos núcleos de poder que podem levar a novos movimentos emancipacionistas, além dos focos de efervescência já analisados no capítulo anterior.

Não podemos fazer afirmações categóricas de onde e quando vão surgir estes novos movimentos na Baixada Fluminense, mas podemos afirmar que eles vão acontecer, pelo menos enquanto durar este modelo de pacto federativo e este grau, relativamente alto de autonomia municipal, onde o controle do governo local dá acesso a parcelas consideráveis de poder. Acreditamos que, mesmo com uma mudança estrutural que crie um poder metropolitano, redefina as atribuições e limite a autonomia dos municípios nestas áreas, medida com a qual concordamos, não haveria interrupções no processo de fragmentação dos municípios, talvez uma pequena redução de ritmo e intensidade.

Esta posição se baseia no fato de que não concordamos com a premissa de que as emancipações são somente fruto de desejos de alguns grupos políticos de se apropriarem do poder e dos recursos orçamentários de um novo município. As emancipações, na maioria dos casos, são resultantes de desejos coletivos de uma população que busca uma identidade própria e pretende poder comandar os próprios destinos.

Afirmamos mais uma vez que critérios aparentemente técnicos e filigranas jurídicas não podem ser utilizados para negar a estas populações o direito de democraticamente, através do voto, decidir a qual ente territorial quer fazer parte. Já se passaram dez anos das ultimas consultas populares, já está na hora de voltarmos

a debater as regras que permitam as populações destas localidades decidirem os seus destinos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. A cidade, a montanha e a floresta. In: ABREU, Maurício de Almeida (org). Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Biblioteca Carioca, 1992. p. 54-103

_____. Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IPLAN Rio/ Jorge Zahar Editor, 1987.

ALVES, José Cláudio Souza. Dos Barões ao Extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro, APPH-Clio, 2003

AMADOR, Elmo da Silva. Baía de Guanabara e ecossistemas periféricos. Rio de Janeiro, Edição do Autor, 1997.

BARRIOS, Sonia. A produção do espaço. in: SANTOS, Milton & SOUZA, Maria Adélia (orgs). A construção do espaço. São Paulo, Nobel, 1986. p 1-24

BARROS, Ney Alberto Gonçalves de. Do Pousso da Cachoeira ao Município de Mesquita (1692-1999). In: TORRES, Gênesis(org). Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política. São João de Meriti, IPAHB Editora, 2004. p. 177-181

BERNARDES, Júlia Adão. Espaço e movimentos reivindicatórios: o caso de Nova Iguaçu. Rio de Janeiro, UFRJ/PPG, 1983.

BERNARDES, Lysia Maria C. Evolução da paisagem urbana do Rio de Janeiro até o início do século XX. In: ABREU, Maurício de Almeida (org). Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Biblioteca Carioca, 1992. p. 37-53

BREMAEKER, François. E. J. As Dificuldades Enfrentadas pelos Prefeitos de Pequenos Municípios. Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro: IBAM, v. 44, nº221, pp. 98-108, abr./dez.. 1997.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Metrôpoles, as duas faces do monstro urbano- as cidades do século XIX. In: Revista Brasileira de História. São Paulo,

ANPUH/Marco Zero, 1984. p. 35-68

CALDEIRA, Teresa Pires. R. A política dos outros. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CAMPOS, Andreilino. O. Do quilombo à Favela: o tráfico de drogas enquanto estratégia de sobrevivência ilegal nos marcos de uma ordem segregacionista. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, PPPG/ UFRJ, 1998.

CASTELLS, Manuel. Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

CASTRO, Demian Garcia. Regionalização do Estado do Rio de Janeiro: uma nota sobre o desenvolvimento e políticas públicas. In: MARAFON, Gláucio & RIBEIRO, Miguel Ângelo (orgs). Revisitando o território fluminense. Rio de Janeiro, UERJ, 2003. p 85-109

CATAIA, Márcio Antonio. Território nacional e fronteiras interna: a fragmentação do território brasileiro. Tese de Doutorado. São Paulo, PPGH-USP, 2001 (2001)

CAVALCANTE, Berenice de Oliveira. Beleza, limpeza, ordem e progresso. In: Revista do Rio de Janeiro. Niterói, Editora da UFF, 1985. p 95-104.

CHOAY, Françoise. O urbanismo. São Paulo, Perspectiva, 1965

CIDE. FUNDAÇÃO CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO. Boletim técnico nº 8: formação e evolução da malha municipal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, CIDE, 1993

_____. Índice de qualidade dos municípios – carências – IQM carências. Rio de Janeiro, CIDE, 2001.

_____. Estado do Rio de Janeiro – Território. Rio de Janeiro, CIDE, 1997.

_____. Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2004. Rio de Janeiro, CIDE, 2004.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade in: GEOgraphia.

Niterói, UFF/DGEO, ano I no 2, 1999, pp 7-24.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo, Ática 1986.

COSTA, Cláudio Barbosa da. O negócio da terra. A expansão urbana de Araruama 1940-1990. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ/PPG, 1993.

COSTA, Helder & TEUBER, Wilfried. Enchentes no Estado do Rio de Janeiro – uma abordagem geral. Rio de Janeiro, SEMADS, 2001

DANIEL, Celso. Poder local no Brasil urbano. In: Espaço e Debates nº 24, São Paulo, NERU, 1988. p 26-39.

DIAS, Ondemar. Pré-História Fluminense. In: TORRES, Gênesis (org). Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política. São João de Meriti, IPAHB Editora, 2004. p. 10-13

DURHAM, Eunice Movimentos sociais, a construção da cidadania in: Novos estudos CEBRAP. São Paulo: Cortez, nº 10, pp. 24-32, out-dez 1984.

EVERS, Tillman et alli. Movimentos de bairro e Estado; Lutas na esfera da reprodução na América Latina. in: MOISÉS, J. A Cidade, Povo e Poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 110-160.

FÁVERO, Edison. Desmembramento territorial: o processo de criação de municípios – avaliação a partir de indicadores econômicos e sociais. Tese de doutoramento. São Paulo, USP/ Escola Politécnica, 2004.

FUNDREM (Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro). Unidades Urbanas Integradas de Oeste. Plano Diretor. Rio de Janeiro, Fundrem, 1979.

GEIGER, Pedro Pinchas & MESQUITA, Myriam Gomes Coelho. Estudos Rurais da Baixada Fluminense. Rio de Janeiro, IBGE, 1956.

GÓES, Hildebrando de Araújo. Relatório apresentado pelo engenheiro chefe da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense. Rio de Janeiro, s/editor, 1934.

GRAMSCI, Antonio. A concepção dialética da história. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.

GRYNSZPAN, Mario. Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1987

GUATTARI, Felix Espaço e poder: a criação de territórios na cidade in: Espaço e Debates n° 16. São Paulo: Cortez, , 1985. p 109-120

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. Estações Ferroviárias do Brasil. Disponível em <http://www.estacoesferroviarias.com.br/index.html>. Acessada em outubro de 2005.

GOOGLE EARTH. Imagens. Disponível em www.googleearth.com. Acessado de outubro de 2005 a novembro de 2006

GUIMARÃES, Manoel J. T. Queimados: do sonho à realidade. Queimados, SME, 1994.

HALL, Stuart. Identidade cultural na Pós-modernidade. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

_____ Quem precisa da identidade? in: SILVA, Tomaz.T. Identidade + diferença Petrópolis, Vozes, 2000

HOBBSAWN, Eric. A era dos extremos. São Paulo, Cia da Letras, 1995.

HOLZER, Werther. O conceito de lugar na Geografia cultural-Humanista: uma contribuição contemporânea. Niterói: mimeo, 1995.

JACOBI, Pedro Roberto. Descentralização municipal e participação dos cidadãos: apontamentos para o debate.in: Lua Nova n° 20. São Paulo, CEDEC, 1990. p. 121-141.

KNOPP, Rodnei. A involução de São João de Meriti: a perversidade de um quadro político na evolução histórica decadente de São João de Meriti. Monografia de especialização. Duque de Caxias, FEUDUC, 1999

LACERDA, Stélio José da Silva. A Emancipação Política do Município de Duque de Caxias (Uma Tentativa De Compreensão) In: Revista Pilares da História nº 3. Duque de Caxias, IHDC, dez 2003, pp 9-27).

_____. De subúrbio dormitório a “cidade progresso”. In: TORRES, Gênesis(org). Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política. São João de Meriti, IPAHB Editora, 2004. p. 165-168.

LAMEGO, Alberto Ribeiro.O Homem e a Restinga. Rio de Janeiro. IBGE, 1946.

_____.O Homem e a Guanabara Rio de Janeiro. IBGE, 1948.

_____. O Homem e a Serra. Rio de Janeiro. IBGE, 1950.

LIMA JR., João. Instituições políticas democráticas:o segredo da legitimidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

LIMA, Diogo Pereira das Neves Souza et all. O Estado do Rio de Janeiro na obra de Lamego. In: A Reestruturação Industrial e espacial do Estado do Rio de Janeiro. Niterói, GERET/NEGT/GECCEL/PPG/UFF, 2003. p 37-70.

LIMA, Ivaldo. Da Representação do poder ao poder da Representação: uma perspectiva geográfica. in: Geographia. Niterói, UFF/Instituto de Geociências, ano2, nº1, 2000. p.39-48.

LIMA, Maria Helena Beozzo de. Em busca da casa própria: autoconstrução na periferia do Rio de Janeiro. In: VALLADARES, Lícia do Prado (org). Habitação em questão. Rio de Janeiro, Zahar, 1980. p. 69-81.

LIMONAD, Ester. e HAESBAERT, Rogério. O Território em tempos de globalização. in: Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia . Rio de Janeiro, v.1, nº 1, jan.1997. p. 7-19.

LIMONAD, Ester. Os lugares da urbanização. O caso do interior fluminense. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 1996.

LIPIETZ, Alain. Le Capital et son espace. Paris, Maspero, 1977.

LOPES, José Sergio Leite. Anotações em torno do tema condições de vida na literatura sobre classe operária. In: MACHADO DA SILVA, Luis Antonio. Condições de vida das camadas populares. Rio de Janeiro, Zahar, 1984. p 21-58.

MACEDO, Raimundo Albuquerque Os Trens Suburbanos do Rio de Janeiro nas Décadas de 50 e 60, sob o ponto de vista de um usuário. in: A história nos trilhos n.º 22. maio de 2004. disponível em http://www.anpf.com.br/histnostrilhos/historianostrilhos22_mai2004.htm. Acessado em outubro de 2005.

MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, Ermínia. A produção da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979. p. 71-93.

MARQUES, Alexandre dos Santos. Duque de Caxias: as associações e os clubes recreativos como espaços identitários da elite local. In: OLIVEIRA, Rafael da Silva. Baixada Fluminense: novos estudos e desafios. Rio de Janeiro, Editora Paradigma, 2004, pp 96-125.

MASSOLO, Alejandra. Em direção às bases: descentralização e município. In: Espaço e Debates n.º 24 São Paulo, NERU, 1988. p 40-50.

MELO, Hildete Pereira de & CONSIDERA, Cláudio Monteiro. Industrialização Fluminense – 1930/1980. in: Revista do Rio de Janeiro. Vol 1 no 3. Niterói, Editora da UFF, 1986. p. 111-121.

MELO, Hildete Pereira de. A trajetória da industrialização do Rio de Janeiro. In: FREIRE, Américo et all (orgs.). Um Estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, FGV, 2001. p.219-247.

MONTEIRO, Linderval Augusto. Baixada Fluminense: identidades e transformações. Estudo de relações políticas na Baixada Fluminense. A criação do município de Belford Roxo e a mitificação do seu primeiro prefeito. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS, 2001.

MOREIRA, Ruy. Uma análise crítica do modelo de desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro. In: A Reestruturação Industrial e espacial do Estado do Rio de Janeiro. Niterói, GERET/NEGT/GECCEL/PPG/UFF, 2003. p.29-36.

NORONHA, Rudolf. Criação de Novos Municípios: O processo ameaçado. in: Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: IBAM, v.43, no.219, , abr./dez. 1996. p.110-117.

_____. Emancipação municipal: implicações da divisão político-administrativa do território fluminense. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ/PPG, 1997.

OLIVEIRA, Cláudio de. Depoimento. Nilópolis, CEMOBA – Fluminense, 2002. disponível em www.cemobafluminense.com.br. Acesso em julho de 2006.

OLIVEIRA, Floriano Godinho de. Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense. Tese de doutorado. São Paulo, PPGH-USP, 2003.

OLIVEIRA, Márcio. P. O desejo de cidade e seu discurso fundante: cidadania e pacto político-territorial no Rio de Janeiro. in: Território, territórios. Niterói: UFF/DGEO, 1999. p. 53-65.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. Distintas noções de Baixada Fluminense: a busca do entendimento da constituição política da região – apresentação otimista sobre o seu crescimento latente. In: OLIVEIRA, Rafael da Silva. Baixada Fluminense: novos estudos e desafios. Rio de Janeiro, Editora Paradigma, 2004. p 17-47.

PATEIS, Carlos da S. e BRAGA, Roberto. Criação de novos municípios no Estado de São Paulo: implicações sócio-espaciais. in: Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002.

PEIXOTO, Ruy Afrânio. Imagens Iguazuanas. Nova Iguaçu, Tipografia do Colégio Afrânio Peixoto, 1968.

PEREIRA, Waldick. A mudança da Vila (história iguaçuana). Nova Iguaçu, IHGNI, 1970.

_____. Cana, café e laranja: história econômica de Nova Iguaçu. Rio de Janeiro, FGV/SEEC RJ, 1977.

PERES, Guilherme. Os primeiros ocupantes – indígenas na Baía de Guanabara.

In: TORRES, Gênesis(org). Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política. São João de Meriti, IPAHB Editora, 2004. p. 14-17.
_____. O processo de urbanização. In: TORRES, Gênesis(org). Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política. São João de Meriti, IPAHB Editora, 2004a. p. 118-138.

PROGRAMA DE DESPOLUIÇÃO DA BAÍA DE GUANABARA. Relatório do Grupo Executivo. Rio de Janeiro, PDBG, 2001.

PIGNATON, Afrânio A G. Origens da industrialização brasileira no Rio de Janeiro. In: Revista Dados. Rio de Janeiro. FGV, 1977. p. 115-150.

PRADO, Walter. História Social da Baixada Fluminense: das sesmarias a foros de cidade. Rio de Janeiro, Ecomuseu Fluminense, 2000.

PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU. Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável. Nova Iguaçu, PCNI, 1997.

_____. Plano Estratégico da Cidade de Nova Iguaçu. Nova Iguaçu, PCNI, 1999.

_____. Atlas Geográfico Escolar de Nova Iguaçu, PCNI, 2001.

PRETECEILLE, Edmond & VALLADARES, Lícia . Introdução. In: PRETECEILLE, Edmond & VALLADARES, Lícia Reestruturação urbana: tendências e desafios. São Paulo, Nobel, 1990. p. 7-16.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo:Editora Ática, 1993.

REIS FILHO, Manoel. Emancipação já. Nova Iguaçu, s/ed, 1991.

REYNAUD, Alain. Sociétés, espace et justice. Paris: PUF, 1985.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Dos cortiços aos condomínios fechados. As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/UFRJ/IPPUR/FASE, 1997.

RODRIGUES, José. N. O município como escala de gestão no Brasil

contemporâneo. in: Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002.

ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo, Studio Nobel/FAPESP, 1997.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANCHEZ, Fernanda. E. O City marketing e cidade: o caso de Curitiba. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1992.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiro. In: VALLADARES, Lícia do Prado (org). Habitação em questão. Rio de Janeiro, Zahar, 1980. p. 17-47.

SANTOS, Milton. Espaço e Método. São Paulo, Nobel, 1985.

_____. O Espaço do cidadão. São Paulo, Nobel, 1987.

_____. A urbanização brasileira. São Paulo, Hucitec, 1994.

_____. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, Hucitec, 1996.

SEABRA, Odete C.L. Urbanização e fragmentação: apontamentos para estudo de bairro e da memória urbana. in: SPÓSITO, M.C.E. (org) Urbanização e cidades: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: GAsPERR/Unesp, 1999.

SILVA, Helenita Maria Bezerra. A emancipação política do município de Duque de Caxias. In: Revista Pilares da História nº 3. Duque de Caxias, IHDC, dez 2003, pp 28-36 2003, 32).

SILVA, Maria Fátima Souza. Das terras de mutambó ao município de Mesquita – RJ. Memórias da emancipação nas vozes da cidade. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, CCH/Unirio, 2005.

SILVA, Tomaz. T. A produção social da identidade e da diferença. in: SILVA,

Tomaz T. Identidade + diferença. Petrópolis, Vozes, 2000.

SIMÕES, Manoel Ricardo. Da Grande Iguaçu a Baixada Fluminense: emancipação política e reestruturação espacial In: OLIVEIRA, Rafael da Silva. Baixada Fluminense: novos estudos e desafios. Rio de Janeiro, Editora Paradigma, 2004. p. 48-61.

_____. Movimentos Sociais e Autogestão em Nova Iguaçu. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ/IPPUR, 1993.

_____. O processo de produção do espaço na Baixada Fluminense – décadas de 1930-1970. In: TORRES, Gênesis(org). Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política. São João de Meriti, IPAHB Editora, 2004. p. 148-155.

SINGER, Paul Israel. Economia Política da Urbanização. São Paulo, Brasiliense, 1971.

SJOBORG, Gideon. Origem e evolução das cidades. In: DAVIS, Kingsley (org). Cidades: a urbanização da humanidade. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1965.

SOARES, Marcus Rosa. Ordens, desordens e contra ordens territoriais em Queimados RJ. Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF/PPG, 2001.

SOARES, Maria Terezinha Segadas. Nova Iguaçu: a absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE, vol.2 n° 24, 1962. p. 155-256.

SOJA, Edward. Geografias Pós-modernas. A reafirmação do espaço na Teoria Social Crítica. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993.

_____. Uma interpretação materialista da espacialidade. In: BECKER, Bertha et all. Abordagens políticas da espacialidade. Rio de Janeiro, UFRJ/PPG, 1983. p. 22-74.

SOUZA, Marcelo J. L. O que pode o ativismo de bairro. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Igeo/UFRJ., 1988.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.

In: CASTRO, I. et al. (orgs). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995 .

SOUZA, Marlucia Santos de. Escavando o passado da cidade: Duque de Caxias e os projetos de poder político local (1900-1964). Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF/PPGH, 2002.

SOUZA, Sonali Maria. A memória dos laranjais na cidade dos loteamentos. In: TORRES, Gênesis(org). Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política. São João de Meriti, IPAHB Editora, 2004. p. 139-147.

SUNKEL, Osvaldo. O marco histórico do processo desenvolvimento-subdesenvolvimento. São Paulo, DIFEL/FORUM, 1975.

SUPERVIA. Mapa de Linhas. In: <http://www.supervia.com.br/mapalinhas.html>. Acessado em outubro de 2005.

TCE RJ. Estudo Socioeconômico 2005 Belford Roxo. Rio de Janeiro, TCE RJ, 2005a. disponível em <http://www.tce.rj.gov.br/main.asp> acessado em setembro de 2006.

_____. Estudo Socioeconômico 2005 Duque de Caxias. Rio de Janeiro, TCE RJ, 2005b. disponível em <http://www.tce.rj.gov.br/main.asp> acessado em setembro de 2006.

_____. Estudo Socioeconômico 2005 Japeri. Rio de Janeiro, TCE RJ, 2005c. disponível em <http://www.tce.rj.gov.br/main.asp> acessado em setembro de 2006.

_____. Estudo Socioeconômico 2005 Mesquita. Rio de Janeiro, TCE RJ, 2005d. disponível em <http://www.tce.rj.gov.br/main.asp> acessado em setembro de 2006.

_____. Estudo Socioeconômico 2005 Nilópolis. Rio de Janeiro, TCE RJ, 2005e. disponível em <http://www.tce.rj.gov.br/main.asp> acessado em setembro de 2006.

_____. Estudo Socioeconômico 2005 Nova Iguaçu. Rio de Janeiro, TCE RJ, 2005f. disponível em <http://www.tce.rj.gov.br/main.asp> acessado em setembro de 2006.

de 2006.

_____. Estudo Socioeconômico 2005 Queimados. Rio de Janeiro, TCE RJ, 2005g. disponível em <http://www.tce.rj.gov.br/main.asp> acessado em setembro de 2006.

_____. Estudo Socioeconômico 2005 São João de Meriti. Rio de Janeiro, TCE RJ, 2005h. disponível em <http://www.tce.rj.gov.br/main.asp> acessado em setembro de 2006.

TORRES, Gênesis. Baixada Fluminense, o processo de ocupação pela fé. In: TORRES, Gênesis(org). Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política. São João de Meriti, IPAHB Editora, 2004. p. 18-34.

TORRES, Rogério. Evolução histórica dos distritos e os processos de emancipação. Duque de Caxias. In: TORRES, Gênesis(org). Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política. São João de Meriti, IPAHB Editora, 2004 p. 161-164.

TUAN, Yi Fu. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1977.

ANEXOS

Anexo 1

Tabela 1 – População Residente Estimada – Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Regiões de Governo e municípios	População residente estimada				
	2001	2002	2003	2004	2005
Estado	14 578 903	14 768 969	14 961 513	15 156 568	15 354 166
Região Metropolitana	10 831 494	10 954 050	11 078 204	11 203 976	11 331 389
Rio de Janeiro	5 902 587	5 947 852	5 993 707	6 040 160	6 087 219
Guapimirim	39 131	40 325	41 535	42 761	44 003
Itaboraí	193 164	198 924	204 758	210 669	216 657
Magé	210 818	215 870	220 989	226 174	231 427
Niterói	462 211	465 007	467 840	470 709	473 616
Paracambi	40 955	41 440	41 933	42 431	42 936
São Gonçalo	904 304	917 661	931 192	944 900	958 786
Seropédica	66 787	68 335	69 902	71 490	73 099
Tanguá	26 390	26 727	27 068	27 414	27 764
Belford Roxo	443 213	452 066	461 034	470 120	479 323
Duque de Caxias	788 208	801 127	814 214	827 472	840 903
Japeri	85 358	87 465	89 599	91 762	93 952
Mesquita	168 926	171 809	174 730	177 689	180 686
Nilópolis	153 193	152 667	152 135	151 595	151 049
Nova Iguaçu	769 226	784 126	799 219	814 509	829 999
Queimados	124 738	127 519	130 336	133 189	136 080
São João de Meriti	452 284	455 129	458 012	460 931	463 889
Iguacu					3.200.000

Tabela 2 – Área Territorial dos municípios da Região Metropolitana

Regiões de Governo e municípios	Área total (km ²)
Estado	43 864,3
Região Metropolitana	4 686,5
Rio de Janeiro	1 205,8
Guapimirim	361,9
Itaboraí	429,3
Magé	386,8
Niterói	134,5
Paracambi	186,8
São Gonçalo	248,7
Seropédica	268,2
Tanguá	142,9
I	
Belford Roxo	79,0
Duque de Caxias	468,3
Japeri	81,4
Mesquita	41,6
Nilópolis	19,4
Nova Iguaçu	520,5
Queimados	76,7
São João de Meriti	34,7
Iguaçu	1.321,6



Gráfica e Editora Mont Ltda.
Nova Iguaçu - RJ - 2767-4758